REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui

Nº 329 — OUTUBRO — DEZEMBRO

Brasilia — Rio de Janeiro
1980

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA PARA 1980/1981

Presidente: Pedro Calmon Moniz de Bittencourt — 1º *Vice-Presidente:* Américo Jacobina Lacombe — 2º *Vice-Presidente:* Arthur Cézar Ferreira Reis — 3º *Vice-Presidente:* Antônio Camillo de Oliveira — 1º *Secretário:* Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — 2º *Secretário:* Fernando Monteiro — *Orador:* Haroldo Teixeira Valladão — *Tesoureiro:* José Antônio Soares de Souza

* * *

Redação da Revista: Américo Jacobina Lacombe — Arthur Cézar Ferreira Reis — Francisco de Assis Barbosa — Raul Lima — *Editoração:* Paulo Jorge Buarque. — *End.:* R. Augusto Severo, nº 8, CEP. 20021 — Rio de Janeiro — RJ

COMISSÕES PERMANENTES

1980-1981

História — Américo Jacobina Lacombe, Arthur Cézar Ferreira Reis, Herculano Gomes Mathias, José Honório Rodrigues, Marcos Carneiro de Mendonça

* * *

Fundos e Orçamento — Antônio Camillo de Oliveira, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Eduardo Canabrava Barreiros, Gilberto João Carlos Ferrez, Mauricio Amoroso Teixeira de Castro

* * *

Geografia — Álvaro Teixeira Soares, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Max Justo Guedes, Nelson Omegna, Washington Perry de Almeida

* * *

Arqueologia e Etnografia — Affonso Celso Villela de Carvalho, Manuel Diegues Júnior, Marcello Moreira de Ipanema, Mário Barata, Paulo Ferreira Santos

* * *

Bibliografia — Eugênio Vilhena de Moraes, Francisco de Assis Barbosa, Jonas de Morais Correia Filho, Raul do Rego Lima, Plinio Doyle Silva

* * *

Estatutos — Afonso Arinos de Melo Franco, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Haroldo Teixeira Valladão, Ivolino de Vasconcellos, Umberto Peregrino Seabra Fagundes

* * *

Admissão de Sócios — Josué Montello, Lourenço Luís Lacombe, Luiz de Castro Souza, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Nelson Freire Lavenère-Wanderley

VOLUME 329

OUTUBRO/DEZEMBRO DE 1980

Págs.

I — INÉDITOS

1. Para a biografia de Bento Aranha — Arthur Cézar Ferreira Reis 5

2. Ainda os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo — José Antônio Soares de Souza 11

3. Uma introdução, metódica e crítica, à História da República Oriental do Uruguai — Roberto Piragibe da Fonseca 25

4. Data da fundação da cidade do Rio de Janeiro — José Gomes Bezerra Câmara 97

II — CONFERÊNCIAS E DISCURSOS

5. Carlos Delgado de Carvalho — Eurípedes Cardoso de Menezes 105

III — DOCUMENTOS

6. Correspondência do Barão de Mareschal 119

IV — ANIVERSÁRIO DO IHGB (SESSÃO MAGNA)

7. Discurso de Pedro Calmon 145

8. Elogio dos sócios falecidos — Haroldo Teixeira Valladão 147

9. Relatório das atividades culturais do IHGB pelo 1º Secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa 157

10. Atas do IHGB e da CEPHAS 185

Págs.

V — SÓCIOS FALECIDOS

11. Carlos Delgado de Carvalho 251
12. Marcello José das Neves Alves Caetano 253
13. Tarquinio José Bærbosa de Oliveira 255
14. Manuel Lopes de Almeida 256

VI — NOTICIARIO

Nomeação de Lourenço Luis Lacombe para membro da Comissão de Sócios 257

VII — BIBLIOGRAFIA

Achilles Ribeiro de Araújo — Na Semana da Ortopedia: subsídios para sua história — Rio de Janeiro, 1980 — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa 259

Hubertus J. Rescher — Die deutschsprächige Literatur zu Brasilien von 1789-1850 — Berna, Peter D. Lang 1979 — Abeillard Barreto 260

VIII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS 261

IX — ESTATISTICA 271

X — CADASTRO SOCIAL 275

I — INÉDITOS

PARA A BIOGRAFIA DE BENTO ARANHA

Arthur Cézar Ferreira Reis

A história da inteligência criadora no Amazonas, realizada por filhos da região, começou com Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, nascido em 1769, a 4 de setembro, em Barcelos, capital da antiga Capitania de São José do Ric Negro, hoje Estado do Amazonas. Antes, o que ocorreu no campo das letras era contribuição de religiosos e civis que a serviço de Portugal participaram do descobrimento e da conquista da hinterlândia amazônica. É de registrar-se em especial o poema *A Muraida*, de Henrique João Wilkens, em que o autor cantou a empresa difícil de pacificação dos Muras e sua integração na sociedade que se elaborava no sertão amazônico.

Bento Aranha descendia de família ilustre nos fastos regionais. Seu pai, Raimundo de Figueiredo, era filho de Bento de Figueiredo Tenreiro, capitão-mor da Vila do Guamá, e sua mãe, Joaquina Aranha, era filha de Manuel Guedes Aranha, capitão-mor do Pará e uma das figuras de maior projeção na história da Amazônia, e descendente de Bento Maciel Parente, que exerceu o governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará e foi donatário da Capitania do Cabo do Monte, ascendência, portanto, de alta significação nos Anais do extremo norte do Brasil.

Bento Aranha cedo perdeu os pais, sendo educado no Convento de Santo Antônio, em Belém, graças à interferência bondosa de José Monteiro de Noronha, que se distinguia na região como um de seus cronistas e reveladores de suas características fisiográficas.

Sua vida processou-se em Belém, onde exerceu vários cargos, que lhe foram confiados pelos governantes de então.

Homem de inteligência muito viva, dedicou-se às letras. Foi teatrólogo e poeta. Parte de sua obra perdeu-se durante a Cabanagem. O que se salvou foi editado pelo filho, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que teve a incumbência de, em 1852, instalar a Província do Amazonas na condição de seu primeiro presidente. A segunda edição dessa obra foi realizada por iniciativa do Governador do Estado do Amazonas, coronel José Cordeiro de Ramalho Júnior.

Bento de Figueiredo faleceu a 25 de novembro de 1811.

Seu perfil como servidor público consta do documento que vai a seguir, onde relacionou as tarefas de que foi encarregado como funcionário do Estado e culminaram no louvor que lhe fez o conde dos Arcos, em setembro de 1804, quando governou o Grão-Pará como seu capitão-general, no período entre 22 de setembro de 1803 a 10 de março de 1806, quando passou a Vice-Rei do Brasil.

Cópia

Nº 112

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho a honra de levar à presença de V. Exa. o requerimento de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha atual Escrivão da Mesa Grande da Alfândega desta Cidade. Este moço é recomendável pela instrução e conhe-
Alfândega desta Cidade. Este moço é recomendável pela Instrução e conhe-
cimento que adquiriu aqui sem meios, e com assíduo trabalho; o que me parece
que o faz muito digno da alta contemplação, e benignidade de Sua Alteza Real, além dos serviços que tem feito ao mesmo Augusto Senhor constantes dos documentos que param na minha mão.

Deus Guarde a V. Exa. — Pará, em 4 de novembro de 1804.

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Anadia.

Conde dos Arcos

Senhor

Diz Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, natural e morador na Cidade do Pará, e ai mesmo capitão de caçadorrs do 2º Regimento de Milícias, que ele foi proximamente nomeado, e provido pelo Exmo. Conde dos Arcos, Governador e Capitão-General da referida Capitania, no Ofício de Escrivão da Mesa da Alfândega da dita Cidade, por falecimento de Francisco Alves Pontes, que ocupava a sua serventia, como mostra a Provisão inclusa. Com este fundamento prostra o Sup. ante o Trono, a fim de implorar de V. Real Alteza a Graça de o confirmar no mencionado Ofício, fazendo-lhe dele mercê vitalícia, e com sobrevivência em algum dos filhos do mesmo Sup., aquele que for mais hábil para o servir. E com este justo intento não pode o Sup. deixar de expor na Soberana presença de V. Real Alteza que ele, além de natural e morador do mesmo Estado, é de uma das famílias mais distintas, e mais antigas do dito, como também do de Maranhão seu Confinante: Que

seus avós tiveram a honra de ser contados entre os primeiros e voluntários descobridores, e depois restauradores de um e outro: Que em ambos ocuparam sempre os mais honoríficos empregos assim militares como civis; e além desta consideração, e da opulência, de que gozaram por dilatado tempo, mas enfim decaíram, pela inconstância ordinária das coisas humanas, e especialmente pela pouca estabilidade das riquezas da América, tiveram também a felicidade de ver muitas vezes louvados pelos seus mesmos Soberanos os relevantes serviços que fizeram, o seu valor, patriotismo, e fidelidade, mormente na feliz ocasião da felicíssima Aclamação do Senhor Rei Dom João o 4º e na expulsão do jugo hispânico e do holandês que aqui se havia capciosamente introduzido fazendo então e em outras ocorrências semelhantes o mais pronto sacrifício de si mesmos, e dos seus cabedais, em cumprimento dos seus mais sagrados deveres; pelo que se acham seus nomes escritos, e repetidos não só nos Arquivos públicos do Pará e do Maranhão; mas também nos Anais Históricos de um e outro Estado, cujo Governo Geral algumas vezes se confiou também a alguns dos referidos. E porquanto o Sup.. e os outros seus parentes que atualmente existem, posto que muito menos lustre, por falta das ocasiões, e dos meios, ou da fortuna assaz atenuada em que presentemente vivem, não tem deixado de quererem imitar de algum modo o exemplo daqueles de quem descendem, e alguns se acham ainda empregados decorosamente no Real Serviço de V. Alteza, o mesmo Sup. tem igualmente a honra de o ter servido, e por espaço de bastantes anos de um modo sempre irrepreensível, e com boa satisfação, e zelo tanto em alguns empregos civis, que tem ocupado como o de Diretor da Vila de Oeiras, Escrivão da Provedoria da Fazenda dos Defuntos e Ausentes Capelas e Resíduos das duas Repartições desta Capitania e Escrivão da Mesa da Abertura nesta mesma Alfândega em que agora se acha ocupado na Mesa Grande como também no Posto de Capitão de Caçadores do 2º Regimento de Milícias, e antes disso no de Alferes de uma das Companhias Francas, mormente durante os anos da próxima passada guerra, em que as Tropas Milicianas deste Estado mais vizinho das colônias Espanholas, e Francesas, estiveram sempre sobre as armas, e fizeram um serviço vivo, no qual o Sup. se esmerou pelo modo possível, e chegou a formar uma Companhia com tambor fardado, e pronto; serviu muitas vezes de mandante do seu Regimento, e algumas vezes de Major de Praça, ou do dia, entrando por escala neste serviço com os Sargentos de Linha, além dos exercícios freqüentes e ordinários do Regimento, a que concorreu; inumeráveis guardas, que montou repetidos rebates, a que acudiu; e finalmente alguns destacamentos, a que foi mandado como Comandante, e nos quais esteve fora da Cidade e da sua família na Fortaleza da Barra e na Casa da Pólvora do Rio Aurá; fazendo tudo isto sempre à sua custa e sem nunca receber da Real Fazenda auxílio, ou donativo algum externo, que o pode se mover a obrar bem, e a proceder assim, se não o seu mesmo espírito, e coração, que também tem cultivado com os princípios e prática de uma moral sã. Todos estes diferentes fundamentos, que o Sup. tem tido a honra de expor na Augusta Presença de V. Real Alteza, por concorrerem além do seu Requerimento, são notórios em todo o Pará, e se acham igualmente testificados com documentos legais perante o Exmo. Conde, atual Governador, e digno reprsentante de V. Real Alteza neste Estado; pelo que não poderá deixar a sua Informação tão autorizada, e autêntica de acreditar, e proteger ante o Trono a Verdade, assim de fato, pela sua própria inspeção, e testemunho, quanto a alguns dos referidos artigos; como, relativamente a outros, pela fé dos sobreditos documentos, que em seu poder existem, e que o Sup. por esta mesma razão não ajunta do presente requerimento, solicite em subir, e chegar com a possível brevidade, e simplicidade aos pés do seu Príncipe sem ser retardado pelo peso, dificuldade, e dispêndio de um grosso, e fastidioso volume. A Soberana Grandeza, e Piedade de V. Real Alteza

suprirá o demérito do Sup., mormente tendo em consideração que ele, além de ser um fiel vassalo, e um cidadão honrado por si e pelos seus Maiores, é igualmente um pai de família pobre, e sem estabelecimento algum, obrigado à manutenção e decência de sua mulher, duas filhas, e dois filhos todos menores. E como a benignidade de V. Alteza se dignou proximamente de fazer a mesma Graça, qu eo Sup. implora, a alguns outros habitantes desta mesma Cidade do Pará, que a tem requerido. Confirmando-os nos Ofícios, em que foram aqui providos pelo Governador passado, e conferindo a Mercê, vitalicia de Selador da Alfândega a Francisco José das Chagas; de Escrivão da Câmara a Antônio José Gomes, de Escrivão da Provedoria das Fazendas dos Defuntos e Ausentes cuja serventia o Sup. ocupava a Antônio Gonçalves Ledo; e de Escrivão dos Órfãos a Marcelino Herculano Perdigão, alem de outros, que neste Estado se acham, e que tiveram a felicidade de conseguirem as mesmas Mercês em diversos tempos; espera também hoje o Sup. entrar neste afortunado número, pois que a Beneficência de V. Real Alteza chega a todos os seus fiéis Vassalos e os seus efeitos se estendem até aqueles, que vivem mais distantes do Trono. Se alguns entre estes têm um título ainda mais particular à Piedade, e aos benefícios de V. Alteza são certamente os infelizes, ou os que têm sido por largo tempo; circunstância esta que igualmente concorre, e se verifica no Sup., que portanto com o mais profundo acatamento, alvoroço e esperança.

Vossa Alteza Real se digne de deferir ao Sup. e de lhe fazer a Graça que humildemente implora.

C.R.M.

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha

(Governador da Capitania do Pará
Correspondência com a Corte — 1804-1807 — vol. nº 23)

O Conde dos Arcos, do Conselho de Sua Alteza Real, Governador e Capitão-General Presidente da Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda do Estado do Grão-Pará. Faço saber aos que esta Provisão virem que sendo indispensável prover o Ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega em pessoa hábil para o desempenho dele, que se acha vago por falecimento de Francisco Alvares Pontes que exercia, e concorrendo na pessoa de Bento de Figueiredo Tenreiro, as qualidades que se exigem hei por bem prover como por esta provo ao dito Bento de Figueiredo Tenreiro, para servir o dito Ofício de Escrivão da Mesa Grande da Alfândega e da Receita e Despesa do Recebedor dela, com o qual vencerá de seus emolumentos pagos pelas partes o seguinte: cento e trinta réis por cada despacho, seja da Entrada, ou da Saída, e sete mil e quarenta réis pelas quatro visitas dos Navios a saber: Entrada, Descarga, de pronto a sair e de Saída, excetuados os Navios da Real Coroa, cujos Emolumentos forem aprovados por Sua Alteza Real por Provisão do Real Erário da data de 8 de novembro de 1779 e igualmente todos os povos e percalços que diretamente lhe pertencem e assim mais vencerá pela fatura das Listas quarenta mil-réis, cada ano pagos pela Real Fazenda cujo Ofício servirá por tempo de um ano. E porque pagou os novos Direitos para entrar na Serventia deste Ofício a quantia de dez mil-réis que se carregaram ao Tesoureiro Geral das Rendas Reais a f. 27 do Livro de sua Receita como constou por conhecimento em forma Registrado a f. 26 lhe mandei passar a presente como presidente da sobredita Junta da Real Fazenda e selada com o Selo das Reais Armas: antes que entre a servir lhe será deferido o Juramento aos Santos Evangelhos, registrando-

se esta na Contadoria da mesma Junta, e nos Livros da Alfândega onde se lhe formará o seu assento. Dada e passada nesta Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará aos vinte dias do mês de agosto de mil oitocentos e quatro. Eu, *Manuel José Rodrigues Bolonha*, Escrivão Deputado da Junta da Real Fazenda a fiz escrever.

(Governador da Capitania do Pará

Correspondência com a Corte — 1804-1807 — vol. nº 23).

Conde dos Arcos

AINDA OS COLONOS DE SCHAEFFER EM NOVA FRIBURGO

José Antônio Soares de Souza

1

Ao escrever «Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo», lamentei não ter encontrado uma relação, que existira, dos colonos alemães, vindos pela galera *Carolina*, pois parte destes colonos se localizara naquela cidade fluminense, então colônia suíça.

Mas, pouco depois de publicado o meu trabalho, em junho de 1977, tive ensejo de cartear-me com o Professor Padre Theobaldo Franzt, S.J., então reitor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Entre as muitas gentilezas que devo ao ilustre professor, uma, sem dúvida, das mais importantes, foi a oferta que me fez, ainda em 1977, do livro de autoria de Carlos H. Hunsche, intitulado: *O Biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Provincia de São Pedro)*.

Graças às minuciosas pesquisas de Carlos H. Hunsche, em arquivos da Alemanha, publicadas no mencionado livro, tive o conhecimento de uma relação dos colonos, embarcados na galera *Carolina*, e a possibilidade de identificá-los com aqueles que se alojaram em Nova Friburgo e que já os havia indicado, por dedução, no meu referido trabalho, como passageiros da mesma galera. Porém mencionei apenas os nomes dos chefes de família, sem saber se casados ou viúvos e conhecer o número de filhos.

Antes de tratar desses colonos e, com isso, completar o meu trabalho, não posso deixar de me referir ao ilustre pesquisador, que me deu esta oportunidade, e aos trabalhos consideráveis, principalmente no tocante à imigração alemã, que é o que me interessa aqui.

Foi por intermédio do Padre Theobaldo Franzt que travei conhecimento com Carlos H. Hunsche, que se limitou à troca de

cartas e de trabalhos, dada a distância em que vivemos. Sobre estes trabalhos e o seu autor é que vamos entreter-nos um pouco, antes de voltarmos aos colonos da galera *Carolina*.

2

Nasceu Carlos H. Hunsche no Rio Grande do Sul, município de São Sebastião do Caí, e acha-se, atualmente, arraigado na cidade de Gramado. Descende, tanto pelo ramo paterno quanto materno, de alemães. Fez os seus estudos na Alemanha, na Universidade de Leipzig, iniciando-se, aí, na teologia, que abandonou, concluindo, no entanto, o estudo do latim, grego e hebraico. Doutorou-se em filosofia e letras pela Universidade de Berlim. É poliglota e foi notável viajante, conhecendo a Europa toda, de norte a sul, de leste a oeste. Não sei se conseguiu efetuar a mesma proeza em relação ao Brasil. A sua cultura é assencialmente alemã, como se vê dos temas dos seus principais trabalhos. É nas suas origens alemães que se inspira, ao menos, para escrever os trabalhos e livros que tive o prazer de receber, com amáveis dedicatórias. E são os principais os três seguintes:

O Biênio 1824/25 *da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (*Provincia de São Pedro*) — 2ª edição. «A Nação», Porto Alegre, 1975;

O ano de 1826 *da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* — Porto Alegre, Editora Metrópole, 1977;

Primórdios da vida jurídica de São Leopoldo — Porto Alegre. Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1979.

3

Trata-se, no primeiro destes livros, da implantação dos colonos alemães, chegados em 1824 e 1825, no Rio Grande do Sul; sendo os primeiros, justamente, os da galera *Carolina*, não aproveitados em Nova Friburgo.

De pesquisas feitas no Arquivo Estadual da Cidade Hanseática de Hamburgo, conseguiu as listas de passageiros dos navios que ransporaram, naqueles dois anos, os colonos angariados pelo major Schaeffer e remetidos para o Brasil. Estas listas estão, cuidadosamente, estampadas em muitas páginas do livro. É, assim, pela sua documentação, um livro destinado, principalmente, a pesquisas. É quase o próprio arquivo que se verifica, no tocante aos alemães de Schaeffer.

Há uma parte, muito bem feita, que contém o registro genealógico das familias alemãs que se enraizaram em terras gaúchas.

O segundo livro: *O ano de* 1826 é um livro completo. Minuciosamente rastreou o autor, um por um, todos os alemães chegados em 1826, dando-lhes os nomes, indicando-lhes os navios em que viajaram, e publicando as listas encontradas no Arquivo de Hamburgo. Dá uma espécie de biografia de cada um dos colonos do ano de 1826.

Os dois volumes, tanto o *Biênio*, quanto *O ano de* 1826, estão notavelmente bem impressos e possuem completas indicações (listas de nomes) que facilitam a procura. Em tudo se nota o método, ordeiro e meticuloso, de um professor alemão, aclimado ao Brasil, mas ainda ligado à pátria dos seus maiores, não só pelos temas de seus escritos, mas ainda pela maneira de os apresentar.

Tem o ilustre escritor outros vários trabalhos, inclusive uma tese sobre o integralismo brasileiro, escrita em alemão e publicada em 1938. Enviou-me o Sr. Hunsche mais estes trabalhos:

«Richard Wagner und Brasilien»; Präsenz und leistung Deutscher menschen in Brasilien»; «Dez novas fontes, desconhecidas e inéditas, sobre o episódio e o epílogo dos Mucker no Rio Grande do Sul», e *História da Imigração no Brasil* — Editora Cultura Brasileira. São Paulo, 1978.

Quanto a este livro (*História da Imigração no Brasil*), ainda que se lhe empreste um título tão geral, é, principalmente, a história particularizada da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Ora, com um título tão generalizado, uma história não podia deixar de incluir, como principal, os colonos ilhéus (Madeira e Açores) e os africanos. Afinal foram eles que, até o final do século passado, constituíam o maior número de imigrantes no Brasil.

Se é uma história geral e não particular, como na realidade é, por que não fazer, ao menos, simples menção, pois mereciam, aos alemães da barca *Justine*, de 1838, e aos irlandeses, em 1850 ou 1851, imigração provocada, então, pelo Almirante Grenfell, cônsul do Brasil em Liverpool? E a outras muitas imigrações, como a francesa para o Rio de Janeiro.

É, ainda, Carlos H. Hunsche sócio efetivo e fundador do Instituto Histórico de São Leopoldo e sócio correspondente do Instituto Histórico de Petrópolis.

4

Tenho de fazer dois reparos ao que escreveu o autor a meu respeito, no livro *O ano de* 1826. Um é à nota 4, página 191, em

que se encontra o seguinte passo: «Soares de Souza, *op. cit.*, p. 124, nota 236, diz: «O nome desta personagem encontra-se grafado com C e K. Schaeffer escreveu com K, mas Meyer e Hasenclever escreveram com C. Respeitamos a grafia dos três, quando os transcrevemos; mas quando o fizemos por nossa conta, seguimos Schaeffer, que era o único alemão dos três». Soares de Souza errou, pois a grafia correta é Cretzschmar com C. conforme ele próprio assinou em um contrato...» Ora, se houve erro, não foi meu, mas, sim, de Schaeffer que eu segui. E o segui na grafia com K, conscientemente, pois assi mo quis, por se tratar de trabalho que tinha Schaeffer por principal personagem e tirado, na maior parte, de documentos pertencentes à sua missão.

Aliás, pouco antes de publicar o meu trabalho, o ilustre Dr. Carlos Oberacker Junior, conhecedor profundo da vida e da história de Schaeffer, alertou-me sobre a grafia com C e não com K do nome de Cretzschmar, escrevendo, por vezes, em carta, este nome na sua grafia correta. Eu, então, lhe respondi, dizendo: «Quanto à grafia dos nomes dos alemães segui a maneira por que os encontrei grafados, sem a preocupação de escrevê-los em alemão, mas como os encontrei nos documentos. Devo dizer que, às vezes, de um para outro documento, o nome se escreve de modo diferente».

Refere-se ao outro reparo ao que escreveu Hunsche à página 209, ao nomear três colonos, localizados no Rio Grande do Sul. Em seguida, diz: «O fato de Hillebrand ter registrado estas três famílias, aparentadas entre si, como chegadas a São Leopoldo em 26 de novembro de 1825, refuta qualquer possibilidade de que elas tivessem se estabelecido anteriormente em Nova Friburgo, como poderia parecer, considerando-se o título do artigo de Soares de Souza...» Positivamente, não entendo esta tirada a meu respeito, somente a justificaria pelo fato de o autor não ter lido o meu trabalho, antes de escrever o que escreveu. Do título do meu trabalho: «Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo», ninguém pode inferir que todos os alemães, mencionados no mesmo trabalho, rebanhados por Schaeffer, tenham-se alojado em Friburgo, senão aqueles que os pontuei como colonos, sem possibilidade de engano.

Depois, várias famílias que, de início, se estabeleceram em Nova Friburgo, obtiveram licença para se transferirem para o Rio Grande. Dou o nome de algumas e, inclusive, falo do requerimento de uma delas (George Hoefel), existente no Arquivo Nacional (cx. 991), que, infelizmente, a cópia em xerox que tirei não deu boa reprodução. (P. 191 e 192.)

5

Consegui identificar com os imigrantes das três listas, constanes do livro de Carlos H. Hunsche (*Biênio 1824/25*, p. 105 a 112), vindos pela galera *Carolina*, os seguintes colonos, localizados em Nova Friburgo e mencionados no meu trabalho: «Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo»:

1. 1 — Bellinger, Conrado, 44 anos, com família composta de

2 — Gertrude, sua mulher, 44 anos,

3 — Urbano, filho, 15 anos, e

4 — Ana Barbara Roeden, 18 anos, criada.

Esta família trazia 150 florins. Hunsche a menciona (*Biênio* p. 107 e 109). No meu trabalho (*Os colonos de Schaeffer*, p. 164), figura C. Bellinger, entre outros passageiros da *Carolina*, intentando mover ação contra o mestre da galera, por danos causados nas suas bagagens. Em 1825 viajava, com licença, para Cantagalo (*Os colonos de Schaeffer*, p. 194). O filho, Urbano, está incluído na relação do Pastor Sauerbronn, datada de outubro de 1824, como tendo 18 anos (*ibidem*, p. 189). Era o número da casa em que morava: 73.

5 — Boeme ou Böhm, Luís, 48 anos, com família composta de

6 — Catarina, sua mulher, 37 anos, e dois filhos

7 — Jorge, 18 anos,

8 — André de 16 anos.

A família trazia 50 florins, para a viagem. Consta de fls. 107 e 109 referências no livro *Biênio* a esta família, com a grafia Böhm. Em 1828, Luis Boeme (grafia portuguesa) figura, numa relação, já viúvo, morador na casa nº 63 e dono da data colonial nº 29 (*Os colonos de Schaeffer*, p. 195). Encontram-se, em Nova Friburgo, mais dois Boeme ou Bom, que deveriam pertencer a esta mesma família. Um, Luis Boeme, aparece na lista de Sauerbronn, com 18 anos, morador na casa nº 63, como o velho Luis Boeme. Bem que podia ser o Jorge da lista de Hunsche que consta com 18 anos. Podia ser também um outro filho. O outro, Guilherme Bom, morador também na mesma casa nº 63, possuía, no entanto, outra data colonial, a de número 63 (*Os colonos de Scheaffer*, p. 196). Este que deveria ter, em 1924, mais de 40 anos, pois não figura na lista de Sauerbronn, dos homens de 18 a 40 anos, bem que podia ser um familiar (irmão do chefe da família) dos Boeme. Assim, teríamos mais:

9 — Luís Boeme, 18 anos, filho e

10 — Guilherme Bom ou Böhnn ou Boeme, de mais de 40 anos, irmão.

III. 11 — Class, Henrique, 32 anos, com família composta de

12 — Catarina, sua mulher, com 26 anos, e

13 — Rubertus, filho, com 2 anos.

Hunsche se refere a esta família em *O Biênio*, p. 110, incluída numa das três listas publicadas. Em *Os colonos de Schaeffer*, por vezes, mencionei Henrique Class. Figura na relação de Sauerbronn (p. 191). Foi um dos viajantes da galera *Carolina* a mover ação contra o mestre dessa galera, p. 164. Em 1825, sofreu um acidente, tendo de amputar uma das pernas. Por este motivo obteve uma pensão, concedida pelo Imperador (p. 198 e 199). A 17 de março de 1828, consta o nascimento de Maria Catarina, filha do casal Henrique e Catarina Class (p. 200 e 201). Era Henrique Class morador da casa nº 93 e dono da data colonial nº 7. Em 1828, ainda em março, deu um passeio no Rio de Janeiro (p. 196).

IV. 14 — Denkwitz, Henrique, 27 anos, solteiro.

Consta da p. 116 de *O Biênio*. Era médico da colônia alemã de Nova Friburgo. Na relação de Sauerbronn (p. 189), figura com 29 anos, morador da casa nº 92, e com a declaração «Docteur en Médicine». Em documento de 30 de abril de 1825, está como casado (p. 194). Ia com freqüência a Cantagalo, possivelmente para atender a sua clínica, iniciada desde que chegou a Nova Friburgo (p. 162).

V. 15 — Emmerich, Henrique, 27 anos, com família composta de

16 — Carlota, sua mulher, com 37 anos,

17 — Margarida Hassen, cunhada, 24 anos,

18 — João Jorge, filho, 13 anos,

19 — Henrique, filho, 11 anos,

20 — Jorge Filipe, filho, 9 anos,

21 — Margarida, filha, 7 anos,

22 — Carlota, filha, 5 anos,

23 — João Conrado, filho, 3 anos, e

24 — Juliana, filha, 1 ano.

Está incluída esta família em uma das listas de *O Biênio*, p. 112, aparecendo o chefe com 27 anos de idade e com o nome, apenas, de Henrique. Figura, no entanto, com o nome de João Henrique Emmerich, no documento em que, com outros colonos, moveu ação contra o mestre da *Carolina*, por danos causados na sua bagagem. Consta da lista de Sauerbronn com o nome *Henri Emerig*, morador na casa nº 99, e com 39 anos de idade. Esta idade é mais provável de ser a verdadeira, à vista das idades da mulher e dos filhos mais velhos. Em documento de 1828 está mencionado pelo nome de *Henrique Emerick*, morador na casa nº 99, e dono da data colonial nº 106 (*Os colonos de Schaeffer*, p. 164, 191 e 196).

VI. 25 — Frees, Jacob, 47 anos, com família composta de
26 — Ana Maria Storck, sua mulher, 30 anos,
27 — Pedro, filho, 20 anos,
28 — Susana, filha, 17 anos,
29 — Ana Maria, filha, 15 anos,
26 — Cristiano, 7 anos, filho,
27 — Elisabeth, filha, 3 anos,
28 — Valentim, filho, 3 anos,
29 — Catarina, 5 meses, filha, e
30 — Cristiano, 30 anos, solteiro, irmão de Jacob.

Esta família está assim descrita na página 112 de *O Biênio*. Jacob Frees aparece como um dos colonos que intentaram ação de perdas e danos contra o mestre da galera *Carolina*. Mas há que notar e até retificar o que tange ao parentesco e idades desta família. Ora, a mulher, com 30 anos, não seria muito provável tivesse filhos de 20 e 17 anos de idade. Assim, ou a idade está errada, ou, então, seria madrasta dos filhos mais velhos de Jacob Frees. Há, ainda, que retificar a descrição que se faz em *O Biênio* do colono Cristiano, como tendo 30 anos e sendo irmão de Jacob Frees. Com 30 anos teria que figurar na lista de Sauerbronn. E, no entanto, não figura. Constam, contudo, dessa lista dois Frees, descritos assim: «Pierre Frees fils, 21 ans — Christian Frees, 22 anos, aveugle». Eram moradores da casa nº 65. Em 1828, aparecem em outro documento estes dois irmãos: Pedro Frees e seu irmão Cristiano, solteiros, moradores da casa nº 65 e com a data colonial de nº 79. Viajaram, com passe datado de 22 de janeiro, até Porto das Caixas (*Os colonos de Schaeffer*, p. 164, 189 e 196). Parece-me impossível a identificação deste

Cristiano Frees, cego, de 22 anos, com o filho de Jacob Frees, também Cristiano, de 7 anos de idade. Esta idade estaria, então, errada. Isso só seria possível, se o Cristiano Frees, de 30 anos, figurasse na lista de Sauerbronn, como teria figurado, pois contava mais de 18 e menos de 40 anos de idade. Esta família levou, como dinheiro para a viagem, 130 táleres (*O Biênio*, p. 113).

VII. 31 — Grandwohl, Guilherme, 37 anos, com família composta de

32 — Luisa, sua mulher, 32 anos,

33 — Carlos Filipe, filho, 12 anos,

34 — Catarina, filha, 9 anos,

35 — Elisabeth, filha, 6 anos,

46 — Gertrudes, filha, 5 anos, e

47 — Guilherme, 2 anos, filho. (*In O Biênio*, p. 110).

Com o nome de Guilherme Grandvall figura entre os colonos que intentaram ação contra o mestre da galera *Carolina*, por danos causados em suas bagagens. Na lista de Sauerbronn aparece, com 40 anos, e com o nome abreviado: Hy. Ge. Grandvall. Finalmente, em documento de 1828, vem com o nome de Guilherme Grandvoll, dono do prazo colonial nº 90 e morador da casa nº 95. O número da casa neste documento ou na cópia que tirei está errado. A casa em que morava era de nº 99, como se vê da lista de Sauerbronn (*Os colonos de Schaeffer*, p. 164, 191 e 196.) Esta família levava, em dinheiro, 92 táleres, para as suas despesas de viagem e as da família Class (III deste trabalho). *in O Biênio*, p. 110.

VIII. 48 — Gundermann, Francisco, 33 anos, com família composta de

49 — Margarida Pfeiffer, sua mulher, 34 anos,

50 — Margarida, filha, 4 anos,

51 — Filipe, filho, 3 anos, e

52 — Catarina, filha, 1 ano e meio.

Esta família consta de *O Biênio*, p. 105. Figura o chefe da família, por vezes, em *Os colonos de Schaeffer*. Consta, p. 189, da relação Sauerbronn, com o nome de Francisco Guttmann, com 34 anos de idade e morador da casa nº 67. Em 1825 assinou requerimento, solicitando licença para se desligar da Colônia, a fim de seguir, com a família, para Porto Alegre. Não sei se

conseguiu este intento, pois não achei a autorização, nem figura na minuciosa relação de *O Biênio* dos alemães localizados no Rio Grande do Sul. Acredito, assim, que, se conseguiu licença para se desligar da colônia, não seguiu para Porto Alegre.

IX. 53 — Hoefel, Jorge, viúvo, 52 anos, família composta de
54 — José, filho, 21 anos,
55 — Adão, filho, 19 anos,
56 — Bernardo, filho, 17 anos,
57 — Pedro, filho, 14 anos,
58 — Margarida, filha, 12 anos, e
59 — Leonardo, filho, 8 anos.

Também figura em *O Biênio*, p. 105, esta família. Os três filhos: José, Adão e Bernardo acham-se arrolados na relação de Sauerbronn, com 22, 20 e 19 anos, respectivamente, e moradores na casa nº 79. Jorge Hoefel pediu e obteve o desligamento da colônia. A autorização e o desligamento constam de documento existente no Arquivo Nacional. Dou, em *Os colonos de Schaeffer*, o termo de desligamento assinado por toda a família (p. 190 a 192). Hunsche menciona esta família já localizada no Rio Grande do Sul (*O Biênio*, p. 238).

X. 60 — Meyer, Henrique Cristiano, 25 anos, família composta de

61 — Mariana, sua mulher, 30 anos, e

62 — João Guilherme, filho, 5 anos.

Consta de *O Biênio* outro Meyer, também Cristiano, de 35 anos de idade (p. 105 e 116). Tanto um quanto outro poderia ser Cristiano Meyer que se encontra em Nova Friburgo, na relação de Sauerbronn, com 35 anos de idade e morador da casa nº 66. Digo que um dos dois estaria em Friburgo, porque na relação de Sauerbronn só aparece um Cristiano Meyer. Isto mesmo, pediu licença para se desligar da colônia, em 1825, e seguir para Porto Alegre. Não sei se conseguiu esse seu intento, pois não encontramos nem a autorização, nem o termo de desligamento. (*Os colonos de Schaeffer*, p. 189, 191 e 192). Não consta de *O Biênio* como tendo chegado a Porto Alegre, tanto um quanto outro dos Meyer. Presumo que o Cristiano Meyer de 35 anos tenha sido engajado no Exército, enquanto o outro, de 25 anos, mas que, na realidade, teria, em outubro de 1824, também 35 anos, fosse o Meyer que encontramos em Nova Friburgo, morador da casa nº 66.

XI. 63 — Nagel, Cristiano, 37 anos, com família composta de

64 — Catarina Schreiber, mulher, 37 anos,
65 — Ana Schreiber, sogra, 71 anos,
66 — Maria Catarina, filha, 9 anos,
67 — Ana Catarina, filha, 5 anos, e
68 — Cristiano, filho, 1 ano e meio.

Está assim descrita esta família em *O Biênio*, p. 111 e 112. Cristiano Nagel encontra-se na relação de Sauerbronn, com 38 anos de idade e morador da casa nº 81. Foi um dos que moveram ação contra o mestre da galera *Carolina*, por danos causados em sua bagagem. (*Os colonos de Schaeffer*, p. 164 e 189).

XII. 69 — Pokorni, Adalberto, 26 anos, solteiro, *O Biênio*, p. 105.

Este colono aparece, em Nova Friburgo, com o nome de Alberto Pokorni, Pokorny ou Porkhorny (*Os colonos de Schaeffer*, p. 165, 180 e 189). Em maio de 1824, teve baixa do exército, por doente, seguindo, então, para Nova Friburgo (p. 165). Era católico e o pastor Sauerbronn casou-o com uma protestante, dando margem a mais um caso de casamentos feitos, por Sauerbronn, impugnados, pois fora celebrado sem a licença do bispo diocesano, por se tratar de casamento misto. Isto ocorreu em 1825 (p. 180). Figura na relação de Sauerbronn, com 28 anos, morador da casa nº 77, p. 189. Esta relação é de outubro de 1824.

XIII. 70 — Schmidt, João, 45 anos, com família composta de

71 — Ana Elisabeth, sua mulher, 38 anos,
72 — Cristiano, filho, 11 anos,
73 — Henrique, filho, 9 anos,
74 — Margarida, filha, 4 anos, e
75 — Ana Margarida, filha, 2 anos.

João Schmidt e família figuram, assim descritos, em *O Biênio*, p. 112. Moveu ação de perdas e danos contra o mestre da galera *Carolina*. Aparece, em documento de 1828, viajando para o Rio de Janeiro, como morador da casa nº 73 e dono da data colonial n: 104 (*Os colonos de Schaeffer*, p. 164 e 196). Esta família ou a seguinte (XIV), também Schmidt, dispôs de 200 florins para a viagem (*O Biênio*, p. 109).

XIV. 76 — Schmidt, Pedro, 68 anos, com família, composta de
77 — Elisabeth, 41 anos, sua mulher,
78 — Urbano, filho, 18 anos,
79 — Ana Maria, filha, 11 anos,
80 — Frederico, filho, 7 anos,
81 — Elisabeth, filha, 1 ano e meio. (*O Biênio*, p. 107).

Pedro Schmidt intentou também ação contra o mestre da *Carolina*, por danos causados em sua bagagem. Em 1828 contava 73 anos de idade, estava surdo, impossibilitado para o trabalho (*Os colonos de Schaeffer*, p. 154, 165 e 196). Urbano Schmidt, filho deste surdo, figura com 20 anos e morador na casa nº 66, na relação de Sauerbronn. Aparece, em 1828, viajando para o Rio de Janeiro (há um erro, dando-o com o nome de Pedro), morador na casa nº 66 e dono das datas números 30 e 60. Uma dessas datas deveria pertencer a seu pai, pois nenhum colono recebeu mais de uma data provincial. (*Ibid.* p. 189 e 196).

XV. 82 — Stork, Jacob, viúvo, 55 anos, com família composta de
83 — Susana, filha, 19 anos,
84 — Cristina, filha, 18 anos,
85 — Jacob, filho, 16 anos,
86 — Jorge, filho, 14 anos (gêmeo),
87 — Pedro, filho, 14 anos (gêmeo),
88 — Elisabeth, filha, 11 anos, e
89 — Valentim, filho, 9 anos.

Esta família trazia 84 táleres, para a viagem (*O Biênio*, p. 110). Jacob Stork, filho, figura na lista de Sauerbronn, com 18 anos de idade e morador na casa nº 72, onde devera de se alojar a numerosa família Stork. Não consegui encontrar o número da data provincial que o velho Stork teria recebido. A filha Cristina foi, possivelmente, a segunda mulher do pastor Sauerbronn. Em 1828 já se achava casada e deu à luz uma menina: Susana Maria Sauerbronn. (*Os colonos de Schaeffer*, p. 164, 189, 197 e 200).

Mais dois colonos mencionados em *O Biênio* consegui identificá-los em documentos, existentes em arquivos do Rio de Janeiro. E são:

XVI. 90 — Schütte, Henrique, solteiro, 43 anos, e
91 — Wolf, João Jacob, solteiro, 33 anos. (*O Biênio*, p. 107 e 117.)

Estes dois não foram excluídos do Exército, «por moléstias e defeitos físicos». Foram admitidos na Colônia de Nova Friburgo, em maio de 1825. (*Os colonos de Schaeffer*, p. 164).

6

Existiam outros colonos de Schaeffer, em Nova Friburgo, passageiros da galera *Carolina*, que figuram em documentos existentes no Rio de Janeiro, e que não constam das listas de *O Biênio*. São os seguintes:

XVII. 92 — Roberty, Guilherme Frederico, 22 anos, morador da casa nº 81. Está incluído na relação de Sauerbronn. Não consta das relações dos passageiros do *Argos;* logo, deveria ter chegado pela *Carolina*. (*Os colonos de Schaeffer*, n. 190).

93 — Roese, Henrique Cristóvão, também 22 anos e morador da casa nº 91. Consta da relação de Sauerbronn, de outubro de 1824, e não aparece nas listas de Meyer, como passageiro do *Argos*. (*Os colonos de Schaeffer*, p. 190).

94 — Procker, Conrado. Consta de uma lista de passageiros do *Argos* e da *Carolina*, que tiveram indeferidos os pedidos de restituição de passagens pagas. Como não está mencionado nas listas de Meyer, deduzo tenha vindo na galera *Carolina*. (*Ibid*. p. 198).

95 — Prust, João, 26 anos, morador na casa nº 77. Figura na relação de Sauerbronn e não consta das listas de Meyer. Está nas mesmas condições dos números 92 e 93. Aparece, em julho de 1828, viajando para Porto das Caixas, com nota de casado. (*Os colonos de Schaeffer*, p. 189 e 197).

96 — Scharis, Pedro. Aparece numa lista de viagem para Cantagalo, com a declaração de colono da galera *Carolina*. (*Ibid*. p. 194).

97 — Serer, Nicolau. Consta de uma lista de viagem, de 1828, com licença para o Rio de Janeiro, declaradamente colono da *Carolina*, morador da casa nº 96 e dono da data provincial nº 25. (*Ibid*., p. 196).

98 — Stoffe, Nicolau Cesar, e um filho, Henrique.

Não seguiram para Nova Friburgo em abril de 1824. Tentaram a sorte no Rio de Janeiro. Mas, impossibilitados de sobreviverem, solicitaram a inclusão entre os seus patrícios, já em Nova Friburgo. A autorização, em que se declara serem eles colonos da galera *Carolina*, está datada de 5 de março de 1825. (*Os colonos de Schaeffer*, p. 161).

XVIII. 99 — Winter, Pedro José, com família composta de
100 — Margarida, sua mulher,
101 — Pedro, filho, e
102 — Jorge Conrado.

A história desses Winter é bem maior (a que sabemos, bem entendido). Não subiu a serra com os seus patrícios, em abril de 1824. Ficou no Rio de Janeiro, com sua mulher Margarida muito doente. D. Pedro mandou pagar-lhe os subsídios do tempo em que esteve no Rio de Janeiro com a mulher doente. A família só se incorporou à colônia nos primeiros meses de 1825. Teve denegado o seu pedido de restituição da passagem paga. (*Os colonos de Schaeffer*, p. 161, 198 e 199.) Tinha, em Nova Friburgo, outra família Winter, vinda pelo *Argos*. Jacob Winter, com mulher e filhos. Figura este Jacob, na relação de Sauerbronn, com 38 anos, morador na casa nº 70. E mais um filho ou irmão, de nome Frederico Winter, morador na mesma casa, com o esclarecimento de: «un peu imbécile». (*Ibid.* p. 126 e 189).

Possivelmente mais alguns colonos da galera *Carolina* se encontram mencionados no meu trabalho e não foram, agora, identificados com os colonos das listas do livro de Hunsche. O trabalho de esmiudar o que consta de um e outro trabalho não é fácil, haja vista este exemplo. No meu trabalho aparece um Trost (p. 164) e no livro de Hunsche: um Brost (p. 106). Este Trost bem que pode ser o Brost, com *B* trocado pelo T.

Há ainda muitos colonos, vindos pela *Carolina*, arrolados nas listas de *O Biênio* e não seguiram para o Rio Grande do Sul, que poderíamos deduzir fossem aproveitados em Nova Friburgo, se não houvesse a probabilidade de terem ficado no Rio de Janeiro e progredido, não necessitado de se incorporarem à colônia de Nova Friburgo, como aconteceu com as famílias Winter e Stoffe.

7

Comecei este artigo salientando a obra de um escritor que se dedicou inteiramente à história da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Não é possível deixar sem o elogio que merece os

trabalhos de outro escritor que tomou a si a defesa do major Jorge Antônio de Schaeffer, a quem se deve, principalmente, o início daquela colonização. Refiro-me ao Dr. Carlos H. Oberacker e aos seus trabalhos: *Jorge Antônio von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*, e «Novos Traços para a Imagem do Dr. Jorge Antônio von Schaeffer».

Nestes dois trabalhos, de pesquisa e reconstituição, acaba o ilustre escritor com a «imagem» que se fazia, até há bem pouco tempo, de um Schaeffer bêbedo e salafrário, dando-se, honesta e verdadeiramente, outra imagem de um Schaeffer, como ele foi, lutador e empreendedor notável, por vezes, um tanto aventureiro, mas de merecimento e o criador, como bem diz Oberacker «da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil».

Agosto de 1980.

UMA INTRODUÇÃO, METÓDICA E CRITICA, A HISTÓRIA DA REPúBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Roberto Piragibe da Fonseca

A

Américo Lacombe,
companheiro muito dileto.
A Memória do
Escribano (*)
Pedro Cia,
meu cunhado e meu amigo

1. Ouço queixas. Uma síntese, clara e ementada, do fadário do simpático país vizinho faria grande falta, no Brasil, ao historiador e ao diplomata, explicavelmente muito interessados, um e outro, em conhecê-lo satisfatoriamente tão vinculados se patenteiam os destinos do Brasil e do Uruguai. Compreendo, é claro. Ao historiador que de preferência volta seus cuidados para a crônica do extremo sul e ao diplomata que sabe que lá embaixo reside a preocupação axial por excelência da nossa política exterior. Ao diplomata possivelmente mais que ao historiador. Tarefa inadiável, por conseguinte, e que possuirá dupla destinação. Há que ser feita e proponho-me realizá-la.

Mas por que, até o momento, a presença da lacuna? Explica-se. Poucas trajetórias históricas revelar-se-ão tão complexas quanto a uruguaia, a ponto de um escorço específico, ou visão de conjunto, a respeito — lúcida, é bem de ver —, parecer, a uma pri-

---

(*) Sabidamente, *Escribano* — a rigor, o advogado especializado em matérias civeis, d'reitos reais, contratos e sucessões, principalmente — não possui equivalente profissional no Brasil. Ele emerge, máxime nos países hispano-americanos, das Faculdades de Direito que mantêm o Curso dito de *Notariado*.

meira inspeção, impraticável. Mas não é assim. Com efeito, ela reclamará do que pretender lográ-la apreciável dose de atenção e paciência, é exato, mas o trabalho é viável. Fá-lo-ei e devidamente resaltado o hífen que, sem soluções de continuidade, entre Brasil e Uruguai sempre existiu.

A bibliografia de que me utilizei tomeia-a toda à minha livraria pessoal. Em casos contados recorri a outros autores e raramente a citações de segunda mão.

2. Para uma apreciação da história do Uruguai sugiro a divisão quadripartida que segue, divisão básica que talvez encerre alguma novidade:

I. Prólogo charrua (1516-1811)
II. «La Patria Vieja» (1811-1830)
III. «El Uruguay sufrido» (1830-1879)
IV. «El Uruguay vareliano» (1879-....)

Os *marcos* 1516, 1811 e 1830 acham-se consagrados, mas ver-se-á, quando se fizer oportuno, que também 1879 vale por genuína e categorizada baliza cronológica. Passo à elucidação da divisão sugerida.

Quando Solís assentou os pés nas formosas praias cisplatinas, encontrou-as, bem como as *llanuras* interioranas, povoadas de selvagens aguerridos e hostis que por três séculos ainda, indiferentes aos afãs do colonizador no outro ludo do estuário, e até bem iniciada a epopéia artiguista, seguiriam tranqüilamente donos da terra. É o *Prólogo charrua* (1516-1811).

Entre a façanha do Paladino Artigas e o advento da primeira Carta de Direitos, isto é, entre os primeiros esforços para a conquista da liberdade e a liberdade por fim conquistada, viveria o povo oriental vinte anos de vida bíblica, vale dizer, vinte anos de vida que se nos afigura, a nós, os de hoje, surpreendente página roubada aos livros do Velho Testamento. É *La Patria Vieja* (1811-1830).

Ao longo de quarenta anos — quatrocentos para aqueles que os viveram —, rinhando contra os fados mais adversos, como se fora povo sobre o qual pesassem maldições divinas, maldições terríveis que lhe proíbissem inelutavelmente o repouso da vida organizada, ao longo de quarenta anos que pareceriam sem fim, a grei uruguaia, tal qual a rês conduzida à imolação, debater-se-ia, choraria e sangraria. É «*El Uruguay sufrido*» (1830-1879)

Um dia, um dia como outro qualquer, em que nasceram muitas crianças, como haviam nascido na véspera e nasceriam nos dias

subseqüentes, veio à luz um varão que na pia batismal recebeu o nome de José Pedro, José Pedro Varela. Por incrível que pareça, feito homem o pequeno José Pedro, tudo mudaria para o Uruguai «sufrido» e de então por diante, sob a ação vivificante deste homem e — morto ele — sob os ininterrompidos eflúvios deste homem, como que por milagre surgiria um país paradigmal que envaideceria o Continente e enalteceria a espécie humana. É *«El Uruguay vareliano»* (1879-....).

3. Paralelamente ao fadário deste povo, outro fadário seria vivido por outro povo, vizinho e lindeiro. Estes dois povos viveriam a mais estranha das comunhões: entender-se-iam e desentender-se-iam; fariam as pazes e voltariam a defrontar-se, com ódio, vertendo seus sangues em duelos cruéis, e, ao termo, estreitar-se-iam as mãos calejadas do manejo das lanças, entendimento em que os contendores olhando-se olhos nos olhos, assentariam trégua que não acabaria mais.

Esta verificação, por si só, explica o presente ensaio.

4. A seguir, o esquema, seco e fastidioso, mas indispensável, mesmo porque, ao que sei, jamais empreendido.

* Os três compassos do *Prólogo Charrua* (1516-1811).

A) * Revelação do Uruguai

- * Solís, Magalhães, Caboto e Garcia (1516-1528)
- * As quatro expedições e o Brasil
- * Uruguai e ciclo brasileiro de navegação
- * Configuração geográfica do Uruguai
- * Lindes geográficas do Uruguai
- * Solo uruguaio
- * Clima uruguaio
- * Dimensões territoriais e população do Uruguai
- * *Banda Oriental del Uruguay*

B) * Assenhoreamento do Uruguai. Conquista do território (1535-1750)

- * Autóctone local e sua filiação étnica
- * Antropologia cultural dos charruas
- * Conquista militar. Adelantados
- * Conquista pacífica. Missionários. Fundação de Santo Domingo de Soriano (1660?)

* O porquê do estabelecimento dos portugueses
* Colônia do Sacramento. Sua significação
* Licitude presumível da ocupação lusitana
* Limites setentrionais da Banda Oriental. As duas reivindicações hoje históricas
* Introdução do gado (1600-09), fundação de S. Borja (1625), criação da «Gobernación» do Rio da Prata (1628) e fundação de Montevidéu (1726)

C) * Domínio oficial de Espanha (1750-1811)

* Juízo a respeito da colonização espanhola
* Governadores de Montevidéu e sua obra
* Invasões inglesas
* Aparelhamento administrativo colonial, sociedade, economia, religião e cultura
* Juízo objetivo a respeito da colonização espanhola

* Os dois compassos de *La Patria Vieja* (1811-1830)

A) * Aventura artiguista (1811-1820)

* Filiação *in genere* da insurreição oriental de 1811. Advento de Artigas
* Personalidade de José Gervasio Artigas
* Epopéia artiguista. As sete etapas
* Raizes imediatas da sublevação oriental
* 1ª etapa. «Grito de Ascencio»
* 2ª etapa. Êxodo
* 3ª etapa. Ano XIII. 1ª Declaratória da Independência
* 4ª etapa. Otorgués
* 5ª etapa. Purificación
* 6ª etapa. Malogro da «santa loucura»
* 7ª etapa. Exílio voluntário do Prócer
* O federalismo artiguista
* Atitude e ação da Corte do Rio de Janeiro

B) * Post-artiguismo (1820-1830)

* Domínio português (1820-1822)
* Comportamento de Lecor

- * Congresso Cisplatino
- * Administração lusitana
- * Interferência de *unitários* e *federais*

* Dominio brasileiro (1822-1828)
  - * Resistência. «*Caballeros Orientales*» e Cabildo de Montevidéu
  - * Insurreição dos «*Treinta y Tres*». 2ª Declaratória da Independência
  - * Incorporação da Cisplatina às Provincias-Unidas
  - * Convenção de 1828. 3ª e última Declaratória da Independência
* Uruguai livre (1828-1830)
  - * Governo Provisório
  - * Constituição do Ano 30
  - * O que era o Uruguai em 1830

* Os três compassos de «*El Uruguay Sufrido*» (1830-1879)
  - * Noviciado constitucional
    - * Experiência riverista
    - * Experiência oribista
  - * «Sitio Grande» (1645-1852)
    - * Joaquim Suárez
    - * Posição brasileira
    - * O que era o Uruguai em 1852
  - * Ensaios de consolidação nacional (1852-1879)
    - * Fase Giró-Pereira-Berro (1852-1860)
    - * Fase Aguirre-Villalba-Flores-Varella-Batlle-Comensoro-Ellauri-Varella (1860-1875). «*El Año Terrible*» (1875)
    - * Posição brasileira
    - * Regeneração vareliana (1866-1879)
    - * O que era o Uruguai ao finalizar o século XIX

* Os três compassos de «*El Uruguay Varelianо*» (1879-....)
  - A) * Latorrismo (1876-1890)
  - B) * Civilismo (1890-1931)
  - C) * Em busca de novos rumos (1931-....)
  - D) * O que é o Uruguai de agora (1973).

* Por fim, as notas que farão inteligível o esquema.

I

PRÓLOGO CHARRUA

(1516-1811)

5. O *Prólogo Charrua* se desdobra em três compassos:

— a revelação da terra que se chamaria *Uruguai.* «rio dos pássaros». em guarani, uma opinião entre várias;

— o assenhoreamento da terra descoberta, isto é, sua disputa aos indígenas nela encontrados, e

— o domínio sobre a nova terra do país responsável pelo descobrimento. Espanha, no caso.

Como ocorre a todos estes jovens países americanos, por enquanto o «prólogo» é bem mais avantajado que o «drama», aliás em sentido próprio, isto é, no presente momento ele excede exatamente em 133 anos a história do Uruguai soberano, dado que a terra possuindo 457 anos de idade — contando do descobrimento é óbvio —, 295 gastou-se sob o jugo colonial, sobrando, portanto, 162 de vida livre. Isto no corrente ano de 1973, faz-se claro.

6. A revelação do Uruguai não entende apenas o descobrimento da terra por Solís, Magalhães, Caboto e García, mas o relacionamento dessas quatro expedições com o Brasil e o ciclo de navegação em que se integram, mas, ainda, — para aqueles que pouco sabem, ou nada sabem, de Uruguai —, noção rápida quanto à configuração e lindes geográficas do país; solo e clima uruguaios; dimensões territoriais e população, e quanto ao porquê da denominação *Banda Oriental del Uruguay*.

7. O descobrimento do Uruguai coube ao espanhol Juan Díaz de Solís (1516), acompanhado mais ou menos de perto por Fernando de Magalhães, português (1520), Sebastião Caboto, veneziano (1517), e Diego, ou Diogo, García, outro português (1528). A respeito das primeiras expedições portuguesas e espanholas ao Atlântico meridional sabe-se muito pouco, quase nada. É grande a deficiência documental. O que há «... são conjecturas, máxime quanto às chamadas «viagens avulsas», conjecturas ainda do domínio da erudição e de pesquisas até hoje inconcludentes». (1) E o mais provável é que assim permaneçam. Luciano Pereira da Silva, um dos sabedores mais conceituados dessas questões declarou não alimentar «esperanças maiores». (2)

8. Sabe-se, assim mesmo, que das quatro expedições em questão três passaram pelo Brasil: a de Solís, a de Magalhães e

a de García. Solís teria visitado com vagares extenso setor dos litorais brasileiros; Magalhães, buscando abastecimentos, fundeara na baía de Guanabara, e García estivera demoradamente em São Vicente, sendo que Solís e García é bem possível que em águas e terras brasileiras é que hajam concertado as respectivas excursões aos mares do sul, porque García, pelo menos, sabe-se que permaneceu mais de ano nos litorais paulistas, e quanto a Solís, na exploração minuciosa que fez dos litorais brasileiros, da Bahia para baixo, há-de ter gasto tempo.

9. O descobrimento do Uruguai, por Solís, prende-se ao segundo grande ciclo de navegações, ao ocidental ou americano, *mas de modo particular ao ciclo brasileiro*. Encontrando-se o que se chamaria de *Brasil* na interferência de duas rotas, a que levava à América e a que conduzia à Índia, rotas que se cruzavam na linha equatorial, o futuro Brasil seria fatalmente descoberto, *mas com ele o resto do litoral sul-americano*. Em última análise, o descobrimento do Uruguai *se processou em função do descobrimento do Brasil*, que se verificara dezesseis anos antes, em 1500.

10. Geograficamente, o Uruguai é um quadrilátero — realmente possui quatro lados irregulares —, de 200 mil km², aproximadamente, de superfície — 186.926 km² é o cálculo oficial —, dividido pelo Rio Negro em duas porções quase equivalentes em área, a *cisnegrina*, aquém Rio Negro, e a *transnegrina*, além Rio Negro, é quadrilátero assimétrico que se encontra encaixado entre duas grandes massas territoriais, a argentina e a brasileira, sendo que desta última, da brasileira, é *nítido remate geográfico*, isto é, *confim meridional dos pampas rio-grandenses, cujos limites naturais são as barrancas orientais do Rio da Prata e, para oeste, as do Rio Uruguai*.

11. O Uruguai possui, assim, limites nítidos para o leste — Atlântico —, para o sul — Rio da Prata —, e para o oeste, Rio Uruguai. Mas para o norte *não os tem, confunde-se com a estepe brasileira do Rio Grande, com a qual integra uma unidade geográfica*. Fisiograficamente, o Uruguai *é um pedaço do Brasil, o pedaço extremo-meridional do Brasil*. (3) A delicadeza internacional do Uruguai, máxime para nós, brasileiros, explode — é o termo —, desta constatação de índole telúrica.

12. O solo herbáceo e ondulado, «*semejante a un mar suavemente agitado por el viento*», na frase feliz de um historiador oriental, (4) é parcamente semeado de coxilhas, «*cuchillas*», que de raro em raro excedem os quinhentos metros de altitude, o solo uruguaio é altamente indicado para a *ganadería por mayor*», isto, é, para a criação intensiva e em grande escala de vacuns e laníferos, por exemplo, mas também — dado o bom teor das terras —,

para as atividades agrícolas. Foi excelente campo de batalha. E continua sendo para países que tomados de acessos de egoísmo, e trocadas as armas convencionais pelas nucleares, não queiram mutuamente destruir-se.

13. A geografia não é madrasta no Uruguai, como nos trópicos e nas zonas frígidas. Suas «llanuras», de latitude temperada, são como que braços abertos aos afãs e ambições de naturais e alienígenas, se bem que quanto ao clima cumpre não exagerar os gabos. A esse respeito, se no Uruguai a natureza não é madrasta — disse —, como nas latitudes de calores pavorosos ou de frios intoleráveis — Índia e Rússia, por exemplo, respectivamente —, de qualquer forma ela é mãe dura, mãe que não prodigaliza favores e carinhos, isto é, é mãe, mas mãe severa, pois que aquelas formosas planícies de clima temperado são traiçoeiramente agressivas nos seus contrastes termométricos, pluviométricos, higrométricos e aerotelúricos, vale dizer, nas suas contraditórias temperaturas, precipitações, grande umidade e intensidade dos ventos que varrem a paisagem. (5) Climaticamente, o Uruguai revela-se hostil. Ouvi contar de velho uruguaio, residente na Europa, que dizia preocupar-se em demandar o Uruguai periodicamente a fim de visitar os «sobreviventes». Se anedota, a anedota é válida.

14. Territorialmente, o Uruguai não é um país pequeno, um «*pañuelo*», um «*país chico, pero politizado y próspero*», como lá dizem com ponta explicável de vaidade — «*nuestro metro quadrado de tierra*», na frase carinhosa, mas inexata, de Couture —, (6) porque, com efeito, possuindo em números redondos 200 mil km² de superfície, o Uruguai será «pequeno» na América do Sul, continente de países de quilometragem milionária e de modo particular consideradas as duas enormidades que o enquadram e como que o «esmagam» — Brasil e Argentina —, mas, a rigor, não o é, pois que dentro de suas lindes cabem folgadamente os 150 mil km² da Inglaterra — a Escócia excluída —, os 30 mil km² da Bélgica e ainda sobre espaço correspondente à metade da área da Dinamarca ou da Suíça. Mas, paradoxalmente, enquanto Inglaterra e Bélgica reunidas somam mais de 50 milhões de habitantes, o Uruguai dá-se ao «luxo» de acolher em seus limites menos de três milhões de almas. (7)

15. Demorando a leste, ou oriente, do Rio Uruguai, a «Patria Charrua» recebeu dos espanhóis o nome de «*Banda Oriental del Uruguay*» e seus nobres filhos passariam a se denominar a si mesmos de «orientales», aliás com certo desvanecimento. O Hino Nacional oficializaria a palavra: «Orientales, la Patria es la tumba!» No estrangeiro, porém, porque um pouco indeterminada e prestando-se a equívocos, a denominação não se generaliza. Hoje,

mesmo no país, ela é menos usada. Os noticiários policiais, na imprensa diária local, é que ainda não a dispensam.

16. Apesar de fracamente povoada a banda oriental do Rio Solis, primitivo nome do Rio da Prata, o assenhoreamento da terra, isto é, a conquista do território, não seria fácil aos recém-chegados e ainda aos que vieram depois. O empreendimento exigiria mais de dois séculos (1535-1750). O indígena local se distinguiria por particular indomabilidade e Solís, o descobridor, apenas desembarcado, seria a vítima número um da sanha dos donos da terra.

17. Seriam uns poucos de milhares de índios que se espalhavam pelos litorais e pelos campos grunhindo um guarani corrompido, uns cinco ou seis mil, segundo cálculos evidentemente arbitrários, mas não de todo despidos de alguma aproximação. Estes naturais se distribuiam entre três ou quatro tribos, preponderante o grupo *charrua*, ou *xarrua* — grafia também usada pelos brasileiros —, e, na opinião de Schüller, pertenciam todos à nação *guaicuru*, que cobria Rio Grande, São Paulo, Mato Grosso e Paraguai. (8)

18. Têm sido estudados, estes selvagens habitantes da Banda Oriental, nos seus caracteres antropológicos e culturais também. Sob este último aspecto, vem sendo devassada a vida que viviam, particularmente o idioma rudimentar que falavam, a religião que professavam e os recursos guerreiros de que se utilizavam. Carlos de Freitas, entre outros, seria incansável na pesquisa paleontológica, isto é, na busca de restos ou vestígios específicos. (9) A conclusão dos entendidos, porém, é a de que os indígenas uruguaios eram indivíduos degradados, pelo menos em plena decadência, aos quais faltaria tudo, inclusive noção menos obtusa de sociabilidade a mais rudimentar, mesmo. É que afastados e distantes dos grupos co-irmãos menos embrutecidos e vivendo num total insulamento, haviam-se aviltado estes autóctones. Foi assim que os encontraram os epanhóis: «... desconocian la agricultura y el pastoreo, no plantaban ni criaban animales». (10) Mas daria trabalho esta, por fim, sumida raça, aos *Adelantados* aos que «vinham na frente», (11) e aos abnegados missionários.

Com efeito, daria trabalho esta, por fim, extinta gente.

De la que el nombre apenas
han guardado las ondas y los bosques
para entregar sus notas al poema. (12)

19. Os *Adelantados* lutariam incessantemente das margens do Prata e do Uruguai às «*marañas*» — matagais —, do Queguai

e do Ibicuí. Esta infatigável conquista militar teve início em 1535 e só terminaria em 1750. Estranhamente, afirmou Zorilla de San Martín que as lutas contra os charruas encontraram seu termo no governo interino de Garay, isto é, entre 1576 e 1584, porque tal é de todo inexato. (13) Graves «*alborotos*» indígenas ainda se verificaram em 1707 e 1730, sendo que este último muito assustou os habitantes da recém-fundada Montevidéu. Aliás, é de recordar que só em 1832 seriam reduzidos por Rivera, no Queguai, os derradeiros remanescentes charruas.

20. Os missionários, em sua conquista pacífica — Frei Bernardino de Guzmán, Frei Villavicencio e Frei Aldao na vanguarda —, fizeram, inclusive, o impossível, sendo que nas Missões Orientais realizariam algo de bem parecido com o êxito sensacional dos jesuítas no Paraguai. Nesta conquista pacífica se inclui o dado fundamental por excelência: a fundação do Santo Domingo de Soriano — devida principalmente a Guzmán, supõe-se, «redução» que *equivaleria à pedra angular da nacionalidade uruguaia*. Curioso é que a data, sequer mais ou menos precisa, de evento de tão superlativa importância é de todo ignorada. Bastará dizer que as diferentes datas propostas pelos perquiridores oscilam entre 1624 e 1660.

21. Não seria nada desdenhável a incidência étnica e cultural de indígena na sociedade futura. Etnicamente, acusam-na os dados somáticos do «*criollo*» local e do «*chinerio*» interiorano. Tive oportunidade de fazer observações *in loco*. Culturalmente, confessam-na os hábitos na vida rural, o folclore, os topônimos abundantes e a literatura regional, sobretudo a poesia típica. Quanto a esta, bastará seja rastreada, mesmo distraidamente, para que verificada a forte influência das tradições indígenas. (14)

22. O domínio de Espanha na Banda Oriental, iniciado com a chegada do primeiro *Adelantado*, Pedro de Mendoza, 1535-37, (15) só ganharia corpo, oficialmente, em 1750, com o advento do governo regular, isto é, com a organização administrativa e o código específico, as *Leys de Indias*, procedentes do reino. Donde perfeitamente explicáveis as invasões e o estabelecimento dos portugueses entre 1680 e 1750, setenta anos ocorridos. Não falo em *direito* que se *justifique*, mas em *fato* que se *explica*, compreenda-se bem. Não seja esquecido que as «reduções» sorianas encontravam-se à beira do Rio Uruguai e que as longínquas e desertas fronteiras nortistas — seria lícito falar em «fronteiras»? —, eram permanente convite às incursões de «*bandidos y aventureros del Brasil*». A verdade é que os campos interioranos eram «terra de ninguém». Acresce que na Banda Oriental, até 1750, a presença da autoridade era, a rigor, nenhuma, e os *Adelantados*, além de não

sediarem nela, jurisdicionavam toda a região platina e o Paraguai também.

23. A fundação da Colônia do Sacramento, por Manuel Lobo, em 1680, sem embargo dos três sítios que sofreu entre 1680 e 1734 — o de José de Garro (1680), o de Garcia Roz (1705) e o de Miguel Salcedo (1734) —, seria por duas vezes oficialmente reconhecida, em 1681 e em 1713, desta vez pelo tratado de Utrecht, e portuguesa foi ainda, praticamente, a primeira fundação de Montevidéu, em 1723. Estas incursões lusitanas, e outras menores, tiveram significação muito expressiva e méritos assinaláveis. Escreveu o reputado Bauzá que «...a no haber intervenido los jesuítas y los portugueses, *que aguijonearon una rivalidad provechosa*, este país no había sido, al promedier el siglo XVIII, el embrión de una nacionalidad civilizada, *sino un conjunto de campiñas desiertas, exactamente las mismas que encontró Solís al desembarcarse en nuestra playas*». (16)

24. Por antecipação, o tratado de Tordesilhas (1494) atribuiu a futura Banda Oriental à Espanha, mas posteriormente, quando já descoberta a região, o limite entre ela e o extremo meridião das possessões lusitanas relegá-lo-ia Madri ao mais completo abandono até já meado o século XVIII. Em fins do século XVII — já que o convênio tordesilhano havia tacitamente caducado por concordarem Espanha e Portugal que ele não mais atendia aos interesses respectivos —, decidiu Lisboa criar um posto militar nas barrancas do Prata, no local que se chamaria Colônia do Sacramento. Podia fazê-lo licitamente? Claro que sim, e tanto podia que por três vezes — em 1681, em 1713 e em 1761, agora pelo tratado de El Pardo —, seria reconhecido à Coroa de Portugal a condição de posseiro daquela sentinela avançada que zelaria a fronteira meridional da América portuguesa. É bem verdade que em 1750, pelo tratado de Madrid, e finalmente pelo tratado de Santo Ildefonso, em 1777, a Colônia do Sacramento foi entregue à Espanha, *mas uma presunção de legitimidade pairaria sempre sobre a presença de Portugal nas Bocas do Prata*. Bem maior que a de Espanha que, hesitante, só em 1777 se apercebeu, definitvamente, de que estava sendo «lesada em seus direitos».

25. Por falar em limites, cabem aqui duas considerações a respeito de duas pretensões uruguaias, hoje do domínio da história, quanto a limites setentrionais: a da divisória nas alturas de Cananéia, no litoral paulista, e a que tange à reivindicação da região missioneira, juridicamente território rio-grandense-do-sul a partir de 1851. A primeira reivindicação, de que ainda se fazem eco alguns renitentes historiadores uruguaios, valeu por completo absurdo. Justamente devido ao ímpeto incontido e incontível dos

penetradores portugueses, primeiro, e brasileiros, depois, para além de Belém, ao norte, e para além de Santa Catarina, ao sul — evento de todo em todo explicável, pois que o aprioristico tratado de Tordesilhas era, de si mesmo, um disparate —, exatamente devido a isso é que o convênio de 1494 foi dado por perempto por ambas partes. Quanto à reivindicação das Sete Missões, esta parece-me procedente. O tratado de Madri e, mais tarde, o de Badajós, erraram cedendo-as a Portugal. *De fato* e *de jure* estas povoadas terras pertenciam à Banda Oriental e é com fundado motivo que os uruguaios lamentam a perda deste «*rico florón de los dominios nacionales*». Ocorreria que, quando celebrado o tratado de 1851, já entre Brasil e Uruguai soberanos, havia meio século que as Missões estavam incorporadas ao território brasileiro. Eis por que foi alegado pelo Brasil o *uti possidetis de facto*. A mim, entretanto, o argumento sempre se me afigurou débil. Débil e pouco equânime. Em nosso decente e exemplar comportamento internacional haveríamos de pecar alguma vez.

26. Não se encerraria a fase da conquista do território — 1535-1750, 215 anos de peleja com os charruas —, sem que se verificassem quatro acontecimentos cruciais e decisivos para a futura República do Uruguai:

— a introdução do gado, por Hernandarias (1600-09);
— a criação da «*Gobernación*» do Rio da Prata, integrada por Argentina e Uruguai (1618);
— a fundação de São Borja (1625); e
— a fundação de Montevidéu (1726).

Os vacuns e eqüinos de Hernando Arias de Saavedra — aliás, governador de Assunção, entre 1591 e 1619 —, seriam a origem dos «*cimarrones*» — animais selvagens —, que opulentariam, até com demasias, as «*llanuras*» sem fim e propiciariam o aparecimento de original população «*campesina*» — o «*gauchaje*», a gauchada —, que tão fortemente vincaria a vida política, econômica, social e cultural da nação em perspectiva. (17) A criação da «*Gobernación*» rio-platense era o prenúncio da similar autônoma de Montevidéu (1751). A fundação de São Borja era o ponto alto da conquista pacífica nas Missões, era o sucesso jesuítico do Paraguai reeditado nas Missões Orientais. A fundação de Montevidéu — aliás refundação —, por Bruno Maurício de Zavala, daquela que seria a «*Nueva Troya*», era o início da preponderância da cidade sobre o campo, era o prefácio do destino macrocefálico do Uruguai.

---

27. A semelhança dos historiadores brasileiros, em relação à colonização de Portugal, os historiadores uruguaios não poupam

a colonização de Espanha. Esta colonização teria sido ineficaz, «*del todo infecunda*», na opinião de Bauzá, precisamente na opinião do historiador que, no Uruguai, mais a estudou. (18) Ineficaz tanto sob os aspectos político e social, quanto dos ângulos econômico, religioso e cultural. À primeira inspeção, parece que não exageram. Pelo menos, a «*manzana de la discordia*» — a famigerada Colônia do Sacramento — teria por origem, exatamente, a desídia das autoridades coloniais da Península. Um exemplo entre muitos alegados.

28. Entre 1750 e 1811, 61 anos justos, os governadores militares de Montevidéu, praça forte — a *Ciudadela* —, foram sete: José Joaquín de Viana, Agustín de la Rosa, Joaquín del Pino, Antonio Olaguer y Feliú, José de Bustamante y Guerra, Pascual Ruíz Huidobro e Francisco Javier de Elio. Sob Viana, foi a execução do tratado de Madri, a fundação de Salto, Maldonado e São Carlos e o quarto sítio da Colônia do Sacramento. Sob del Pino — governo longo e rico em acontecimentos —, foi a prossecução da luta contra os portugueses, a fundação de Conelones, ou Guadalupe, Pando, Santa Lúcia, San José, Colla, ou Rosário, Minas e Las Piedras, a liberdade do comércio, a criação do vice-reinado, a execução do tratado de Santo Ildefonso, a expedição de Ceballos contra os portugueses e o quinto e último sítio da Colônia do Sacramento. Sob Feliú, foi a introdução da escravatura negra, a exploração da pesca, a primeira escola gratuita e a fundação de Mercedes, Rocha e Melo. Sob Bustamante, foi a fundação de Batoví, Belén, Florida, Dolores e Porongos ou Trinidad. Sob Huidobro, foram as invasões inglesas. Sob Elio, foram os pródromos da Revolução.

29. Sob estes governos, exceção feita do de Agustín de la Rosa, destituído por inépcia e corrupção; do de Huidobro, interrompido pelas breves, mas graves, invasões inglesas, e do de Elio já prejudicado pela convulsão revolucionária, sob os quatro outros governos foi a disseminação de povoações país adentro e a defesa incessante e impertérrita, não apenas da Banda Oriental, mas de Buenos Aires e Paraguai também, contra as investidas de outros povos mais fortes e mais vorazes. Estava inaugurada a integração, num só Uruguai, das duas porções territoriais que o Rio Negro divide, a cisnegrina e a transnegrina. Não foram ineficazes os governos que se desincumbiram à sombra dos canhões do Cerro.

30. As chamadas «duas invasões» britânicas (1806-07), na realidade foram quatro: a de Popham, a de Auchmuty, a de Whitelocke e a de Crawford. Das duas últimas diz-se que foram meros reforços. É exato, mas, pelo vulto dos recursos aportados, equivalentes a invasões autônomas. Do «hiato inglês» tiraria o

Uruguai os seus proveitos: «... los ingleses endilgaron el país en los secretos del gobierno libre y en las aspiraciones de dignidad civil que le son anexas». (19) Aliás, o *Southern Star — Estrela do Sul* —, em seu número de 23 de maio de 1807, declarou: «Os ingleses vieram, não como conquistadores, mas como defensores. Querem emancipar o povo e entregar-lhe a justa liberdade». Com as devidas ressalvas, há que reconhecer que o jornalzinho não mentia, porque os ingleses, em que pesem seus defeitos — que não são poucos, nem leves —, têm sido ao longo destes séculos mais próximos genuínos «plantadores» de nações livres.

31. O domínio espanhol merece críticas severas. O aparelhamento administrativo colonial poderia realmente ser mais singelo, isto é, autoridades singulares e órgãos plurais poderiam ser menos numerosos. Vice-reis, capitães e governadores gerais, *Adelantados*, corregedores e intendentes; Reais Audiências, Consulados de Comércio e *Cabildos*, (20) sem falar nas autoridades peninsulares — rei, conselho das Índias, Casa de Contratação e Consulado das Índias —, de fato era muita coisa, muita burocracia entorpecedora e, portanto, inútil. A responsabilidade se encontrava tão diluída, além de tão distante do controle do reino, que, a rigor, sobre ninguém pesava responsabilidade alguma. Como no Brasil. Socialmente, a Colônia era um mosaico confuso de reinóis, nativos, mestiços e negros que se distribuíam na cidade e no campo compondo as duas populações, a urbana e a rural, e cuja incontinência sexual, caracterizada por nada disciplinada mistura de sangues, ameaçava a sociedade futura de vir a ser mero produto de miscigenação inferior. Como no Brasil. Economicamente, vigorava o regime do monopólio férreo, emperrador de quaisquer iniciativas e de qualquer progresso. Como no Brasil. Religiosamente, era a tirania de um clero despreparado e fanático, e a submissão nada edificante de multidão de fiéis estúpidos e de credulidade grosseira e quase repelente. Como no Brasil. Culturalmente, era a crassa imbecilidade do maior número e a «ciência» pedante e falsa de meia dúzia. Como no Brasil. Aparentemente, a Colônia era isto.

32. *A primeira inspeção*, parece que não exageram, disse eu, referindo-me à atitude pouco amável dos historiadores uruguaios quando apreciam a colonização espanhola. Com efeito, não exagerarão quando — o que é mais provável, mas desaconselhável —, se situam nos tempos que vivem e julgam segundo a própria mentalidade. Mas se se inserem naquele passado distante — o que é menos provável, mas exatamente o aconselhável —, e pretendem *viver o «way of life»* dos dias coloniais, isto é, os critérios de vida e a pauta de comportamento dos séculos XVI, XVII e XVIII —

neste caso os denegridores da colonização espanhola erram e erram com particular gravidade.

3. É que a colonização da América — a realizada por Espanha, como teve Portugal por responsável — revela méritos e méritos a que se renderiam a serenidade e a objetividade dos pósteros. Administrativamente, foi um pouco de ordem na desordem integral. Socialmente, foi um prelúdio da integração racial e da vigência democrática futuras. Economicamente, foi a defesa da riqueza potencial da terra contra a avidez desenfreada de franceses e ingleses. Religiosamente, foi o freio moral de todo indispensável a qualquer sociedade, mas sobretudo às comunidades em germe. Culturalmente, foi a parcimônia livresca que os grupos em formação reclamam, porque menos necessitados de concentração intelectual que de ação física indormida e de trabalho braçal ininterrompido e fecundo. — Não sejamos injustos para com espanhóis e portugueses daqueles tempos duros em que o homem sendo um bruto eminentemente telúrico, talvez, e por isso mesmo, fosse mais homem.

II

«LA PATRIA VIEJA»

(1811-1830)

34. A história de «*La Patria Vieja*» eu a vejo dividida com naturalidade em dois compassos nítidos:

— a empolgante aventura artiguista, que se lê de pé, tomado de emoção (1811-20), e

— o imediato post-artiguismo (1820-30), em que, paradoxalmente, e, aliás, assim seria até 1850, ano em que morreu Artigas — viveu o Uruguai, consciente ou inconscientemente, sob a absorvente inspiração do prócer que envelhecia, aparentemente esquecido, no ostracismo voluntário em terra estranha.

35. *La Epopeya de Artigas*, de Zorilla de San Martin, talvez seja obra um pouco declamatória e prolixa — menos história tranqüila que poesia condoreira —, mas em nada se excedeu o cantor de *Tabaré* quando escreveu em letras de bronze que «el — Artigas — es la encarnación genuina de la Patria, la condensación de todas nuestras tradiciones y nuestras glorias». ([21])

36. *In genere*, a insurreição oriental de 1811 filia-se à «Revolución de Mayo» — é conseqüência dela, por conseguinte —,

mas não esquecido que o Uruguai — o de ontem, o de hoje e o de sempre — identificou-se, identifica-se e identificar-se-á com a pessoa e com o espírito de José Gervasio Artigas. Donde, antes de mais nada, o paladino, nas cogitações de todo aquele que com a história do Uruguai se preocupe. Depois, por acréscimo, o resto. Com efeito, o que se nos afigura mera atitude literária, ou patrioteirismo inconsistente, quando conhecemos pouco e mal o assunto, quando o aprofundamos surge-nos como evidência viva como a própria vida e como palpabilidade nimbada de luz que enceguesse. Não sei de mística nacional mais pura e de fervor coletivo mais autêntico. (22)

37. Fisicamente, ignora-se como terá sido Artigas. Mas por dele não existir um só retrato, daguerreótipo, ou coisa que valha, nem por tal desconhecem os uruguaios os precisos dados somáticos do seu herói. Compreende-se. É que seus afãs, seus ideais, suas agruras e suas realizações traduzem-lhe com tamanha fidelidade os lineamentos corporais, que todo aquele que lhe viva a vida que ele viveu poderá dizer animado de certeza plena: *em carne e osso ele foi assim*. Eis por que, sem hesitações e sem meias-palavras, como se o houvera conhecido em pessoa, De Maria pode descrevê-lo com segurança: «Era de boa presença, a estatura mediana, a tez branca, o rosto ovalado, o nariz aquilino, o peito largo, a testa dilatada, os cabelos negros, bastos e crespos, e os olhos pardos, profundos e expressivos». (23) De posse desses elementos e em golpes firmes e convictos, Belloni esculpir-lhe-ia os traços, os traços que os uruguaios contemplam com respeito comovido, mas com respeito familiar e amigo, porque todos eles acreditam já havê-lo visto e tratado alguma vez. (24)

38. Sim. Há de ter tido desempenado e nobre o porte, como os justos, o homem desambicioso e altivo de *Las Piedras* e o chefe austero do *Hervidero*. Há de ter tido negros, fartos e longos os cabelos, como os profetas, o homem que acaudilhou o êxodo bíblico de 1811. Há de ter tido nariz de águia e frente ampla, como os inspirados, o pensador sagaz das Instruções do Ano XIII. Há de ter tido branco e ovalado o rosto, como os santos, o patriarca que sofreu, sem queixas, a ingratidão dos próprios filhos. Há de ter tido o olhar agudo e penetrante, como os magos, o vidente que não duvidaria da Pátria soberana e próspera que o futuro ocultava entre sombras más. A este homem cobriram-no os argentinos de injúrias: era um «bárbaro», «bandoleiro», «anarquista», «contrabandista», «sanguinário», «traidor» e puseram-lhe a cabeça a prêmio. Os brasileiros — e ele já se encontrava praticamente subjugado! —, considerados por sua bravura leonina e, mais que tudo, pelo idealismo sem jaça do Cincinato oriental, olharam-no com

atenção, respeito e apreço: ofereceram-lhe o coronelato em seu Exército, pensão vitalícia e vida tranqüila e atendida na Corte do Rio de Janeiro. (25)

39. 1811-1820. Dez anos mal contados. Tanto durou a epopéia artiguista. Mas, nestes nove anos e sete meses o povo oriental viveria um século. Por isto não é de estranhar que a fidalga aventura cubra nada menos de sete etapas bem configuradas:

— o «grito de Ascencio» (fevereiro a maio de 1811),
— o êxodo (maio de 1811 a junho de 1812),
— o ano XIII (1813),
— Otorgués (1814-15),
— Purificación, a etapa áurea (1815-16),
— o malogro da «santa loucura» (1816-20) e
— Curuguati e Ibirai (1820- ..) (26).

40. Antes, porém, as raízes da sublevação da Banda Oriental. A etiologia profunda residia na superação da subalterna condição colonial: «... el tiempo demostró que España no tenia medios de adelantar aquella civilación hasta sus más elevados fines y entonces se alzó el pueblo para substituir su voluntad y su fuerza al derecho y las pretensiones del rey. Esta es, descarnada de todo subterfugio, la causa verdadera de la Revolución, que no fué una ingratitud, sino una necesidad». (27) Sim, em princípio, mas sem maior determinação, sobretudo sem nenhuma hostilidade ostensiva, era esse, sem dúvida, em 1810, o pensamento da escassa elite montevideana. «La dominación española nos dió todos los elementos que necesitaba el país para ascender de las oscuridades del barbarismo a las esferas de la civilización cristiana». (28) Perfeito, entretanto «mientras la América indígena tuvo necesidad de la conquista para libertarse de la idolatría y del salvajismo, y mientras vivíamos en la infancia del coloniaje, necesitabamos de su tutela. Mas cuando llega la mayoridad la patria potestad cesa.» (29) Esta, repito, a motivação mediata da revolução uruguaia.

41. Mas, quanto à imediata e eficaz repercussão no Uruguai da Revolução de Maio, verificada em Buenos Aires, tenho minhas dúvidas. Com efeito, a destituição do vice-rei Cisneros e o estabelecimento da *Junta do governo próprio,* não impressionariam maiormente Montevidéu, tanto que a conspiração acaudilhada por Cavia, Murguiendo e Vallejo, entre outros, a rigor não teve conseqüências. Ao contrário, dando provas de que guardava fideli-

dade à Espanha, a praça forte acolheu Vigodet, o novo governador, em 1810, e em seguida acolheria Elío, o novo vice-rei, em 1811. Isto sem embargo da enérgica e ameaçadora atividade da Junta buenairense que inclusive enviava expedições anti-realistas às províncias, como a de Balcarce, ao Alto-Peru, e a de Belgrano, ao Paraguai. *Artigas, ele sim, seria o fautor excelente da Revolução na Banda Oriental. Ele, por si só, com sua determinação e seu prestígio, a gênese do movimento antiespanhol em terras cisplatinas.*

42. O «grito de Ascencio», à semelhança do «grito do Ipiranga», no Brasil, onze anos mais tarde (1822), seria a clarinada que conclamaria os patriotas do outro lado do Prata. Ocorrido em fevereiro de 1811, propagar-se-ia como um incêndio, sem nenhum excesso de expressão. Entre fevereiro e maio, o «grito de Ascencio», à frente Artigas, seria o responsável pelos choques bem sucedidos de Colla, Paso del Rey, San José e Las Piedras. A Banda Oriental aderira à Revolução de Maio pela mão do tenente-coronel de *blandengues*, isto é, do corpo de cavalarianos que Bustamante criara em Montevidéu, em 1797.

43. Entre maio de 1811 e junho de 1812, de séria divergência entre Artigas e os homens de Buenos Aires — os governantes revolucionários «porteños» —, adviriam conseqüências de muita importância. Sem embargo do bem sucedido sítio de Montevidéu e de outros êxitos — a chegada de Rondeau, com auxílios; a tomada de Colônia, por Benavides, e o feliz assalto aos depósitos espanhóis da «Isla de Ratas» —, o armistício celebrado pela Junta com Elío, suspendendo o cerco, contou com a mais formal desaprovação do prócer uruguaio. Assim, justamente receoso de que os peninsulares, liberados das muralhas que os encarceravam, acometessem com sucesso os patriotas, dado que melhor armados e municiados, Artigas ganharia as costas do Ajuí — Entre-Rios —, fazendo-se acompanhar, calcula-se, de três mil soldados e dezesseis mil civis, vale dizer, de aproximadamente um terço da população total da Província, que ao tempo não contaria mais de 60 a 65 mil almas. Um verdadeiro êxodo, o *Êxodo do Povo Oriental*, que duraria quatorze meses. Esta operação, ao mesmo tempo que de beleza épica e de alta significação cívica, teria, militar e politicamente, efeitos muito apreciáveis. *Artigas alarmava o Triunvirato, como alarmara a Junta e alarmaria o Diretório*. Com efeito, Sarratea juntar-se-ia traiçoeiramente aos uruguaios e a Carlos Alvear seria encomendada tentativa de acomodação junto ao chefe dos orientais, mas frustradamente, compreende-se, porque a reta percepção de Artigas no que tange ao tipo de federalismo que sonhava não lhe permitiria aceder aos de

Buenos Aires. Donde explicar-se, de um lado, a invasão portuguesa das Missões Ocidentais — se bem que convocada por Elio e se bem que seguida do Convênio de evacuação Rademaker-Herrera, negociado pelo Triunvirato —, e, de outro lado, o apelo de Artigas aos paraguaios. Fazia-se urgente conter a sanha dos *unitários*.

44. 1813 assinala o prólogo da etapa áurea (1815-16). Após a batalha do Cerrito, ganha por Rondeau, Artigas atingiu o Paso de la Arena acompanhado de cinco mil homens e incorporou-se ao cerco de Montevidéu. Em abril, teve lugar o primeiro Congresso Nacional em Tres Cruces, que estabeleceu a autonomia provincial e elegeu o *Protector de los pueblos libres* Presidente da Banda Oriental. É a primeira Declaratória da Independência. 1813 é, sobretudo, o ano das justamente famosas *Instruções*, isto é, o ano da elaboração e divulgação do lúcido, entretanto discutido, sistema federal artiguista que congregaria a Banda Oriental, Entre-Rios, Corrientes, Santa Fé, Córdoba e Missiones nos *Estados Unidos do Rio da Prata*. (30) A reação do centralismo argentino não se faria esperar. A nós, os de hoje, espanta a obnubilação dos «porteños» (vd. nota 50).

45. Entre 1814 e 1815, reinaram os argentinos em Montevidéu e a cabeça de Artigas foi posta a prêmio pelo Diretório: que o capturassem, ao «traidor»! Sem embargo, e paradoxalmente, insistiam os «porteños» em atraí-lo e «reabilitá-lo»: enviou-lhe o Diretor Posadas a missão Candioti-Amaro e — como que desejando contribuir para confundi-lo e embaraçá-lo — buscou subornã-lo o próprio vice-rei de Lima: «Yo no soy vendible», contestaria Artigas. Mas o *Protector de los pueblos libres* não repousava e não descria. Se bem o preocupassem notícias recentes — Montevidéu estava prestes a sucumbir sob os canhões de Brown, preposto dos de Buenos Aires —, saiu vitorioso Artigas do encontro de Espinillo, em Entre-Rios e sublevou as províncias do litoral. Felizmente, o domínio argentino em Montevidéu seria breve, negociada que foi a praça forte, aliás, por iniciativa do Diretor Alvear. Havia-o interrompido, ao domínio argentino, Fernando Otorgués, bom soldado, mas mau administrador, logo substituído por Miguel Barreiro que, ao invés, governaria sabiamente a cidade. Antes, em Marmarajá, Otorgués fora infortunado — derrotara-o Dorrego, mas em compensação Rivera aniquilara os da outra banda na ação decisiva de Guayabo. A etapa merece o rótulo, *etapa de Otorgués*, porque Otorgués é que teria a honra de desfraldar por vez primeira, na *Ciudadela*, a bandeira tricolor de Artigas — a flâmula nacional originária —, o Otorgués é que pronunciaria estas palavras que o vento jamais levaria: «... aposentate entre nosostros, unión deseada, y fija tu trono en la Banda Oriental». (31)

46. Entre 1815 e 1816 — etapa áurea —, desdobrou-se como se fora um fogo fátuo o belo minuto de Purificación, «pueblo» debruçado sobre as águas mansas do Hervidero e cronologicamente a primeira Capital da República. No Congresso de *Concepcion del Uruguay*, ou *Arroyo de la China*, foram solenemente lançados os fundamentos da Liga Federal, presentes representantes credenciados das seis províncias integradas — país que teria de superfície, aproximadamente, 500 mil km² —, e para logo deu início Artigas, vigorosamente, à organização e fomento da Província Oriental. Explicavelmente, não foi grande coisa o que Artigas realizou pacificamente, como administrador, no compasso de espera de Purificación. Bauzá exageraria afirmando que «en el orden civil y administrativo, mucho se hizo». De qualquer forma, seja assinalada a primeira divisão do país em seis departamentos, a fundação da primeira biblioteca pública e a organização do primeiro aparelhamento judiciário do Uruguai livre. Quando da inauguração da biblioteca é que escreveu Artigas, em mensagem enviada do Hervidero, a frase que será no Uruguai eternamente repetida como um refrão sagrado: «Sean los orientales tan ilustrados cuanto valientes».

47. Mas os inimigos da outra banda não dormiam. Desesperançados, restou-lhes o recurso derradeiro e vil: a entrega do Uruguai aos portugueses. Secundada pelos monarquistas de Buenos Aires — os Rivadávia, os Belgrano, os Pueyrredón, far-se-ia viável a insensata política platina da irmã de Fernando VII, de Espanha, e naturalmente a providência inicial seria a ocupação *manu militari* do país de Artigas. A tarefa não seria fácil — duas campanhas foram necessárias —, e bom número de refregas se verificaram entre as valorosas hostes artiguistas e os veteranos de Portugal — provinham eles dos embates ainda recentes com os adestrados soldados de Bonaparte —, mas, por fim, esgotadas as energias já tão provadas, a «Patria Vieja» sucumbiria.

48. Foram duas as campanhas, efetivamente, em quatro anos. Reuniram doze mil soldados portugueses, sendo que os do Corpo de Voluntários Reais haviam participado da guerra peninsular às ordens de Wellington. Ambas campanhas obedeceram ao comando de Carlos Frederico Lecor, barão da Laguna. A primeira campanha já foi infeliz para Artigas. Afora os combates de Sant' Ana, Sauce e Pablo Páez, os uruguaios foram batidos em São Borja, Ibiracuí, Carumbé e India Muerta. A segunda campanha foi um desastre completo para os patriotas. Depois das derrotas de Arapeí e Catalán, foi a entrada triunfal do invasor em Montevidéu. Não seria menos infortunada a teimosa prossecução da luta contra os lusitanos e, ao mesmo tempo, contra os argentinos,

na chamada «guerra contra Pueyrrodón». Contra os portugueses, se foram bem sucedidos os encontros de Pichinango, Guaviú, Chapicuí, Rabón e Santa Maria, em contrapartida a provada vitória lusa de Tacuarembó valeria por todos aqueles êxitos parciais e discutíveis. Os de Buenos Aires seriam eficientemente servidos por caudilhos do litoral, principalmente por Ramirez, de Entre-Rios, que submeteu definitivamente Rivera, em *Tres Árboles*, encerrando a «santa loucura».

49. Aos 23 de setembro de 1820, José Gervasio Artigas, legendário em vida, deixou-se abater pelo desalento e rumou para o exílio voluntário de que não mais regressaria. Antes, recusara expressivamente o auxílio hipócrita de Pueyrredón: «El jefe de los Orientales ha manifestado en todo tiempo que ama demasiado su patria para sacrificar este rico patrimonio al bajo precio de la necesidad». Aqueles que o observaram no melancólico momento em que vadeou o Rio Paraná, pareceu que, abúlico, seria incapaz de ligar duas idéias. É possível, porque certa vez, em roda amiga, dissera que não tinha por hábito raciocinar sempre que o poder de decisão não se encontrava em suas mãos.

50. Entregou-se ao estranho Dr. Gaspar Rodrigues de Francia. Deram-lhe por asilo, primeiro, o Convento da Mercê, em Assunção, e depois a longínqua Curugnati. Sob Carlos Antonio López, em 1840, seria trasladado para Ibirai, nos arrabaldes da Capital. — Vigaram-se em Artigas, pessoalmente, os unitários da Logia Lautaro, associação maçônica todo-poderosa, ao tempo, em Buenos Aires e «ninho» de monarquistas e de mortais adversários do federalismo, máximo do federalismo artiguista.

51. O pensamento *federalista*, aliás *confederal*, de Artigas, tem sido objeto de literatura abundante e polêmica. Mas, com sinceridade, nada bastante que a respeito tem-me passado pelos olhos satisfaz-me. Nem mesmo a excelente contribuição de Demicheli. (32) Em minha opinião, o pensamento de Artigas, em apreço, não há que ser buscado imaginado, elucubrado, conjecturado, presumido ou discutido, em suma, como se ele, Artigas, houvera sido um confuso, ou indeterminado, em suas «nebulosas intuições». Uso de três elementos de incontestável objetividade para, no caso, concluir satisfatoriamente:

— as condições intelectuais de Artigas,
— as instruções 9ª e 10ª, do Ano XIII, e
— as próprias palavras de Artigas, dirigidas ao general Paz.

52. Sabidamente — além de homem eminentemete telúrico, isto é, de homem rigorosamente identificado com o seu meio e

sua gente —, sabidamente Artigas foi homem suficientemente ilustrado: freqüentara biblioteca variada, rica e numerosa, longos anos custodiado por seu pai, Martin José Artigas, depositário do *Cabildo* montevideano, e estudara com particular afinco — lendo-os mesmo nos intervalos que a ação militar e guerreira lhe oferecia — os textos constitucionais norte-americanos colecionados pelo venezuelano Manuel García de Sena, livro publicado em 1811. Assim, sem ser, a rigor, homem de estudos, homem de gabinete, possuía Artigas condições para saber, raciocinadamente, o que queria.

53. As instruções 9ª e 10ª do texto definitivo e completo, de 5 de abril de 1813, dispõem com meridiana clareza:

> Que esta Provincia retiene su soberania, libertad y independencia; todo poder, jurisdicción y derecho, que no es delegado expresamente por la Confederación a las Provincias Unidas, que decidirán juntas en Congresso» (9ª instrução).
>
> «Que esta Provincia por la presente entrará separadamente en una firme liga de amistad con cada una de las otras para su defesa común, seguridad de su libertad, y para la mutua y general felicidad, obligándose a asistir cada una de las otras contra toda violencia, o ataques hechos sobre ellas, o sobre algunas de ellas, por motivo de religión, soberania, tráfico o algún otro pretexto, cualquiera que sea (10ª instrução).

54. Estes dispositivos, se bem que redigidos com alguma prolixidade, configuram, inclusive com certo rigor técnico, o que se chama de *regime confederado*, isto é, uma associação de Estados soberanos, que conservam integralmente sua autonomia e sua personalidade internacional e, para certos fins especiais, cedem permanentemente a uma autoridade central parte de sua liberdade de ação: por exemplo, manutenção da paz entre os confederados, defesa dos mesmos e proteção dos interesses comuns.

55. Ao general Paz, no seu retiro de Curuguati, em dias de 1846, declarou Artigas:

> Tomando por modelo a los Estados Unidos, yo queria la *autonomia* de las provincias, dándole a cada Estado su gobierno proprio, su constitución, su bandera y el derecho de eligir sus representantes, sus jueces y sus gobernadores entre los ciudadanos naturales de cada Estado. Esto es lo que yo había pretendido para mi provincia y para las que me habian proclamado su protec-

> tor. Hacerlo así habría sido darle a cada uno lo suyo. Pero los Pueyrredones y sus acólitos querían hacer de Buenos Aires una nueva Roma imperial...

56. Donde a conclusão de que — em nome de imperativo geográfico e em nome da necessidade de um Estado intermediário, entre Argentina e Brasil do futuro, que inclusive asseguraria a paz sul-americana — Artigas desejava convictamente a Confederação, mas uma Confederação em que a Provincia Oriental *guardasse especial condição* e Confederação sem a «nueva Roma imperial», ou possivelmente com Buenos Aires também, mas mais tarde, quando os «Pueyrredones» estivessem animados de outra mentalidade.

57. Naqueles agitados dias rio-platenses, mesmo após vividos os de maior paixão, homem da envergadura de Bartolomeu Mitre considerava Artigas «anarquista» e «desorganizador». Contemporâneos do prócer, argentinos, dois homens apenas o compreenderam: Sarmiento e Alberdi, (33) isto é, unicamente dois argentinos, (34) ao tempo, tiveram percepção clara de que Artigas agia em obediência a um categórico iniludível: *o Uruguai, juntamente com outras provincias, ou não, deveria ser uma soberania neutral em nome do exigente mandamento geográfico*. Compreendeu-o o esclarecido Sarmiento — mesmo contraditoriamente chamando-o de «monstruo», a Artigas —, quando ideou sua «Cidade do Prata», *Argirópolis*, ou Capital dos Estados confederados do Rio da Prata, «solución de las dificultades que embarazan la pacificación permanente del Rio de la Prata», (35) e compreendeu-o o não menos lúcido Alberdi quando escreveu: Artigas «es un heroe democrático de la emancipación, un jefe elegido por voluntad popular, que substituye a los jefes elegidos por la voluntad del rey.» (36)

58. Mas assim mesmo, necessário seria que os tempos corressem sobre os tempos para que historiador argentino pudesse, enfim, afirmar desembaraçadamente e sem complexos:

> Artigas, al pretender y defender siempre la *independencia absoluta* de la Banda Oriental, entregánse de lleno a esa misión y sin detenerse en medios para llegar a la finalidad grandiosa de su obra, *estuvo en lo cierto, en lo natural y en lo lógico, porque su pueblo nunca fué argentino*. Y nunca fué argentino, porque así lo habían venido determinando, desde mucho tiempo atrás, factores *fundamentales de orden geográfico, étnico, económico y politico*. Si Artigas y sus sucesores, en más de una ocasión, hicieron profesión de fe argentina, no fué ello más que un recurso de orden politico, que tiene su antecedente

> en la conducta de los mismos prohombres de la Revolución de Mayo cuando simulaban «defender los derechos de nuestro muy amado Señor Fernando VII (os grifos são meus). (37)

59. Enquanto isso, no Brasil, hospedeiro da Corte portuguesa e em galopante transição para a independência, o que ocorria no Brasil? Portugal não seria nenhum «inocente útil» na ocupação violenta da banda Oriental, entre 1816 e 1820, é claro, mas certo é que a iniciativa não coube, de modo nenhum, às autoridades lusas provisoriamente acampadas no Rio de Janeiro. Pesaria a responsabilidade, *inteira* — sejam postos os pontos nos *ii* — sobre a Logia Lautaro, isto é, sobre os Belgranos e Rivadávias que, como as rães em busca de um rei, andavam por Londres e Madri — mendigando príncipes aos quais ofereciam o trono do Rio da Prata. Mas recairia a responsabilidade, muito principalmente, sobre Pueyrredón, Garcia e Herrera, os mais eficientes fautores da «conspiração monárquica», na Argentina, que atenderia — segundo eles — aos interesses das nóveis Províncias-Unidas. Com efeito, o Congresso de Tucumán, exatamente de 1816, declarando a independência das chamadas *Províncias-Unidas,* solicitara o beneplácito da incorporação pelo menos temporária, à Coroa de Portugal. Ora, Artigas, à testa da Liga Federal, era o grande óbice aos ridículos propósitos lautarinos e assim havia que ajustar, e seria ajustada, *embora não sem dificuldades,* a intervenção militar portuguesa na Banda Oriental.

60. Nesse sentido, o uruguaio Nicolau Herrera de parceria com Manuel Garcia, plenipotenciário das Províncias-Unidas junto à Corte do Rio de Janeiro, entraram em nervosas combinações com os agentes de Carlota Joaquina — os planos lautarinos coincidiam com os acarinhados planos dela —, mas a candidatura da irmã de Fernando VII seria inabilitada pela perplexidade dos cortesãos, não apenas dos que lhe eram adversos. De qualquer forma, instados, urgidos, apoquentados — é a palavra —, o conde da Barca e o marquês de Aguiar, Ministros de S.M., terminariam por acolher a idéia da violência contra Artigas. O *impertinente Dr. Herrera teria, inclusive, inspirado as instruções dadas a Carlos Frederico Lecor*. E Dom João, o gordo, mas lúcido Dom João, que pensava ele? Dom João lastimaria muito sinceramente o fracasso do federalismo artiguista que, acatando categórico geográfico, ao mesmo tempo que encaminharia o Uruguai na senda dos seus genuínos destinos, asseguraria a paz no Sul do Continente. Aliás, esta era também a *conveniência* pessoal de Dom João, que nunca vira com simpatias maiores a renegada política de sua mulher no Rio da Prata, política favorecedora, apenas, dos interesses do irmão dela,

Fernando VII, e sobretudo dos destinos que ela sonhava para o filho preferido, Dom Miguel. Entretanto, à semelhança dos reis de Inglaterra, Dom João reinava, mas não governava.

61. Entre 1820 e 1830, remanesceu, saudosa a *Patria Vieja*. Saudosa e hostil aos brasileiros, organizada a Resistência e muito ativos os núcleos de «*maquis*», recorrendo à nomenclatura posta em uso pelos franceses quando da Segunda Guerra Mundial. Este decênio post-artiguista, para que bem apreciados os importantes eventos que ao longo dele se desenrolaram, reclama uma periodização:

— Domínio português (1820-22):

— comportamento de Lecor,
— Congresso Cisplatino
— administração lusitana e
— interferência de *unitários* e *federais*, argentinos.

— Domínio brasileiro (1822-28):

— Resistência, «Caballeros Orientales» e Cabildo de Montevidéu
— insurreição dos «Treinta y Tres» e segunda Declatória da Independência,
— nova incorporação «porteña» e conseqüente guerra Brasil-Buenos Aires, e
— Convenção de Paz (1828) e terceira, e defintiva, Declaratória da Independência, se bem que, agora, *sponte aliena*, isto é, em decorrência de manifestação de vontade de terceiros.

— Uruguai livre (1828-30):

— Governo Provisório
— Constituição do Ano 30, e
— O que era o Uruguai em 1830.

62. *In limine*, convenhamos que a incorporação do Uruguai pelos portugueses, em 1821, foi menos consentida, que de iniciativa, ou livremente determinada, por quem *de iure* podia fazê-lo: no caso, pelo Congresso Cisplatino. Quanto aos motivos da espontânea deliberação, o parecer enfático e dramático do Bianqui não permite quaisquer dúvidas: «Para ser Nación no basta querer serlo:

es preciso tener medios para sostener la independencia. En el país no hay población, recursos ni elementos para gobernarse en orden y sosiego». (38) Mesmo assim, sem embargo de semelhante confissão, operar-se-ia a incorporação máxima e elegantemente respeitado o povo oriental, dado que não sofreu qualquer restrição, ou emenda, o dispositivo inaugural do ato incorporador «... consultando los verdaderos intereses de los pueblos, hemos acordado que la Provincia Oriental se una e incorpore al Reino de Portugal, Brasil y Algarves bajo la imprescindible obligación de que respeten, cumplan y observen las bases siguientes: Este territorio debe considerarse como un Estado diverso de los demás del Reino Unido, bajo el nombre de *Cisplatino*». (39) Estilo um pouco insólito em documento dessa natureza, há que convir também, mas estilo honroso para ambos, remetente e destinatário, isto é, para o Uruguai, altivamente redigindo-o, e para Portugal, airosamente recebendo-o. Assim, principiou cavalheirescamente a existência, não muito longa, do Estado Cisplatino.

63. O comportamento do enfatuado e frívolo Carlos Frederico Lecor, tão amigo de bordados, jóias e penduricalhos — de «entorchados, alhajas y colgaduras», na frase pitoresca de Zum Felde —, (40) o comportamento do barão da Laguna, se não foi impecável, foi, pelo menos, o comportamento de um *gauleiter* decente. A esse respeito, são unânimes os historiadores uruguaios: o governo de Lecor foi sereno, respeitador e humano. Cairiam no esquecimento o «bando inumano» e a ridícula «zanja reyuna», ambas coisas de 1817. (41) Houve abusos inevitáveis da soldadesca mercenária e irresponsável, é exato, mas em compensação os garbosos oficiais do barão, pompeando uniformes vistosos e obtendo ingresso nos mais cerrados salões montevideanos, tomariam por esposas as formosas e «distinguidas» «chicas» uruguaias.

64. Paradoxalmente, mas *consoante instruções de Sua Majestade Fidelissima*, reuniu-se e trabalhou o Congresso Cisplatino de 1821 na melhor ordem e liberdade, isto é, decidiu *como quis* e *entendeu*, são os próprios historiadores uruguaios que o declaram. «Según las instrucciones reales los disputados uruguayos quedarían libres de eligir entre la independencia absoluta, la incorporación a Portugal o la unión a otro Estado cualquiera». (42) Dir-se-ia que Portugal se arrependera e fica bem provado que, quando da decisão em levar a guerra a Artigas, em 1816, pesariam menos os desejos portugueses, que as importunidades do «señor» Herrera na Corte do Rio de Janeiro.

65. Quanto à administração de Montevidéu e do país, sob as autoridades ocupantes, efetuaram-se melhorias, ou benfeitorias, dignas de menção, graças «a las buenas disposiciones del liberal

Lecor». (43) Escreveu De Maria que exatamente a partir de 1818 «empezaron a acentuarse las majoras públicas y a echarse las bases de instituciones benéficas». (44)

66. Se alguma coisa prejudicou o Uruguai sob a «dominación lusitana» foi a impertinente ingerência argentina, isto é, o intrometimento de *federais* e *unitários* da sempre inquieta Buenos Aires. Os futuros «inmundos y selvajos unitários», dado que os responsáveis exclusivos pela incorporação, julgavam-se «donos» dela e pretendiam impor colaboração incômoda aos portugueses. Quanto aos «federales», coerentemente se opunham à presença portuguesa na Banda Oriental, pois que desejavam um Uruguai federado, na federação deles, é claro, mas, enfim, federado. Mas igualmente importunaram, uns e outros, monarquistas e republicanos, argentinos. (45)

67. Sem haver nenhum «inocente útil» — já disse e repito —, porque os carlotinos tiveram o seu quinhão de responsabilidade na intriga, em derradeira análise, Portugal, em 1816, no que tange à embrulhada platina, foi vítima de formidável dolo internacional que, é bem de ver, muito lhe custaria e nada lhe renderia.

68. Independente o Brasil, o Império herdou a Cisplatina e retê-la-ia entre 1822 e 1828, se bem que no próprio seio do Parlamento muito difundida opinião adversa, porque considerada a união do ano anterior um disparate, isto é, motivo de estúpido recrudescimento das rinhas entre Portugal e Espanha, agora entre Portugal e os legatários das prevenções antilusitanas dos espanhóis. (46) De qualquer maneira, não teria porque a «surpresa» da ocupação de Montevidéu pelos soldados do «usurpador», isto é, de Dom Pedro I. Os que se surpreenderam, ao tempo, e os que ainda se surpreendem, nos dias correntes, fizeram, e fazem, tábua rasa de rotina jurídica elementar e corriqueira, válida em direito público, tal como em direito privado: o filho herda do pai, o Estado secessionado sucede ao Estado originário. Entretanto — como se a Cisplatina houvesse outorgado procuração a alguém, o que jamais constou —, surgiram reivindicações diplomáticas arvoradas pelos de Buenos Aires no sentido de que liberada a Província Oriental, mas encontrava-se o imperador legalmente autorizado a atendê-las, ou não, dado que *herdeiro direto do patrimônio territorial abandonado na América pela Coroa portuguesa*. É incontrovertível. (47) Mas tão-só por isso, em acatamento a rudimentar procedimento jurídico, seria anexado o Uruguai ao recém-nascido Império, nunca respondendo a propósitos expansionistas previamente gizados, mesmo porque — deve ser repetido — em ambas Casas do Parlamento vozes insistentes desaprovavam a política platina de Dom Pedro *em nome de verdadeiro interesse nacional de harmonia e paz*. (48)

69. Queixavam-se os orientais — mesmo aqueles vinculados por sincera convicção ao regime de ocupação estrangeira —, queixavam-se de que a Cisplatina não recebia do Império o correspondente regime constitucional, mas, ao contrário, o mesmo *status* de assenhoreamento militar vigente desde 1817. (49) Seria mais acertado dizer que o tratamento convencionado no Ato de incorporação *não fora praticável*, dado que a heróica inconformidade de «los patrias» jamais se dobraria ante quaisquer benevolências, favores ou composições. Ora, disso não caberia culpa ao Brasil e sim ao elogiável civismo dos uruguaios.

70. Com efeito, opor-se-ia ao cumprimento integral, pelo Império, do Ato de incorporação, a resistência pacífica, mas fortemente sabotadora, dos «Caballeros Orientales» e do Cabildo de Representantes de Montevidéu. Os «Caballeros» eram uma associação secreta que propagandeava a insubmissão através de publicações clandestinas como *La Aurora* e *El Pampero*. O Cabildo montevideano — aliás, quase todo ele integrado por «Caballeros» — esposava e punha em prática, sem simulações, política indisfarçavelmente antibrasileira. Sabidamente, os cabildantes conspiravam contra o Império enviando emissários a Buenos Aires, aos caudilhos de Entre-Rios e Santa Fé, e ao próprio Simón Bolívar.

71. Depois da resistência pacífica, a resistência armada, declarada e aberta, dos «Treinta y Tres» — por sinal que linda cruzada —, seguida da instalação do Governo de Florida, da segunda Declaratória da Independência e da incorporação da Banda Oriental às demais províncias do Rio da Prata.

72. Claro que procediam patrioticamente e, portanto, muito dignamente, «los patrias». Pelo menos procediam como lhes parecia mais acertado e ninguém lhes negaria tão sagrado direito. O próprio Império iria reconhecê-lo dentro em pouco. Mas em troca de tanta hostilidade como pretenderiam os orientais exigir dos Gabinetes do do Rio de Janeiro tratamento outro que não a rude ocupação militar? (50)

73. Usando da palavra cabível, quando o general argentino Martín Rodrigues transpôs o Rio Uruguai disposto a apoiar militarmente os orientais sublevados, configurou-se de modo perfeito e acabado — usando da palavra justa — uma *agressão* da Argentina ao Brasil, agressão particularmente revoltante pelo fato de se encontrarem no poder, em Buenos Aires, aqueles mesmos lautarinos *responsáveis pela intriga de* 1816 e que, por conseguinte, deveriam ser os primeiros a guardarem coerência respeitando o *status* do Império no outro lado do Prata. Não seja esquecido que encontravam-se no poder os *unitários* e na Presidência nada menos que o monarquista Bernardino Rivadávia, em carne e osso! Ora, muitas

vezes, na órbita internacional, como resposta a uma agressão somente faz-se viável outra agressão. Donde a guerra do Brasil com as Provincias-Unidas, que embora oficialmente terminada em maio de 1827 tivera início em dezembro de 1825 —, só em agosto de 1828 efetivamente encontraria seu fim, com a Convenção Preliminar de Paz que outorgaria ao Uruguai, agora definitivamente, a condição soberana. Era a terceira, e última, Declaratória da Independência, se bem que *sui generis*, dado que oriunda de *sponte aliena*, vale dizer, de manifestação de vontade de terceiros, isto é, para nada ponderadas no documento as aspirações, aliás obviamente convergentes, do principal interessado: o povo uruguaio. Fique suficientemente sublinhado que a guerra entre Império e Provincias-Unidas foi um corolário, simples corolário, destes que se apresentam iniludíveis em política internacional, que pondo em disponibilidade os diplomatas, concedem a palavra aos cabos-de-guerra.

74 Infidelidade ao ideal artiguista, a incorporação consentida do Uruguai às Provincias-Unidas? A respeito, historiadores orientais, se bem que em escassa minoria, pensam que não, o que vale por pouco explicável equívoco. Com efeito, em tempo algum pensaria Artigas em unir os destinos do Uruguai aos da Argentina, ou, mais precisamente, aos de Buenos Aires, *mas sim em erigir um importante Estado intermediário entre as massas territoriais argentina e brasileira*. E pensava acertadamente, o «protector de los pueblos libres», porque «su pueblo no fué nunca argentino» e nunca o fora em virtude de «factores fundamentales de orden geográfico, étnico, económico y político». (51) Assim, haveria realmente infidelidade de «la patria vieja» a si mesma, infidelidade sem desculpas, e tal, curiosamente, na hora justa em que a venerável etapa se despedia coroada de glórias, infidelidade, aliás perigosa, de que entretanto seria salvo o Uruguai pela providencial Convenção Preliminar de Paz, de 1828.

75. Rivera, que bem conhecia o Prócer e suas idéias, é que soube furtar-se à inconfidência logrando escapar às manhas integracionistas de Dorrego que, se persuadissem, a ele e a outros, teriam aluído, de vez, o autêntico artiguismo. Efetivamente, consumada a conquista das Missões Orientais, por Rivera, exatamente em 1828, Dorrego, astuciosamente, enviou-lhe um preposto que assumiria o comando do exército do Norte. Isso obtido, é bem de ver que continuaria o Uruguai na órbita das Provincias-Unidas. Arguto, e como que penitenciando-se de passadas culpas, Rivera recusou-se à manobra assim vincando o significado da Convenção prestes a ser assinada, isto é, a Provincia Oriental desfrutaria, não apenas de autonomia no seio de uma federação, mas de soberania plena, como Estado *sui iuris*. Rivera não hesitou. Faça-se-lhe justiça.

76. *Hesitaria, sim, Juan Antônio Lavalleja, isto é, exatamente a espada que no momento zelava os anseios legítimos do povo oriental*. Existe na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, integrado na preciosa Coleção de Angelis, curioso códice que recebeu o título seguinte: *Memorias de la Expedición de los 33 al mando del General D. Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental / Documentos originales* / 1825. Sem embargo da data, 1825, o códice em apreço, que aliás foi publicado em 1970 (52) abrange 118 documentos que alcançam o mês de junho de 1831. Relevante é o interesse que reveste o doc. nº 97, carta de Lavalleja a Pedro Trápani, escrita em *Punta de los Corrales* e datada de 1º de abril de 1827. A certa altura, disse Lavalleja (guardada a grafia original): «Conosco que la Banda Oriental podría mantenerse muy bien en estado independiente *pero, amigo, no sé por que rasón la República trabaja por separar de su liga una Provª de las que le da más importancia*.» Os grifos são meus. Continuará Lavalleja fazendo jus à inclusão na falange dos patriotas orientais mais firmes e mais convictos? Por sinal que igualmente curiosa a resposta de Trápani que, como que escandalizado de tanto desânimo, usa de palavras animadas de hiperbólica confiança: «La provincia Oriental formando un estado (por el tratado) Independiente, y *conservandose en orden* guardando como correspomde sus fronteras, no puede ser atacado, sino vienen sus enemigos de la Luna...» (Carta escrita em Buenos Aires, datada de 4 de maio de 1827, doc. nº 98, guardada a grafia original).

77. A Convenção Preliminar de Paz, de 1828, foi simples atendimento a forte interesse inglês. Rio de Janeiro e Buenos Aires não foram ouvidos e, portanto não tiveram voz ativa para nada. O Uruguai muito menos, claro está. Prevaleceram os desejos de Canning, através de seus prepostos Gordon e Ponsoby. A «mediação» inglesa, foi menos uma mediação que uma *intervenção*. «La valiosa correspondencia privada del general Lavalleja con Don Pedro Trápani, su Agente de Negocios en Buenos Aires y su consejero íntimo durante toda la campaña, nos demuestra el carácter y los motivos verdaderos de esa *intervención* (o grifo é meu) de la diplomacia britanica, que es uno de los más eficaces factores en el proceso de nuestra independencia nacional». (53) Assim, a independência da Província Oriental, decorrente da Convenção em tela, não foi fruto de concessão graciosa do Imperador Dom Pedro I e do Governador Dom Manuel Dorrego e não há por que estranhar «la omisión en consignar que ella (Convenção) ratificaba la voluntad libremente expresada del pueblo oriental». (54) Pesaria, sim, o fato de haver sido o Uruguai a «clásica *manzana de la discordia*, primero entre portugueses y españoles, después entre brasileños y argentinos» e constituir «la base necesaria del equilíbrio internacional en el Plata». (55) Por conseguinte, no caso, queixem-

se os uruguaios, não da Argentina ou do Brasil, mas da sua predestinação geográfica e do frio realismo do governo de S.M. Britânica, Guilherme IV. (56)

78. De uma forma ou de outra, encontrava-se livre o Uruguai, em 1828, por obra e graça da tão glosada Convenção, donde

— o Governo Provisório e

— a Constituição do ano 30,

pródromos da organização política da *República Oriental del Uruguai*.

79. Em paz, tanto quanto possível, viveria o Governo Provisório entre 1828 e 1830, primeiro sob Rondeau — por sinal que argentino —, e depois sob Lavalleja, funcionando, sucessivamente, em Canelones, Aguada e Montevidéu. Os soldados brasileiros e argentinos haviam de imediato evacuado o país, em cumprimento do disposto na Convenção. De desagradável, apenas a luta de influências entre Rivera e Lavalleja, que aliás assinalou o nascimento das discórdias sem fim entre os futuros «blancos» e «colorados», fonte de todos os males para o Uruguai. Por pouco que neste biênio — exatamente em abril de 1830 — o país não assistiu à primeira das inumeráveis «monteneras» que teriam por cenário o Uruguai livre, isto em virtude do golpe lavallejista, aliás apoiado pela Assembléia Constituinte, que fez de Juan Antônio, ditador, o primeiro da série extensa. Felizmente, a Conciliação de Junho, entre os dois ambiciosos, evitaria males maiores.

80. Ambos tiveram méritos, Rivera e Lavalleja: um foi companheiro de Artigas e o outro um dos «Treinta y Tres». Mas, mesmo assim, se porventura uruguaio, não esbanjaria meus entusiasmos cívicos dispensando atenções quer a um, quer a outro. Rivera, vulgar abiscoitador de favores, foi um serviçal do Império, aliás não muito «solícito». Lavalleja, além de, 1827 já bem entrado, não acreditar muito na viabilidade de um Uruguai soberano, em 1853, propondo a incorporação do seu país ao Brasil como província federada, isto é, advogando o *statu quo ante*, Lavalleja seria um reles traidor, que, como tal, dos pósteres só mereceria desprezo. (57)

81. A Assembléia Constituinte, para logo instalada em San José — novembro de 1828 —, e depois sucessivamente trasladada para Canelones, Aguada e Montevidéu, a Assembléia Constituinte trabalhou sofrivelmente. Não há como, nem por que, exagerar os seus esforços, dado que a Constituição por ela elaborada é um documento doutrinariamente bastante medíocre. Não seja esquecido de que nesta Assembléia, exatamente em propositura do deputado Gadea, tem sua origem o famigerado «executivo colegiado» de Batlle, que a Constituição de 1917 consagraria.

82. A respeito da elaboração constitucional 1828-30, há um ponto que julgo importante esclarecer. Diz Pivel Devoto que «varias son las fuentes en que se considera inspirada la Constitución de 1830: ... *la Constitución brasileña de* 1824...». (58) Cópia da Carta de 25 de março possuía-a Ellauri, naturalmente enviada por amigos do Brasil, e prova suficiente de que a conhecia e a apreciava é a posição, quase diria, «menos republicana» que pessoalmente adotou na *Constituyente*, inclinando-se para «... una organización de poderes mucho menos liberal que la consagrada por la Constitución». (59) É exato. Mas parou aí a presumida influência do Estatuto imperial, pois este, além de sua coloração obviamente monárquica, teve a inspirá-lo as Constituições das realezas «temperadas» da época, máxime as francesas de Luís XVIII e Carlos X. (60)

83. Para ser exato, em 1830 — quando surgido para a nobre vida dos que vivem à sombra da Liberdade —, o Uruguai era muito pouca coisa. Quase nada. Dissera Bianqui, em 1821: «... no hay población, recursos ni elementos para gobernarse en orden y sosiego». (61) Não exagerara. A população total da ex-província não alcançava os 75 mil habitantes. A rigor, não havia criação: os 300 mil vacuns existentes — cifras arbitrária — eram «cimarrones», selvagens, e tão escassos os lanaros, além de inferiores em qualidade, que a lã mal dava para o consumo do país. Economicamente, havia mesmo certo regresso, se estabelecida a comparação com a realidade colonial. Em Montevidéu, acampamento de 14 mil almas, no máximo, cobrindo área exígua — a dois passos topava-se com a «campaña», com o «Extramuros», como a chamavam com pedantismo —, em Montevidéu, são exatamente de 1830 as primeiras providências tendentes a fazer do «pueblo» qualquer coisa de parecido a uma cidade. Para tanto muito contribuiria a demolição das Muralhas, isto é, da parte terrestre das fortificações, mas sobretudo o improvisado plano urbanístico de Reyes, improvisado, é certo, mas enriquecido de algumas das muitas sugestões felizes de Salazar y Morales, que em verdade emprestaria ao velho burgo militar uma fisionomia nova e menos carrancuda. Este Morales é que imaginaria o eixo «18 de Julio» e a «Plaza Libertad». Culturalmente, a indigência não era menor. Havia ceticismo, muito ceticismo: homens do porte de Dámaso Larrañaga e García de Zúñiga não acreditavam na capacidade do país para a vida soberana. No «deserto de idéias», que era então o Uruguai, no pequenino mundo da inteligência e das letras, possível à época, dois nomes entretanto ressaltam: Acuña de Figueroa e Bartolomeu Hidalgo. Figueroa foi poeta de verdade. Há vestígios da passagem deste homem talentoso pelos círculos literários do Rio de Janeiro, onde viveu alguns anos. Hidalgo descobriu o tesouro que se en-

contrava encerrado na ingênua poesia nativa e trouxe-a, em boa hora, para o campo literário.

84. Mas duas coisas haveriam de fortemente impressionar aos poucos «turistas» europeus que pelo Uruguai andaram naqueles anos de 30. Primeiro, o altivo e melenudo «criollo» de esporas ressonantes, dono incontrastável daquelas maravilhosas estepes verdes, sem «alambrados» e sem «tranqueras», tão forte quanto bondoso, tão bravio quanto leal. Depois, o «payador» e os «cielitos» (62) vale dizer, a espontânea e deliciosa arte gauchesca que encheu de lágrimas os olhos de um severo e frio cientista inglês: Charles Darwin. Eis o que emprestaria particular encanto ao Uruguai de 1830.

III

«EL URUGUAY SUFRIDO»

(1830-1879)

85. É necessário um método de ferro para que possa ser empreendido estudo proveitoso de «el Uruguay sufrido». Porque nenhum outro país da latinidade americana — creio bem —, em igual período de tempo — meio século —, exibe tão apaixonados choques de idéias, tão numerosas interrupções da ordem legal e tão avantajado número de governos sucedendo-se atropeladamente na curul presidencial. Penso que os próprios uruguaios, quando não muito afeitos à crônica de sua Pátria, incorrem em numerosas e graves confusões. A história de «el Uruguay sufrido» é a presumo dividida, tal qual a de «la patria vieja», em três compassos:

— o noviciado constitucional (1830-38), apenso o *intermezzo* 1838-43,

— o «Sítio Grande» ou «Guerra Grande» (1843-52), e

— os ensaios de consolidação nacional, diria melhor, de consolidação institucional (1852-79).

A meu ver, se se insiste em acrescentar outras divisões fundamentais a esta importante fase da história oriental — a mais complexa, pelo menos —, e também se se insiste em usar para os três compassos de outras denominações ou de outras etiquetas, o desordenamento do estudioso faz-se inevitável. A periodização usada pelos historiadores uruguaios, em geral, sobretudo alguns rótulos considerados clássicos e intangíveis, tive de desdenhá-los exatamente para poder compreender os três compassos aludidos. É um critério de estrangeiro, mas de estrangeiro que, precisamente porque estrangeiro, devotou especiais cuidados à apreciação em que se empenhou.

86. A apreciação de «el Uruguay sufrido», mas particularmente a do que denomino de «experiências» riverista e oribista, parecem-me repousar em prévia e cuidada meditação de duplo fenômeno: do curioso fenômeno caudilhista e do não menos curioso fenômeno que consiste em certa dualidade de pontos de vista, ou em certa presença hostil de convicções, no seio das assembléias, quaisquer, mas sobretudo das políticas e, entre estas, de modo especial das chamadas *Constituintes*. Por partes.

87. Tem sido dito que o *caudilhismo* é fenômeno tipicamente rio-platense e que estigmatizaria a história dos povos da região. Não é exato. Provém a afirmativa de visão defeituosa e limitada da realidade. O caudilhismo é fenômeno universal que se deixa observar no tempo e no espaço, mesmo nas comunhões evoluídas, e que responde a duplo imperativo psicológico, individual e coletivo, em virtude do qual apresentam-se os homens divididos em duas porções grandemente desiguais: a escassa minoria dos que nasceram para mandar e a grossa maioria dos que nasceram para obedecer. Assim, o caudilhismo sempre existiu e existirá sempre — o caudilhismo armado e desarmado, o violento e o das idéias —, e caudilho autêntico é todo aquele indivíduo que dotado de natural vocação de liderança, singelamente se impõe — às vezes, mesmo sem o querer e sem o saber —, àqueles outros dotados de natural vocação de liderados. Nesse sentido, há caudilhos que abalam regiões, que comovem países e que sideram a humanidade, isto é, caudilhos locais, nacionais e internacionais: Ramírez e Urquiza; Rivera e Oribe; Clemenceau e Churchill. E deles se originam as facções, ou partidos — de natureza política ou de outras índoles — sempre animadas de propósitos didáticos. O fenômeno será mais acentuado e mais grosseiro nos grupos em formação e não-politizados, mas, em essência, é sempre o mesmo. No Uruguai, peculiares condições geográficas e sociais predispuseram ao caudilhismo, a um caudilhismo particularmente vincado, que mesmo seria como que «oficializado», em 1836, em decorrência do entrevero de Carpinteria e do advento simultâneo das divisas de blancos e colorados, que teriam missão histórica a desempenhar. (63)

88. Como em todas as assembléias do gênero, na Constituinte uruguaia de 1830, consciente ou inconscientemente, duas doutrinas se opuseram: o *teorismo* e o *pragmatismo*. Teoristas foram, como sempre, os que pairaram nas esferas das idéias puras, os que trouxeram e defenderam esquemas feitos, acabados e «intocáveis» de presumida aplicação universal. Pragmatistas foram — como também sempre ocorre — os que pisaram firme o chão duro da realidade nacional, foram os que — conhecedores do meio e da gente — sintonizaram com o ambiente e seus problemas específicos. Teorista foi José Ellauri, pragmatista foi Santiago Vásquez. Mas pairando no ar, como a poeira e os micróbios, estas idéias, aliás

simples, se generalizariam. Eis que o *progressismo* de Rivera seria teorista, e pragmatista o *tradicionalismo* de Oribe.

89. Entre 1828 e 1830 — o noviciado constitucional uruguaio —, duas experiências se verificariam, a riverista e a oribista, ou, se se quiser, três, pois que Rivera quando voltou ao poder, em 1838, fê-lo animado de orientação nova. Rivera, primeiramente — com sinceridade, ou não, importa pouco —, tentaria organizar o país usando o mais rigoroso *legalismo* — então em moda —, isto é, o mais estrito respeito à lei. Assim, sem embargo da calamitosa situação econômica, da grave sublevação de Lavalleja e das perigosas intrigas de Rosas, resistiu à tentação de assumir poderes extraordinários e exorbitantes. O caudilho convencera-se de que era homem civilizado, *progressista*, «homem da lei», e como tal resolvera proceder. A experiência fracassou. Era cedo para tanto apego aos textos legais. Tudo tem sua oportunidade, em política, até a prática da virtude. Direi que não alimento simpatias por «Don Frutos».

90. Se uruguaio fora, Frutuoso Rivera não gozaria de minhas simpatias e muito menos de minha veneração e respeito à sua memória, porque «Don Frutos» foi de oportunismo quase repugnante. Usou-o o Império como quis e para que quis — se bem que prudentemente, porque o homem era extremamente «volúvel» —, mas também remunerou-o liberalmente, aliás com liberalidade que não engrandeceu o doador, no caso o gabinete José Bonifácio. Premiou o caudilho, primeiro, atribuindo-lhe o posto de brigadeiro do exército Imperial. A tanto conduzem as baixas conveniências da política, da interna, como da externa. Mas de Rivera bastaria dizer, para caracterizá-lo a contento, que homens de sua confiança foram indivíduos da «estatura moral» de Lucas Obes e Nicolau Herrera, isto é, foram exatamente os antipatriotas, os do «círculo imperial». Obes, muito ligado ao Brasil por interesses públicos e privados, fora, primeiro, serviçal de Dom João, o rei, e depois de Dom Pedro, o Imperador. (64) Tais Rivera e seus amigos. Sem embargo, o «brigadeiro-barão» seria o ídolo de muita gente em seu país, tempos a fora. Seria a bandeira do «coloradismo».

91. Manuel Oribe tentaria um discreto *pragmatismo*. Era um estrênuo defensor da lei, também, mas de um legalismo flexível. Assim, tentaria um meio termo prudente e hábil, bem de acordo com o seu conservantismo, mas sem maiores resistências aos avanços do tempo. Aliás, como seria possível considerar retrógrado o criador da Junta de Higiene, progresso inegável e ponto de partida de tantos outros progressos de que se beneficiaria o país? Mas no Uruguai em fase de primeira organização a aplicação da lei pedia maleabilidade. Explicava-se, pois, que as várias providências administrativas por ele adotadas — várias e elogiáveis — não primassem

muito pela ortodoxia, mas por isso mesmo vingariam. A insurreição riverista, apoiada em ombro estranho — a esquadra francesa do Almirante Leblanc —, coroada pelo sucesso do Palmar, interrompeu-lhe a obra e desalentou-o. Retirou-se do país voluntariamente e entrou ao serviço de Rosas, resolução, aliás, mal inspirada. Entretanto, foi um belo governo, o de Oribe. Reconhecê-lo-ia um dos seus mais irredutíveis adversários, Andrés Lamas: «... no vió Ud., no tocó Ud., como toqué yo con el alma despedazada, todo lo que habíamos perdido en la sustitución de la administración de Oribe»! (65) Confesso que vejo a Manuel Oribe com olhos bons.

92. Oribe foi a antítese de Rivera. Em tudo, a principiar pelo físico. Comparados sejam os respectivos retratos. Um, o de Rivera, revela ductilidade, quanto a caráter, e sensibilidade fácil a transações, desvios de opinião e proveitos pessoais, isto é, revela «flexibilidade» a Talleyrand. O outro, o de Oribe — aprecio aquele que se deve à paleta de Amadeo Gros —, transpira severidade e integridade, das indomáveis, isto é, transuda uma austeridade de militar vocacionado, aquela austeridade castrense que Alfred de Vigny preceituaria. (66) Oribe foi soldado da melhor cepa, singularmente, mesmo — em seu tempo e em seu meio —, e também homem realmente civilizado, não apenas presumidamente civilizado, porém, mais que tudo, um patriota sem mancha. Talvez não tenha desfrutado da inteligência de «Don Frutos» — que, aliás, era menos inteligente que de uma astúcia de raposa —, mas precioso seria, a ele e seus concidadãos, o sentido de moderação e de ordem que sempre revelou. Na crônica das tristes incorporacões do seu país ao estrangeiro — exceção feita do novênio 1843-52, isto é, da «Guerra Grande» —, seu nome pouco aparece, não que os dominadores o ignorassem, mas porque sua pessoa em nenhum momento seria objeto de negociações, ou propostas, menos conformes à sua dignidade e aos interesses de sua Pátria. «Era incoercível sua antipatia aos brasileiros», disse João Ribeiro, (67) o que vale por elogio, por atestado de que jamais pactuou com os inimigos nortistas, nunca se dobrou, nunca deixar-se-ia seduzir por generalatos ou baronatos do Império. Mas não odiaria o Brasil, porque no Brasil enxergaria sempre o adversário teimoso, mas cavalheiresco. Eis que quando pensou num recanto qualquer onde pudesse asilar suas mágoas, suas decepções, mas principalmente seus erros e sua velhice, pensou exatamente no Brasil. Em 1856, às vésperas da morte, em carta ao visconde do Rio Branco, manifestaria desejos de naturalizar-se brasileiro. (68) Cometeria grande erro, já ao termo de sua vida política, erro talvez imperdoável, mas que — veremos — teria melancólica explicação. De qualquer forma, curvo-me ante a memória do herói de Sarandi. Este varão impoluto — que se fraquejou alguma vez é porque era feito de carne e osso —, ele é que seria o estandarte, o belo estandarte, dos «blanquillos».

93. A segunda experiência de Rivera seria a do «homem-forte». A rigor, não pretendeu ser despótico, quando regressou ao poder em 1838, mas «necessário», à semelhança dos Mussolini e dos Hitler do século seguinte, e usaria da guerra contra Rosas para fazer-se valer e reconhecer como tal. Como administrador, claro está, nada poderia fazer, mas se vitorioso — só, ou com o auxílio apenas de algum caudilho do litoral — seria o «proprietário» do Uruguai, o senhor de corpos e almas em seu país e a longo prazo. Seria, em suma, o Rosas uruguaio. Se pensava assim, pensava certo, e se tudo houvera saído conforme aos seus desejos, a história do Uruguai se escreveria de modo bem diferente. Entretanto, depois do êxito de Cagancha, sobre Echagüo, Oribe, em Arroyo Grande — em terra estranha, — aguou-lhe os planos e cortou-lhe as asas. E para sempre. O qüinqüênio 1838-43 seria uma espécie de introdução à «Guerra Grande». A admissão de *intermezzo*, como recurso metódico na exposição em curso, se justifica: ao longo desses cinco anos de sobressaltos ainda não seria o sítio, mas não mais seria vivida a normalidade.

94. Concretamente — apenas enumerando fatos —, o «Sitio Grande», ou «Guerra Grande», foi guerra internacional e intestina, a um tempo, e em grande escala, que quase cobriu um novênio, 1843-52. Externamente, foi guerra originada dos propósitos reincorporadores de Rosas, sendo beligerantes Buenos Aires, *Defensa* e *Cerrito*, obviamente, e ainda o Império e Entre-Rios. Internamente, foi duelo feio — o pior de todos —, determinado pela rivalidade insanável Oribe-Rivera. Deste porfiado recontro participariam os dois governos, o de «dentro» e o de «fora» — o de *Intramuros* e o de Extramuros —, isto é, o de Montevidéu, *sitiado*, e o de Cerrito, sitiante. Ou, se se quiser, estabelecida a dualidade de governos, entre o admirável Joaquín Suárez, impretérito defensor da legalidade, e o mal inspirado Manuel Oribe, o mais inoportuno dos rebeldes. A trajetória militar do sítio abrangeu, em grandes linhas, o estabelecimento do cerco oribista e do bloqueio de Brown (1843) e os combates de India Muerta (1845), San Antonio (1846), Paissandu (também em 1846), Ánimas (1847) e Montecaseros (1852). A trajetória política, também em grandes linhas, compreendeu a tentativa de acordo Rivera-Oribe (1847), a missão Andrés Lamas junto ao Império (também em 1847), a Tríplice Aliança (1851) e os tratados com o Império, também de 1851. Ambos os governos fizeram-se acompanhar de nomes respeitáveis: Pacheco y Obes, José María Paz e Eugenio Garzón, por exemplo, estiveram ao lado de Suárez; Villademoros, César Díaz e Eduardo Acevedo, entre outros, optaram por Oribe. Curiosamente, ambos os governos buscaram organizar as respectivas jurisdições: em Montevidéu surgiu a Casa da Moeda (1844), a As-

sembléia dos Notáveis (1846) e a Universidade (1849): do outro lado do Miguelete houve disposições sobre organização econômica, sobre órgãos de divulgação e sobre aparelhamento cultural e escolar, que incluiu uma «Universidad chica». Grande foi a repercussão estrangeira principiando pela *Nouvelle Troye*, de Alexandre Dumas. Cerca de cinco mil legionários franceses, italianos, espanhóis e argentinos puseram-se às ordens da *Defensa*. Garibaldi entre eles, e nada menos de cinco missões mediadoras, francesas e inglesas, mobilizaram seus esforços: a de Deffaudis-Gore Ouseley (1845), a Hood (1846), a Walewski-Howden (1847), a Gore-Gros (1848) e a Le Prédour (1849). Estes os fatos. Mas e a interpretação que lhes cabe?

95. Este sítio trágico e pitoresco, simultaneamente — fato sem concorrente na história contemporânea —, ainda não mereceu a interpretação devida, nem foi pesado em suas conseqüências positivas, dado que merecedoras de apreciação apenas as negativas. Como explicação, a famosa «oposição dialética entre a Cidade e o Campo» não me convence. Acho-a pedante, além de falsa. Aliás, ela é simples decalco da igualmente inobjetiva fórmula sarmenteana — «Civilização *versus* Barbárie» —, que, desejando ser original, foi simplória e nada mais. Onde se encontrava a Civilização para que a ela se opusesse a Barbárie? Se assim fora, a presumida oposição teria fatalmente se agravado com a desproporção cada vez maior entre o progresso e o desenvolvimento da Cidade e os do Campo. Ora, tal não se verificaria. E então? A explicação é outra, simples, se porventura despida de atavios sociológicos. O povo oriental era bravo, de instintiva nobreza e alimentava naturais desejos de viver livremente, mas padecia de desorganização integral. Não se organizava porque faltavam-lhe recursos; faltavam-lhe recursos porque faltava-lhe educação e, sobretudo, um mínimo de instrução de todo em todo indispensável; não possuindo instrução — de uma ignorância total, ausente qualquer coisa que à opinião pública se parecesse —, o povo oriental, pensando pouco, ou nada, era levado para aqui e para lá por meia dúzia de semi-esclarecidos que se tinham por «donos» da terra. O elemento humano êles o manipulavam como se fora massa modelável, porque informe. Mas o que havia a disputar era pouco, não bastava para aquinhoar todos os «generais» vorazes, donde a luta entre eles, irracional, elementar e sem fim. A tese «oposição Cidade-Campo» é criação literária privada de qualquer objetividade. Campo e Cidade, a rigor, mutuamente se ignoravam e, quanto à mentalidade, eram uma coisa só. No Campo era a brutalidade crua, mas na Cidade — se bem que menos escancarada e excluída escassa minoria de indivíduos escassamente letrados —, a brutalidade era a mesmíssima, nada separando o *ciudadano* do *campesino*, vítimas ambos, igualmente, das baixas ambições, dos apetites primários e da «viveza criolla»,

em suma, de caudilhos inescrupulosos e explicavelmente rivais. Sim, grandemente acentuado, no Uruguai, o fenômeno entretanto natural da liderança espontânea, isto é, do caudilhismo. Mas Varela chegaria, dentro em pouco, acompanhando-se do desintoxicante eficaz: o alfabeto e as quatro operações. Porque, ao povo oriental, «dopava-o» a mais grossa e crassa das ignorâncias. E então se esfumaria, como um sonho mau, a «oposição dialética» Cidade-Campo, pois que, intelectualmente apetrechado, o país se politizaria e se beneficiaria de quanto a politização proporciona: fomento da produção, comunicações, transportes, higiene, trabalho, leis sociais e salário condigno. Sem embargo, algo de muito positivo resultaria do «Sítio Grande»: provaria o Uruguai sua paradoxal vitalidade, suas surpreendentes reservas de saúde e suas condições bastantes para viver só, isto é, para viver vida livre. Provaria, muito principalmente, que, em virtude de clara predestinação mesológica, nascera para desfrutar do *status* de Estado intermediário e neutral, coisa que, aliás, daí por diante, fugindo à tela das discussões, ninguém mais poria em dúvida.

96. Indisputavelmente, Oribe foi o personagem central do «Sitio Grande». Mas triste maneira de sobressair e de evidenciar-se! Cedendo a subalterno despeito político que pouco se afeiçoava à sua inteireza moral, Oribe terá sido presa, quem sabe, de debilidades explicáveis: arrastara vida de lutas e desconfortos que lhe acrescentaram a idade, que lhe aceleraram a decadência física e mental. Aliás, faleceria poucos anos depois, em 1857, ultrapassados os setenta anos. De qualquer forma, muito ostensiva foi sua lamentável deserção. Realmente, «... el carácter que Oribe dió a su alianza con Rosas, llevada a extremos tan radicales, significó una adhesión incompatible con la soberania nacional». (69) Ora, não fora esse o seu pensamento de sempre. Anteriormente, pensara, e com que acerto!, que «rigorosa neutralidad debia observar el país en los problemas internos de los Estados vecinos, único medio de sobrevivir entre ambos y de arraigar en los orientales la conciencia de un destino proprio». (70) Fadiga e velhice, as causas de tamanha desorientação? É provável. Mas o que parece certo é que em sua correta vida pública haveria Manuel Oribe de incorrer em algum grave desvio, em alguma grave inconseqüência, e esta ele a perpetraria, quando da «Guerra Grande», e inconseqüência sem remissão. Dar-se-ia conta, ulteriormente, do erro fatal e sem perdão? Quem sabe. Em todo caso, muito significativo o seu desejo, em 1856, de renunciar à própria nacionalidade. (71) Lastimável, positivamente lastimável, o ocaso do grande Manuel Oribe.

97. Na «Guerra Grande» irretocável seria a posição brasileira. Alhures tratei suficientemente do assunto. (72) De qualquer maneira convém recordar. Inicialmente, recusara-se o Império a

intervir. «Brasil pudo haber llegado a un entendimiento con Rosas, sin embargo no quiso intervenir». (73) Engano. A intervenção junto à Confederação seria a guerra que cumpria evitar, advertia Sinimbu. Mas a intervenção que o Império escrupulosamente se negara a *levar* ao *imbróglio* platino, viria pessoalmente *buscá-la* no Rio de Janeiro, em 1847, o ilustre Don Andrés Lamas. Lamas é que concertou o convênio de 29 de maio de 1851, Lamas é que, cumprindo instruções recebidas do governo da *Defensa*, conduziu o Império à guerra contra Oribe e Rosas. Foi assim. «Don Andrés» seria o «pai» do acordo que precipitou o Império, juntamente com *Defensa* e Entre-Rios, na aliança defensiva e ofensiva contra a qual, entretanto, conspiravam na Corte do Rio de Janeiro os muitos amigos e admiradores de Don Tomás Guido. Mas a influência de Lamas era maior: Lamas era amigo personalíssimo de Dom Pedro II.

98. Continuam polêmicos os tratados de 1851. Mas estranhamente polêmicos, porque, em verdade, *pleiteou-os* o governo da *Defensa* junto ao Império, nenhuma prova plausível existindo de que o Brasil os tenha *arrancado* ao Uruguai exausto. Podemos ter defeitos, temo-los, mas jamais nos caberia a pecha de covardes e desleais. Acresce que, ao tempo, nenhum escândalo público despertaram no Uruguai os famigerados tratados, como mais tarde se propalaria, mesmo porque considerou-os Lamas, sempre, um triunfo pessoal de sua política e Herrera y Obes expressou a Lamas que os documentos em questão seriam recebidos com entusiasmo geral. (74) Com efeito, examinados de perto e friamente, os tratados de Aliança, Prestação de Subsídios, Comércio e Navegação, e Extradição não constituíram «agravio», «ofensa», «perjuicio» e «humillación» impostos ao bravo povo oriental. Pessoalmente, faço restrições, sim, ao tratado de limites. Não o creio justo. Mas a culpa disso, em última análise, caberia ao governo da *Defensa*, que levianamente renunciou às Missões, e continua a caber a certos historiadores orientais que, conformadamente, sem um protesto mais veemente, aceitam e reconhecem a divisória de 51. «Esta renúncia, hecha en febrero 26 de 1845, fué sancionada por el tratado de 12 de octubro (1851). Así el Brasil que recuperara de hecho las Misiones en 1829, las recuperó de derecho en 1851». (75) Como assim, tão friamente? Eventos há, para o historiador, que jamais devem ser jogados à vala dos *fatos consumados*, mas, ao invés, devem permanecer como se atuais fossem, sem soluções de continuidade, no tablado agitado dos debates e dos clamores. As comunidades se alimentam destas convicções que não fenecem.

99. O que era o Uruguai em 1852? Apesar dos pesares — prova suficiente de sua vitalidade e boas reservas de saúde, disse e repito —, em pouco mais de vinte anos se distanciara o país da

enfezada promessa de 30. Aleluia! Com efeito, a população triplicara: alcançava os 200 mil habitantes. Aumentara de muito a produção e as exportações faziam-se possíveis. Só na Capital, cerca de dois mil estabelecimentos comerciais funcionavam regularmente. Sem embargo de tudo, a economia nacional prosperara em prazo curto. Em Montevidéu, cuja população igualmente triplicara — 30 mil almas, agora —, Carlos Zucchi e sua Comissão Topográfica, revendo e aperfeiçoando os planos de Reyes-Morales, planejaram a *Plaza Independencia*, os arcos da *Pasiva* e o Teatro Solís. O velho burgo se enfeitava. Culturalmente, era uma floração, dir-se-ia que espontânea e irresistível: eram a geração dos românticos, o certame poético de 41, a Associação de Maio, a instrução primária, a Universidade, a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico. Eram Juan Bautista Alberdi, Esteban Echeverría, Florencio Varela, Miguel Cané e José Maria Gutiérrez. Mas era, muito principalmente, Andrés Lamas, com o seu *El Iniciador* a pronunciar o advento fausto do fecundo *principismo*, isto é, da sadia corrente doutrinária que agremiaria quantos iriam pôr-se a salvo das funestas influências caudilhescas. O Uruguai já era um pouco mais que simples promessa. Aleluia!

100. Agora a consolidação institucional, isto é, a etapa 1852-79. Espantoso é que historiadores uruguaios, em livros de texto, emprestem ao período a denominação de *Anarquia Nacional*, denominação errônea e, além de errônea, de péssimos resultados didáticos e cívicos no ânimo do jovem estudioso. Na realidade, não foram «anárquicos» esses quase trinta anos de dificuldades imensas, sim, mas também de nervosos e patrióticos afãs em busca da solução adequada à *vexata quaestio* uruguaia. Exatamente por isso, e reagindo contra hábito tão condenável, duplamente condenável, porque falso e porque antididático, denomina-o Pivel Devoto, com mais gentileza e objetividade bem maior, de *Intentos de consolidación nacional*. (76) Faz bem. Reabilita a verdade histórica e serve aos interesses do ensino proveitoso da história pátria. Acresceria que não poderiam ter sido «anárquicos» os tempos que presidiram e acolheram a magnífica semeadura vareliana.

101. Se se quiser — mas sem necessidade maior, sem nenhuma imposição metódica —, esses quase trinta anos podem ser divididos em duas fases:

— a primeira compreenderia os governos Giró-Pereira-Berro (1852-60) e

— a segunda abrangeria os governos Aguirre-Villalba-Flores-Varela-Batlle-Gomensoro-Ellauri-Varela, novamente (1860-75), guardando o quatriênio 1875-79, em meu entender, *uma significação toda especial*.

102. Foram quase trinta anos que nós, os de hoje, dificilmente concebemos como pudessem ter sido vividos — parecem lendários —, quase trinta anos pontilhados de graves soluções de continuidade na ordem legal e na tranqüilidade pública, e mesmo de episódios menos confessáveis, como a covardia oficial de «paso» de Quinteros, quase trinta anos que tiveram praticamente a encerrá-los o chamado «Año Terrible» (1875), ano realmente pavoroso em que se diria que o Uruguai soçobrava sem mais remédio e que terminaria, como não poderia deixar de terminar, sob a ditadura férrea de um Lorenzo Latorre. Serão configuradas, ambas as fases, com o cuidado e a paciência exigíveis. Sobretudo serão evitados exageros improcedentes que costumam emprestar à apreciação daqueles tempos colorações de «drama», quando não de «tragédia».

103. Advirto, para logo, que fugindo nesta apreciação dos *ensaios de consolidação institucional* à cronologia da história oficial, no Uruguai — que aceito no esquema geral proposto neste ensaio para não exibir-me como estrangeiro demasiado revel e presumido —, incluo o governo de Berro na primeira fase, que passa a ter por balizas 1852 e 1864. É que embora se situe cronologicamente na segunda fase, segundo os critérios usuais, prende-o à primeira, além de outras razões, a serenidade relativa com que Berro pôde governar. Para surpresa do estudioso atento, mas habituado aos textos uruguaios — em geral sombrios, a esse respeito —, a fase 1852-64 longe está de se apresentar decepcionante. Realmente, se bem emergisse o país do novênio 1843-52 exangue e mentalmente perturbado, 1852-64 revela alguma unidade quanto a realizações, e, direi mesmo, penso que sem me exceder no otimismo, revela alguma lógica. Muitos, ao tempo, duvidaram do êxito, sequer a longo prazo, de quaisquer tentativas de recuperação — Oribe entre eles, saba-se (77) — mas equivocar-se-iam todos. A linha de comportamento dos três governos regulares que se sucederam nesses doze anos, 1852-64, desperta tanto a atenção do observador paciente, por seu acerto e sentido de oportunidade, que as lastimáveis ocorrências verificadas, alteradoras da ordem e paz públicas — «asonada» militar, de 1853, que apeou Giró; as sublevações dos Conservadores, de 1856 e 1858; a vergonha de Quinteros, também de 1858, e a Cruzada Libertadora, de Flores, 1863-64, aliás de graves conseqüências —, tais ocorrências são, em derradeira análise, de pouca monta, não bastando para empanar o que mais importa. É natural que semelhante perspectiva, à que não falta risonha confiança, não tenha sido facultada aos contemporâneos dos fatos, mas as coisas se passaram realmente assim. Eis por que, contrariando a opinião dos historiadores uruguaios, de modo geral, não consigo, a rigor, lobrigar confusão maior na fase 1852-64. É exato que o governo de Juan Francisco Giró foi meteórico (1852-53); que os interinatos — Triunvirato, ou Governo Provisório, gestões de Flores

e Bustamante — valeram por interrupções da boa ordem constitucional (1853-56) e que não foram calmos os governos de Gabriel Pereyra (1856-60) e Bernardo Berro (1860-64). Sem embargo, distingo certa uniformidade de objetivos na atuação desses homens, distingo como que o seguimento do programa comum, programa de salvação nacional que tem por pontos altos a reestruturação econômica e a posição internacional do país. A retomada do progresso material faz-se clara com a fundação de novos *pueblos* país a dentro e com a viabilidade de iniciativas privadas de vulto, como a de Ricardo Hughes, em Fray Bentos. Mas a política exterior é que realmente absorve os responsáveis. Aliás, na fase em questão, viveria a questão da jurisdição do Prata um dos seus momentos mais delicados — Martín García era, e é, o pomo da discórdia argentino-uruguaia (78) — a República discutiria, ouvidos os órgãos competentes, os famosos tratados de 51; (79) o tratado de 1859, entre a Confederação e o Império, definiria de uma vez por todas, e agora convenientemente — porque levada em consideração a vontade do povo oriental de viver vida livre —, definiria de vez o *status* do Uruguai na órbita das nações, e verificar-se-ia o impacto da Missão Saraiva na órbita das nações, e verificar-se-ia o impacto (1863-64). (80) Haveria Quinteros a enodoar a fase — mancha lastimável que enfeiaria o país longo tempo no conceito do mundo culto —, mas haveria também, contrapesando Quinteros, a elogiável política de fusão empreendida com afinco por Pereyra e Berro, e haveria, muito principalmente, o soberbo Manifesto de Andrés Lamas que valeria por hosana em meio às gerais apreensões, documento civilizado, de alto padrão cultural, grandemente politizante, que foi como que clarinada anunciadora da regeneração vareliana. Positivamente não sobraria tempo aos governantes para intrigas pequeninas e enredos de campanário. Em minha opinião, a fase 1852-64 impõe-se ao respeito do historiador. Esta a primeira fase da «Anarquia Nacional» ...

104. A primeira inspeção, a fase 1864-75 impressiona mal. Nada menos de oito governos se sucederam na curul de Montevidéu em escassos onze anos. Mas observe-se que Lorenzo Batlle preencheu seu mandato (1868-72) e que quatro dos governantes interinos foram presidentes de Senado, isto é, substitutos legais: Atanásio Cruz Aguirre (1864-65), Tomaz Villalba (1865), Pedro Varela (1868) e Tomaz Gomensoro (1872-73). Governos espúrios, apenas dois, o de Venâncio Flores (1865-68) e o segundo governo de Varela (1875-76). José Ellauri (1873-75) foi deposto. Observe-se, ainda, que as convulsões políticas foram graves e condenáveis — as chefiadas por Flores, primeiro, e depois por Aparício —, mas graves também os imprevisíveis de outras índoles, como a guerra do Império contra Aguirre, a crise bancária, a luta contra Lopez do Paraguai e o *Ano Terrível* (1875). Observe-se, por fim, que

com exceção do de Aguirre, um energúmeno, os mais governos foram, quanto possível, esforçados e dedicados ao bem comum, incluído o «despotismo esclarecido» de Flores. Varela foi o menos feliz: no interinato legítimo, claro que nada pôde fazer, e no segundo governo, por sinal que oriundo de uma quartelada, seria vitimado pela crise incontrolável de 1875.

105. Convém pormenorizar ligeiramente. O grande Joaquín Suárez entregou o governo a Bernardo Berro, presidente do Senado. Foram quinze dias, apenas, mas dessas duas semanas são as idéias bem concretas a respeito da disciplinação do trabalho na Campanha, através de sugestões destinadas a um Código Rural e à repressão legal do abigeato, isto é, dos furtos de gado. Com Giró, é ainda a atenção votada ao campo: visitou-o detidamente, pretendendo uma reorganização departamental. Dos tempos do Triunvirato, de Flores e Bustamante, é o advento da esclarecida *política de fusão* com a *Sociedad de los Amigos del País* e o belo programa da *Unión Liberal*. Com Pereyra, é a «oficialização», seja dito assim, da política de fusão com a fundação do *Club de la Unión*, de iniciativa dos próprios partidários do presidente. Com Berro, é a elegância de atitudes, a anistia e o fomento das atividades rurais. Sob Pereyra, os Conservadores e Flores haviam aberto um parênteses de desordens e Quinteros fora um repugnante episódio merecedor de quaisquer repressões, mas o Manifesto de Lamas fora um raio de sol no céu enevoado. (81) Aguirre inaugurou infaustamente a segunda fase. Não fosse tão intratável, tão mau político e tão pouco inteligente, e teria posto fim honroso às correrias de Flores. Villalba alcançaria o que Aguirre, inábil, não alcançara: a *Paz de la Unión*. Flores reabilitou-se no exercício da ditadura. Dignas de encômios as providências progressistas que adotou e que beneficiariam todo o país. Nesse sentido, bastante o auxiliou Francisco Vidal, que o substituiu enquanto ele esteve na guerra contra López, do Paraguai. Com Varela, foram quinze dias que apenas foram quinze dias, vale dizer, duas semanas em branco. Mas com Batlle, sem embargo da intentona sangrenta de Aparício, e da crise bancária, foi o prosseguimento do acelerado progresso material do Uruguai. O excelente governo de Gomensoro: assinalá-lo-iam, entre outras benemerências, a inauguração da *Central del Uruguay* e o clímax do salutar movimento *principista*. Com Ellauri — lastimavelmente pouco enérgico —, seria o escrúpulo, a honestidade e ainda o progresso. Com Varela, num segundo interinato, infeliz como o primeiro, foram os arroganhos de um despotismo nada oportuno, mas também duas fatalidades: o esforço baldado no sentido de resolver o problema da dívida pública e a paralisação da vida econômica que precipitou a República na maior das perplexidades. Entretanto, entre 1852 e 1875, «anarquia», a rigor, não houve. O observador, em nossos dias, situando-se nos tempos

que vive, e não nos tempos que estuda, termina, muita vez, por deformar os fatos e julgá-los mal. Não, ao contrário. Entre 1852 e 1875 seriam tentados briosos ensaios de consolidação nacional. Não houve «anarquia». Havia, sim, vícios de natureza administrativa que pediam correção imediata, mas sobretudo um melindroso desequilíbrio institucional que, originário da inadaptação e inexperiência quanto às sutilezas da prática constitucional, reclamava contenção urgente.

106. Como sempre, seria irrepreensível a posição brasileira. A defesa do tratado de 1859, entre o Império e a Confederação Argentina, fá-lo-ia um uruguaio e um uruguaio do porte de Andrés Lamas, com a sua lucidez habitual: «Definiendo-le» — ao tratado de 1828 —, «el Brasil y la Confederación Argentina han hecho hidalgamente la reparación de un vacío dolorosísimo para todos los orientales, que encerraba la citada Convención de 1828». «El Brasil y la Confederación Argentina levantándose sobre los actos oficiales y diplomáticos, hijos de las circunstancias, acaban con inmenso honor suyo de declarar que reconociéndonos nación libre e independiente obraron de acuerdo con la voluntad manifestada por el pueblo Oriental de Uruguay». (82) Em defesa da integridade do país «novo, fraco e pequeno», na frase justa de Sinimbu, sustentou o Brasil a tese de que o *casus foedecis*, isto é, as hipóteses de garantias a serem dadas ao *status* reconhecido ao Uruguai pela Convenção de 1828, não tinha mais razão de ser, uma vez que consagrada pelo tratado de 59 a neutralização do país vizinho. Ora, com esse ponto de vista concordava entusiasticamente o próprio Andrés Lamas: «La neutralidad estaba en el fondo del pensamiento fundamental de la Convención de 1828». «Lo que es inegable como la luz meridiana es que nuestra neutralización, una vez establecida e garantizada, deja sin objeto la lucha de influencias, hoy forzoza, entre nuestros vecinos y que, bajo ese aspecto, es favorable a la independencia y a la tranquilidad del país». (83) Quanto à intervenção de 1854, «poco después de electo presidente, Flores solicitó la intervención brasileña, amparándose en el tratado del 12 de octubro de 1851, con el objeto de establecer su autoridad, combatida por elementos principistas, enemigos del caudillismo». «Según veremos la intervención del Brasil había sido solicitada en realidad por todas las fracciones políticas, desde luego, cada una en su exclusivo provecho». (84) Hesitaria o Império, entretanto, constrangido e mesmo enfadado, tanto assim que «Flores exigia inutilmente de Amaral (José Maria do Amaral, substituto de Paranhos na Legação de Montevidéu) el apoyo del Brasil para el restablecimiento de su autoridad». (85) Eis que nenhuma iniciativa imperial conduziu o *Exército Auxiliar* aos pampas uruguaios, em 1854. Quanto à Missão Saraiva e decorrente guerra contra Aguirre, a mesma lisura, a mesma decência. «Foi para o Prata verdadeira infelicidade que a

sucessão de Berro recaísse no presidente do Senado, Dom Atanásio Aguirre. Nada mais era ele do que um partidário a se mover aos impulsos exclusivos dos alvos de partido e incapaz de admitir idéias gerais acima dos horizontes dos grupos políticos. Para ele, governar significava apenas conservar seus amigos no poder, acontecesse o que acontecesse». (86) É certo que a paciência dos governos imperiais havia atingido os limites do tolerável e que as instruções entregues a Saraiva eram particularmente enérgicas. «Saraiva, no entanto, preferiu silenciar sobre tais exigências, a fim de ver se conseguia persuadir e pacificar os contendores, em vez de os ameaçar». (87) Em vão. Em Montevidéu esgotaram-lhe a longanimidade e o *ultimatum* foi-lhe arrancado — *arrancado*, é a palavra cabível — pelo endemoninhado Aguirre, inábil e energúmeno. Os péssimos resultados da Missão Saraiva derivaram de imprevisíveis que se acumularam, sim, mas muito principalmente da inépcia e da perversidade de Atanásio Aguirre. Ao Império, em juízo são, nenhuma culpa poderia ser atribuída.

107. O insigne José Pedro Varela nasceu em 1845, em plena «Guerra Grande» e faleceu em 1879, aos 34 anos de idade, mas como se houvera vivido 90 de vida superlativamente ativa e sem pausas. Seria um homem extraordinário, da escassa espécie que de raro em raro surge na face da terra para enorme vaidade da geração a que pertenceu e para honra legítima do gênero humano. Sua evolução, no campo das idéias e no serviço da Pátria — aliás, como despretensioso mestre-escola —, processar-se-ia rápida, mas fulgurantemente:

— em 1867 empreendeu frutuosa viagem de estudos à Europa e aos Estados Unidos, regressando transbordante de sadios ardores e de nobres desejos de contribuir para a organização do «terruño»;
— em 1868 fundou a *Sociedad de los Amigos de la Educación Popular* e coerentemente declarou-se *principista*, aliás a única atitude política que houve por bem, e por necessário, assumir sem restrições;
— em 1874 publicou *La Educación del Pueblo*, obra fundamental, matriz de todas as suas realizações;
— em 1876, Diretor da Instrução Pública, divulgou *La Legislación Escolar*, como que destinada ao esclarecimento dos legisladores;
— em 1877 logrou obter o *Decreto-Ley de Educación Commum*, que estabeleceu o ensino gratuito e obrigatório no país oriental, e
— em 1879 morreu, esgotado, vítima de doze anos de providencial e hercúlea atividade, mas
— em 1885 — como que afanoso, ainda, na própria tum-

ba —, inspiraria poderosamente a Reforma Universi-

108. É rigorosamente exato. Daí em diante, na evolução das idéias e na trajetória das instituições de cultura — nas áreas da inteligência, em suma, no Uruguai —, a «presença» de Varela seria sempre indefectível, a «presença» regeneradora do singelo mestre-escola. Ação regeneradora, é certo, sendo que por singular coincidência — é de interesse recordar —, as três grandes etapas de sua obra redentora se identificariam, cronologicamente, com três dos momentos mais delicados da vida dramática de seu país: 1874, 76 e 77.

109. José Pedro Varela será por todo o sempre, é bem possível, o maior dos uruguaios. Genuíno predestinado, viria ao mundo para redimir sua Pátria, para tanto oferecendo-lhe o mais adequado e eficaz dos recursos: a educação popular. Curiosamente, semeou e foi-se. Que outros colhessem. Mas, grato e cheio de sabedoria, não faria mais o Uruguai, a partir de 1879, senão amealhar com carinhos a preciosa seara vareliana. E graças à «presença» ininterrompida de Varela, precisamente, salvar-se-ia, sabemo-lo todos, e, com que galhardia!

110. Que era o Uruguai, ao expirar o século XIX? Por obra e graça de esforços comoventes dos tempos chamados de «anárquicos», que venho de brevemente sumariar, e de vinte anos mais, que a seguir serão examinados, (88) ao termo do século XIX era o Uruguai como que lepidóptero que descrevera evolução completa: de lagarta passara a crisálida e de crisálida a formosa borboleta. Metamorfoseara-se. «Presença» de Varela. Povoara-se o país, mercê do crescimento vegetativo e da «gringada» que vinha de longe, atravessando mares: um milhão de habitantes no território da República, sendo que 300 mil na Capital, afiançavam dados oficiais, em 1902. Equilíbrio institucional a caminho da exemplaridade. Floração de Códigos, oportunos e bem feitos. Volumosas exportações sugadoras de abundantes divisas estrangeiras. Vigência de uma «democracia pura», bem obediente à moda, consagradora de liberdades, porém, mais que liberal, socializante. Montevidéu, urbanizada, embelezada, o comércio luxuoso e opulento, era, a um tempo, atrativo centro de diversões cultas e nobre refúgio da inteligência e da elegância, que o prestigioso *El Ateneo* gravemente presidia. Na «Campaña» era o Progresso avassalador taumatúrgico a semear promessas sugestivas.

... na tablada de los gaúchos zonzos
(y) a venderles miles de esperanzas gordas. (89)

O «ferrocarril», fumegante e estridente, e a «tranquera» e o «alambrado», (90) arrogantemente proclamando a propriedade e a posse, haviam emprestado fisionomia outra, física e socialmente, às

tradicionais «llanuras». 26 milhões de vacuns e lanígeros, selecionados, contidos em «potreros» geométricos e tecnicamente assistidos, haviam relegado, como sombras de passado longínquo, o «ganado cerril» e o «gaúcho bruto». Na área das atividades cerebrais, o Uruguai era Vaz Ferreira e Rodó, (91), Bauzá e San Martin. (92) Blanos e Héquet, (93) Maria Eugênia e Delmira, (94) Reyles, Sánchez e Viana, (95) nomes cuja simples menção basta para ressaltar o que significam, e para sempre significarão, para o país que se enaltece em tê-los por filhos e para o resto da América que se beneficia das coisas lindas que eles prodigamente imaginaram e entregaram aos ventos da fama. Milagre se verificara. Finda a centúria, o país revela-se rico, organizado, politizado, alfabetizado, higienizado e culto. Chamavam-no, já, e sem exageros, de «Suíça americana». «Presença» de Varela.

IV

«EL URUGUAY VARELIANO»

(1879-....)

Em três compassos ainda, e por fim, se desdobra «El Uruguay Vareliano»:

— o latorrismo (1876-1890),
— o civilismo (1890-1931), e
— o inquietismo (1931-....).

111. Os quase quinze anos que abrangem as ditaduras de Lorenzo Latorre, Máximo Santos e Máximo Tajes costumam ser etiquetados de «militaristas», pelos historiadores orientais. Estudo atento desta fase conduziu-me, entretanto, à conclusão, não apenas diferente, mas menos simplista. Recuso o rótulo «militarismo», grudado, parece-me que sem maior exame, ao período 1876-90, porque observo que, ao invés do que se verifica na história dos mais povos latino-americanos, máximo ao longo do século XIX, a rigor nunca houve mentalidade militar no Uruguai, dado que lá sempre se apresentou o soldado de carreira — além de socialmente desclassificado —, um completo despreparado, já não diria para gerir os interesses da comunidade, mas sequer para compreender superficialmente os problemas de índole civil. Latorre se excetua, mas não há regra sem exceções. O que se observa no Uruguai, entre 1876 e 1890 — no Uruguai que escapara ao naufrágio, em 1875 —, é a vigência de curioso espírito coletivo, isto é, o espírito que anima o enfermo que sabe encontrar-se às portas da morte e que,

sabendo-o, tudo admite e aceita na esperança do milagre, afinal, sempre possível, que admite e aceita inclusive o remédio «heróico», que mata ou salva. Este ânimo «salvacionista» — vou denominá-lo assim —, generalizado e enraizado, este ânimo apavorado e capaz de quaisquer submissões, soube Latorre captar com habilidade e dele fazer uma espécie de mística, o *latorrismo*, que perduraria. A coisa é quase visível, se bem meditado o período 1876-90. Se este critério de vida, eminentemente pragmático, buscou o respaldo dos militares e aceitou o jugo do exército, foi porque o exército era a única organização menos desorganizada então existente no país. O *latorrismo*, tal qual um desses antibióticos perigosos, salvaria ou mataria o país. Salvou-o.

112. Latorre, estadista improvisado, mas premido por circunstâncias assustadoras, foi de extraordinária objetividade. Aliou-se às urgências mais urgentes do país e governou com elas e para elas. Não sem motivo contou com o apoio espontâneo das classes conservadoras e, direta ou indiretamente, com a adesão dos homens de maior responsabilidade do país. Em que pese a grande violência de que usou, foi um autêntico organizador. A Latorre ficaria devendo o Uruguai, por exemplo, códigos que ainda não envelheceram — o de Processo Civil e o de Instrução Criminal —, e de Latorre é que Varela, estimulado e prestigiado, obteria a importante reorganização legal do ensino primário que metamorfosearia o Uruguai, ou, melhor, que regeneraria o Uruguai.

113. Máximo Santos, mais que um energúmeno, foi um caserneiro brutal e sem escrúpulos, cruel, voraz e estúpido. Li em algum autor uruguaio que Santos teria governado «contra todos os interesses, incluídos os dele». Possivelmente. Mas não contra o interesse do país em *não regressar* à grave instabilidade 1852-75. Nesse sentido, primariamente, embora, consciente ou inconscientemente, animado de boas ou más intenções, pouco importa, manteve desperta a chama do *latorrismo*, quero dizer, o «medo do pior», que perseguia o povo uruguaio. A Santos, salva-o da condenação irremissível, o fato de haver implacavelmente assegurado a ordem. O país ficar-lhe-ia devendo, por exemplo, o haver sufocado com mão de ferro a mazorca do Quebracho, rebelião, dita apartidária, que entretanto não alcançou qualquer repercussão. Com efeito, Castro e Arredondo, generais despeitados e indisciplinados, nada mais desejavam que a posse da «torta» que Santos saboreava. Aliás, homiziado no Brasil, no Rio Grande, primeiro, e no Rio de Janeiro, depois, J. M. Arredondo se distinguiria pelo seu condenável comportamento. (96)

114. Tajes, prosseguindo na consolidação da autoridade, abriu caminho ao civilismo. Golpeou de morte a oligarquia fardada

de Santos e voltou as vistas, absorventemente, para o fomento da prosperidade pública. Paradoxalmente, convêm os historiadores orientais em que, entre 1876 e 1890, o progresso foi geral e bastante apreciável, e em que foi inequívoco o renascimento nacional, sobretudo nas áreas da inteligência. O país pôde respirar, entre 1876 e 1890. Realmente foi assim.

115. As ditaduras, em quaisquer tempos e onde quer que surjam, não serão jamais *justificadas,* mas forçoso é que, por vezes, sejam *entendidas*. «La tirania no es un hecho de Latorre: es fruto espontáneo del estado social de mi patria», disse o admirável Varela. E acrescentou: «No se puede combatir con más seguridad la dictadura que transformando las condiciones intelectuales y morales del pueblo, ni pueden transformarse estas condiciones por otro medio que por el de la escuela. Y puesto que yo aspiro a operar esa transformación por este medio, y que no me dá el pueblo la dirección escolar, la recibo de quien me la dá, sea quien fuere. No exterminaré la dictadura de hoy, que tampoco exterminará el pueblo, pero sí concluiré con las dictaduras del porvenir.» ([97]) Que cerebração estupenda, a deste José Pedro Varela!

Com efeito, em meio a tantas apreensões, aparentemente desanimadoras, achava-se faustamente inaugurado «*El Uruguay Vareliano*».

116. A *civilismo,* expressão do agrado dos historiadores uruguaios, não emprestarei a significação estreita — estreita e falsa, pelo menos no caso uruguaio em exame —, de algo que se oponha a *militarismo,* e sim a acepção dilatada de *clima favorável à estabilidade institucional*. Efetivamente, semelhante estabilidade decorreria, a pouco e pouco — sempre policiada pela «presença» vareliana —, dos governos de

— Julio Herrera y Obes (1890-94),
— Juan Idiarte Borda (1894-97),
— Juan Lindolfo Cuestas (1897-1903),
— José Batlle y Ordóñez, 1º governo (1903-07),
— Claudio Williman (1907-11),
— Jose Batlle y Ordóñez, 2º governo (1911-15),
— Feliciano Viera (1915-19), e do
Baltasar Brum (1919-23),
— Colegiado: José Serrato (1923-27), e
Juan Campisteguy (1927-31).

117. Foram dez governos, ao todo, constitucionais todos — exceção feita do parênteses ditatorial de Cuestas —, ao longo dos quais, com dificuldades, embora — sempre criadas pelos *nacio-*

nalistas —, as instituições se consolidaram, a politização da comunidade se afirmou e o progresso material e cultural do país foi qualquer coisa de notável. Nesses extensos quarenta anos o Uruguai sobrepujou, gradualmente, todos os demais países latino-americanos, sem exceção. Guardaria, entre eles, uma posição ímpar. «Presença» de Varela.

118. Herrera y Obes, não favorecido da sorte, lutaria contra a crise do ano 90. Crise séria, que acarretou a falência do próprio Banco Nacional, mas não exclusivamente uruguaia: o Brasil atravessava situação semelhante. O «presidencialismo intervencionista», isto é, a propalada necessidade de uma «influência diretriz» do governo no processo eleitoral, levantava justos protestos e realmente não depunha muito favoravelmente a respeito das convicções democráticas do presidente. Nas do governo de Obes e a primeira conscientização de que a Constituição de 30 — estatuto mal-amanhado, originariamente defeituoso e, demais, superado — reclamava reformas urgentes ou, quem sabe mesmo, sua substituição por outra. E do governo Obes é o grandioso edifício da Universidade, que abrigaria condignamente duas importantes Faculdades e a Biblioteca Nacional. «Presença» de Varela.

119. Borda, eminentemente progressista, providenciaria a criação do Conselho Nacional de Higiene, a fundação do Banco da República e a construção do porto de Montevidéu, mas uma prepotência já inoportuna, aliás semelhante à de Obes, provocaria as incursões *nacionalistas*, comandadas por Aparício Saravia, e terminaria por pessoalmente vitimá-lo. Foi assassinado na esquina de *Sarandí* com *Juan Carlos Gómez*.

120. Cuestas, presidente do Senado, havendo chegado ao poder apenas para terminar o mandato de Borda, revelou-se um ambicioso vulgar. Pessimamente inspirados os momentos em que se decidiu pelo golpe de estado e pela abertura da questão religiosa. Seria uma página desprezível da história da República não fosse para redimi-lo um pouco, o lançamento da pedra fundamental do porto de Montevidéu.

121. Batlle, além de pacificar — pacto de Nico Pérez e paz de Aceguá —, retomou a orientação desenvolvimentista de Borda. De seu governo, a severa política financeira que reabilitou consideravelmente o crédito exterior do país. Criticaram-lhe haver vetado a *política de coparticipação* que a paz de Aceguá assentara. Não cabia a crítica, dado que objetivo o veto, sem qualquer interferência de despotismo partidário. Como a queriam entender, a *coparticipação*, isto é, como pluralidade de orientações, a administração far-se-ia absolutamente inviável.

122. Williman foi um excelente governante. Seu mandato transcorreu num ambiente de paz constante, de desenvolvimento ininterrompido e de honestidade exemplar. Bastaria assinalar que encerrou suas contas oferecendo ao país coisa que, até o momento, os uruguaios só conheciam como palavra dicionarizada: um *superavit*. Acrescente-se que Williman talvez seja exemplo único, no mundo, de professor que, ocasionalmente na chefia do Estado, não abandonou suas aulas. Catedrático de Física e Matemática, na Escola Militar e em outras instituições, o seu primeiro trabalho, entre 1907 e 1911, antes de dirigir-se à *Casa de Gobierno*, seria sempre o de avistar-se com seus pupilos, dentro de horário rígido, e ministrar-lhes a matéria programada para o dia. «Presença» de Varela.

123. O segundo governo de Batlle seria anunciador de grandes transformações, dado que o eminente político voltara da Europa possuído de idéias fortemente inovadoras. Falarei delas a seguir. Entretanto, encontrou oposição invencível, sendo energicamente repelido o seu projeto de reforma constitucional que teria por fulcro o *colegiado*, isto é, um governo pluripersonalista. Os próprios *colorados*, facção a que entretanto se filiava o presidente, cindiram-se e poderosa ala *anticolegialista* contribuiria para o fracasso das pretensões de Batlle. Sem embargo, dois fatos contribuiriam para o adormecimento das paixões: o entusiástico festejo do centenário das Instruções do Ano XIII, ou da primeira declaratória da Independência e — dado o enorme volume das exportações — a excepcional prosperidade decorrente da guerra européia. Mas assinalaria o segundo governo de Batlle importante providência na área da instrução pública: a criação dos dezoito liceus departamentais que constituiriam — nela muito especialmente contempladas as mulheres — a rede nacional de ensino secundário. Esta medida seria de grandes e favoráveis repercussões em futuro próximo. «Presença» de Varela.

124. Seria importantíssimo o governo de Viera, não apenas para o Uruguai, mas para o mundo inteiro, dado que o pequeno país iria projetar-se com estrépito no cenário internacional. É que o país adotaria, politicamente, forma de governo inédita nas Américas e socialmente se adiantaria, não somente ao México de Calles, mas à própria Rússia de Lenine. Com efeito, ao governo de Viera pertenceriam, graças à revisão constitucional de 1917, o estabelecimento do *colegialismo* — criado o Conselho Nacional de Administração —, e extensas e profundas reformas sociais, protetoras, muito principalmente, da faixa proletária. Encontravam-se vitoriosas as absorventes idéias que Batlle trouxera da Europa,

plano de justiça social. Mas concretamente, onde haurira Batlle essas idéias? O *colegiado* tomara-o ao *Bundesrat* suíço e o programa de justiça social à doutrina de Juarés e de Bernstein. Aliás, este socialismo, dito *doutrinário*, e de índole marcadamente filantrópica, achava-se em grande moda naqueles princípios do século. No Brasil, por exemplo, juaresiana fora a orientação do ministro Hermes, quando da Reforma do Exército, em 1908, reforma menos de natureza militar que de alcance social, e bernsteineano o programa educacional de Clodoaldo da Fonseca, no Estado de Alagoas, entre 1912 e 1916, com as *escolas subvencionadas* ou «alfabetização a curto prazo». (98) Mas seriam cabíveis e viáveis, no Uruguai, as idéias vitoriosas de Batlle? Ninguém negaria a Batlle sinceridade e nobreza de propósitos, mas as pretendidas reformas sociais, acertadas em princípio, somente a longo prazo e não açodadamente, poderiam dar resultados positivos; quanto ao colegiado, inspirado no regime suiço, era um autêntico disparate que só poderia ser fértil em más conseqüências. De fato, as reformas sociais, elaboradas e postas em prática sem maior discernimento das condições do *meio* e *tempo*, e ainda por cima a passo de carga, seriam desastrosas: as *Cajas de Jubilaciones*, por exemplo — perigosa demagogia —, terminariam por aposentar a metade do Uruguai aos 50 anos de idade; quanto ao *colegiado*, revelar-se-ia um impossível psicológico, um absurdo «corpo estranho» num país populacional e topograficamente homogêneo que, ao invés de dispersão de autoridade, reclamava concentração do poder. Realmente, nenhuma analogia existe entre Uruguai e Suíça: a Suíça é um pequeno complexo de nações e, fisiograficamente, outro complexo de «compartimentos estanques». Lá o Conselho Federal, o *Bundesrat*, atende a necessidades iniludíveis, mas no Uruguai, ao contrário, o Conselho Nacional de Administração só poderia constituir a etiologia de anarquia administrativa e de desgoverno crônico com a sua complexidade de todo desnecessária, absolutamente inútil.

125. Os governos de Brum, Serrato e Campisteguy não foram governos títeres, como ao tempo foi dito, muito menos fanáticos, como também seria dito. Não seria justo opinar assim. Mas foram governos demasiado fiéis a um *batllismo* que já se revelava ameaçador em suas conseqüências. Faltou-lhes tino, aos três governos, para perceber que as disparatadas reformas sociais, ao invés de prosseguidas e alimentadas — com grave dano dos cofres públicos — deveriam ser prudentemente freadas. De qualquer forma, foi possível ao Uruguai viver muitos anos de grande serenidade, mercê de um relativo «desarmamento dos espíritos» ou de relativo repouso dos ardores partidários, e festejar com brilhan-

quer forma, foi possível ao Uruguai viver muitos anos de grande serenidade, mercê de um relativo «desarmamento dos espíritos» ou de relativo repouso dos ardores partidários, e festejar com brilhantismo, cercado do apreço e do respeito do mundo culto, o centenário da Assembléia de Flórida (1925) e o do Juramento da Constituição (1830). Conheci pessoalmente Brum e Campisteguy e, com ambos tendo palestrado, de ambos guardarei a mais lisonjeira das impressões. Ambos cultos, perfeitos cavalheiros, exemplares no comportamento constitucional. Honrariam os quadros políticos, e juntamente com eles José Serrato, do mais evoluído dos países existentes na face da terra. Faltou-lhes, entretanto, uma das condições mais essenciais ao genuíno homem de Estado: a percepção do futuro, isto é, uma visão, mais ou menos clara, do *dia seguinte*.

126. O panorama da *República Oriental del Uruguay*, oferecido entre os albores do século e os festejos centenários ao observador tranqüilo e atento era, sem favor, bastante lisonjeiro. A população total do país, de um milhão que fora, nos anos inaugurais da centúria, dobrara, isto é, alcançara exatamente os dois milhões, isto graças ao crescimento vegetativo, sim — a esse respeito os índices eram animadores — mas principalmente à contribuição das correntes imigratórias, notadamente de italianos e espanhóis. Densidade demográfica fraquíssima, é bem de ver, em se tratando de terras que têm de superfície, aproximadamente, 200 mil km², mas que mesmo assim, em meio aos despovoados países sul-americanos, proporcionava-lhe, ao Uruguai, posição sem concorrentes: 10 habitantes por km². O refinamento das raças bovinas e lanígeras, mercê da introdução de espécies selecionadas; a assistência técnica imprescindível às «estâncias» e «cabañas», mediante veterinária aparelhada, atualizada e capaz, e o cuidado votado às pastagens — conseqüência de organização agronômica especializada e dedicada — não somente aumentara consideravelmente a produção de carnes e lãs, mas acrescentara-lhe em alto nível a qualidade, impondo os dois produtos básicos do país aos mais exigentes mercados consumidores. Era a prosperidade, uma invejável prosperidade. Inegavelmente, importante fator negativo conspirava e conspiraria contra esta prosperidade. Refiro-me à balança comercial fortemente prejudicada em seu desejável equilíbrio por importações excessivas, incautas, indisciplinadas e, portanto, desperdiçadoras, coadjuvadas por um oficialismo «despilfarrador» e pelo abuso imprudente das viagens dispendiosas e prolongadas dos «novos ricos» endinheirados pela catástrofe 1914-18 e que, aliás, na Europa, exibiam sua opulência, mas também sua falta de educação de «arrastracueros». De qualquer forma,

era progressivo o volume das exportações, animadora a arrecadação de divisas estrangeiras e singular a posição do *peso* nacional no mercado monetário, pois que chegaria à paridade com o dólar. O território, obviamente todo desvendado, e embora entregue ao primevo regime do latifúndio desmedido, apresentava-se cortado nas principais direções, e obedecendo a traçados bastante racionais, por ferrovias confortáveis e regulares nos horários estabelecidos.

A seu tempo, viria a rede rodoviária, complementar, magnífica, bem delineada, estimuladora do turismo organizado, aliás muito facilitada pelo terreno plano e homogêneo. Montevidéu, macrocefálica, abrigando cerca da metade da população global da República, era cidade digna de ser visitada e desfrutada; era, sem excessos de juízo, cidade opulenta pelo conforto que oferecia e pela civilização que ostentava. Jamais cairão no esquecimento dos que as conheceram as bem tratadas perspectivas urbanas, mas também os belos parques e, sobretudo, os freqüentados balneários, cassinos e luxuosos estabelecimentos comerciais. Do ângulo social, aspecto havia particularmente assinalável e lisonjeiro: o arrefecimento do duelo brutal entre os partidos políticos, luta que se apresentara demasiado vivaz e grosseira, em tempos passados, mas principalmente emperradora nota dissonante na sinfonia dos esforços desenvolvimentistas de que o país era cenário. Para esse afrouxamento progressivo e fausto de tais ardores provincianos e menos civilizados, muito contribuiria, pessoalmente, o indiscutido chefe do oposicionismo, dito «nacionalista». Com efeito, Luis Alberto de Herrera, homem de gabinete e historiador, antes de mais nada, homem culto e viajado — além de moderado por temperamento — menos que caudilho a velho estilo, seria moderno líder político, equilibrado e composto, seria um educador. «Presença» de Varela. Culturalmente — usando do adjetivo num sentido limitado, mas próprio — ao lado dos luminares que vinham do século transacto e que descreviam o resto das respectivas trajetórias, o Uruguai oferecia aos demais povos, entre tantos valores de prol, um Carlos Roxlo, um Elias Regules, um Julio Herrera y Reissig e o talento e a beleza de uma Juana de Ibarbourou, «Juana de América», que juntamente com Rosalina Coelho Lisboa, do Brasil, igualmente linda e talentosa, tanto contribuiriam para o encantamento dos anos 30, não só no Uruguai, mas nestas paragens sul-americanas. Oferecia o Uruguai ao mundo, mais que tudo, o espetáculo do país que destinava ao ensino primário a parte mais substancial dos orçamentos nacionais. «Presença» de Varela.

127. Entre 1931 e 1943, foi o *inquietismo* ou, mais objetivamente, a *busca de novos rumos*, busca que, aliás, ainda perdura. Com precisão, foram os tempos dos governos Gabriel Terra

(1931-38) e Alfredo Baldomir (1938-43). Tempos por certo pouco simpáticos aos uruguaios, que não esquecem os golpes de estado de um e de outro, de Terra e Baldomir, que despertariam no resto do mundo um menor crédito votado ao Uruguai quanto à politização do seu povo à estabilidade das suas instituições, mas tempos que, na realidade, apenas vistos de fora, de longo, e acima deles, à margem dos apaixonamentos locais, podem ser examinados a frio, vale dizer, com a indispensável isenção de ânimo. Efetivamente, entre 1931 e 1943, até a ascensão de Amézaga, as rivalidades partidárias, o clássico duelo entre facções rivais, que vinca toda a história política do Uruguai, pouca ou nenhuma importância teria no evolver dos acontecimentos. A crítica simploriamente fundada nos motivos domésticos que conduziram aos golpes de 33 e 42 e às reformas constitucionais de 34 e 42, são, a bem dizer, inválidas, dado que estas ocorrências, examinadas serena e objetivamente — de fora, de longe e acima delas, disse e repito — não se apresentam como causas, mas sim como meras conseqüências de motivações bem mais profundas e bem mais respeitáveis. Assim, os regimes de exceção, aliás breves, de Terra e Baldomir, não foram infligidos à nação uruguaia para a satisfação de interesses menos confessáveis de grupos ou partidos, mas imposição de circunstâncias verdadeiramente incontornáveis que, estas sim, comandavam imperiosamente os eventos. E que circunstâncias eram estas? Eram, antes de mais nada, o desprestígio crescente da democracia em seu estilo tradicional — mesmo em França, na Inglaterra e nos Estados Unidos — que em muitos países, com o advento de Mussolini, na Itália, consagrava a necessidade do «homem-forte», mas muito principalmente a crise econômica mundial do pós-guerra que vinha de culminar, em 1929, no craque de *Wall Street*, que afetara o mundo inteiro e aconselhava enérgico intervencionismo estatal — a economia dirigida — nas áreas da produção e do consumo. Ora, para fazer frente à crise, o *colegiado*, no Uruguai, revelava-se de todo em todo impotente: «en realidad, en este país nadie gobierna, tan diluída está la acción administrativa, tan dispersa está la responsabilidad», dissera Terra com objetividade nas suas «giras» país adentro. (99) Tanto se impunha a reforma constitucional de 34 que, para obtê-la uniram-se todos, pela primeira e única vez, batllistas «netos» e herreristas puros. Em última análise, ruiu o *colegiado*, no Uruguai pelas mesmíssimas razões que precipitaram no Brasil, na Argentina e no Peru, por exemplo, a ruína das oligarquias irresponsáveis ao tempo representadas, respectivamente, por Washington Luís, Irigoyen e Prado. Aliás, cada vez mais complexa a administração do país — por obra e graça de um progresso material apesar de tudo incessante — o pluripersonalismo uruguaio tendia a um colapso inevi-

tável e fatal. Sob Baldomir, a Segunda Guerra Mundial agravaria as circunstâncias mencionadas e o país reclamaria uma responsabilidade administrativa ainda mais acentuada que facilitasse as soluções nacionais de problemas de natureza ecumênica. Donde a terceira reforma constitucional, a de 1942. De qualquer forma, com o advento de Terra e o lírico suicídio de Brum, encerraram-se, para o Uruguai, os tempos eufóricos e desencadeou-se a crise institucional grave e longa que agora, por motivos outros, ainda perdura, impiedosa e implacável. E eis que o Uruguai, presentemente hesitante e obstinadamente fiel a uma «democracia pura» inçada de vícios incorrigíveis, vai vivendo o seu fadário sempre em busca de novos rumos.

128. Para o historiador, o *agora* — o *hoje* — possui acepção muito particular. «O *hoje* nos interessa, em primeiro lugar, porque nos promete explicar alguma coisa do amanhã e nos *orienta* a respeito de nossos deveres para com o *presente* e conseqüentemente, para com o *futuro*. Sem embargo, no *hoje histórico*, se desejamos que ele projete alguma luz, por débil e incerta que seja, sobre o *amanhã histórico* — não havemos de ver o *agora*, no estrito sentido da palavra. O autêntico *hoje* histórico não pode ser um instantâneo histórico, mas uma fotografia a longa exposição que, por conseguinte, abarcará, não alguns dias, meses ou anos, mas o tempo correspondente a uma ou duas gerações». (100) Assim, o *agora* uruguaio que examinarei, pondo fim a este ensaio, abrange trinta anos — de 1943, termo do governo de Juan José do governo de Martínez Trueba, do regresso ao *colegiado* e dos governos de Luis Batlle, Gostido, Pacheco Areco e Bordaberry, cujo mandato aliás, o de Bordaberry, se cessará em 1975. Desta recentíssima crônica não tratarei, primeiro, porque faltar-me-ia material para tanto, e, a seguir, porque é cedo, demasiado cedo, para opinar e ajuizar a respeito. O que farei, sim, sem *fazer história*, é observar o *agora uruguaio* armado de bons desejos, dos bons desejos de discernir um pouco para além dos horizontes visíveis. Aliás, sobre o assunto venho de escrever monografia a que remeto o leitor interessado. (101)

129. De modo geral — e como há-de ser para todos, daqui por diante, nesta «aldeia global» em que se converteu nosso planeta — sofre o Uruguai atual de dupla crise: da que assola o mundo e da que privativamente o vitima. Da primeira, de que afinal não lhe cabe culpa, ver-se-á livre o Uruguai juntamente com os outros povos, beneficiando-se das soluções gerais e adequadas que os demais vieram a adotar para debelá-la. Quanto à outra crise, a privativamente uruguaia, ela também se bifurca num problema interno, no sentido próprio, e noutro de natureza interna-

cional. Este último, o externo, sem gravidade maior, consistiria numa hipotética, mas possível, reformulação do *status* da soberania oriental, reformulação que, sem qualquer mingua da independência política do Uruguai, pudesse contribuir para a minoração das dificuldades materiais, cada vez mais prementes, que assaltam os *pequenos* nesta época que parece pertencer apenas aos *grandes*. Com efeito, nestes nossos dias, empobrece o pequeno capitalista, desorganiza-se a pequena indústria e desmantela-se o pequeno Estado, em proveito do grande detentor de recursos em dinheiro das grandes concentrações de máquinas e das grandes organizações políticas. O problema interno do Uruguai, este sim, apresenta-se complexo, mas nem por tal de solução adiável. Reclama o Uruguai extensa e profunda reforma de suas instituições econômicas, políticas e sociais. Reforma política que racionalize o Estado. Reforma social que discipline as massas. Reforma econômica que faça das atividades produtivas do país qualquer coisa de inteligível à luz das realidades contemporâneas. Estas «revoluções», mais que reformas, desvinculando o Uruguai de um tradicionalismo negativo que lhe rói as entranhas, *atualizariam* o país e o encaminhariam a um regime de *empresariado de dimensões nacionais*, tecnocrático, o único que, nestes tempos, se oferece às comunidades soberanas que desejam sobreviver. Assim reestruturado e renovado, deixaria de ser distração nacional no Uruguai o espetáculo provinciano e mesquinho do cotidiano duelo entre «candomberos» de ambas colorações. Distração nacional seria, sim, trabalhar e produzir sem pausas, de sol a sol, para a eternidade do país, do país que, aliás, por obra e graça de imperativo inapelável, nasceu fadado para a vida livre e soberana. Em suma, deixaria o Uruguai de ser, contraditoriamente, nação «rica e pobre», a um tempo só, na frase justa de Martinez Lamas. ([10½])

130. Mas repousarão os imperecíveis destinos uruguaios apenas sobre uma fatalidade geográfica? Não. Algo existe de imponderável e de indefinível que ainda melhor os garante e assegure. Que arcano é este, recôndito, misterioso, entretanto supremamente eficaz, que impede e impedirá, sempre e sempre, que o privilegiado país, sejam quais forem as forças que o ameacem, se despenhe sem remédio no pélago da morte e nas trevas do nada?

A «presença» assídua, diuturna, atenta, tutelar e indormida de José Pedro Varela.

Rio de Janeiro, novembro de 1973.

Obs.: O presente ensaio não é elementar. Sua leitura proveitosa pede um conhecimento mínimo da história da República do Uruguai.

NOTAS

(1) Cfr. Ribeiro, João, *História do Brasil*, p. 45.

(2) Vd. Pereyra, Carlos, *História de la América Española*, t. I.

(3) Vd. Piragibe da Fonseca, Roberto, *Meditações Uruguaias*.

(4) Cfr. H. D., *Ensayo de Historia Patria*, I, p. 5.

(5) Vd. Mas de Ayala, Isidoro, *Y por el Sur el Rio de la Plata*.

(6) Vd. Couture, Eduardo J., *La Comarca y el Mundo*.

(7) Vd. Piragibe da Fonseca, *op. cit.*

(8) Vd. Schüller, R. R., *Anales de la Universidad*, Santiago de Chile, 1906.

(9) Gostaria de possuir melhores informações. Não as obtive.

(10) Cfr. Zum Felde, Alberto, *Evolución Histórica del Uruguay*, p. 8.

(11) De certa forma, correspondiam aos *donatários* vindos de Portugal para o Brasil. Eram particulares que obtinham do rei concessões e privilégios em troca da conquista de territórios.

(12) Vd. Zorrilla de San Martin, Juan, *Tabaré*.

(13) Vd. Zorrilla de San Martin, Juan, *Descubrimiento y Conquista del Rio de la Plata*, conferência no Ateneu de Madrid, 1892.

(14) Vd., por exemplo, Alonso y Trelles, José, «El Viejo Pancho», *Paja Brava* (*Versos criollos*) e García, Serafín J., *Tacurusos*.

(15) Os *Adelantados* foram quatro: Pedro de Mendoza, Alvaro Nuñez «Cabeza de Vaca», Juan Ortiz de Zárate e Juan de Torres de Vera y Aragón.

(16) Vd. Bauzá, Francisco, *Historia de la Dominación Española en el Uruguay*, t. I.

(17) É recomendável, neste ponto, a leitura, aliás deliciosa, de Hernández José *Martin Fierro* e Guiraldes, Ricardo, *Don Segundo Sombra*.

(18) Referência a *op. cit.* de Bauzá.

(19) Vd. Bauzá, *op. cit.*

(20) Por Cabildo, ou Ayuntamiento, entendia-se a Junta encarregada dos interesses políticos, econômicos e administrativos das cidades e respectivas jurisdições. A influência dos Cabildos nos negócios públicos era direta.

(21) Vd. Zorrilla de San Martín, Juan, *La Epopeya de Artigas*, t. I.

(22) Consultar Ramírez, Carlos María. *Artigas*, polêmica entre *El Sud América*, de Buenos Aires, e *La Razón*, de Montevidéu.

(23) Vd. De María, Isidoro. *Vida del General Artigas*, publicado em 1850, ano em que faleceu o Prócer.

(24) Referência ao busto que se encontra na sede da União Panamericana, em Washington.

(25) Cfr. Busaniche, José Luis. *Estanislao López y el federalismo del Litoral*, p. 67. — Em Ibirai, receberia Artigas a visita de vários admiradores brasileiros, entre eles o jovem Major Henrique Beaurepaire Rohan, a quem o ancião perguntou, risonho: «Entonces, mi nombre todavia suena en su país»?

(26) O exílio de Artigas alcançaria 1850, ano em que faleceu. Trinta anos a fio. Contava 86 anos de idade, dado que nascera em 1764. Abandonara a vida pública aos 56 anos e iniciara-a aos 47.

(27) Vd. Bauzá, *op. cit.*

(28) Vd. Bauzá, *op. cit.*

(29) Cfr. Soler, Mons. Mariano. Arcebispo de Montevidéu. Pastoral comemorativa do 4º Centenário do Descobrimento da América, 1892.

(30) Consultar Miranda, Héctor. *Las Instrucciones del Año XIII*.

(31) Da Proclamação de Otorgués, ao assumir o governo de Montevidéu.

(32) Referência a Demicheli, Alberto. *Origen Federal Argentino*. Consultar, ainda, Ramos Mejía, Francisco. *El Federalismo Argentino*, e Ayarragaray, Lucas. *La Anarquía Argentina y el Caudillismo*.

(33) Referência a Sarmiento, Domingo Faustino, *Argirópolis*, e a Alberdi, Juan Bautista, *Escritos póstumos*.

(34) Se bem tenha vivido no Uruguai e exercido profissão jornalística em Montevidéu, Alberdi era tucumano de nascimento.

(35) Cfr. portada de *op. cit.* de Sarmiento.

(36) Vd. *op. cit.* de Alberdi.

(37) Cfr. Daract. J. Cobos, *Historia Argentina*, I, p. 214.

(38) Declaração de Jerônimo Bianqui, no Congresso Cisplatino de 1821.

(39) Cfr. *Ato de Incorporação*, art. 1º.

(40) Cfr. Zum Felde, *op. cit.*, p. 79.

(41) O «bando inumano» punha fora da lei, como salteadores de caminhos, aos patriotas insubmissos e ameaçava-os de rigorosas represálias sobre os respectivos bens e famílias. Ameaças explicáveis e sem conseqüências maiores, além da detenção inútil, e em verdade abusiva, de algumas mulheres, esposas de foragidos. Para evitar surpresas dos patriotas, Lecor mandou abrir, ou cavar, trincheiras de quilômetro em quilômetro, entre a barra do rio Santa Lúcia e o Buco, sendo uma destas trincheiras aberta bem no cume do Corrito. A esta é que os patriotas denominaram de *zanja re reguna*, expressão *criolla* que significa *animal pertencente ao Estado que, para assinalá-lo, possui cortada a ponta de uma das orelhas*.

(42) Cfr. H. D., *op. cit.*, I, p. 429.

(43) Cfr., *id. id.*, I, p. 433.

(44) Vd. De María, *op. cit.*

(45) Vd. nota seguinte, n. 52.

(46) Cfr. Calógeras, João Pandiá, *Formação Histórica do Brasil*, parágrafo 63.

(47) Vd. Piragibe da Fonseca, Roberto, *As incidências históricas brasileiro-uruguaias, segundo J. E. Pivel Devoto*.

(48) Cfr. Calógeras, *op. cit.*, parágrafo 64.

(49) Cfr. Pivel Devoto, J. E., *Historia de la República Oriental del Uruguay / El Nacimiento de la República*, p. 8.

(50) De qualquer forma, *sob a autoridade pessoal do Imperador*, a Província Cisplatina desfrutaria de prerrogativas e franquias de território alógeno: por exemplo, a atividade dos *Cabildos* não sofreria qualquer mingua. Aliás, possuíam os uruguaios representantes em ambas as Casas do Parlamento imperial: o Dr. Herrera era senador, Lucas Obes era deputado, sendo que Obes participara da Junta de Procuradores que decidira da independência do Brasil. Acresce que «entre tanto la Provincia Oriental organizaba sus instituciones y formalizaba un régimen interior estructurando los lineamientos preconstitucionales» (cfr. Pivel Devoto, *op. cit.*, tomo cit., p. 9-10). Não foi assim tão segregada, para o Uruguai, a «dominación brasileña».

(51) Cfr. Daract, *op. cit.*, p. cits.

(52) Cfr. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 88, p.p. 149-152.

(53) Cfr. Zum Felde, *op. cit.*, p. 105.

(54) Cfr. Pivel Devoto, *op. cit.*, t. cit., p. 10.

55) Cfr. Zum Felde, *op. cit.*, p. 109.

(56) Cfr. Piragibe da Fonseca, *op. cit.*, parágrafo 5.

(57) A proposta foi dirigida ao general Davi Canabarro, mas terminantemente rejeitada pelo visconde do Uruguai: «Canabarro deve declinar da proposta de Lavalleja por inadmissivel, como nada conveniente ao Brasil e contrária aos tratados existentes entre este e a República Oriental» (cfr. Soares de Sousa, José Antônio, *Don Frutuoso Rivera no Rio de Janeiro*, Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, n. 231, 1956, p. 299).

(58) Cfr. Pivel Devoto, *op. cit.*, t. cit., p. 25.

(59) Cfr. Pivel Devoto, id., id., p. 34.

(60) Cfr. Piragibe da Fonseca, *op. cit.*, parágrafo 8.

(61) Vd. nota 38.

(62) «Payador», gaúcho guitarrista. «Cielito», forma a mais primitiva da poesia gauchesca: quadrinhas de oito sílabas, seguidas e assonantes.

(63) Consultar: Hernández, José, *Martin Fierro;* Salaverria, José Maria, *Vida de Martin Fierro;* Bungo, Carlos Octavio, *Nuestra América;* Jane, Cocil, *Libertad y Despotismo en la América hispánica;* Ramos Mejia, José M., *Las Multitudes Argentinas;* Carcano, Ramón J., *Juan Facundo Quiroga;* Sarmiento, Domingo Faustino, *Facundo;* Salis Goulart, Jorge, *A formação histórica do Rio Geande do Sul;* ainda, El Caudillo en la Politica, número especial de *Hechos e Ideas*, Buenos Aires, 1936.

(64) Cfr. Piragibe da Fonseca, *op. cit.*, parágrafo 16

(65) Carta a Pacheco y Obes, de 16 de novembro de 1852.

(66) Referência a *Grandeur et servitude militaires*.

(67) Cfr. *op. cit.*, p. 497.

(68) Cfr. Accioly, Hildebrando, «O Visconde de Cabo Frio», *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, n. 236, 1957, p. 229.

(60) Cfr. Pivel Devoto, *op. cit.*, La Guerra Grande, p. 108.

(70) Cfr. Pivel Devoto, *op. cit.*, *Rivera, Oribes y las orígenes de la Guerra Grande*, p. 88.

(71) Vd. nota 57.

(72) Vd. «As Incidências históricas brasileiro-uruguaias, segundo J. E. Pivel Devoto», *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro* n. 229, 1973.

(73) Cfr. Pivel Devoto, *op. cit.*, «La Guerra Grande», p. 92.

(74) Cfr. Pivel Devoto, *op. cit., t. cit.*, p. 100-101.

(75) Vd. Falcão Espalter, Mário, *Formación Histórica del Uruguay*. Quanto a mim, a opinião que ora sustento não reforma, ou invalida, a que expendi em As *Incidências...*, *op. cit.*, parágrafo 29. O tratado de limites do ano 51, juridicamente *legítimo*, é eticamente *injusto*.

(76) Vd. *op. cit.*, ts. 5 e 6.

(77) Vd. nota 68, deste ensaio.

(78) A questão relativa à jurisdição do Prata, reivindicadas as ilhas de Martin Garcia e Timóteo Domingues não a encerrou o Uruguai. Ainda agora vem de ser divulgada exposição de Pivel Devoto a respeito, perante a Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara de Senadores, em Montevidéu. Vd. *Historia de los Limites del Rio de la Plata / Islas de Martin Garcia y Timoteo Domingues*, publicação oficial, Montevidéu, 1973. É uma completa e soberba visão do problema, acompanhada de precioso apêndice documental e cartográfico. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas muito principalmente a Divisão da Bacia do Prata e Paraguai, do Ministério das Relações Exteriores, devem detidamente tomar conhecimento desta obra de excepcional valor.

(79) Vd. parágrafo 71, deste ensaio.

(80) Vd. parágrafo 76, deste ensaio.

(81) O Manifesto de Lamas, documento espléndido de lucidez e premonição, foi redigido e publicado no Rio de Janeiro, precisamente na residência de verão do diplomata uruguaio em Petrópolis. Penso que é a página mais brilhante da história da doutrina *principista*. Dele diria Ariosto Gonzáles que, menos que *fato ocorrido*, mais parece *fato que ocorre*. Opinou com muita felicidade, o ilustre historiador.

(82) Cfr. Pivel Devoto, *Intentos...*, I, pp. 53-54.

(83) Cfr. Pivel Devoto, *Intentos...* I, p. 56.

(84) Cfr. Pivel Devoto, *Intentos...*, I, p. 29.

(85) Cfr. Pivel Devoto, *Intentos...*, I, p. 34.

(86) Cfr. Calógeras, *op. cit.*, p. 269.

(87) Cfr. Calógeras, *op. cit.*, p. 271.

(88) Vd. parágrafo 79, seguinte, deste ensaio.

(89) Versos de «El Viejo Pancho». Vd. nota 14, deste ensaio.

(90) Referência a Decreto-lei, exatamente de 1875, que declarou livre de impostos o arame destinado ao cerco e divisão de propriedades, na Campanha.

(91) Carlos Vaz Ferreira e José Enrique Rodó, pensadores.

(92) Francisco Bauzá e Juan Zorrilla de San Martín, historiadores.

(93) Juan Manuel Blanes e Diógenes Héquet, pintores.

(94) Maria Eugênia Vaz Ferreira e Delmira Agustini, poetisas.

(95) Carlos Reylos, novelista, Florencio Sánchez, teatrólogo, e Javier de Viana, cronista.

(96) Desentendeu-se, primeiramente, com o governo provincial, no Rio Grande, e, na Corte do Rio de Janeiro, daria entrevista deselegante a um dos jornais da cidade.

(97) Cit. por Zum Felde, *op. cit.*, p. 262.

(98) As fidalgas e ingênuas idéias de justiça social, arvoradas em inícios deste século por Clodoaldo da Fonseca, ainda não interessaram o historiador brasileiro, mas vêm interessando o alienígena. No sentido de estudá-las, o arquivo de Clodoaldo, em meu poder, já foi esquadrinhado por quatro pesquisadores estrangeiros procedentes da Santa Bárbara University, Califórnia, da State University of N.Y. at Albany, da Academy of American Franciscan History e da Universidade de Colônia, Alemanha. O MOBRAL seria apenas um decalco aperfeiçoado e em grande escala do plano que orientou as *escolas subvencionadas* em Alagoas, no remoto 1912?

(99) Discurso pronunciado em Taquarembó, setembro de 1931.

(100) Cfr. Schütz, Antal. *Deus na História*. p. 253.

(101) Vd. Piragibe da Fonseca, Roberto. «Meditações Uruguaias». *Verbum*, da PUC-RJ, Rio de Janeiro.

(102) Cfr. Martinez Lamas, Julio. *Riqueza y Pobreza del Uruguay*. Montevidéu, 1946.

APÊNDICE

NOTA FINAL. Acerca de suscetibilidades e ressentimentos familiares relacionados com as minhas lucubrações uruguaias.

Precisamente aos 29 de janeiro de 1977, p.p., enderecei à *Escribana* Senhorita Edivia Carpy Noain — Calle Buenos Aires, 484, escritório 1, Montevidéu, **a carta abaixo integralmente transcrita, documento que, para que** bem atingidos meus propósitos, redigi diretamente no forte idioma de Lope de Vega e Quevedo y Villegas, que de alguma forma, bem ou mal, domino, **e que, aliás, é tão cruelmente «assassinado»** nos países do Rio da Prata:

«Estimada Amiga Edivia Carpy:

Vuelvo a escribirle por motivo que se me presenta imperioso y mismo grave. Y exactamente escríbole a Ud. porque se trata, una vez más, de nuestro **querido Pedro Cia y porque Ud. conoció a Pedro — su temperamento, sus** convicciones, sus preferencias y sus idiosincrasias —, posiblemente mejor que sus próprios familiares. **Al asunto.**

Llegó a mi conocimiento por Lupe, m'hija, que ayer volvió de M'deo con su marido, noticia que mucho me afligió. Según oyó decir, Lupe, Pedro Cia **hubiera fallecido considerando rotas sus relaciones personales comigo, eso a** raiz de ideas y opiniones mias respecto al Uruquay que le molestaron hondamente, **que le hirieron, mismo, y que hubiera dicho que, en protesta, no más me escribiria, pués que** — agregara —, **mis intimos vinculos de familia en el Uruguay no podriam permitirme juicios tan crudos con relación al pais de Uds.** Eses estarian expresados en los cuatro trabajos mios todavia recientes, que paso a enumerar guardado riguroso orden cronológico:

— *Meditações uruguaias / A respeito do drama ocorrente ao Povo Oriental* / 1973 / Publicación de la Pontifícia Universidad Católica de Rio de Janeiro / Dedicado a los Hermanos Gamio / Antes de divulgado fueron **enviadas cópias dactilografadas a los hijos del Doctor Gamio y al Escribano** Pedro Cia también / Publicado, fueron enviados ejemplares a las mismas referidas personas.

— ***As incidencias históricas brasileiro-uruguaias, segundo J. E. Pivel Devoto*** (Las incidencias históricas brasileiro-uruguayas, según J.E. Pivel Devoto) / 1973 / Publicación del Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro, n. 300 de la Revista de la Entidad / Dedicado a mi Esposa, uruguaya de cuna y nacionalidad / Fueron enviados ejemplares a los Hermanos Gamio, al Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, al Doctor Pivel Devoto, personalmente, y al Escribano Pedro Cia también.

— *O Manifesto destino geopolítico do Brasil / Apud: Dois Estudos Militares*, Estudo I (El manifesto geopolítico del Brasil / *Apud: Dos Estúdios Militares*,

Estúdio I) / 1974 / Edción reservada de 200 ejemplares / Destinado al Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas Brasileñas / Fueron enviados ejemplares, **en confianza, a los Hermanos Gamio y al Escribano Pedro Cia también.**

— *Uma introdução metódica e critica à história da República Oriental do Uruguai / Esquema e Notas* (Una introducción metódica y critica a la história de la República Oriental del Uruguay / Esquema y Notas / 1976 / Destinado a la División encargada de los paises de la Cuenca del Plata y Paraguay / Dedicado al Escribano Pedro Cia / «Ao Escribano Pedro Cia (meu cunhado e meu amigo» / Todavia não publicado / Fué enviado cópia dactilografada al Escribano Pedro Cia, portadora la Señora Juana de Raggio, mi cuñada, cuando de uno de sus viajes a Rio de Janeiro.

Le diré, estimada Amiga, que no puedo conceder crédito ninguno a la desagradable novedad que me trajo Lupe, primero, porque Ud. misma en su carta del 29 julio 76, a mi dirigida, mandóme decir que, en la vispera de morise — el 19 febrero —, en el coche en que viajaban Uds., le dijera Pedro Cia: «mañana le escribiré a Roberto»; después porque, caso no me bastara el testimónio idoneo de Ud., porque Pedro Cia, hombre suficientemente inteligente y culto, y conocedor, como amigo mio muy allegado, de mi formación intelectual y moral, supo siempre comprender mis intenciones cuando enjuiciaba — como seguiré enjuiciando por motivos profesionales —, la Nación uruguaya, vale decir, la história y el pueblo de Uds. en los vários aspectos que se me ofrecen a mi interesada consideración y consecuente análisis. Acresce que Pedro Cia, patriota, si, como todo hombre eticamente bien estructurado, era también sereno, comprensivo y equilibrado, y en consecuencia enemigo de exageraciones y injusticias perpetradas en nombre de civismos enfermizos.

Pero, y és lo que realmente importa,

— Pedro Cia leyó *Meditações*, y contestóme que pensaba como yo acerca del Passado, del Presente y del Porvenir del Uruguay, «mis visiones co nciden con las tuyas», escribió textualmente (carta en mi archivo);

— Pedro Cia leyó *As incidências*, y opinó que mis obyecciones a Pivel Devoto eran «justas y bien fundamentadas», y que emprestabame apoyo «en género, número y caso», textualmente (carta en mi archivo, de 12 enero 74).

Rendiame justicia Pedro Cia con sus comentários breves pero elocuentes, y muy halagadores para mi, historiador honesto y jurista sin preconceptos, reconozco sin falsa modéstia:

En verdad, *Meditações* es una mustra del mucho que me preocupó — como se uruguayo fuera —, el drama Oriental bajo la violência de los «tupamaros», las reacciones de Pacheco Areco y Bordaberry y el golpe militar del 27 enero, imitación infeliz del nustro nada feliz 31 março 64. El ensayo *As incidências* es una protesta perfectamente explicable en hombre que, además de jurista y historiador profesional, pertence al más legitimo patriciado de su pais y que asi no podria silenciar, jamás, ante calúnias e injúrias que se eternizan imputadas a estadistas, diplomáticos y guerreros hermanos suyos por historiadores estranjeros, se no mal intencionados, mal informados. Brasil, sin embargos de grande, poderoso y rico, / fué siempre um pais limpio en sus relaciones con los demás miembros de la comunidad internacional. Esta és una de las constantes de su história. Siempre? No, miento. Alguna vez habriamos de pecar por falta de ecuanimidad, y eso ocurrió cuando del tratado de limites del año 51, exactamente con el Uruguay. Esa és la falla de que nos penitenciamos los historiadores rectos, pero la perfección no se compagina con la condición de creado. Al *As incidências* Pivel Devoto deseó contestar — fui informado —, pero no pudo hacerlo validamente porque en mi argumentación guardé la más estricta fidelidad a hechos irrefutables.

Dijeron a Lupe que *O Manifiesto destino* le disgustara a Pedro Cia de modo muy particular y que, subrayadas várias páginas a lápis rojo, lo señalara «muy escandalizado» a Guillermo Raggio, cuñado nuestro, marido de Juana. No creo, no puedo crer. Pienso que, a lo mejor, Pedro Cia no tubo oportunidad de leerlo a este extenso ensayo, casi un libro, además de lectura poco fácil, exigiendo gran atención. Asi mismo, respecto a *O Manifiesto destino* tengo em mi archivo, firmado por Pedro Cia, menos una carta que apresado billete, mejor dicho, menos un billete que «trapo» de papel — el tan pulcro en sus cartas dactilografadas! —, la letra trémola, / escrito denunciador de que no se sentia nada bien de salud, además de todavia / traumatizado por las muertes trágicas ocurridas, hacia no mucho, en nuestra familia. Reza el «trapo» de papel: «De acuerdo con todo y en todo pero hoiré muy rapidamente tu trabajo. Te escribiré más adelante.» Este billete no tiene fecha.

El ensayo *Uma Introdução metódica e critica*, creo que, desgraciadamente, Pedro Cia también no lo leyó, pero escribióme diciendome que «muy interesado y agradecido»: — por la dedicatória, posiblemente, entretanto tan merecida —, lo llevaria, al trabajo, a Punta del Leste, donde iba a leerlo «integramente» (billete en mi archivo, sin fecha).

Así. Pedro Cia no pudo leer ni *O Manifiesto destino ni Uma Introdução crítica e metódica*, pero tengo mis razones para admitir que se los hubiera leído a estes dos últimos ensayos, sin abdicar de sus convicciones personales, és evidente, hubiérame hecho igual justicia.

Efectivamente, *O Manifesto destino* és una página científica, subrayo. Convengo en que haya en este ensayo algunos pasajes crueles respecto al Uruguay. Pero la Geopolitica — la Ciência en general, la geopolitica inclusa, claro —, no tiene alma mi corazón, ignora las sentimentalidades y, como tal, ignora los mandamientos de la Caridad. Que culpa tengo yo de que así sea?

Uma Introdução metódica e critica és uno estúdio sereno y objetivo destinado al Ministério de Relaciones nuestro, estúdio calmo, sin pasiones, imparcial y humano, lo que és cosa muy difícil de encontrarse en los escritos de historiadores Orientales que — preconceptuosos, rencorsos y apasionados —, siempre se entredevoraron en nombre de ideários infecundos irrealistas y subalternos — oribismos, riverismos y batllismos que conducirian el país a la condición nada lisonjera que presenta en la actualidad.

Pero las «escandalosas ideas» expuestas en el *O Manifesto destino* son las que en realidad solicitan énfasis, pero una énfasis que valga por os *explicación*, explicación de que necesitan antes que todos, se comprende, los hombres y las mujeres del Uruguay — los ciudadanos uruguayos —. Así, escribiré ahora estas líneas derraderas con certera destinación, vale decir, con destinación *a todos* los uruguayos: a la sacra memória de los que ya se fueron, a los que todavia viven — los sobrevivientes —, y a los que vendravir. Y antes de nada más, diré, tranquila la consciencia, de que estoy seguro, estimada amiga Edivia Carpy, de que el «comentário dolorido», angustioso, al hablarle, casi «sin palabras», diria, ideas, lo provocó menos mi actitud en relembrar ciertas realidades que el hecho de que él las conocía muy bien, que existian y revestidas de carácter de inevitabilidad, y sabia, aún, que, pobre de mí, no tengo el gobierno de las leyes implacables de la geopolitica, como se tubiera firmes, entremanos, las riendas de un caballo montaraz. Prevengo que no tengo permiso para incurrir en ligerezas. Tengo el honor y la responsabilidad de ser miembro de número del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño, la más venerable de las instituciones culturales deste país, y también del prestigioso Instituto de Geografia y História Militar del Brasil, dos grupos de selecionados especialistas que son órganos consultivos de mi Gobierno respecto a História, Derecho Internacional, Geopolitica y asuntos afines, especialmente sudameri-

canos. Cualquiera irreflexión o levedad de parte mia seria imperdonable. Pero hay verdades que reclaman enunciación clara y sin reticéncias o sufriremos todos las consecuencias de nuestra displicencia. Hay cosas que deben ser dichas «sin trabas en la lengua» porque asi lo exige la prudencia que és la madre de las soluciones, por lo menos de las posibles.

Las relaciones entre las realidades politicas de una Soberania, o várias, con los respectivos cuadros antropogeográficos — exactamente la matéria que lleva el nombre de Geopolitica —, non son fáciles de apreciar en Sud América. — los estudiosos son pocos y la literatura és escasa —, pero las que se observan en el extremo sur del cone meridional del Continente — precisamente en la República del Uruguay —, sin embargo de objeto de algunas atenciones, son de delicadeza muy particular. No bajaré a detalles, que podrán ser encontrados en el *O Manifesto Destino Geopolitico do Brasil*, de mi autoria. Aqui solamente las grandes lineas del problema interesarán, pero trazaré estas lineas animado de férreo método pués en este párrafo solo una posición se presenta sensata de un hombre que se jacte de poseer dos dedos de inteligencia y que sea capaz de conducir a conclusión algo aprovechable: raciocinar manteniendo «la cabeza fria», «manteniendo los sesos en el congelador», dado que se trata de punto muy sensible en la geopolitica sudamericana, nevrálgico, diria con entera propriedad.

La cesión definitiva de la Colónia del Sacramento a la Corona de España (1750) no fué legitima ni justa. De hecho y de derecho el estabelecimiento fundado por Manuel Lobo, en el 1680, pertencia a la Corona de Portugal, y después al Brasil cuando este soberano y heredero incontestable del património territorial portuqués en América. Pero, al fin, se afiguraria providencial el advenimiento del tratado Madrid leño, porque Brasil «pegado» a Buenos Aires e vice-versa no seria nada propicio a la convivencia harmónica entre las dos grandes Soberanias futuras. En verdad no podrian convivir en buena paz dos importantes Naciones que tubieron a separalas — divisória principal e poco definible —, estuário ancho, sí, pero escaso en águas, poco profundo, de difícil navegación y ubicado entre dos grandes centros, o núcleos, de población. En consecuencia, geopoliticamente hablando, meior dicho, por inyunciones topopoliticas e morfopoliticas iniludibles (*), seria lógico que «el otro lado», «la otra orilla» «la otra banda», en cuyo território se encontraba encajada la «manzana de discórdia», desfrutara de completa y perfecta autonomia. Esso, quede bien claro, por obra y gracia de indisfarzables disposiciones de orden geográfico. Pero, quede también bastante nitido, tampoco seria conveniente la criación artificiosa de Nación flaca e chica, porque fatalmente mediatizada a los caprichos de Buenos Aires e Rio de Janeiro. Lo que convendria a la geopolitica futura del sur desta parte de América seria un tercero Estado, intermediário, sí, pero *fuerte* cuanto a quilometraje territorial y población abultada. Entonces, sí, el extremo sur de América Meridional hubiera encontrado para su geopolitica un *status* plenamente satisfatório.

Pero desgraciadamente para el Uruguay, y para Argentina y Brasil también, no seria asi. En la Convención del 1828 la voluntad del Uruguay no seria auscultada: una falseada acepción de *casus foederis*, invención capciosa de Jorge Canning anuló la supuesta «condición soberana» del nuevo Uruguay, y el Tratado del 59 obra del gran Andrés Lamas, del gran e ingenuo Andrés Lamas, fué una acomodación, simples acomodación, nada más que una acomodación bien intencionada El Uruguay siguió en su subalterna condición neutral y sujeto, ayer, de las buenas o malas ganas de la Confederación y del Império, y, hoy, de los buenos o malos humores de Buenos Aires y Brasília.

Pero, en último análisis, qui son los causantes de esta situación indeseable para todos? Los mismos uruguayos. La inconcebible falta de visión de los responsables por «La Pátria Vieja», de los que la vivieron, no la comprenderon

y aún expurgaron el Prócer. La culpa la tienen los uruguayos y solamente ellos se accionados en tiempo útil los sábios y telúricos proyectros de Artigas, Las Instruciones del Año XIII y el Plan de la Liga Federal (1815), que reuniría a la Provincia Oriental Córdoba, Santa Fé, Corrientes, Entre Rios y Misiones Orientales y Occidentales, y, posteriormente, se mejor conducidas las gestiones con Buenos Aires y Santa Fé en el sentido de obtener el abandono del Tratado del Cuadrulátero (1823), que entegraba Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes y Entre Rios, que hubiera agrandado considerablemente el território de la Provincia Oriental, estaria resuelto para siempre el progresivamente melindroso problema uruguayo en el orden internacional sudamericano. Argentina y Brasil no eron entonces factores ponderables ni cosa que a eso se asemejara. Argentina vegetaba en la anarquia y Brasil siquiera existia como nación libre, todavia soyuzgado a los portugueses. Mientras tanto el Prócer contaba, se no con el apoyo y ayuda material de los ingleses, contaba, si, com las simpatias indisfarzables del Gobierno de St. James. Ai está como perdieron los uruguayos son gran oportunidad. Se fieles a los consejos de Artigas y no esclavizados a las sangrientas *cintas* celeste y colorada, no estaria el Uruguay de hoy envuelto en las mallas de una geopolitica sin entrañas. Solo uno uruguayo, excepción hecha de José Gervásio, claro está: conoció, entonces suterrufio y sus paisanos hubieron brillantemente escapado al ludíbrio de la Convención preliminar del 28 y a la *capitis deminutio del Tratado del* 59, y no estaria el Uruguay de hoy envuelto en las mallas de una geopolitica sin entrañas. Solo un uruguayo se mantubo religiosamente fiel al ideário salvador de Artigas y no a las famosas *divisas* de Rivera y Oribe. Quiero referirme al inadjectivable Don Andrés Lamas, que sin embargo es un olvidado eu su mismo pais, el Gran Olvidado.

La situación presente del Uruguay, para desagóbio general, podria ser bien mas lisonjera, podria ser, mismo, casi brillante risueña. Pero no és. Actualmente, la situación del Uruguay, siempre mala, siempre aleatórial, hacen 150 años, empeoró, empeoró mucho, no en consecuencia de sus crises domésticas, politicas, económicas y sociales, pero en virtud de conyuntura geopolitica de indole mundial. Esta conyuntura condena los Estados chicos, los viejos «Estados: tapones», que aseguraban la paz entre «Grandes» — los llamados «Estados de Opereta» tales Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suiza y Uruguay, los condena a, se i queren seguir viviendo —, a la integración en grandes concentraciones territoriales: Mercado Comun Europeu, Europa populista del Leste, etc. —, sin apelación posible. El advenimiento de la «Aldea Global» de Mc Luhan, o Era de la Federación Universal, que se hace anunciar precedida de las grandes concentraciones territoriales que revolucionan substancialmente la geopolitica del mundo, inclusa Sud América, obviamente, compromete, sin remédio, el *status* de soberania de Uruguay del Dos Mil. El destino del Uruguay no era ser un chiche, una bisuteria, un «rico panuelo de encaje inglés» entre dos grandes masas territoriales, pero un respectable país, cuanto a território y expresión demográfica que asegurara el equilíbrio internacional en esta parte del Continente meridional en que vivimos. Pero és tarde.

En el punto en que se encuentran las cosas más o menos observables y visibles en el mundo geopolitico, el Uruguay, a semejanza de los demás paises chicos, habrá de satisfacerse, no con una *incoorporación* no en el estilo de la 1816 — eso pasó de moda y además no convendria a los intereses de nadie —, pero con una reformulación de su *status* de soberania que valga por *adesión* voluntária, *sponte própia*, no por subordinación, pero por *coordinación*, a una de las dos grandes concentraciones territoriales sudamericanas, la argentina o la brasileña. Este el destino geopolitico del Uruguay, prójimo o remoto — importa poco —, pero fatal, inevitable. No habrá otro, que, al término, los mismos uruguayos eligieron. *La opción* fué de ellos, nunca se subrayará

suficientemente como justificante del procedimiento argentino o brasileño, según el caso.

Ecce Veritas.

Siempre planteé sin dificultades mayores el tema *Uruguay*. Porque no conozco apenas el Uruguay geográfico — la hermosura de sus llanuras transnegrinas y cisnegrinas, hermosura grandiosa y cismadora —, pero también el Uruguay de história dramática y viril. Conozco su idioma que peropero leo, hablo y escribo — mal, así mismo leo hablo q escribo —; conozco hasta el lenguaje pinturesco del gauchaje. Conozco su literatura, la culta y la campesina; conozco la mentalidad de su gente, sus virtudes y sus defectos — su hospitalidad, su bravura indómita, su deliciosa «viveza criolla», su obsesiva y casi enfermiza pasión — pero hidalga así mismo —, por un imposible psicológico, la «democracia pura». Tengo sobre el Uruguay una chica pero muy seleccionada biblioteca, no «adornando» mis anaqueles pero cariñosamente leída y estudiada. Me enamoré del Uruguay desde que lo visité por primera vez abcia medio siglo atrás y, sencillamente, amo el Uruguay. Y como no lo amaría se uruguay és mi Esposa y descendientes directos de uruguayos mis hijas y mis nietos? Sencillamente, vuelvo a repetire el adjectivo, conozco mejor el Uruguay que muchos, que muchísimos uruguayos, empezando por sus historiadores casi todos víctimas de pasiones y errores que ya se van haciendo incurables.

Para juzgar de mis intenciones sanas y respectuosas siempre que he estudiado el Uruguay, bastará leer la dedicatória a mi mujer en *As incidencias*: «A mãe de minhas filhas, Maruja Cia de Piragibe da Fonseca, uruguaia da mais pura cepa, originária dos ilustres Sosas, Riveros y Noblias que, em 1660, contribuiram para a fundação da venerável Sto. Domingo de Soriano, *célula mater* da Nacionalidade, que sabe muito bem aquilatar dos meus propósitos sempre que me disponho a escrever sobre a sua nobre Pátria». Estas palabras suenan como una clarinada en campo abierto.

Sé, estimada Amiga, que Ud. me contestará: «No, no és verdad. Pedro Cia murió conservando su amistad al viejo y dedicado pariente y amigo brasileño. Habrá en todo eso equivocación lamentable, yo le aseguro, equivocación que hay que deshacerla». Estas palabras suyas me desagobiarán, por cierto, pero así mismo voy a poner un cierre definitivo en mis «cogitaciones uruguayas». Noha y nada más incómodo para el hombre que piensa — sin reticencias, pero con honestidad —, no hay nada más irritante — *que no ser comprendido*. Sé que los círculos militares y diplomáticos uruguayos recibieron muy mal *O Manifesto Destino Geopolitico do Brasil*. Llegó a mi conocimiento que hubo quienes se acordara de que fuera providenciado junto a las autoridades locales impedirme bajar en puerto o aeropuerto uruguyos o transponer la divisória terrestre. Pues bien, no más molestaré a nadie pero también no me sobran ganas de ser molestado.

Me voy a Europa ahora en marzo. Quedaré allá toda la Primavera praticamente sin rumbo fijo. Miraré una vez más los escenários de mi ni fiez, olvidaré un poco mis libros y papeles y me bañaré en las águas lustrales de una Civilización que no llega nunca a las playas de América Latina. De alguna parte le enviaré una tarjeta postal, posiblemente de alguna de las encantadoras ciudades italianas.

Mis observaciones uruguayas quedarán aqui mismo, en nuestras bibliotecas, para provecho de mis patricios interesados en cosas sudamericanas. Los uruguayos podrán conocerlas enviadas por quienes quiera, pero por mi iniciativa personal, no.

De regresso dedicaré los últimos tiempos de mi vida, cortos tiempos, a los intereses legítimos de mi país, al servicio sin interrupciones de este terruño que fué mi cuna y seguramente será mi tumba.

Aí está, íntegra — en su esencia, porque un poco acrescida — la carta que le escribí, Sta. Escribana y estimada Amiga Edívia Carpy Noain, en inícios del 77 prójimo pasado y que en aquel momento convenimos ambos en no divulgarla — «que un manto de silencio caiga sobre el asunto», nobles y bellas palabras suyas — pero que la divulgo ahora, porque conviene a mí, personalmente, permanezca para conocimiento de la Posteridad. Ella hablará a todos, a uruguyos y brasileños, de mis intenciones rectas, siempre, al cogitar del melindroso asunto que lleva el rótulo *Uruguay*.

Afectuosamente, y en nombre de Maruja también, la saluda a Ud., calurosamente,

Roberto Piragibe da Fonseca».

Rio de Janeiro, RJ, agosto de 1978

(*) *Topopolítica* és el estúdio de los fenómenos políticos influenciados por la situación geográfica general. Morfopolítica és el estúdio de los fenómenos políticos relacionados con el espacio físico pertenecietne al país estudiado.

DATA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CONSULTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO (*)

José Gomes Bezerra Câmara

O questionário formulado para o 1º Simpósio se distribui em três quesitos — todos envolvendo ou desenvolvendo o tema da formação do povoamento do Brasil, em seus primórdios, sendo que o segundo deles se discrimina em nada menos de onze alíneas (*a usque k*). A resposta a cada uma destas tanto poderá envolver contradição para quem responde, como prejudicar várias delas.

Desde logo, impõe-se ressaltar que, para conceituação legal e histórica e sua disciplina, no concernente ao problema pertinente à formação desses núcleos de povoamento, desde o mais elevado ao mais humilde, vale dizer, desde a cidade, sede de governo, como foi, por ex., o caso da Cidade do Salvador, ou de qualquer capitania onde essa era a categoria, até ao arraial, o vilarejo, o curral (também teve seu relevo em alguns casos, como Belo Horizonte e Feira de Santana), inexpressivo, de início, cumpre evitar, o quanto possível, o inconveniente das generalizações. Deve-se, acima de tudo, em casos de tal ordem, atentar para as circunstâncias, para a conjuntura do momento histórico, os sucessos militares, políticos, econômicos, sociais, religiosos, inerentes, sem, repita-se, qualquer generalização, e, finalmente, não se desprezarem elementos que de qualquer maneira venham a assumir relevo.

A terminologia empregada, mais usada entre nós, como não podia deixar de ser, provém de Portugal, mas nesse País, de tão gloriosas tradições e a que tanto ficou a dever a civilização, pois, premido pelas circunstâncias e graças à tenacidade de seus filhos, soube pela primeira vez mostrar ao mundo o que era o mundo — nesse pequeno grande País — acentue-se, essa nomenclatura foi por sua vez quase totalmente importada. O núcleo principal de tal importação provém das instituições romanas, de seu idioma, ou, se se pretende ser mais exato — greco-romana.

(*) Rio de Janeiro, 14 de dezembro, 1965.

Contudo, nem sempre a terminologia, nos territórios conquistados ou como quer que seja, submetidos ao conquistador, correspondia com exatidão àquela de onde dimanava o vocábulo, a expressão, o *nomen iuris*. O vocábulo *cidade*, v.g., para o estudo sociológico e jurídico do mundo luso-brasileiro não tem muita adequação à *civitas* dos romanos, assim como *villa*, na acepção latina, de modo nenhum traduz a idéia do seu equivalente no idioma francês — equivalente morfologicamente, distinto na acepção. Ao passo que o termo *citoyen*, para o mundo francês, e especialmente após 1789, tem muito mais adequação à noção romana de quem quer que tivesse o direito de *cidade* (*civitas*), do que em nosso idioma, de mais íntima ligação com aquele de que derivou do que mesmo o gaulês.

Todavia, a idéia, e não a literalidade dos vocábulos *civitas* e *villa* permite uma distinção bem nítida. A legislação reinícola, não obstante sua prolixidade, onde muitas vezes mais se expunha do que dispunha, no século XVI, como nos anteriores, era de certo avarenta no tocante às definições legais, parecendo inspirar-se naquela conhecida passagem de Modestino. Com efeito, quem procurar na complicada série de atos régios que formam a legislação portuguesa do século XVI, especialmente, e dos anteriores, uma definição legal para muitos institutos e organismos de Direito Público — de que mais tarde seria o conjunto de normas desse ramo do Direito objetivo — estará sujeito a decepções às mais das vezes. A solução ou meio para ela há de consistir, quase sempre, na busca dessa espécie de senso comum da linguagem, nessa forma de *consensus*, em harmonia com o histórico de cada expressão, sua etimologia, sua acepção técnica e mais corrente entre os melhores cultores do idioma. Mais do que nunca, seria de invocar-se o velho brocardo, segundo o qual — *scientia a verborum significatione incipit*.

Não há, ante o Direito positivo, uma distinção nítida entre cidade e vila. Até mesmo, porque, possível não seria encontrar-se uma supernorma de caráter abstrato, numa fase em que, tantas vezes, os atos administrativos se transformam em atos-norma, em regras abstratas, sem embargo de seu caráter concreto.

Volvendo-se à mais remota antiguidade, verifica-se que cidade e vila não eram, nunca foram sinônimos (Fustel de Coulanges. *La Cité Antique*, p. 141 e segs., 14 ed., Paris, 1893).

Era aquela associação religiosa e política das tribos: a vila era uma reunião de domicílio; na primeira, predominava o que hoje diríamos o aspecto *de iure;* na segunda, *de facto*. Podia ter a vila aspecto rústico (Catão, de *Agri CVTTVRA* 3,8 ed. B. G. Teub-

ner); não se confundia, tampouco, segundo é fácil deduzir, com a *urbs*, apesar de possuir muitas vezes caráter público numa época mais adiantada como se vê de uma passagem de Tito Lívio (*extra urbem in villam publicam*, cfr. *ab Urbe Cond.*, 33 24). Primitivamente a vila era uma habitação campestre, embora com requintes de civilização e conforto próprios dos centros urbanos; mais tarde veio a distinção entre *villa rústica* e *urbana* ou *pseudo-urbana*. A unidade aí era mais senhorial do que mesmo política. Na cidade, bem diversa era a situação.

Se, naqueles períodos da civilização, nem sempre era possível desprezar-se o fator de ordem religiosa, o mesmo teria de acontecer na vida colonial de nosso País. Apenas diferem os aspectos, as tendências. Houve momentos em que tudo era deus, no dizer de Bossuet, menos o verdadeiro Deus. Em nosso mundo, nunca seria possível deixar de reconhecer o que para ele representa a formação dos povoados, onde o velho cruzeiro, tosco e sem arte, a capelinha humilde, tudo simbolizando o culto divino, substituem o altar, o culto dos deuses na antiguidade clássica. A povoação vai aos poucos adquirindo formas próprias, até que um dia terá o seu reconhecimento, através de fórmulas das mais variadas.

As aldeiolas, as granjas, as habitações insuladas por meio de campos, pressupõem extremo aperfeiçoamento na vida civil, no grave dizer de Alexandre Herculano (*Hist. de Portugal*, tomo I, introd.), e, assim, as populações mistas que habitavam a Península Ibérica, caso que mais de perto nos interessa, haviam, ainda segundo aquele grande historiador, desde largo tempo abandonado a vida errante para conviverem juntas em povoados. Pode-se dizer que essa tendência, por muito tempo, vigorou no Brasil, tendo-se em vista as condições do meio, a situação tantas vezes hostil do aborígene, em relação ao europeu.

A dominação visigótica, seguindo-se a ela a invasão árabe e também dominação, não trouxe neste particular sensíveis alterações na estrutura dessas células da coletividade. Percebe-se que a nomenclatura dos visigodos não influi como seria de esperar na terminologia das habitações, durante o seu império, sem embargo de relevantes influxos noutros aspectos da vida social, em seus costumes e hábitos. Assim, a expressão já então consagrada — *burg* — não substituiu aquelas preexistentes, já conhecidas, e, tanto assim é, que havia o emprego do vocábulo *villa-burgo*, sabendo-se que *burgo*, nos idiomas de origem teutônica, traduz geralmente a idéia de qualquer grupo de habitações, pouco mais ou menos o que os romanos exprimiam por *vicos* ou *villa* (cfr. A. Herculano, *Hist. de Port.*, tomo IV, livro VIII, part. I). *Burg* não deixou fundos vestígios, senão quanto à cidade de tal nome,

em Espanha, tão popularizada no mundo nos dias subseqüentes à revolução de 1936, além de seu derivado *burguesia*. *Villaburgo* era uma associação ou justaposição do vocábulo de origem gótica (próxima) com o latino, exprimindo a mesma idéia. Compostela, por ex., no século IX, chamou-se Vila do Burgo.

Conclui-se que a indagação, no tocante à expressão *villa*, é bem mais complexa do que aquela que diz respeito a *cidade* (*civitas*). Consultando-se os textos daqueles que poderiam fornecer alguma elucidação, a resposta não satisfaz, pois entre os reinícolas, assim como nos diplomas coevos, quase nada mais se encontra do que vagas menções, segundo as quais determinado lugar foi erigido em vila, enquanto cidade exprime uma povoação de categoria superior àquela. (Cfr. Pereira e Sousa, *Esboço de Dicionário Jurídico*, tomo I, vº *Cidade;* Ord. Afons., liv. II, tit. 59, pass.).

Du Cange, no seu precioso *Glossarium*, tem a respeito proveitosas informações: *Villa, civitas, gallis ville*. Linhas abaixo acentua ele que *villas hodie, non quomodo Latini praedia rustica, sed complurium in agris mansionum vel aedium collectionum appelamus. Villa dicitur a vallis, quasi vallata, eo quod vallata sit solum vallatione vallorum, & non munitione murorum. Villarum etenim meiae, non muris, aedificis*.

Inspirou-se ele, em grande parte, no célebre Henry Bracton (século XIII), um dos primeiros DD. a tratar da *common law*, tantas vezes guia do eminente Jellinek (Georg). Segundo esse legista, isto é, segundo aquele legista inglês, cit. e transcrito nesta parte por Du Cange, *sciendum, quod de iure gentium agris sunt termini positi, aedificia sunt collata sive vicinata, & ex qua collatione fiunt civitates & villae, & ex pluribus aedificiis colatis & vicinatis, & non ex uno aedifficio constructo, ut si quis in agro unicum faciat aedificium, non erit ibi villa, sed cum ex processu temporis coeperiat coadunari & vicinari plura aedificia. Incipit Villa* (Cfr. Du Cange, *Glossarium*, VI, col. 1.597 e 1.598, ed. de Paris, 1736).

No que tange à noção de *civitas*, na acepção mais geográfica do que política, restrita, assim como de *Oppidum*, esta de interesse mais de ordem militar, e, por fim de *Urbs*, bem pálido e raquítico se mostra o eminente Du Cange, a quem tanto se deve nos estudos pertinentes à formação dos vocábulos na decadência do latim e fases que se seguem.

Estas noções, não obstante vagas, permitem, entretanto, a conclusão de que *cidade*, entre nós, se distinguia da *vila*, geralmente, de duas maneiras: fundação, considerada como tal a partir do momento em que há de reputar-se erigida em povoação, embora

em caráter embrionário; reconhecimento legal ou elevação a essa categoria. Os quesitos não especificam qual o caso que se tem em vista. Em respostas a questões assim formuladas, de tal natureza, deve-se observar aquela espécie de mandamento, para o fim de ficar-se adstrito aos termos da pergunta, em gênero, número e caso, sendo o momento de invocar-se aquela conhecida regra — *cuius oratio? Ciceronis! Cui oratio? Ciceroni! quis homo? Cicero!*

Todavia, à guisa de exemplo ilustrativo, seria de lembrar-se o caso da Cidade do Salvador, o do Rio de Janeiro, o do Recife. Esta última recebeu o seu nome, também implicando em classificação, de *Mauritsstad*, ao invés de *Mauritsburg*, que, nesta última hipótese, corresponderia a *Vila Mauricia* ou *Mauricéia*. Não obstante isso, ainda quase um século mais tarde, se chamava *povoação do Recife*, porquanto a denominação popular e até mesmo constante dos atos oficiais, nem sempre assume o pretendido relevo em casos de tal ordem. Ainda hoje, no Estado da Paraíba, costumam os mais antigos chamar Vila de Piancó ou simplesmente a *Vila*, à cidade de igual nome, o mesmo ocorrendo com Cimbres, Pernambuco, afora tantos outros exemplos disseminados pelo Brasil. Salvador foi cidade desde o seu berço.

A ocupação do Rio de Janeiro, o momento em que Estácio de Sá desembarcou e se firmou — sempre a título de exemplo, pois a matéria versada é mais de tese do que de hipótese — suscitou, da parte do 3º Governador-Geral, atenções especiais, e tivesse, ou não, seu sobrinho, instruções especiais, os poderes deste eram indiscutíveis, como são. É óbvio que desejava o Governador-Geral, como todos os capitães, glória para si, mas a almejava também para o sobrinho. De que tinha o Governador-Geral atribuições que lhe permitiam fundar cidade, não há dúvida; de que seu sobrinho podia agir em nome do tio, também não a existe. Tudo indica que, empreendendo a conquista de um sítio tão privilegiado como era o já então conhecido como Rio de Janeiro, dominado, temporariamente, por estranhos associados ao aborígene, pretendia o representante da Coroa de Portugal nessas paragens dar-lhe importância condigna e consentânea com tão altos feitos inerentes à sua reconquista.

Foi o que aconteceu. O fato concreto, no caso, assume relevância de um ato, tanto mais quanto, para com este, não havia norma abstrata disciplinando a matéria.

Proclamada a independência, como se sabe, nem todas as sedes de antigas capitanias, mais tarde províncias, eram cidades. Por essa razão, mediante decreto de Pedro I, de 24 de fevereiro de 1823, o soberano elevou a tal categoria todas aquelas vilas que

fossem sedes de provincias, e, em atos posteriores, a meu ver de maneira supérflua e redundante, mandou expedir cartas especiais, neste sentido, quanto às até então vilas de Alagoas, Desterro, Vitória, Vila Rica, com o nome de Imperial Cidade de Ouro Preto, além de outras. Havendo uma norma de caráter geral, dispensada estava a expedição de cartas especiais, declarando a elevação de tais vilas à categoria de cidade.

Vê-se que na formação de uma vila predominava uma série de fatores de ordem natural, espontâneos; na cidade, se acentua, de maneira inequívoca, o aspecto legal ou oficial.

No que tange aos termos da douta consulta, é de concluir-se não ser admissivel, no século XVI, falar-se em elevação de vila a cidade, tão reduzidos são os casos de criação destas, tão primitiva a forma de povoamento, sob imperativos de circunstâncias imprevisíveis e irremoviveis.

O núcleo surgia, crescia, consolidava-se. A regra era a vila, além de outras formas de povoação. A cidade — a exceção, aliás bem poucos os casos de sua criação naquelas eras.

Não obstante a ausência de textos de Direito positivo regulando a matéria, não há margem para falar-se em formação extra-legal ou extra-oficial. Tudo era feito em nome do Rei e em seu nome se atuava. Sua vontade era lei. *Quod principi placuit legis vigorem habet* — expressão tantas vezes deturpada e que tem sentido e conteúdo técnico, e não vulgar, comportando acepção diversa daquelas noções correntes (Cfr. J. Câmara, *Subsídios para a Hist. do Direito Pátrio*, Tomo II, 2, págs. 121-122, nota 2). Qualquer das hipóteses enumeradas nas alíneas *b, c, d, e, f, g, i* e *j*, podia importar na criação de uma vila, dependendo da conjuntura ou circunstâncias do momento e meio, sendo raríssimos os casos de cidade, excluídas as alíneas *a, h* e *k*, a primeira pelos motivos já expostos, a segunda, porque as circunstâncias não permitiam aquela modalidade, a última por seu caráter genérico.

Não há, não havia, distinção legal, quanto aos núcleos enumerados no quesito de número 3.

No tocante ao de número 4, é de acentuar-se não haver cargos públicos, legal ou tradicionalmente essenciais ou inerentes à organização de uma cidade.

Por outro lado, num mundo de costumes primitivos como o de então, não seria de esperar-se a instalação, solene, aparatosa, de uma cidade, à maneira de Brasília, quase quatrocentos anos mais tarde.

Na falta de outro elemento característico, no caso da fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que é o exemplo mais significativo, é de aceitar-se, como básica, a hipótese figurada na alínea *e*, do 2º quesito, isto é, o dia 1º de março de 1565, data em que pôde Estácio de Sá, seja como for, ocupar determinada área do que seria mais tarde o seu núcleo, dando-lhe começo, como fato marcante, como embrião da cidade, que nunca foi vila, pois a cidade se constituiu e evoluiu, desde o instante inicial, jamais tendo denominação ou características dos outros tipos de núcleo de povoamento enumerados no item 4º da consulta.

Os demais atos, tantas vezes citados, e objeto de tantas indagações, alguns visando a possibilitar-se a fixação de outra data, nada mais exprimem do que atos sucessivos, ou fatos decorrentes da situação originariamente criada, nenhum deles predominando sobre aquele que há de constituir, por sua natureza, por uma espécie de gravitação histórica, ante a ausência de outro que melhor defina e caracterize o começo do povoado (acepção vulgar), seu ponto de partida, berço dos demais, o gérmen do que teria de ser, por tantos anos, a capital do País, sua sede natural.

Este, o meu parecer *sub censura* e s.m.j. dos doutos e entendidos em temas tão graves e de tanta relevância.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro, 1965.

Excelentíssimo Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, D.D. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nesta.

Senhor Presidente:

Sumamente honrado com a expressiva carta de Vossa Excelência, de 12 de novembro passado, em nome desse glorioso Instituto, na qual, em anexo, são formulados vários quesitos a respeito de assunto histórico da mais alta relevância, envolvendo aspectos jurídicos, cumpro o grato dever de, em primeiro lugar, manifestar-lhe a mais profunda sensibilidade pela forma como fui distinguido, recebendo tão elevada incumbência, e, por outro, solicitar-lhe escusas pela demora, só justificada, talvez, ante o vulto quase inacreditável de trabalho forense que tenho a meu cargo como magistrado nesta Cidade.

Por último, cabe-me a honra de juntar à presente o ponto de vista resultante de minhas despretensiosas conclusões, tudo, como é óbvio, *sub censura*.

Aproveito o ensejo, para, agradecendo tão expressiva prova de distinção, renovar a Vossa Excelência, pessoalmente, e ao Colendo Instituto a que tão dignamente preside V. Exª, protestos de grande estima e da mais elevada consideração. — *José Gomes B. Câmara*.

II — CONFERÊNCIAS E DISCURSOS

CARLOS DELGADO DE CARVALHO: IDÉIAS E IDEAIS (*)

Euripedes Cardoso de Menezes

Com o desaparecimento de Carlos Delgado de Carvalho perdeu o Brasil um de seus maiores valores, uma personalidade de exceção, exemplo de honestidade intelectual, de operosidade, de acendrado e esclarecido patriotismo, e cuja obra enriqueceu sobremaneira o nosso patrimônio cultural.

Data de abril de 1884 a primeira notícia a seu respeito. Escrevendo de Paris ao imperador D. Pedro II, dizia-lhe com familiaridade a Condessa de Barral que no dia 10 a Lídia Tourinho havia dado à luz um menino, que era, porém, tão fraquinho que seria capaz de jurar que não vingaria. Mas a criança vingou e viveu 96 anos muito bem vividos. A mãe é que não sobreviveu, pois veio a falecer vinte dias depois.

Nascido na Legação Brasileira em França, em que exercia seu pai, Carlos Dias Delgado de Carvalho, as funções de Secretário, e batizado na igreja de Saint Philipe du Roulle, em Paris, foi entregue o pequenino órfão aos cuidados de sua avó materna, que morava em Londres com uma filha casada. E pela avó e por esses tios, que não tinham filhos, foi criado até os 7 anos, quando seu pai, casando-se pela segunda vez, resolveu levá-lo consigo para Montreux.

Em conseqüência, porém, das freqüentes desinteligências entre o menino e sua madrasta, mais velha do que ele apenas oito anos, determinou o pai interná-lo num colégio dos Dominicanos em Lyon. Ao recebê-lo, pergunta-lhe o diretor quais as línguas que conhecia, respondendo o menino, de 11 anos, que falava inglês, francês, um pouco de alemão, e que também entendia o português, embora o não falasse.

— E de História, que sabe você?

(*) Comunicação feita à CEPHAS em outubro de 1980.

— A História conheço toda, desde Adão a Sady Carnot (na época presidente da França).

— Pois bem, pode então se despedir de seu pai.

E o menino o acompanha até um portão grande, de ferro. E enquanto o ex-diplomata se distancia, acena-lhe o garoto em despedida, dizendo, entre lágrimas, consigo mesmo:

— Não compreendo meu pai. Soltou-me, primeiro, como a um passarinho... e agora me prende aqui!

Com efeito, tendo vivido dos sete aos onze anos inteiramente livre em Montreux, às margens do lago Genebra, dera-lhe o pai, pouco antes de o internar, um bilhete para viajar de trem, sozinho, pela Alemanha... E, logo depois, a reclusão!

No colégio ficara só, longe do mundo e de todos os seus queridos. Em Londres, a avó, inconsolável, não suportando a dolorosa separação, falecia logo após a sua partida. E, desde então, desconheceria o menino por muito tempo o que fosse uma vida em família.

Quanto às suas recordações do tempo de colégio, dizia que o dia de que mais gostava era o sábado. Era o dia das batatas fritas... Esse, aliás, até a velhice, o seu prato predileto.

Comentava também na intimidade ser costume no colégio tomar-se banho apenas uma vez por mês. Dividiam-se os alunos em grupos: cada semana era um grupo que se banhava. Mas sempre havia os recalcitrantes, que se diziam doentes, resfriados, apresentando um pretexto qualquer para se livrarem do banho. E o «Carlôs» (como lhe chamavam) se oferecia sempre como «voluntário» para os substituir.

Aos 18 anos deixava o colégio; e não querendo viver com o pai, então em Lausanne, na Suiça, sentou praça no Exército francês. Não sabia que assim perderia a sua nacionalidade, pelo que teve, mais tarde, de se tornar de novo brasileiro pela naturalização.

Optando pela Cavalaria, pretendia cursar Saint Cyr e fazer carreira. Vitimado, porém, pelo tifo, em manobras realizadas em Marselha, frustrou-se-lhe o intento.

Sua grande recordação dessa época seria a «Bagace», uma égua do exército, muito mansa, que lhe tinha sido destinada. E aqui um pormenor que não escaparia a um psicólogo: de tal maneira se afeiçoara à «Bagace» que dormia freqüentemente com a cabeça recostada no dorso do animal. Por aí se pode imaginar quão carente de afeto se sentia.

Preso pelo tifo vários meses num hospital militar, entre a vida e a morte, chegou a receber a extrema-unção. Restabelecido,

não pôde, porém, seguir a carreira militar, nem mesmo na Legião Estrangeira, espécie de batalhão suicida que então operava na Argélia.

Foi a Lausanne visitar o pai, que o queria diplomata. E seguiu para Paris, entrando em 1905 na *École Libre de Sciences Politiques*. Dividia o quarto com o que foi o seu maior amigo na «Cidade Luz», Pierre Daniel, que veio a ser grande médico homeopata e a quem sempre se referia. Falava também com muito carinho de uma fiel empregada que lhe arrumava o quarto, por ele apelidada de «Curigane».

Em Paris teve vida mais livre e alegre. Freqüentava a Ópera, mas como «penetra», pois era pouco o dinheiro que a mãe lhe deixara. E para reforçar a sua caixa, escrevia para jornais franceses e suiços artigos sobre política internacional, que às vezes desagradavam ao pai, monarquista ferrenho; tanto mais que os leitores de Carlos Delgado de Carvalho, como se assinava o redator, poderiam confundir o pai com o filho. Chamando-se o pai Carlos Dias Delgado de Carvalho, passou ele então a se assinar Carlos Miguel Delgado de Carvalho, o que fez, porém, só por pouco tempo.

Vivia em Paris no meio dos exilados brasileiros que deixaram a pátria quando da proclamação da República. Eram estes, como seu pai, monarquistas, pelo que, na sua exaltação exacerbada, pareciam mesmo odiar a sua pátria, a que se referiam desdenhosamente.

Em Paris teve oportunidade de freqüentar a casa da princesa Isabel, onde se familiarizou com os doces brasileiros e as estórias saudosistas do Conde d'Eu a falar afrancesadamente de «Perrebebui» e «Campô Grandê» (batalhas da guerra do Paraguai).

Desejava, porém, ardentemente saber se era mesmo tão detestável aquele país onde nasceram seu pai e sua mãe, onde seu bisavô, um dos fundadores do Banco do Brasil, e pertencente à nobreza, fora tão respeitado.

Terminado o curso na Escola de Ciências Políticas de Paris e tendo, para se doutorar, de defender uma tese, desejava fazê-la a respeito do Brasil.

Um tanto confuso, porém, pelo que sempre ouvia contra o seu país, foi a Lausanne em visita ao pai, encontrando casualmente o Encarregado de Negócios de Portugal na Suíça — Alberto d'Oliveira, que lhe deu este conselho:

— Vá, meu filho, primeiro porque o Brasil é a sua pátria; e em segundo lugar porque é de fato um país promissor, e onde você terá o futuro à sua frente.

O pai, irredutível, chegou a ameaçar: se pusesse os pés no Brasil, cortaria relações com ele; e o deserdaria. Os amigos brasileiros tentaram dissuadi-lo. Quanto mais o faziam, porém, mais decidido se tornava. E veio, afinal, conhecer esta sua pátria, que tão enternecidamente amou.

Custou-lhe essa viagem 600 mil-réis; e a herança também, pois o pai, inconformado, doou à esposa a parte que tocaria ao filho, e esta, ao morrer, a transferiu à municipalidade de Lausanne. Hoje ainda existe ali a «Rue Delgado de Carvalho» em homenagem ao «benfeitor da cidade». Poderia certamente ter reivindicado os seus direitos. Mas não o quis fazer. Tudo o que depois veio a possuir foi produto exclusivo de seu próprio esforço.

Chegando ao Rio a 13 de agosto de 1906, com 22 anos, foi recebido com a maior cordialidade por um de seus amigos de Paris — Matias Roxo, que logo o levou para o seio de sua família, Monteiro de Barros, residente na rua Senador Vergueiro. Foi quando pela primeira vez começou a ter vida em família, que se dividia entre o Rio, Paris e a fazenda de Três Poços, perto de Volta Redonda, no Vale do Paraíba.

Conhecendo a jovem Maria Vera Roxo, irmã de seu amigo Matias, torna-se seu noivo, intimamente, no mesmo dia.

Terminada a sua tese, intitulada *Un Centre Economique au Brésil — L'Etat de Minas,* editada em 1910», voltou a Paris, defendeu-a, doutourou-se, e foi a Lausanne procurar o pai, que o recebeu friamente. Retornando ao Rio, casou-se a 9 de janeiro de 1908; e começou a sua vida de jornalista como redator de política internacional do *Jornal do Comércio,* onde também começava um jovem recém-chegado de Pernambuco, Assis Chateaubriand.

É dessa época (1910) o seu livro *Le Brésil Meridional,* que escreveu em francês. Aliás seus artigos para o *Jornal do Comércio* eram também feitos em francês e posteriormente traduzidos.

Mas aprendeu rapidamente o português, tanto assim que em 1913 publicava a sua célebre *Geografia do Brasil,* dedicada ao imperador Pedro II, livro que lhe valeu o título de «pai da nossa Geografia Moderna». Contou Delgado de Carvalho à Revista do Gás (junho de 1975) que escreveu esse livro porque: «A geografia brasileira era ainda estudada por Estado. Em nenhum país se estudava Geografia assim. Então achei que devia fazer alguma coisa».

E seu interesse inicial pela Geografia é assim explicado: ao chegar ao Brasil, Delgado de Carvalho comprou três livros — um de história, outro de geografia e o terceiro de gramática. A História, de João Ribeiro, achou interessante; péssima a Geografia,

cujo autor delicadamente nunca mencionou: e a Gramática com tantas exceções... que resolveu ser ele outra exceção, ao escrever...

Nascera, porém, Delgado de Carvalho para professor. Aliás, «Bachelier de l'Enseignement secondaire classique» (28 de setembro de 1905), e quando em Lausanne tentava aproximação com o pai, já se iniciara no magistério lecionando, nesse ano de 1905, História Moderna no Colégio Champitet.

Em 1920, abrindo-se concurso para catedrático de inglês no Colégio Pedro II, candidatou-se apresentando a tese intitulada *Esboço Histórico da Origem e Formação da Lingua Inglesa*. Seus opositores tentam afastá-lo sob a alegação de ser ele estrangeiro!

O bisneto do visconde de Itaboraí (e por isso proclamado depois cidadão de Itaboraí), o filho de um diplomata brasileiro, nascido na própria Legação do Brasil, o patriota que arrostara com tantas dificuldades e que até deserdado fora unicamente por seu amor à Pátria, apontado como estrangeiro!

Com efeito, por ter servido no Exército francês havia mesmo perdido a nacionalidade brasileira, do que só deu conta diante da inesperada hostilidade de seus concorrentes.

Informado dos intentos dos adversários pelo conde Carlos de Laet, naturaliza-se silenciosamente e derrota os adversários exibindo seus documentos de naturalização.

Deixa, porém, pouco depois a cadeira de inglês para lecionar sociologia no Pedro II, de que acabaria diretor durante a efervescência provocada pela revolução de 1930. Sua nomeação, pelo Decreto 19.398, constituíra uma feliz iniciativa do governo no sentido do apaziguamento geral.

Em princípios de 1931, acalmados os ânimos, coloca Delgado de Carvalho em seu lugar o Professor Henrique Dodsworth, cujo primeiro ato foi o de o nomear como Vice-Diretor. E orgulhava-se Delgado de Carvalho de poder ostentar a sua carteirinha-credencial de Vice-Diretor do Colégio Pedro II, cargo do qual não pedira demissão e de que nunca foi exonerado.

Certa vez, bem idoso, indo ao Pedro II a visitar o seu amigo professor Roberto Bandeira Accioli, exibiu, com orgulho, ao velho porteiro Riziero a sua carteirinha...

Foi, pois, diretor do colégio em 1930-31, e, daí por diante, vice-diretor até morrer.

Em 1923, ainda professor do Pedro II, passou a ocupar também a Cadeira de Sociologia como catedrático da antiga Escola Normal, depois Instituto de Educação.

Nesse período escreveu várias de suas obras sobre sociologia, sendo também dessa época dois dos três únicos livros que dedicou: a *Corografia do Distrito Federal*, às professoras primárias; e a *História da Cidade do Rio de Janeiro*, à memória de Pereira Passos, por ele considerado um grande prefeito, e a Alfredo Américo de Sousa Rangel, seu amigo e concunhado, que considerava como o seu pai no Brasil. Além dele, podem ser considerados amigos pelos quais nutria especial predileção Wanda Torok, Jorge Zarur, e, mais que todos, Therezinha de Castro.

Como catedrático de sociologia no Instituto de Educação, lecionou sem jamais requerer aposentadoria. Certo dia descobriu-se, porém, que três meses antes já havia completado os seus 70 anos, sendo então, para tristeza sua, compulsoriamente aposentado.

Em 1936, fundando-se a Universidade do Distrito Federal, tornara-se catedrático de História Contemporânea, tendo ocupado também, por pouco tempo, a Cadeira de Geografia do Brasil.

Em 1939, transformando-se a Universidade do Distrito Federal em Universidade do Brasil (atual UFRJ), foi sua Cátedra ampliada para História Moderna e Contemporânea.

Também não pediu aposentadoria desse cargo, que lhe veio compulsoriamente, o que muito o amargurou, mesmo porque ninguém havia mais válido do que ele; por isso foi contratado para lecionar no curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, permanecendo nessa atividade de 1954 a 1960. Foi quando começou a lhe faltar a voz em virtude de um pequeno processo cancerígeno nas cordas vocais, felizmente talhado a tempo.

A partir de 1954, aos 70 anos de idade, quando outros declinam e param, iniciou Delgado de Carvalho a fase que durou ainda 23 anos, da mais intensa produção intelectual ao se tornar sua assistente a antiga e queridíssima discípula Therezinha de Castro, a quem ele transmitiu também o gosto pela geopolítica.

Daí por diante passaram a trabalhar juntos diariamente, primeiro na sede do IBGE, e nos últimos anos na sua própria residência em Copacabana, de manhã à noite, na mesma sala, escrevendo de parceria ou produzindo suas obras individuais.

A partir de então deixou o magistério. Infatigável, porém, passou a prestar o seu concurso com o maior afinco ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do qual foi um dos fundadores ao lado de Teixeira de Freitas. Em 1960, sendo presidente do IBGE o Dr. Jurandir Pires Ferreira, lançou Delgado de Carvalho pela primeira vez, tendo como co-autora a professora Therezinha de Castro, o *Atlas de Relações Internacionais*, que só reapareceria sete anos depois, em fascículos, dentro

da *Revista Brasileira de Geografia*, que o publicou durante dez anos consecutivos (1967-77).

Na longa relação de suas obras se destaca a *Meteorologie du Brésil*, livro considerado então o mais completo na matéria, escrito durante a Primeira Guerra Mundial, no Museu de Londres, quando correspondente de guerra. Graças a essa obra (1916) foi feito no ano seguinte conselheiro da *Royal Meteorologie Society of London*.

A *Meteorologie du Brésil* valeu a Delgado de Carvalho a medalha J. Jansen. Em sua carreira ascensional, ainda durante o Primeiro Conflito Mundial, era nomeado Delegado do Brasil à Conferência da *International Scientific Organization* (1918).

A fama de Delgado de Carvalho levou o Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras a nomeá-lo também, a 25 de maio de 1921, conferencista das Escolas de Intendência, para as quais produziu em fascículos a *Geografia Econômica da América do Sul* e a *Fisiografia do Brasil*.

No Brasil foi nomeado a 2 de fevereiro de 1921 por Arrojado Lisboa, diretor do Serviço Pluviométrico, que tinha por finalidade organizar o serviço de estatística e coleta de dados físico-econômicos da área do nosso Polígono das Secas, que delimitou sem injunções políticas; foi quando elaborou os 56 mapas sobre o nordeste brasileiro.

Não quis o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dispensar a colaboração de Delgado de Carvalho e o elegeu a 18 de março de 1916 para o cargo de Professor Extraordinário da Escola de Altos Estudos.

Foi Delgado de Carvalho de 1910 a 1976 um escritor infatigável. Certo dia, em janeiro de 1977, com 93 anos, sentado à mesa em que costumava passar o dia todo a escrever (das 7 às 18 horas) diz à sua fidelíssima colaboradora: «Minha filha, não vou poder fazer mais nada... Estou baixando». E depôs a caneta sobre a mesa. Efetivamente, daí por diante foi declinando sempre e se apagando até depor, a 4 de outubro de 1980, a sua alma nas mãos de Deus.

Seus últimos livros foram tão brilhantes e preciosos quanto os primeiros: *História Diplomática do Brasil*, feito com o material de suas aulas quando professor do Instituto Rio Branco (1959); *Organização Social e Política Brasileira*, quando o Conselho Federal de Educação criou a nova matéria; *História das Américas*, desdobrado num trabalho didático para o MEC; e *História Documental (Moderna e Contemporânea)* que na dedicatória do exemplar oferecido à sua discípula Therezinha de Castro classifica como último trabalho de sua vida (1976).

Foi condecorado com a Ordem Nacional da Legião de Honra da França, cujo distintivo sempre trazia na lapela; recebeu o prêmio Boilesen (1974), o último de sua vida; e foi o único brasileiro a receber a medalha David Livingstone (Centenário) oferecida, em 1952, por *The American Geographical Society*.

De sua vida particular muita coisa interessante se pode registrar.

Educado na Inglaterra e na França, falava perfeitamente o inglês e o francês (inclusive com o sotaque parisiense e o marselhês); e ainda o alemão, conhecedo também o grego. Se porêm acontecesse zangar-se, era em francês que se expressava; se tinha insônia lia anedotas alemãs...

Dentre as recordações de infância costumava contar que, certa vez, com 5 anos de idade, fora levado a visitar, no hotel em que se hospedara em Paris, o nosso Imperador exilado. Impressionou-se o menino com aquele homem alto, vistoso, de olhos azuis, que o chamou para junto de si, beijando-lhe a testa, e dizendo-lhe algumas palavras carinhosas. Estranhou, porém, a voz fina do Imperador, que tinha desde a adolescência um defeito nas cordas vocais, o que contrastava com sua imponente figura.

Mas não é raro terem os grandes homens alguma excentricidade ou qualquer particularidade que os distinga. A de Delgado de Carvalho era de ser um péssimo fisionomista.

Certa vez, no inicio do Estado Novo, numa solenidade, dirigiu-se a ele um oficial que lhe disse ter ouvido e apreciado muito uma conferência sua.

— Muito bem, meu filho, mas quem é você?

Era nada menos que o Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra, cuja fisionomia, aliás, não seria muito difícil guardar.

Em 1964, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cumprimenta-o muito amável um senhor que lhe diz ter sido seu aluno.

— Quem é este senhor? Pergunta discretamente à sua assistente.

— É o Castelo Branco...

— Mas quem é o Castelo Branco?

— O Presidente da República...

Aliás, de fisionomia também inconfundível...

Péssimo fisionomista e sempre distraído, numa de suas viagens a Nova Iorque, estando a «Brazilian Bombshell» em pleno

sucesso, perguntou-lhe um repórter que pensava ele de Carmem Miranda. Ao que respondeu prontamente:

— «Who is Carmem Miranda?»

E foi esse o título dado pelo jornal à entrevista daquele que chegava aos Estados Unidos para ministrar um curso sobre o Brasil, resumido em seu trabalho «*Lectures on Brazilian Affairs* (1940). Além desse curso Delgado de Carvalho ia a Washington como Delegado do Brasil à XI Seção (Educação) do Oitavo Congresso Científico (10 a 18 de maio de 1940).

Homem de muito espírito, costumava, nas horas vagas, a fim de espairecer, escrever peças de teatro, de crítica à nossa sociedade, que lia para os amigos mais íntimos. Mas só o «Canto da Sereia» é que foi publicado. As outras peças continuam inéditas.

Não usava guarda-chuva. «Eu perco o equilíbrio», dizia ele. Resguardava-se com o chapéu e a capa.

Detestava o automóvel e o táxi. Preferia viajar de bonde: «Veículo limpo e arejado». Suprimidos os bondes, viajava de ônibus ou de lotação. Este último, por ser um transporte pequeno e mais rápido, costumava por brincadeira chamar de «tílburi», que também por ser o mais rápido, era, na sua juventude, usado pelos médicos e parteiras.

Adorava as caminhadas a pé. Em Petrópolis, onde possuía uma casa de veraneio, costumava ir a pé de Valparaíso ao centro da cidade. E no Rio foi também a pé muitas vezes de Copacabana ao centro. Sua grande aflição, quando já bem idoso, era a de ser impedido de caminhar. E andava sempre que possível. Se se sentia mais fraco, levava-lhe a acompanhante uma cadeirinha de alumínio em que se sentava de vez em quando para descansar.

Foi melancólico o gradativo terminar de sua vida! Nos três últimos anos, no grande salão-biblioteca de seu apartamento, na esquina de Siqueira Campos com Avenida Atlântica, para onde se mudara em 1944, velhinho, cabisbaixo, dormitava a maior parte do tempo, cercado dos amigos e companheiros de toda a vida: os seus livros.

Nos rápidos momentos de lucidez costumava confidenciar: «Não sei o que será de meus livros quando eu morrer. Tenho verdadeiras preciosidades aqui dentro. Não gostaria que a minha biblioteca se dispersasse». De fato do acervo bibliográfico de Delgado de Carvalho constam as memórias de Metternich, de Tayllerand, a antiga Enciclopédia Larousse, a Britânica, atlas preciosos, etc.

Gostava especialmente das marchas militares e de modo particular da *Sambre-et-meuse;* e dos doces brasileiros, principalmente quando feitos pela sua fiel empregada Luísa Quintiliano, que o

servia desde os 14 anos de idade. E não dispensava, no café matinal, a «marmalade», — geléia de laranjas à moda inglesa, hábito adquirido em Londres, na primeira infância.

Metódico e perseverante, costumava, desde 1914, escrever todos os dias em pequena agenda anual, o seu *calepin*, e em estilo telegráfico, todos os acontecimentos mais importantes. E, mnemograficamente, registrava, por exemplo: nascimento de alguém, com uma estrela; morte, com uma cruz; se cortava o cabelo, uma pequena tesoura; um casamento, duas alianças entrelaçadas, etc. Em seu armário de banheiro, sete aparelhos de barbear, um para cada dia.

Quando «cometia» um livro — como dizia — costumava fazer o plano segundo o número prefixado de páginas que cada capítulo ou item deveria ter. Em seguida iniciava o trabalho em blocos de folhas destacáveis ou cadernos. Escrevia então de um só jato, fluentemente, sem nunca fazer rascunho.

Não costumava pedir a ninguém que lhe prefaciasse as obras. A única exceção se encontra na sua *Geografia do Brasil*, de 1913, com prefácio de Oliveira Lima, no qual se lê esta observação: «A educação estrangeira pôs nos estudos de Delgado de Carvalho mais método do que lhe podia incutir a educação nacional — no Brasil há que ser muito autodidata — e o seu trabalho denuncia felizmente processos de ensino franceses, feitos com clareza e precisão. O caso de Delgado de Carvalho é parecido com o meu. Educados ambos fora da terra que nos fora berço, ainda que em atmosferas morais brasileiras, assim construídas pelos círculos de família e amigos, tanto mais sedutora nos parecia a pátria distante. A mim encantou-me cedo a História. Ao Sr. Delgado de Carvalho atraiu-o a Geografia, a terra de preferência à gente, e quando veio para o Brasil pôs-se a palmilhá-la e sobre ela escreveu dois livros de impressões». Esses livros a que Oliveira Lima se refere são a tese de doutoramento e o seu célebre *Le Brésil Méridional*.

Característica marcante de sua personalidade era também o senso de humor. Gostava de ser chamado pelos netos e bisnetos pelo seu apelido íntimo de «Bread», que considerava «um tratamento mais pessoal e autêntico». Estava sempre disposto a fazer galhofas e observações jocosas; e se presenteava a alguém com um livro seu, dizia: «Vou agredi-lo»... E se alguém lhe dizia ter sido seu aluno ou que estudara num de seus livros, dava-lhe os pêsames...

Na sua imensa biblioteca sabia exatamente onde estava cada livro. Era mesmo comum convidar a sua assistente para uma brincadeira. Dizia-lhe ela o nome de um livro qualquer com o

respectivo autor, que ela sabia com certeza que há muito tempo ele não usava. Pois ele se virava depressa e ia direto ao lugar em que estava o livro pedido, fosse qual fosse.

Geralmente essas brincadeiras ele as fazia após o almoço, quando gostava também de conversar sobre coisas do passado, enquanto fumava o seu cachimbo (cuja fumaça nunca tragava.) Adquirira o hábito do cachimbo quando, no exército, tinha de dar serviço; então fumava e lia um livro. Se alguém lhe pedia uma bibliografia sobre determinado assunto, mostrava em sua biblioteca o local onde a encontrar: «Sobre esse assunto — dizia — eu tenho dois metros de livros».

Depois que sua esposa D. Vera faleceu, a 9 de janeiro de 1962, ia ele todo dia 9, enquanto teve forças, ao cemitério de S. João Batista, onde ficava junto ao túmulo por uns quinze minutos, em silêncio. E dai por diante passou também a sair trajado invariavelmente de preto.

Todavia, sintetizando uma existência de quase um século, ser-me-ia defeso silenciar a respeito das idéias e ideais que tão brilhantemente sustentou Mestre Delgado de Carvalho. Pelo menos perfunctoriamente me sinto no dever de as recordar pois que um homem de pensamento vale sobretudo pelo que escreveu, pelo que disse, pelo que pensou. Limitar-me-ei, porém, apenas, e para tornar menos incompleto o seu perfil, a trazer umas poucas amostras daquelas idéias e daqueles ideais retiradas de alguns preâmbulos de suas obras e dos prefácios de sua lavra, ao que me consta feitos unicamente para os livros da professora Therezinha de Castro, que considerava como se fora sua neta.

Todos sabem que, rejeitando o método usado antigamente de memorizar topônimos, de apresentar o Brasil dividido, como um mosaico de Estados justapostos, passou Delgado de Carvalho a ensinar a nossa geografia apresentando o Brasil como um todo, e propondo, pela primeira vez, a divisão do nosso território em regiões naturais, divisão aprovada e adotada por muito tempo pelo IBGE. «O ensino da Geografia está pouco a pouco saindo das nomenclaturas mnemotécnicas para entrar no campo real dos estudos geográficos; em outras palavras, estamos por fim entrando na matéria. E não é sem tempo!» Assim disse o Mestre em 1941 no preâmbulo dos *Exercícios e Práticas de Geografia*.

Ao escrever o livro didático *Geografia dos Continentes*, em 1943, dizia Delgado de Carvalho na nota preliminar: «Quando não existem fórmulas vernáculas já vulgarizadas ou conhecidas de todos os interessados evitamos abrasileirar os nomes estrangeiros por causa do perigo de cair no extremo e de apresentar palavras que atlas nenhum utiliza. Se Turquestão já é vulgarizado, como

Ceilão, o mesmo já não se dá com Irã», e que hoje deturpam mais grafando com o til. Batia-se Delgado de Carvalho pela preservação dos topônimos ainda hoje tão desrespeitados com denominações por vezes ridículas como Camarões em vez que Camerum, Antártida em vez de Antártica.

Mas também propugnava Delgado de Carvalho pela renovação do ensino da História, matéria aliás de sua especial predileção. No prefácio de 1969, à *História da Civilização Brasileira*, de Therezinha de Castro, diz o Mestre: «Quando no princípio deste século cheguei ao Brasil, tratei logo de me enfronhar um pouco mais na sua História. Adquiri, então o compêndio de um eminente professor, João Ribeiro, que futuramente iria ser meu colega no Colégio Pedro II.

Li, com prazer e proveito, seu admirável manual didático, mas estranhei que das 359 páginas (edição de 1900) só as 5 últimas se referiam à República.

De então para cá, o desejo de conhecer melhor a estrutura política, econômica e social desta nova instituição me levou a procurar livros que fizessem alusão ao regime, com mais circunstâncias e comentários. A República, hoje, tem oitenta anos, mas os manuais escolares a seu respeito se limitam quase exclusivamente a mencionar nomes de presidentes e notas a respeito do que fizeram ou tentaram fazer no seu período de governo. A maior discrição é observada a respeito da explicação dos acontecimentos e de suas inter-relações».

E continua Delgado de Carvalho insistindo em que a História não deve ser tão passadista a ponto de ignorar o presente: e termina aquele prefácio com a humildade que sempre o caracterizou: «Se no ocaso da minha vida, eu me permito enunciar uma opinião ousada em matéria de ensino, como que fazendo a História do Brasil sair do jardim de infância em que é mantida, não o faço para criticar meus colegas».

Uma história viva, movimentada, dinâmica e, sobretudo, científica era a que pregava Delgado de Carvalho em 1968 ao escrever: «A esse propósito eu não me posso furtar ao desejo de dizer o que penso, aos oitenta anos de idade, a respeito do chamado «ufanismo», ainda corrente em muitas atividades educacionais de nossa terra. Desde o tempo da rainha Elizabeth I da Inglaterra até os mestres prussianos no século XIX, foi admitido que o objetivo da História era o culto do civismo. O ensino no Brasil acompanhou essa tendência generalizada de procurar na História exemplos dignificantes a serem seguidos. Não resta dúvida de que o propósito é louvável e deve ser seguido quando a ocasião se apresenta.

Mas saindo um pouco dos tradicionais, monótonos e memorizados episódios de nessa História, chegou o momento de darmos vida e interesse ao nosso passado, usando outros métodos, outros processos didáticos. O aluno no curso secundário não quer saber se fulano de tal foi bom ou mau, se fez bem ou se fez mal: ele quer saber o que fez e por quê; não é o exemplo que lhe interessa, mas a importância relativa do fato. É por isso que quanto mais se aproximam dos nossos dias os acontecimentos estudados, mais curiosidade despertam entre os alunos, mais documentos requerem» (*In prefácio da História Documental do Brasil* de Therezinha de Castro).

«Uma História Comtemporânea, hoje em dia, — diz ele noutro preâmbulo — não pode mais ser, como tem sido entre nós, uma História quase exclusivamente européia, nitidamente separada das histórias da América e dos demais continentes. O estudante brasileiro precisa, no momento atual, conhecer o mundo em que vive, em toda a sua complexidade. O problema para o professor é de não tornar essa complexidade uma história complicada. Por isso procurei equilibrar os assuntos tratados, dando à Europa um número de unidades equivalentes ao dos continentes extraeuropeus. — América, Ásia e África». (*In História Geral — Idade Contemporânea* — Volume III). Neste caso procurava Delgado de Carvalho mostrar que já era tempo de nos desligarmos de uma dependência histórica inteiramente européia e olharmos mais para os demais continentes que se projetavam no âmbito das Relações Internacionais.

A história dos nossos dias era sempre defendida por Delgado de Carvalho mesmo em detrimento das eras anteriores. Assim diz ele no preâmbulo de um de seus últimos livros, *Organização Política e Social Brasileira*: «Há sessenta anos a História da atualidade era tida como inútil no ensino secundário. Só se cogitava de um passado quase remoto. Não contavam os últimos trinta ou quarenta anos por serem considerados como demasiado próximos para uma justa apreciação. Em França, por exemplo, o programa oficial não se referia a nada de posterior a 1871. O resultado era que, saído do colégio, o estudante aprendia à sua custa o que havia acontecido no mundo em que ia viver e do qual o ensino da História o havia desligado. O assassinato de Henrique IV, em 1610, o tinha impressionado mais do que o do Presidente Sady Carnot, seu contemporâneo; como se a inteligência do presente não fosse da sua conta». Não teve tempo Delgado de Carvalho de ver uma enquete feita na televisão, na véspera de sua morte, comemorando os 50 anos da Revolução de 1930, em que se perguntava a uma jovem quem fora Getúlio Vargas, — ao que ela respondeu não saber quem tinha sido aque-

le personagem! Não foi, pois, atingido ainda o ideal de Delgado de Carvalho.

É importante que os professores de hoje compartilhem com o ideal de Delgado de Carvalho, que em seu penúltimo livro, *Relações Internacionais*, (escrito em 1971 e que curiosamente nem ele na introdução, como sempre fazia, nem a editora datara) prega: «Venho, pois, mais uma vez solicitar a atenção dos nossos jovens colegas para a necessidade de manter as novas gerações a par do que se passa no mundo em que vivemos mais do que nunca integrados, a fim de torná-los leitores prevenidos de jornais, revistas, livros e outras publicações que constituem a leitura do homem moderno. O Brasil é um país grande que se está tornando um grande país, e necessita de elites jovens para compreendê-lo, para servi-lo e para amá-lo».

Na sua *História Diplomática do Brasil* o ideal patriótico de Delgado de Carvalho, que abominava o que chamava de patriotada, assim se revela no preâmbulo: «Estamos em vésperas de nos tornar uma grande potência, e, nestas condições, de ocupar no mundo uma posição que acarreta pesadas responsabilidades. Se uma fase nova se abre assim à nossa ação internacional, os nossos diplomatas em formação precisam ter consciência de um passado que foi digno, altivo e sereno, da influência que sempre exercemos no continente, para que, no cenário mais amplo do mundo, conservemos a mesma serenidade, os mesmos princípios, e conquistemos o mesmo prestígio».

Delgado de Carvalho foi antes de tudo um inovador, um velho de espírito jovem, evoluído, que gostava de citar aos inveterados conservadores a conhecida máxima de Napoleão, de que se apropriara: «Só os imbecis é que não mudam!»

Foi um privilégio conhecê-lo de perto, conviver com ele, receber-lhe as lições das quais a maior foi a sua própria vida, dedicada integralmente ao aprimoramento moral e intelectual dessa juventude que ele tanto amava, convicto de que destarte serviria melhor à Pátria; a essa Pátria porque se sacrificava com prazer, e que dele jamais se olvidará.

Porque amor com amor se paga.

III — DOCUMENTOS

CORRESPONDÊNCIA DO BARÃO DE MARESCHAL

Nº 12. LITT. A.

Rio de Janeiro le 15 Avril 1825.

Mon Prince,

J'ai l'honneur de transmettre, ci-jointe, à Votre Altesse, en copie et traduction, une Circulaire de Mr. le Ministre des Affaires Etrangères, concernant le pavillon à hisser par les bâtimens nationaux et étrangers, pour indiquer la nécessité d'un pilote.

Daignez agréer, Mon Prince, l'hommage de mon profond respect,

B. Mareschal.

A Son Altesse Monsieur le Prince de Metternich, etc., etc., etc.

Original, H. H. St. A. Wien, Staatskanzlei, Brasilien, fasc. 9.

ANEXO A CARTA Nº 12 LETRA A

Traduction d'une Circulaire de Mr. le Ministre des Affaires Etrangères, datée du 30 Mars 1825.

L. J. de Carvalho et Mello fait ses complimens à Mr. le Baron de Mareschal, Agent des Affaires de S.M.I. et R. Apostolique et a à lui communiquer, afin qu'il le fasse connoitre aux Commandans des batimens de sa Nation, que S.M. l'Empereur a trouvé bon de déterminer, ainsi qu'il l'a fait connoitre par le Ministre Sécrétaire d'Etat de la Marine, que dorénavant, tous les batimens, tant nationaux qu'étrangers, pour indiquer la nécessité d'un pilote hisseroient au mat de proue, un pavillon qui contiendra horizontalement les deux couleurs verte et jaune, la première étant au dessus, ce qu'il s'empresse de lui faire connoitre pour les fins indiquées ci dessus.

L. J. de Carvalho [e Melo] etc., profite de cette etc.

Nº 12. LITT. B.

Rio de Janeiro le 15 Avril 1825.

Mon Prince,

J'ai l'honneur de transmettre, ci-jointe, à Votre Altesse, la copie du Traité d'Amitié de Commerce et de Navigation, signé le 2 Février à Buenos-Ayres, entre l'Angleterre et les Provinces Unies du Rio-de-la-Plata, tel qu'il a été publié dans l'*Argus*, Gazette Ministérielle de cette ville.

Les pleins pouvoirs n'ayant été échangés entre le 28 Janvier, il y a lieu de supposer que cet acte a été envoyé tout à fait d'Angleterre et que ses bases seront celles adoptées pour l'avenir par le Cabinet de St. James, dans ses rélations commerciales avec l'Amérique.

Cela peut amener l'époque où d'autres Etats pourroient espérer de prendre part, avec quelques chances de succès, à celui du Brésil, quoique la situation florissante de l'Angleterre, l'étendue et la perfection de ses manufactures et l'abondance de ses capitaux, lui assurant pour longtemps la préeminence.

Un article pourroit dans la circonstance présente, devenir un objet de spéculation avantageuse pour l'Autriche, les nombreuses Compagnies qui se forment pour l'exploitation des métaux précieux dans le Sud de l'Amérique, vont ranimer cette branche d'industrie et y porter une activité qui n'aura probablement point encore été égalée; 31 mineurs sont déjà arrivés ici pour le compte de la Maison Rotschild et d'autres sont attendues, tant pour le Brésil, comme pour le Chili et le Pérou.

Cette exploitation entrainera nécessairement après soi, un grand besoin de vif-argent, qui sera tiré ou de l'Espagne ou de l'Autriche.

La situation locale de Trieste, présente un avantage au débit des produits des mines de Almeiraz, qui serait avantageusement balancé par l'établissement d'un dépôt général de vif-argent, dans le port de Rio de Janeiro, que sa situation rend nécessairement le grand entrepôt du commerce de l'Amérique du Sud, et les circonstances du moment, offriroient peut être des facilités par une réduction modérée des frais et droits, de dépot et de réexportation, qu'il seroit possible d'obtenir pour la formation de cet établissement.

Il est probable que des propositions à cet égard, seront faites à Vienne, soit par des Compagnies ou de Maisons anglaises, ce qui éviteroit au Gouvernement, en lui assurant toutefois les garanties nécessaires, les embarras et frais de contrôle auxquels il seroit assujetti, en faisant administrer un pareil dépôt pour son propre compte.

Les grands avantages résultants d'un débouché considérable et qui, probablement, s'assurerait progressivement, des produits précieux d'Istria, pourroient être un motif pour se les assurer, en y mettant le plus bas prix que permettroit les frais d'exploitation et se contentant, pour ainsi dire, de l'échange du vif-argent pour des métaux précieux qui, entrant dans la circulation générale, ne pourroit laisser de contribuer à la fortune publique.

Le port de Livourne, présentant plus de facilités pour l'assortiment de cargaison pour l'Amérique que celui de Trieste, il seroit peut-être avantageux d'y établir, également, un dépôt.

La manière dont le vif-argent est habituellement expédié, dans des peaux, a donné lieu à des plaintes fondées du déchet considérable qui en résulteit: celle que l'on recommende comme la moins sujette à des inconvéniens, seroit dans des flacons de fer de fonte d'une capacité déterminée et facile à transporter à dos de mulet, que nos usines pourroient facilement livrer.

Je supplie Votre Altesse de vouloir bien excuser les remarques que j'ose lui soumettre, mais j'ai pensé que, malgré mon inexpérience en matière de commerce, il étoit de mon devoir de fixer son attention sur un objet qui pourrait devenir utile.

Daignez agréer Mon Prince l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal.

A Son Altesse Monsieur le Prince de Metternich, etc., etc., etc.

Original, H. H. u. St. A. Wien, Staatskanzlei, Brasilien, fasc. 9.

* * *

Nº 12, LITT. C.

Rio de Janeiro, le 15 Avril 1825.

Mon Prince,

L'anniversaire de la naissance de Madame la Princesse D. Maria da Glória, qui a été célébré le 4 de ce mois, avec les cérémonies d'usage, a donné lieu à une grace qui m'impose la tâche pénible d'en rendre un compte particulier à Votre Altesse.

La Senhora D. Domitilla de Castro a été nommée Dama Camarista de S. A. I. et R. Madame l'Archiduchesse, ce qui la place avant toutes les dames d'honneur et, immédiatement, remplira les fonctions en cas d'empêchement.

Cette dame, native et mariée dans la Province de St. Paul, où elle étoit domiciliée, attira l'attention de S.A.R. le Prince Régent, lors du voyage qu'Il fit dans cette Province, il y a deux ans et demi, et le suivit peu après avec toute sa famille pour s'établir ici. son mari fut placé comme Directeur, au domaine royal de Sta. Cruz, situé à 14 lieues d'ici, où il réside; un de ses frères, Mr. Boaventura, (*) fut élevé récemment au poste distingué de Veador et à celui, très lucratif, d'Intendant de tous les domaines de la Couronne; une fille dont elle accoucha le 4 Avril 1824, au même anniversaire de M. la Princesse D. Maria da Glória, donna lieu à un divorce avec son mari, et ce double anniversaire a été célébré cette année par la grace, dont j'ai fait mention plus haut.

Cette liaison qui, au commencement, n'avoit été regardée que comme une galenterie passagère, prend un caractère de stabilité qui est bien à regretter et l'élévation récente de cette dame, a donné lieu à des plaintes et des remarques amères de la part des familles qui, jusqu'à présent, auroient participé à ces honneurs.

La haute prudence, le sens juste et l'extrême modération de S.A.I. Madame l'Archiduchesse, lui ont dictés la conduite qu'Elle avoit à tenir; Elle a, non seulement cédé, sans hésitation et sans reproches aux voeux de son Epoux, mais a daigné même recevoir cette dame avec politesse, lorsqu'elle s'est présentée, selon l'usage, pour baiser la main pour la grâce obtenue; une conduite aussi sage lui a conservé la meilleure intelligence avec son Epoux qui, malgré cette liaison, n'a jamais oublié un instant de la traiter avec tous les égards et le respect qu'Il lui doit: a tant de titres et est toujours le premier à faire son panégyrique et à exalter le bonheur qui a présidé à son alliance, mais lui assuré, en même tems, le respect et l'attachement du public entier.

La nouvelle Camarista étant devenue le canal des graces à tous ceux qui ont des prétentions à la faveur Royale, et c'est ici que tout le monde s'est empressé de la visiter et gagner ses bonnes grâces; quoiqu'il ne paraisse point qu'elle exerce, jusqu'à présent, une influence directe sur les affaires, elle en exerce bien décidément un sur les personnes, ce qui est, également, pernicieux: elle a déjà, ainsi que j'ai eu l'honneur d'en rendre compte à Votre Altesse dans le tems, joué un rôle dans la chute et l'exil des Andrada, elle n'est assurément pas étrangère à la nomination de Mr. Resende (*) au Ministère de l'Intérieur, personnage que son Maitre lui même n'hésite pas à avouer être bête comme un cheval, et ce sont les attentions et assiduités personnelles de Mr. Aragão, Intendant Général de la Police, qui lui ont valu son poste et la confiance dont il jouit.

(*) Boaventura Delfim Pereira, Barão de Sorocaba.

(*) Estêvão Ribeiro de Resende, depois Marquês de Valença.

Je ne la connais point personellement, ayant, jusqu'à présent, évité soigneusement tout point de contact; mais je sais que c'est une femme plus agée de plusieurs années que Mgr. le Prince et dont la conduite passée est telle que l'amour propre de S. A. R. n'a pu être flatté de ses succés; on la dit impérieuse et on prétend qu'elle le traite, quelfois, très rudement: la publicité présente de cette liaison, est un bien grand mal; c'est un scandale d'un genre nouveau et auquel ce pays n'avoit pas encore été accoutumé; il peut produire, un jour, de très dangereux résultats.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal.

A Son Altesse Monsieur le Prince de Metternich, etc., etc., etc.

Original, H. n. St. A. Wien, Staatskanzlei. Brasilien.

* * *

Nº 12. LITT. D.

Rio de Janeiro le 15 Avril 1825.

Mon Prince,

Le Maragnon est, dans ce moment, la seule Province où l'ordre ne soit point encore entièrement rétabli; *Lord* Cochrane continue à envoyer ici nombre d'individus qu'il croit prudent d'éloigner de ce point, mais l'ex-Gouverneur Bruce, est le seul qui soit mis en jugement; il parait, toutefois, certain, que les désordres qui ont eu lieu, sont entièrement le résultat de rivalités particulières.

La Commission Militaire siégeant à Bahia, a jugé et fait exécuter un Capitaine Villas-Boas, (*) qui avoit pris part à l'assassinat du Général Philisberto Gomes; il appartenoit à une des premières familles de la Province; le procès du Major Castro, Chef de Bataillon, qui a commis le crime, n'étoit point encore terminé, mais on suppose qu'il aura le même sort.

Le Gouvernement a accordé sa démission au Président de la Province de Bahia, et l'a remplacé par le Conseiller d'Etat, João Severiano Maciel da Costa, ex-Ministre de l'Intérieur; l'importance de la tranquillité de cette Province est telle, que l'on doit applaudir à ce choix de l'homme le plus capable que le Gouvernement eût à sa disposition; mais c'est, peut-être un mal, que le plus instruit des Conseillers de S. A. R. et le seul duquel on se flattoit qu'il ne fut pas, en tout, l'écho des opinions de son Maitre, et osa parfois lui dire la vérité, soit éloigné, dans ce moment: si la nomination n'est pas entièrement due à l'ombrage qu'il donnoit à ses anciens collègues, au moins est-il certain qu'ils ont vu son éloignement avec joie et n'ont fait, cette fois, aucune opposition à ce d'émembrement de fait, du Conseil d'Etat, contre lequel ils avoient protesté, dans d'autres occasions.

J'ai eu l'honneur de voir S. A. R. qui est, depuis huit jours, à la ferme de Sta. Cruz, le 2, immédiatement après l'arrivée du paquebot, le 4, jour de naissance de Madame la Princesse Dona Maria da Glória, et le 8, avant son départ. Ce Prince ne paraissoit nullement désappointé du retard qu'avoit éprouvé le départ de *Sir* Charles Stuart, auquel Il fait préparer une maison, et quoique Il exprima de nouveau, l'idée qu'une indépendance et séparation absolue étoient de toute nécessité pour le bien et la prosperité des deux pays, Il ne mit à cette assertion aucune chaleur particulière; toute sa violence et sa mauvaise humeur paraissent s'être exhalées dans l'entretien dont j'ai eu l'honneur de rendre compte à Votre Altesse, en date du 3 Mars, nº 6.

(*) Gaspar Vilas-Boas.

S. A. R. fit mention d'une lettre qu'Elle avoit écrite à son père, après l'affaire de Mgr. l'Infant D. Miguel et de sa conviction qu'il n'y avoit point d'opposition personnelle de la part du Roi.

En parlant de l'état du Brésil, S. A. R. annonça, pour la première fois, que la réunion de l'Assemblée étoit remise pour un an, au 3 Mai 1826, selon la Constitution; Elle expliqua, à cette occasion, sur plusieurs Ministres, qui, à ce qu'il parait, s'étoient opposés à ce retard, les taxant d'être timorés et libéraux par peur; fit une tirade contre la Maçonnerie, dont tous les efforts n'avoient pu sauver Ratcliff et ne sauveroient point Barata; Elle dit que ses Ministres n'avoient été, jusqu'à présent, que ses Sécrétaires et qu'Elle menoit, Elle-même, la machine, s'applaudissant, avec complaisance, de l'état prospère de ses affaires et de ce qui avoit été fait, depuis un an.

S. A. R. montre, toujours, beaucoup de solicitude sur l'état de la Banda Orientale, et les prétentions de Buenos-Ayres, et m'a assuré qu'Elle avoit fait communiquer à ce Gouvernement, qu'un acte d'hostilité de la part d'une des Provinces Unies, seroit immédiatement suivi d'un bombardement de cette ville, comme réprésaille.

Toutes ces communications intéressantes eurent lieu le 4 et S. A. R. outre la grâce et l'affabilité particulière qu'Elle voulut bien y mettre, daigna encore, faire venir les jeunes Princesses, qui sont réelelment charmantes; fit réciter à l'ainée ses leçons de Français et de Portugais et me montra, ensuite, Elle-même, les constructions et changemens qu'Elle comptoit faire au Palais et dans ses jardins.

Je crois devoir faire observer à Votre Altesse, que le jour de cette réception particulièrement flatteuse, fut celui où Elle donna la grâce qui motive mon respectuex rapport nº 12, litt. C. de la même date.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal.

A Son Altesse Monsieur le Prince de Metternich, etc., etc., etc.

Original, H. H. u. St. A. Wien, Staatskanzlei, Brasilien, fasc. 9.

* * *

POST SCRIPT. AD Nº 12, LITT. D.

Rio de Janeiro le 15 Avril 1825.

Mon Prince,

La frégate anglaise *The Fly* arrivée hier de Valparaiso, a apporté la nouvelle que Callao tenait encore, le 11 Janvier et que le Général Rodil se refusait à toute capitulation et tenoit un langage fort haut; étant, toutefois bloqué, étroitement, par terre et dénué de tous moyens maritimes par le départ du vaisseau de ligne *L'Azil*, on ne pensait pas que sa résistance pût se prolonger beaucoup.

La gazette de Buenos-Ayres *l'Argus*, du 28 Février, a publié un Armistice conclu le 12 Janvier, entre Olaneta et le Général Sucre, lequel n'étoit point encore ratifié par ce dernier; il porte que le Général Olañeta, n'étant point autorisé à entrer dans un Traité pour la reconnaissance de l'indépnedance, il y aura une cessation d'hostilités pour quatre mois, jusqu'à ce qu'il puisse recevoir des directions; que le Desaguadero formera la limite des deux armées et que les hostilités ne pourront recommencer que six jours après avoir d'noncé la suspension d'armes.

Il parait que c'est depuis la nouvelle du succès des Indépendans dans le Pérou, que la populace de Buenos-Ayres a commencé à montrer de l'exaltation contre le Brésil et a insulté le Consul de ce Gouvernement; la corvette la *Maria da Glória* rentrée récemment dans ce port, y avoit été envoyée pour en

demander des explications; elle salua et le salut ne lui fut rendu que huit heures après; le Général Le Cor [Lecor] fait des préparatifs pour repousser toute agression et plusieurs bâtiments, avec des troupes et munitions, doivent partir, sous peu, sous le convoi de la *Maria da Glória*, pour le renforcer.

La galiote française *La Dauphinoise* est arrivée de Brest avec des dépêches pour l'Amiral Grivel et la suivit au Rio de la Prata; on assuré qu'elle porte l'ordre à cet Officier de faire, immédiatement, voile pour la France.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal.

A Son Altesse Monsieur le Prince de Metternich, etc., etc., etc.

Original, H. H. u. St. A. Wien, Staatskanzlei, Brasilien, fasc. 9.

* * *

ANEXO A CARTA 12 — LETRA D

Copie de la Capitulation de l'Armée Royale du Pérou, conclue à Ayacucho, le 9 Décembre 1824, entre les Généraux D. José Canterac et Antonio José Sucre.

Don José Canterac, Lieut. Général des Armées Royales de S. M. C. chargé du Commandement Supérieur du Pérou, S. Ex.ce le Vice-Roi D. José de la Serna ayant été blessé et fait prisonnier dans la bataille de ce jour, après avoir vu Mrs. les Généraux et Chefs réunis et après que l'Armée Espagnole ayant fait dans le sens le plus étendu, tout ce qui exigeoit la réputation de ses armes, dans la sanglante journée d'Ayacucho et dans toute la guerre du Pérou, s'est vu obligé à céder le champ aux troupes indépendantes, devant concilier en même tems, l'honneur du reste de ses forces avec la diminution des maux du pays, a cru convenable de proposer et de conclure avec Mr. le Général de Division de la République de Colombie, Antonio J. de Sucre, les conditions contenues dans les articles suivants:

Art. 1er — Le territoire occupé par les troupes espagnoles au Pérou, sera remis aux armes de l'Armée Unie Libératrice, jusqu'au Desaguadero, avec les parcs, établissements et tous les magasins militaires. *Concédé;* et seront également remis les restes de l'Armée Espagnole, les bagages et chevaux de troupe, les garnisons existentes dans tout le territoire et toutes les forces et objets appartenants au Gouvernement Espagnol.

2./ Tout individu de l'Armée Espagnole pourra librement retourner en son pays et il sera à la charge de l'Etat du Pérou de lui fournir un passage lui assurant, entre tems, la considération due et le secourant tant qu'il reste dans le territoire, avec au moins la moitié de la solde mensuelle correspondante à son emploi. *Concédé;* mais le Gouvernement du Pérou fournira la demie solde que, pendant la préparation des transports ceux qui vont en Espagne, ne pourront prendre les armes contre l'Amérique pendant la durée de la guerre de l'Indépendance et ils ne pourront se rendre dans aucune partie de l'Amérique occupée par les Armes Espagnoles.

3./ Tout individu, de ceux qui composent l'Armee Espagnole, sera admis dans celle du Pérou, dans le même emploi s'il le désire: *Concédé*.

4./ Personne ne sera molesté pour ses opinions antérieures, même s'il avoit rendu des services en faveur de la Cause du Roi; ni le passé recherché: et ils auront, donc, un droit égal, à tous les Articles de ce Traité; *Concédé;* si leur conduite ne trouble point l'ordre public et est conforme aux Lois.

5./ Tout habitant du Pérou, qu'il soit Espagnol ou Américain, ecclésiastique, négociant, propriétaire ou employé, auquel il conviendrait de se transporter dans un autre pays, pourra le faire, en vertu de cette Convention, emmenant avec lui sa famille et ses propriétés, l'Etat lui assurant protection jusqu'à la

sortie, et s'il préfère de vivre dans le pays, il sera considéré comme Péruvien: *Concédé;* à l'égard des habitants existants dans le pays remis et sous les conditions de l'Article précédent.

6./ L'Etat du Pérou respectera, également, les propriétés des individus espagnols, qui se trouveroient hors du pays, desquelles ils seront libres de disposer dans l'espace de trois ans, devant être considérées, dans le même cas, celles des Américains qui auroient des propriétés dans la péninsule et ne voudroient point s'y transporter; *Concédé;* comme l'Article antérieur, si la conduite de ces individus n'est d'aucune manière, hostile à la Cause de la Liberté et de l'Indépendance de l'Amérique, le Gouvernement du Pérou pouvant agir librement, et à sa discrétion, dans le cas contraire.

7./ Il sera concédé le terme d'un an pour que tous les intéressés puissent profiter de l'Article 5 et on n'éxigera d'eux aucun autre droit d'extraction que ceux accoutumés; les propriétés des individus de l'Armée seront libres de tout droit quelconque; *concédé*.

8./ L'Etat du Pérou reconnaitra la dette contractée jusqu'aujourd'hui par le Département des Finances du Gouvernment Espagnol dans le territoire; 8 le Congrès du Pérou décidera sur cet Article, ce qui conviendra le mieux aux intérêts de la République.

9./ Tous les employés seront confirmés dans leurs emplois respectifs, s'ils veulent continuer à les exercer, et si quelques uns ne l'étoient point et préfèroient se transporter dans un autre pays, ils seront compris dans les Articles 2 et 5 continueront dans leurs emplois ceux que le Gouvernement voudra confirmer, selon leur conduite.

10./ Tout individu de l'Armée ou employé qui préféreroit quitter le service et rester dans le pays, pourra le faire et, dans ce cas, sa personne et ses propriétés seront réligieusement respectées; *concédé*.

11./ La place de Callao sera remise à l'Armée Unie Libératrice et sa Garnison comprise dans les Articles de ce Traité; *concédé;* mais la place de Callao, avec tout son matériel existant, sera remise à la dispositoin de S. Ex.ce le Libierateur, dans l'espace de 20 jours de la notification.

12./ Des Chefs de l'Armée Espagnole et de celle Unie Libératrice, seront envoyés dans les Provinces, afin de remettre et de recevoir les archives, magasins, objets existents et les troupes des Garnisons; *concédé*: comprenant dans les mêmes formalités la remise de Callao; les Provinces seront entièrement remises aux Chefs Indépendants dans l'espace de 15 jours: les plus éloignés, dans le cours de ce mois.

13./ Les bâtiments de guerre et marchands espagnols auront la permission de faire des vivres pour 6 mois, après la notification de cette Convention, afin de les mettre en état de sortir de la Mer Pacifique; *concédé;* mais les bâtiments de guerre s'occuperont suelement de leurs apprêts, sans commettre d'hostilités, aussi bien que dans leur sortie de la Pacifique, étant obligés de sortir de toutes les Mers de l'Amérique sans pouvoir toucher ni à Chiloé ni à aucun port occupé par les Espagnols.

14./ Des passeports seront donnés aux bâtiments de Guerre et marchands espagnols pour pouvoir sortir de la Pacifique et se rendre aux ports de l'Europe; *concédé*, selon l'Article précédent.

15./ Tous les Chefs et Officiers faits prisonniers dans la bataille d'aujourd'hui, seront, de suite, mis en liberté, de même que ceux de l'une et l'autre Armée faits prisonniers dans les actions antérieures; *concédé*, et les blessés seront traités aux frais de l'«erario» du Pérou, jusqu'à ce que, complètement rétablis, ils puissent disposer de leurs personnes.

16./ Les Généraux, Chefs et Officiers, conserveront leurs uniformes et leurs épées et pourront avoir avec eux ou à leur servie, les assistans correspondant à leur grade et les domestiques qu'ils ont; *concédé;* mais pendant qu'ils seront dans le territoire, ils seront assujettis aux Lois du pays.

17./ Les individus de l'Armée, dès qu'ils auront décidé de leur sort futur, en vertu de cette Convention, auront la liberté de se réunir à leurs familles et intérêts et de se transporter au point qu'ils choisiront, leur facilitant par d'amples passeports, qu'ils soient molestés par aucun Etat Indépendant, jusqu'à leur arrivée à leur destination; *concédé*.

18./ Tous les doutes qui s'offriroient sur les Articles du présent Traité, seront interprétés en faveur des individus de l'Armée Espagnole. *Concédé*; cette stipulation reposera sur la bonne foi des parties contractantes.

Et cette Convention étant conclue et ratifiée comme de fait, nous approuvons et ratifions; il en sera fait quatre exemplaires, desquels deux resteront au pouvoir des parties contractantes pour l'usage qui leur conviendra.

Fait et signé au Camp de Ayacucho le 9 Décembre 1824.

(Signé): *José Canterac.*
Antonio José de Sucre.

* * *

Nº 13.

Rio de Janeiro le 2 Mai 1825.

Mon Prince,

Je profite du départ de la frégate russe *Kreiser*, qui doit toucher à Plymouth, pour faire parvenir à Votre Altesse ce respectuex rapport.

Nous n'avons rien de nouveau ici et jouissons d'une parfatie tranquillité; on attend toujours Lord Cochrane qui mettra le Gouvernement mieux au fait de l'état réel des Provinces du Nord: pour le moment, il règne, ici, une profonde obscurité e, à ce qu'il parait, une assez grande insouciance sur tout ce qui est au nord de Pernambouc; ni l'enquête sur Bruce, au Maragnon, ni les prisonniers de Céara, ne sont encore arrivés et, il y a deux mois que l'on n'a aucune nouvelle du Para; on n'a, également, point encore appris l'arrivée de la nouvelle garnison de Pernambouc à sa destination.

A Bahia, un criminel de plus, le Capitaine Polidoro a été passé par les armes; il n'y avoit plus que le principal moteur du crime, le Major Castro, à juger, mais il paraissait que ce jugement et son exécution, si elle doit en être la suite, donnoit lieu à quelques inquiétudes par l'influence dont cet individu joussait dans cette Province.

Le nouveau Président de Bahia, Mr. le Conseiller d'Etat, J. S. Maciel da Costa, (*) s'est embarqué sur la frégate *Paraguassou*, qui a mis à la voile il y a peu de jours; on espère que son arrivée mettra fin aux inconvéniens qui ont résultés du manque de bonne intelligence entre son prédécesseur et le Gouvernement Militaire.

L'expédition de renforts pour Montevidéo a également mis à la voile; elle se composait de la corvette la *Maria da Glória*, deux bricks et 10 chaloupes canonnières; cette mesure parait être entièrement défensive.

La journée de demain, marquée de grand Gala dans l'almanac, comme devant être le jour de l'ouverture de l'Assemblée, ne sera célébrée que par les salves d'usage; il n'y aura point de baise-mains.

(*) João Severiano Maciel da Costa, depois Marquês de Queluz.

On assure que S. A. I. Madame l'Archiduchesse, dont la santé est parfaite, est, de nouveau, enceinte.

Le 19 Janvier, Cal'ao tenoit encore, mais se trouvait bloqué par terre et par mer; Bolivar avoit quitté le titre de Dictateur et refusé un million de dollars que lui avoit voté le Congrès du Pérou, mais à la demande de cette Assemblée, il avoit encore conservé le Commandement Suprême.

Le Général Sucre, avoit été nommé, à la demande de Bolivar, Libertador du Pérou: et des médailles ont été distribuées aux troupes.

Nous sommes, également, dans l'attente du paquebot du mois de Mars et du *Wellesley*, sur lequel devoit s'embarquer *Sir* Charles Stuart.

Daignez agréer, Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal.

A Son Altesse Monsieur le Prince de Metternich, etc., etc., etc.

Original, H. H. u. St. A. Wien, Staatskanzlei, Brasilien, fasc. 9.

* * *

N° 16. LITT. — (*)

Rio de Janeiro le 21 Mai 1825.

Mon Prince,

Je profite d'un bâtiment anglais qui va directement à Trieste, pour adresser à Votre Altesse ce respectueux rapport, où je pourrai exprimer, plus clairement et avec moins de restrictions, mes observations sur la position et la conduite de S. A. R. le Prince Régent: j'ose prier à Votre Altesse de vouloir bien me faire connoitre, par la suite, si elle daigne approuver que je me serve de cette voie de communication dans des circonstances analogues à la présente.

Il étoit difficile que le Contre-Projet portugais, reçut ici un accueil favorable, lorsque les Agents Brésiliens à Londres, rendoient compte à leur Gouvernement que Mr. Canning le qualifioit d'intempestif, de déraisonnable et de nature à faire perdre toute patience: «*to lose all temper*», et qu'une partie de ces expressions étoit répétée dans les instructoins transmises à Mr. Chamberlain: il est à supposer que le but de ce Ministre étoit de gagner la confiance des Agents Brésiliens et de les engager à prendre le projet *ad referendum*, puisque Mr. Canning enjoignoit, en même tems, à Mr. Chamberlain, de faire son possible pour faire prendre ici le Contre-Projet en considération et éviter un rejet absolu qui amèneroit une rupture des négociations; mais l'impression faite par son premier langage, n'en a pas moins été pernicieuse et durable.

S. A. R. et tout son Conseil sont, actuellement, dans la ferme persuasion que *Sir* Charles Stuart arrivera et que s'il ne peut conclure un arrangement pour le Portugal, il n'en sera pas moins autorisé à signer un Traité de Commerce avec l'Angleterre, et il faut convenir, que la marche adoptée par cette Puissance envers le Méxique, la Colombie et Buenos-Ayres, est de nature à rendre cette idée vraisemblable et forme donc, un nouvel obstacle à toutes les concessions qu'on pourroit désirer ici.

Que l'amour propre du Prince entre beaucoup dans son refus constant d'accéder à tous les plans de conciliation proposés jusqu'à présent, est, à ce qu'il me parait, très clair, mais que cet amour propre n'est pas le seul obstacle, ou qu'il lui fait, au moins, trouver des raisons plausibles et peut-être fondées, de colorer son refus, me parait également vrai.

(*) Faltam os oficios 14 e 15.

Ou les idées de S. A. R. sur l'état intérieur du pays et la nature de ses institutions présentes ont beaucoup changées dans les derniers tems, ou le Prince croit pouvoir marcher, à présent, plus directement vers son but: car il me parait certain que la Démocratie est, tous les jours, plus en défaveur et il est probable que Mr. Telles da Silva, (*) en offrant à Votre Altesse l'assurance qu'en cas d'une reconnoissance la Constitution serait entièrement mise de côté, n'a pas énoncé, plus qu'il n'étoit autorisé à le faire, non par le Ministre des Affaires Etrangères, mais directement par son maitre.

La facilité que le Gouvernement a trouvé, jusq' à présent, à abbatre toutes les factions, toutes les oppositions, parait devoir rassurer sur les moyens qu'il a de se maintenir et d'amener les Brésiliens à en revenir, sans secousses ni violences, à la Monarchie pure; il est peut-être même possible que cette facilité s'étende jusque sur la base d'une indépendance limitée; mais, ni le Gouvernement ni personne ici, n'est, je pense, exactement à même de le garantir et je ne saurais nier que quelque puisse être, pour l'avenir, tant pour S. A. R. que pour ce pays, les avantages certains d'un pareil arrangement, il ne peut être regardé comme absolument sans péril et sans de très grandes difficultés pour le présent.

Les Brésiliens commencent, en général, à comprendre qu'un Gouvernement représentatif n'est ni très désirable ni très praticable pour eux: ils ont plus de confiance dans leur Souverain que dans les personnes élues de leur choix et toutes les habitudes et idées, les portent à la Monarchie pure; mais ils sont, en général, méfiants, jaloux et très blessés de la partialité visible de S. A. R. pour les Portugais, partialité qu'Elle n'a jamais su cacher avec assez de soin; tout ce qui pourra augmenter cette jalousie, sera toujours extrêmement dangereux et Votre Altesse a pu se convaincre que cela a été le levier dont se sont servis, avec succès, tous ceux qui ont voulu exciter des troubles et la révolte; ils ont succombé, il est vrai, mais un homme plus habile et plus heureux, peut, enfin, paraitre et réussir.

S. A. R. est loin de méconnaitre le danger réel dont il est menacé par la forme républicaine du reste des Gouvernements de l'Amérique du Sud; bien au contraire, les dernières victoires de Bolivar lui ont inspiré une véritable terreur; il n'est pas sans crainte, dans ce moment, que l'insurrection qui vient d'éclater dans la Banda Oriental, ne soit liée à ses succès: mais cette crainte, loin de l'engager, jus' à présent, à chercher à affermir sa position par un arrangement amical avec le Roi son père, lui fait, plutôt, envisager ces évènemens comme une nécessité de plus de ne pas mettre les Brésiliens dans une situation moins avantageuse, d'après leurs préjugés, que celles de leurs voisins, qui ont embrassé le système républicain.

Il est probable, que les difficultés de S. A. R. augmenteront encore, à l'arrivée de *Sir* Charles Stuart: ne supposant que ce négociateur ne réussisse point à faire admettre l'*ultimatum* du Portugal et soit autorisé à signer un Traité de Commerce avec l'Angleterre; la question de l'abolition et de la traite, est encore de nature à empêcher entièrement sa conclusion.

Votre Altesse n'ignore certainement point, qu'avant la restauration de S. M. T. C. un Traité pour la reconnaissance a échoué sur ce point; il n'est pas probable que l'Angleterre mette, dans ce moment, moins de prix à cette question, et, cependant, à cette époque, sous le Ministère de Mr. d'Andrada, qui ne manquoit ni de volonté ni de courage, ce Gouvernement ne s'est pas cru assez fort pour pouvoir décréter l'abolition dans le tems limité où le demandoit le Gouvernement Anglais, pour prix de sa reconnaissance.

(*) Futuro Marquês de Resende, representante junto à Austria.

La question de la Banda Orientale, formera une autre difficulté non moins grave; j'ai récemment eu l'honneur d'informer Votre Altesse du refus de l'Angleterre à l'occasion de l'envoi d'un Consul, de rien faire qui pût être regardé comme une interprétation en faveur d'une des parties réclamantes; il est à croire que cette Puissance, ainsi que toutes les autres Puissances, ne voient point avec complaisance tous les ports, depuis l'Amazone jusqu'au Cap Horn, et qu'elles saisiront, avec empressement, toute occasion d'assurer la libre navigation du Rio-de-la-Plata.

S. A. R. se verra donc, en mettant son amour propre à part, préssée entre deux inconvéniens: d'un côté, l'abolition presque instantanée de la traite: de l'autre, la soumission envers son père: Elle choisira quel est celui qui présente, en réalité, le moins de dangers: mais je compte sur le premier, comme l'argument le plus efficace pour l'engager, s'il est possible, à accepter l'*ultimatum* dont *Sir* Charles Stuart doit être le porteur.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal.

A Son Altesse Monsieur le Prince de Metternich, etc., etc., etc.

Original, H. H. u. St. A. Wien, Staatskanzlei, Brasilien, fasc. 9.

* * *

N° 17. LITT. A.

Rio de Janeiro le 9 Juin 1825.

Mon Prince,

Le 25 du mois passé l'expédition pour Montevideo a mis à la voile, elle se composait de trois transports escortés par le Brick de guerre le *Caboclo* et ayant à bord le battaillon dit de l'Empereur et le premier de grenadiers et un escadron du Régiment de Cavallerie de Minas, formant un total de 1300 à 1400 hommes: les trouppes sont sous les ordres du Lieut. Général Paul Magessi, portugais, qui a été nommé second commandant de l'armée du Sud et gouverneur de la place de Montévideo, et l'amiral Rodrigo Lobo, portugais qui va prendre le commandement de la flottille du Rio de la Plata; se trouvait également à bord, la batterie d'Artillerie volante, embarqué sur un quatrieme transport est sortie en même tems, mais sera debarqué à l'isle de St. Catherine d'ou elle sera jointe aux trouppes du Rio Grande: l'intention du Gouvernement est que ce soit ces dernières, sous les ordres du Général Abreu, commandant militaire de cette province, qui en descendant l'Uruguay, fassent la partie active de la campagne, celles envoyés a Montevideo se bornant à assurer la possession de cette place. On a renoncé à l'idée d'envoyer des trouppes étrangères par crainte que cela ne favorise leur desertion.

La *Gazette Officielle* du 26 Mai, N° 115 que je prend la liberté de joindre ici, contient une serie de décrets relatifs à l'insurrection de la Banda Orientale.

Le 1er. suspend, selon la Constitution; dans cette Province, les lois qui garantissent la liberté individuelle.

Le 2e. accorde un pardon général aux déserteurs de la province Cisplatine et de cette du Rio Grande du Sud, qui rejoindroit leurs drapeaux dans un tems limité.

Le 3eme. crée une commission militaire de quatres membres dont le général Le Cor sera le président, pour juger, brevement, verbalement et sommairement, tous les accusés convaincus de Rebellion ou de désertion à l'ennemi.

Le 4eme. assure la demie solde aux veuves et enfans des militaires qui perdront la vie dans cette campagne.

Le 5eme. crée une commission militaire, avec les mêmes attributions que la précedente dans la Province de Rio Grande du Sud.

Le 6ème étent le bénéfice de la demie solde, aux veuves et enfans des marins employés dans cette occasion.

Le 7ème étend les attributs des commissions militaires de terre et de mer sur les individus de toute classe dans cette Province.

Le 8ème crée une commission militaire conforme aux autres à bord de escadre, laquelle sera présidé par son commandant l'Amiral Rodrigo Lobo.

Le 9ème étend le bénéfice du pardon général au deserteurs, à ceux de la marine.

La seule remarque que j'ai à ajounter à ces décrets est que ces mesures sont plus sevères que celles adoptés lors des insurrections de Bah'a et Pernambouc et qu'une commission militaire est même établie au Rio Grande, où il n'y a pas d'insurrection et où le cours habituel de la justice n'a point été suspendu.

D'après les dernières nouvelles du Rio de la Plata, Fructuoso Rivera avoit sont quartier Général à un endroit nommé Toledo, à trois lieues de Montevideo.

Il paraît que le Gouvernement de Buenos Aires a serieusement protesté n'avoir pris aucune part ni active, ni passive à l'insurrection de la Banda-Orientale et qu'il n'est pas sans inquiétude sur les mesures de représailles que cela peut entraîner de la part du Brésil, il y était question d'envoyer des trouppes dans l'Entre Rios pour prévenir tout danger sur ce point le plus exposé a une retaliation, les faits d'armes des deux partis ne consistant guerre, qu'a traverser des plaines à peine habités et à enlever du bétail; mais quelque soit la sincerité du Ministère de cette Republique en protestant vouloir maintenir la paix, le fait indéniable que l'insurrection est effectivement auxilié e par une partie des habitans de Buenos Aires et applaudie par tous, est de nature a faire craindre de voir entraîner malgré lui un gouvernement encore beaucoup plus populace que populaire.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal

A Son Altesse le Prince de Metternich.

N° 17 LITT A.

Rio de Janeiro le 9 Juin 1825

Le Baron de Mareschal

Rend compte de la sortie de l'expédition pour Montevideo et des mesures du Gouvernement pour étouffer l'insurrection de la Banda Orientale avec 1 annexe. P. 4.

17 LITT. B

Rio de Janeiro le 9 Juin 1825.

Mon Prince.

J'ai l'honneur de transmettre ci-joins à Votre Altesse un extrait de différentes feuilles de Buenos-Aires, par lequel Elle vera que non seulement le général Espagnol Olañeta a été tué et sa trouppe dispersée, mais que le haut Pérou est de fait indépendant et occupé par les troupes de Bolivar sous le Général Sucre, depuis le mois d'avril.

Les Espagnols étaient encore en possession de Callao et de l'isle de Chilué et le Colonel D. G. M. Valdez avec une trouppe de quelquer cents hommes paraîssoit être le seul chef Royaliste dans les Andes, qui n'eut pas encore succombé; mais Callao étroitement bloqué par terre et par mer doit tomber dans bien peu de temps, le langage même du Colonel Quintanilla à Chilué paraît indiquer la conviction qu'il ne lui reste plus qu'à faire un arrangement

aussi honorable que l'a été sa conduite pendant 8 ans qu'il est à ce poste et il est contre toute probalité que le Colonel Valdez et sa faible trouppe puisse resister plus longtemps à une force sous laquelle ont succombés successivement le vice Roi et Olañeta; il est donc impossible de se faire plus longtems illusion sur le fait que la puissance Espagnole a cessé dans l'Amérique du Sud, s'en serait une très grande je pense, de croire qu'elle pu jamais s'y retablir: mais le sort de ces vastes contrées est loin d'être arrêté et il est vraisemblable que pendant longtems elles seront livrées à toutes les horreurs de l'anarchie et des guerres intestines.

Les quatre Provinces du haut Pérou, La Paz, Potosi, Cochabamba et Chukisaqua appartenaient autrefois à la vice Royauté de Buenos Aires et pourraient donc à ce titre être reclamé par les Provinces Unies du Rio de la Plata, mais il est plus probable qu'elles formeront un état intermédiaire et distinct entre le Pérou et ces provinces unies.

On supposait à Buenos-Aires que le Gl. Bolivar, informé de ce qui avait eu lieu, abandonnerait le dessin de venir au Potosi et que les affaires du Pérou lui donnerait assez d'occupation pour ne pas s'éloigner pour un motif secondaire: tous ces nouveaux étaient à l'exception de celui de Buenos-Aires proprement dit, sont encore sous des gouvernemens purement militaires, quoique avec les noms et les formes de Républiques; mais Bolivar est le seul homme qui parait avoir assez de reputation personnelle pour pouvoir se soutenir par lui même; il est permis je pense, malgré ses déclamations de ne voir dans le prémier refus fait au Congrès de Lima, qu'une scène plus au moins bien joué et il ne serait pas etonnant d'entend proclamer dans peu un Empire du Soleil.

Un article de la gacette de Buenos Aires, porte que M. de Moges commissaire français (dont j'ai annoncé à Votre Altesse, le passage ici): qui paraissait se conserver en étroite amitié avec le liberateur (Bolivar), avoit reçu l'ordre de sortir en 24 heures du territoire de la République; ajoutant que des lettres particulières disoient que c'était pour avoir voulu se mêler dans des affaires d'importance et des mouvemens en grand: selon la même lettre on attendoit M. de Moges an Chili ou se trouve son digne Collegue Mr. de al Suze, qui à la barre même du Congrès a applaudi à tous désordres du pays et appuya publiquement la dissolution de ce Corps.

M. de Moges avoit à ce qui m'a été assuré; été dans l'origine près du Vice-Roi la Serna, j'ignore à quel époque il est passé de là près de Bolivar.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal

A Son Altesse le Prince de Metternich, etc., etc. etc.

ANNEXE

1) *Extrait des Gazettes de Buenos-Aires*, l'Argos du 2. au 11. Mai 1825.

3ieme. bulletin de la divisicn expéditionaire du Pérou en date de Salta le 8 avril.

Rapport du Colonel D. Medina Celi, rendant compte d'un combat avec le Gl. Olañeta de 1er. d'Avril, ou ce general fut tué et sa trouppe mise en deroute.

Lettre de Salta du 15 avril confirmant la victoire de D. Medina Celi, près de Punto de Gusmula et faisant mention du Colonel G. M. Valdez avec quelque cents hommes, comme le seul chef Royaliste encore existant.

2) *Décret du Congrès du Pérou* daté de Lima 12 Février 1825. —

— Que le Pérou doit son existence politique au Libérateur Simon Bolivar et à son armée invincible etc. et décrète qu'il sera frappé une medaille en son honneur.

— Qu'il lui sera erigé une Statue équestre sur la place de la Constitution.

Que dans toutes les Capitales des départemens une pierre avec une inscription en son honneur sera placé dans la place publique et son portrait dans la salle de la municipalité.

Qu'il jouira en tous les tems des honneurs de Président de la Republique.

Qu'il sera mis à sa disposition un million de dollars et une même somme pour être distribué par lui aux généraux officiers et soldats de son armée.

Que le Gl. Sucre sera reconnu à l'avenir par l'appelation de Grand Mareschal d'Ayacucho.

Que tous les individus de l'armée libératrice sont déclarés citoyens du Pérou.

Que le liberateur est autorisé a décider de tout autre distinction honorifique ou pécuniaire, pour ensuite recompenser les services rendues.

---

3) Letre de Bolivar au Congrès refusant tout ce qui lui est personnel. excepté la médaille.

---

4) *Depèche du Gl. Sucre au Gouverneur de Buenos Aires, daté de la Paz le 20 de fevrier;* annonçant qu'il a passé le Desaguadero forcé par le Gl. Olañeta qui s'étoit refusé de déclarer l'indépendance et de se reunir a eux comme on l'esperoit et que la majeure partie du territoire étant libéré et sans gouvernement, celui de Buenos Aires n'ayant point organisé un gouv. central et celui du Pérou ne voulant point disposer de ces peuples, il avait convoqué une assamblée de ces provinces pour former un gouvernement purement provisoire afin d'éviter les factions et l'anarchie et de conserver le bon ordre, joignait le décret de cette convocation daté de la Paz le 9 février, protestant de la parfaite neutralité de l'armée libératrice dans les affaires domestiques de ces Provinces et invitant le gouv. général des Provinces du Rio de la Plata à prendre cet objet sous sa considération, de la même manière qu'il le soumettait à celui du Pérou.

5) *Décret de convocation des deputés des provinces du haut Pérou* determinant le mode d'élection et la forme et le hut du Congrès.

---

6) *2de. dépèche du Gl. Sucre, de Potosi 6 avril,* felicitant sur l'installation du gouv. général, annonce qu'il est entré dans cette capitale la dernière que les Espagnols ait occupé sur le continent le 29 Mars, rend compte de la défaite et de la Mort du Gl. Olañeta, annonce la réunion probable de l'assamblé convoqué par lui pour le 25 Mai et l'arrivée du Gl. Bolivar pour le commencement du même mois et ajoute que son role d'Auxiliaire étant terminée il va se diriger où est la plus grande partie de ses forces, derrière le Desaguadero.

7) *Réponse du l'Quintanilla G.eur Español* de Chilué, daté de S'Carlos de Chilué 7 mars an M.tre des relations exterieurs du Chili, qui lui avait donné part de la bataille d'Ayacucho en l'invitant à entrer dans un arrangement amiable et à une incorporation avec cette Republique.

Annonçant qu'après avoir visité et communiqué avec prudence aux différents districts cette nouvelle, dont il étoit déjà informé, ainxi que la série de defaites qui avoit poursuivi les armes du Roi dans les deux Amériques; ils étoient néanmoins fortement convaincus qu'il ne leur convenoit pas de changer de domination et s'étoient en conséquence réunis en différentes juntes pour lui exprimer officiellement leur opinion; que l'ssue malheureuse d'Ayacucho devoit

ëtte considéré comme une disgrace partielle de la Métropole, de laquelle cette province dépend directement et légitimement, à laquelle elle a consacré son existence et pour laquelle elle a fait des sacrifices qui sont notoires, lesquels seroient illusoires si pour un fait de cette nature, elle prenait une détermination dont elle eut à se repentir.

Qu'il est évident que les V. Royautés du Méxique, Buenos-Aires, Santafé, Pérou et Chili ont obtenues sur leurs frères les Espagnols les triomphes auxquels ils aspiroient, mais qu'il n'ignoraient également point que malgré cela l'esprit d'Anarchie intérieur qui les détruisait, n'avoit point cessé de regner, que leurs formes de Gouvernment n'etoient point basé avec un caractère de stabilité, ce qui étoit assez manifesté par le fait assez extraordinaire, que leur Indépendance n'avoit été reconnu par aucune puissance Européenne, que l'avoir été par les états unis étoit une conséquence nécessaire de son sistème fédératif, de ses principes libéraux et de faire partie du même continent: faisant remarquer que l'histoire même de cet état peut faire douter les parties dissidentes de l'Amérique Epole du succès final d'une lutte de 16 ans: les Etats unis ayant obtenues en moins de 7 la reconnaissance et l'appuy de la France et de l'Espagne. — Il fait valoir les lieus qui attachent les dinasties de France et de Russie à celle d'Espagne et la promesse du *grand Empéreur* de toutes les Russies de compléter son ouvrage par la pacification du nouveaux monde. Il assure toutefois pour preuve de la purété de ses sentiments qu'il envoie du contentement général des habitans, des émissaires au Pérou et à Rio de Janeiro pour connaître le véritable état des affaires dans les deux mondes et éviter ainsi tout guère de compromis repugnant et intempestif avec les Gouv. libres de l'Amérique; mais promet de continuer a ne faire aucune acte d'agression contre le chili et a se borner comme il l'a fait depuis 8 ans à la defensive.

---

8) *Décret du Congrès Gl. des Provinces Unis du Rio de la Plata*, Buenos-Aires le 9 Mai 1825.

Le pouvoir éxécutif envera une légation diseingué au haut Pérou pour y féliciter le libérateur sur ses succès, sur la libération de ces provinces et les mesures prises pour les preserver de l'anarchie et leur faciliter les moyens de s'organiser en elles mêmes.

2. La légation règlera avec le Liberateur, comme chargé du Commendement suprême de la R.que du Pérou; toutes les difficultés qui pourroient s'élever avec cet état, de l'état de liberté des 4 provinces du haut Pérou qui ont toujours appartenues à cette Union.

3. Elle sera également autorité envers l'assemblée des d'putée de ces provinces convoqué par le grand Marechal Sucre et spécialement chargé de l'inviter à concourir par le moyen de leur Représentant au Congrès Général, C.ant qui se trouve legallement et solennellement installé.

4. 9) L'invitation dont il est fait mention dans l'art: précité et les pouvoirs que la légation recevra, sont basés sur le principe que quoique les 4 provinces du haut Pérou ont toujours appartenue à cet état/: L'ancienne V-Royauté:/ il est de la volonté du Congrès Gl. C.ant qu'elles soyent dans une entière liberté de disposer de leur sort, comme elles jugeront le meilleur pour leurs intérêts.

---

10) *Gaseta Mercantil* du 21 et 22. avril.

Message du dictateur Bolivar au Congrès du Pérou le 10 frv. jour de son installation.

Passages extraits du discours.

Dès que le succès militaires du Pérou seront connus en Europe, il parait probable que ces Gouv. décideront définitivement la politique qu'il auront a adopter, je me flatte que la G. Brettagne sera la première qui reconnaîtra notre Independence, si nous devons donner crédit aux déclarations de la france, elle n'est pas très éloigné à s'unir à l'angleterre dans cette marche libéral.

Legislateurs, en restituant au Congrès le pouvoir suprême qu'il a deposé entre mes mains qu'il me soit permis de féliciter le peuple de s'être délivré de ce qu'il y a de plus terrible au monde; de la guerre par la victoire d'Ayacucho et du despotisme par ma résignation, qu'il proscrive à jamais cette terrible autorité qui fut le Sepulcre de Rome, le but du Congrès fut louable sans doute: en me la confiant, mais à present que la notion a obtenue la paix domestique et la liberté politique, nul ne doit commander que la loi.

Le Congrès installé mon destin de soldat m'appelle à contribuer à la liberté du haut Pérou et à la redition de Callao ce dernier boulevart de la puissance Espagnole dans l'Amerique Mle.; je verais après dans ma patrie, rendre compte aux représentans du peuple Colombien, de ma mission, de Notre liberté et de la gloire de l'armé libératrice.

Bolivar.

Sur la réponse du Président lui demandant au nom du Congrès et de tout le Pérou de continuer à exercer les mêmes pouvoirs qu'il venait de resigner et lui peignant avec de vives couleurs les maux auxquels seroient exposés la Repub. que si elle étoit abandonné à ses propres forces; il l'interrompi par les paroles sublimes.

Ex. Président, Legislateurs, c'est aujourd'hui, le jour du Pérou, puisque aujourd'hui le Pérou n'a plus un dictateur.

A la fin les vives instances du Congrès vainquirent sa resistance et il accepta la continuation du Pouvoir, jusqu'à la Convocation du Congrès général de 1826 ajoutant:

«Je consacre ma personne au Pérou, dans les termes que le Congrès le desire et que l'éminant patriotisme de ce peuple le mérite; pourtant qu'il soit entièrement oublié de m'appeller de l'odieux titre de dictateur.»

Extraits des Gazettes de Buenos Aires, ad Nr. 17 litt B Rio de Janeiro le 9 Juin 1825.

* * *

Nr. 17 litt B.

Rio de Janeiro le 9 Juin 1825

Le Baron de Mareschal rend compte de la defaite d'Olaneta et de l'occupation du haut Pérou par le Gl Sucre.

Avec une annexe.

* * *

Nº 17 LITT C

Rio de Janeiro le 9 Juin 1825

Mon Prince,

Nous ne sommes par beaucoup plus au fait des affaires du Nord qu'à la date du dernier respectueux rapport que j'au eu l'honneur d'adresser à Votre Altesse, tout y est soumis, mais la force et le jeu des partis et les progrès qu'y fait l'administration dans le retablissement de l'ordre sont le sécrêt du

gouvernement, ou peut être même l'ignore-t-il également; le besoin de communications régulières se fait chaque jour mieux sentir et l'on compte les établir par des bateaux à Vapeurs dont le prémier est attendu jcurnellement.

On peut à peut près juger de l'impression que fait ici, la Conduite de L. Cochrane au Maragnon, «par le silence absolu que l'on garde sur son compte, ou assure que n'ayant pas trouvé le Président envoyé par le gouvernement disposé en faveur de ses dépredations, il ne lui a pas laissé prendre possession de son poste et la même fait sortir de la Province; il n'est pas probable après cela, qu'il pense jamais à revenir ici, il quittera vraisemblablement de là le service sous quelquer prétexte et l'on n'est pas même sans inquiétude sur la vaisseau de ligne et les batimens qu'il a avec lui.

J'ai rendu compte à Votre Altesse dans mon dernier rapport du refus extremement affectueux donné à des petitions de plusieurs municipalités de la Province de St. Paul demandant le retablissement du pouvoir absolu, ces portarias étoient du 13 Mai, un décrèt du 18 publié dans la gazette à jcinte du 21 ordonne la suspension du juge de la principale d'entre elles *Taboaté*, et sa venue a Rio de Janeiro pour répondre de ses pratiques criminelles, scandaleux et opposés à la Constitution de l'Empire dans cette occasion; d'après la marche ordinaire des affaires ici, où tout se trait en dispacho général des Ministres et cù les actes décidés dans le même dispacho en portent la date; le décrèt et les portarias devroient être signés du même jour, non seulement il est postérieur de cinq, mais encore de deux à l'arrivée de la nouvelle de l'insurrection de la Banda-Orientale, ce qui un fait croire que c'est cette nouvelle qu'y a donné lieu et a fait juger au Gouvernement, que le moment n'étoit pas encore venu.

Le public est extremement curieux de ce qui aura lieu le 18 de ce mois, c'est l'époque marquée du traité de commerce avec l'Angleterre où les deux parties peuvent reclamer des altérations: il courait un bruit que ce jour le gouvernement ferait payer aux Marchandises Anglaises 24 pour cent comme aux autres: il serait décidément plus profitable de les mettre toutes à 15, ce qui diminueroit la Contrebande en favorisant le commerce et l'industrie.

S.A.I. le Madame l'Archiduchesse est un peu plus tourmenté que de coutume de son état de grossesse, cette Auguste Princesse est a présent dans son quatrième mois; M.gr. le Prince Régent me trait toujours avec la même bonté, hier après lui avoir fait ma Cour, j'étais déjà remonté en voiture lorsqu'il me rappella pour me faire assister à une leçon d'equitation qu'il donnait lui même à l'aînnée des jeunes Princesses; S.A.R. n'a plus fait mention de la n'gociation avec le Portugal et pour les motifs dont j'ai déjà rendu compte à Votre Altesse, j'ai garde la même retenu. Quand à Mr. le Ministre des affaires étrangères quoique nous ne parlions point d'affaires, je suis le seul étranger qui le voie familièrement.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal m.p.

A Son Altesse le prince de Metternich.

* * *

N° 17 LITT C.

Rio de Janeiro le 9 Juin 1825

Le Baron de Mareschal

nouvelles courantes avec 1 annex.

P. 4

Nº 17 LITT C.

Rio de Janeiro 14 Juin 1825

Mon Prince,

J'ai l'honneur de transmettre ci-joins à Votre Altesse les copies de la note que j'ai adressé à Mr. le Ministre des affaires étrangères en suite de la circulaire de Votre Altesse du 14 février de cette année: en lui remettant le modèle de pavillon adopté pour signal afin d'indigner la nécessité d'un pilote à bord des bâtimens Autrichiens, ainsi que sa reponse: par la quelle Votre Altesse verra que quoique cette mesure soit en contradiction avec l'ordonnance que j'ai eu l'honneur de lui soumettre par mon respectueux rapport Nº 12 litt A du 15 avril de cette année, laquelle désignoit un pavillon particulier, que tous les bâtimens nationaux et étrangers devoient hisser pour indiquer la nécessité d'un pilote dans les ports du Brésil; ce gouvernement n'a fait aucune difficulté de faire reconnaître celui adopté par la Cour d'Autriche.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal m.p.

A Son Altesse Mr. le Prince de Metternich.

* * *

Copie

Le sous signé Agent d'aff.: de S. M. I. et R. à la Cour du Brésil à l'honneur de transmettre ci-joins à S. E. Mr. L. do Carvalho et Mello. Ministre et Secrétaire d'état pour le department les aff. étrangères: deux exemplaires du Pavillon adopté par le Gouv. Autrichien à, l'exemple d'autres Nations. pour les bâtimens Autrichiens, a fin d'indiquer la nécessité d'un pilote.

En faisant à S. E. cette communication prescrite il a à y ajouter la demande que ce Gouv. veuille bien donner les ordres nécessaires pour que ce signal soit reconnu dans les differens ports de sa dépendance.

Il profite etc.

Rio de Janeiro 11 Mai 1825.

A S. E. Mr. L. J. de Carvalho et Mello.

* * *

Traduction

Luiz José de Carvalho et Mello, fait ses complimens à Mr. le B. d. Mareschal Agent d'affaires d'Autriche et en accusant la reception de la note qu'il lui a adressé le il du courant, il a à lui communiquer, qu'il vient de remettre au Ministre et secrétaire d'état du département de la Marine le modèle de pavillon qui accompagnait sa note, a fin qu'il expédier les ordres nécessaires aux autorités compétentes dans cette Capitale et les différentes Provinces de cet Empire, pour qu'elles soient informés que ce Pavillon indique la besoin d'un pilote à bord des bâtimens Autrichiens, selon les ordres de Votre gouvernement.

Luiz José etc.

Secrétairerie d'état le 21 Mai 1825.

ad Nº 17 litt C. Rio de Janeiro

le 9 Juin 1825

A Mr. le Baron de Mareschal.

* * *

[S.N.]

Rio de Janeiro le 4 Juin 1825.

Mon Prince,

J'ai l'honneur d'adresser à Votre Altesse, Mr. Samuel Winter négociant anglais en relation avec les principales maisons de commerce Anglaises, de Rio de Janeiro, Buenos-Aires, Valparaiso et Lima; lequel désire pour son propre compte et celui de ces maisons, faire au gouvernement des propositions pour l'achat et le debit des produits des mines d'Idria dans l'Amérique du Sud.

Je prend la liberté d'ajouter que les maisons, Samuel Winter et James Brittain de Buenos-Aires et G. Brittain Scheiner et C. de Rio de Janeiro, jouissent d'une reputation de solidité, credit et respectabilité, qui m'encourage à prier Votre Altesse de vouloir bien accorder Sa confiance, au porteur de la présente.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal m.p.

A Son Altesse Mr. le Prince de Metternich.

* * *

B. Mareschal.

Rio-de-Janeiro: 4. Juni 1825.

Unterstützt den Antrag des englischen Handelsmanns Samuel Winter, in Betreff des Absatzes in Amerika des Quecksilbers von Idria.

* * *

Cópia

De uma missiva dirigida em 30 de maio de 1825 pela Casa Comercial Inglesa no Rio de Janeiro G. Brittain Scheiner & C. ao Sr. v. Mareschal:

Mui nobre Senhor!

Em virtude do entendimento havido entre V. S. e nosso Franz Scheiner sobre um negócio em mercúrio, tomamos a liberdade de comunicar a nossos amigos em Buenos Aires, os Srs. Winter Brittain & C., neste mesmo lugar, nossa opinião sobre o assunto e os convidamos a fazer algumas propostas, se estiverem interessados e dispostos a iniciar uma negociação. Agora recebemos por ora a resposta que há grande falta deste artigo; que é de esperar uma venda considerável e opinam que, porém, seria vantajoso estabelecer um depósito não só em Buenos Aires mas também em Valparaiso.

Como nós mesmos estamos inclinados a participar do negócio, caso este se realizar, e como isso só pode ser iniciado comodamente em Londres, pedimos a V.S. a prometida carta de apresentação para nosso amigo Sr. Samuel Winter em Londres ou seu substituto legal; escrevemos ao mesmo tempo ao mesmo e damos todas as instruções necessárias, com nossa autorização de cuidar de tudo o demais, também aos nossos amigos em Buenos Aires comunicamos isso, para que se dirijam futuramente (no futuro) diretamente a este amigo.

Não será demais dar a V.S. algumas informações sobre as firmas acima mencionadas. O Sr. Samuel Winter em Londres é sócio da Casa Winter Brittain C .em Buenos Aires, seu sócio Sr. James Brittain dirige os negócios em B. A., ambos satisfarão plenamente quanto à seriedade.

As Casas de Winter Brittain & Waddington em Valparaiso e Templeman Bergmann & C. em Lima são ramos de Winter-Brittain em Buenos Aires. Todas estas Casas estão em comunicação e por isso são as mais aptas a realizar um negócio como este.

Temos a honra etc.

Resposta

Em resposta a vossa carta de 30 de maio pp. envio ao Sr. em anexo a carta de apresentação para o Sr. Samuel Winter ou pessoa autorizada por ele, em nome do Sr. Principe de Metternich, chanceler de Estado austriaco, e não tenho a menor dúvida de acrescentar que S. Alteza pessoalmente ou por pessoa por ela designada, ouvirá as propostas que o Sr. julgar poder fazer sobre a venda mercúrio e responderá.

Eu, de minha parte, informarei S. Alteza sobre estas cartas a mim dirigidas, de maneira que, chegando em Viena, encontrará todos perfeitamente informados sobre a finalidade de sua viagem.

Aceite etc.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1825.

(as) *B. Mareschal*

* * *

Nº 17 LITT. D.

Rio de Janeiro le 9 Juin 1825

Mon Prince,

La Maison de commerce anglaise Brittain Scheiner el C.e établis dans cette ville, vient de s'adresser à moi pour obtenir une lettre d'introduction près de Votre Altesse en faveur d'un de leurs correspondans en Angleterre, lequel fera, selon leur intention, des propositions au Gouvernement pour l'achat et le débit du vif argent dans l'Amérique du Sud.

J'ai déjà eu l'honneur de prévenir Votre Altesse par mon respectueux rapport Nº 12 litt B du 15 avril de cette année, de la probabilité que de pareilles propositions auroient lieu: cette maison de commerce s'est d'abord directement adressé à moi, mais ne me trouvant d'aucune manière ni autorisé, ni à même de traiter d'une question de cette nature, il n'a point été difficile de lui faire comprendre que cette affaire ne pouvoit être arrangé nul part qu'à Vienne même.

Je prie Votre Altesse de daigner me permettre d'ajouter ici quelques renseignemens généraux que j'ai cherché à obtenir entre tems:

Le pris du vif argent a Buenos Aires est dans ce moment assez élévé, parque qu'il y a demandé de l'intérieur et aucun sur la place, cet article n'y paye aucun droit, ce qui y rendrait l'établissement d'un dépot pour les mines qui sont de ce côté des Andes, plus avantageux qu'ici, mais c'est le contraire pour ce qui serait destiné pour la mer pacifique, dont le port de Rio de Janeiro est la grande échelle; ici cet Article payeroit un droit de transit de 4fr outre les mêmes frais de dépot, port, consulado et con évaluation est fort élévée dans le tarif 400$s par livre.

Son débit pourrait avoir lieu de trois manières différentes: 1er en formant des dépots avec une controle et une administration régulier. 2ent En faisant remettre des parties en consignation par des maisons de commerce de Trieste ou de Londres à des maisons d'ici ou de Buenos-Aires, qui vendent ensuite aux risques et profits du consignataire et reçoivent un tantieme sur la vente: 3ent. en faisant un arrangement avec une ou plusieurs maisons qui se chargeroient du débit de tous les risques en retour d'un avantage concédé sur le prix d'achat.

Le 1er. mode entraîner l'inconvenience de devoir créer des établissement dispende à une distance où il est difficile de les surveiller et sous des gouvernemens qui n':tant pas recommus, ne leur assureroit qu'une protection imparfaite.

Le second par consignation est le mode le plus habituelle dans ce pays, mais le Gouvernement resteroit chargé de tous les frais et embarras de la navigation, d'ailleurs le tantième que prelure la maison à la quelle on consigne est ici de 5$ et à Buenos-Aires de 71/2 p/c et ces maisons qui ne se chargent d'aucune partie des risques ont la plupart du tems la part la plus forte des profits; le 3eme. est celui qui, si Votre Altesse daigner me permettre d'énoncer une opinion; me paraitrait le plus acceptable pour le Gouvernement, puis qu'il néaurait qu'à s'assurer de la solvabilité des Maisons avec les quels il ferait un contrat, sans entrer dans les embarras et les frais de détails.

Je dois également ajouter que le moment présent me paraît très important pour établir des relations et donner l'habitude de prendre de préférence le produit des mines d'Idria et que pour à present c'est le point principal dessous le quel une pareille transaction me semble devoir être envisagé, celui d'un débit et par conséquent d'un gain très considérable viendra bientôt et assurement, si une fois ces relations sont bien établis.

Je joins ici les copies de la lettre que m'adressé la Maison Brittain Scheiner et Co., de ma reponse ainsi que de la lettre d'introduction que je lui eu remise et prie Votre Altesse de vouloir bien excuser s'il y avait dans ceci un manque de forme, l'importance dont cet objet doit selon mon entière conviction; devenir dans très peu de tems, ne m'a point permis d'hésiter.

Daignez agréer Mon Prince l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal m.p.

A Son Altesse le Prince de Metternich.

N° 17 litt D.

Rio de Janeiro 14-9 Juin 1825

Le Baron de Mareschal

Rend compte d'avoir remis une lettre d'introduction pour Mr. Samuel Winter, Négociant Anglais, chargé de propositions pour le débit du vif-argent dans l'amérique du sud. Avec des annexes.

* * *

N° 18 LITT A

Rio de Janeiro le 1er. Juillet 1825.

Mon Prince

Je profitte du batiment le John Regg de Liverpool, pour transmettre à Votre Altesse dans la dépêche ci-joint litt B, le précis d'une conversation que j'ai eu avant hier avec S.A.R. Mr. le Prince Régent.

Nous avons peu de chose de nouveau ici, il ne paraît point que la levée Bouclier de Dr. Fructuose Ribeiro dans la Banda Orientale ai fait des progrès ultérieures, le Gouvernement de Buenos Aires, s'étant à ce qu'il paraît, absolument refusé à lui donner un appuy quelconque.

Les trouppes qui ont composés la première expédition de Pernambouc, avec quelques unes de cette province, formant un total de 25000 hommes sont arrivés ici, ayant été relevés par celles dont j'ai dans le tems annoncé le départ à Votre Altesse; cette Province étoit tranquille quoique l'esprit public continua a y être mauvais; j'ai encore toujours la conviction que la présence du Prince seroit le remède éfficace à ce mal.

Bahia est tranquille. le nouveau Président n'avait point encore pris possession de son poste étant malade à ce que l'on assure: le vaisseau de ligne, le *Pedro 1er* y étoit arriv' pour s'y ravitailler, Lord Cochrane étoit resté au Maragnon avec la frégatte la *Piranga*, sur laquelle il avoit fait passer tous les officiers et marins de sa confiance: je suis peiné d'avoir à ajutoer que le Major Castro, premier moteur de l'assassinat du Général Philisberto Gomez a été absous par la commission militaire de Bahia devant laquelle il avoit été renvoyé d'ici, il n'y a nul doute qu'il est parvenu à intimider ses juges par la force et les maneuvres de son parti; si Son A. R. avait suivi sa première idée de former ici un tribunal de cette nature et de le faire juger, cet inconvénient grave aurcit été évité malheureusement son conseil a prévalu.

Malgré les bruits divers qui ont couri l'époque du 19 Juin n'a apporté aucun changement aux relations de commerce avec l'angleterre: quelquer soient les intentions pour l'avenir, je pense que le Gouvrnement a agi sagmen' en attendant tranqillement l'arrivée de *Sir* Charles Stuart, mais il est certain que les français avoient de grandes Espérances et que le parti qui parait enclin à resserer les relations avec cette puissance, a fait son possible pour profiter de cette époque.

La frégatte française *l'Aréthuse*, Capitaine, Gauthier, de Brest, est entré ici le 22 Juin, ayant à bord, Mr. le Comte de St. Meurice, Sécrétaire de légation, qui a déjà auparavant été attaché à Mr. le Comte de Gestas. J'ai eu l'honneur d'avancer à Votre Altesse son départ inopiné au mois d'août de l'an dernier, son retour a paru également imprévu et il est remarquable qu'il ait eu lieu à l'époque où les termes du traité de commerce avec l'Angleterre, permettoient à d'autres puissances de nouir l'espoir d'en partager les avantages.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal m.p.

A Son Altesse le Prince de Metternich etc., etc., etc.

* * *

Nº 18 LITT B.

Rio de Janeiro le 1er. Juillet 1825
Le Baron de Mareschal
Nouvelles courantes. P. 5

18 LITT B.

Rio de Janeiro le 1er. Juillet 1825

Mon Prince,

Le 29 Juin, jour de St. Pierre et St. Paul, étant celui de nom, de S.A.R. Madame la Princesse Dona Paula, je fus à St. Christophe pour présenter à ses Augustes parens les complimens d'usages; Mgr. le Prince Régent daigna me dire à cette occasion: Que Mr. le Comte de Gestas, Consul Général de france, y avoit été la veille, qu'il lui avait annoncé être autorisé à entrer en negociation et avoit montré le désir de s'entendre d'abord avec lui/: le Prince:/ sur les bases d'un traité/: je suppose de commerce, quoique S.A.R. n'ai pas prononcé le mot:/, sans inquieter et faire mention de la forme et du titre qui viendroit après; — Que S.A.R. lui avoit répondu être décidé à n'entrer dans aucune négociation avant l'arrivée de Sir Charles Stuart, avec lequel il y en avoit une qui devoit être regardé comme entamée; que la dessus Mr. le Comte de Gestas avoit insisté, assurant que le Comte de St. Maurice lui avoit apporté toutes les instructions nécessaires, que l'independance et l'Empire seroient reconnus et que l'on ne préjugeroit rien et gagneroit du tems en commençant à s'entendre sur les bases, sur quoi le Prince lui avoit repeté sa ferme détermination de n'entrer dans aucun pourparler avant l'arrivée de Sir Charles Stuart, qu'il

avoit promis de traiter avant tout avec lui et voulait réligieusement garder sa parole et qu'il préféroit ne pas entrer dans des discusions où sans rien conclure, il pourrait s'aventurer et donner des assurances qu'il seroit dans l'impossibilité de réaliser par la suite; qu'il n'étoit pas comme Luis-José /: son Ministre des affaires Etrangères:/ qui tergiversoit et craignait toujours de se compromettre, mais disoit la chose franchement et nettement et qu'il lui conseillait donc de se préparer en attendant, pour pouvoir traiter après que Sir Charles Stuart serait arrivé: que Mr. le Comte de Gestas avoit observé avec chagrin, qu'il voyait bien, qu'il ne pouvoit venir à rien.

S.A.R. fit plusieurs remarques qui tendoient à me faire sentir combien il mettait de prix à être strictement fidèle à sa parole; il fit mention de celle donné pour les hostilités qu'il avoit gardé scrupuleusement, ajoutant je n'ai pas promis qu'un bâtiment qui se présenteroit sur la Côte seroit respecté, quoique j'ai conseillé de ne pas en expédier; parce que je ne voulait promettre que ce que j'était certain de pouvoir tenir et qu'il étoit plus facile de reparer un acte isolé de cette nature que de l'empêcher, citant à cet égard la conduite de Lord Cochrane au Maragnon. S.A.R. parlant de la probabilité de l'arrivée prochaine de Sir Charles Stuart, dit qu'au reste cela étoit indifférent et que soit que ce fut dans six jours ou six mois il n'altérerait point sa conduite.

En terminant cet entretien S.A.R. daigna m'autoriser a en faire part à Mr. Chamberlain, ce que je me suis empress; de faire.

Daignez agréer Mon Prince, l'hommage de mon profond respect.

B. Mareschal mp.

A Son Altesse le Prince de Metternich.

N° 18 litt. B.

Rio de Janeiro le 1er Juillet 1825

Le Baron de Mareschal rend compte d'un entretien avec S.A.R. Monsigneur le Prince Regent relativ: à l'offre de Mr. de Gestas (Consul de France) de negocier un traité avec le Brésil.

* * *

Précis d'une conversation avec S.A.R. le Prince Régent le 6 Juillet 1825

Après quelques phrases d'introduction sur l'arrivée prochain de Sir Charles Stuart, S.A.R. dit que l'affaire serait de nouveau eu suspens pour 5 ou 6 mois pour le titre d'Empereur que son père voulait et qu'il était déterminé à ne pas céder, que de fait il ne saurait le faire puisque son père devait pour cela l'avoir, ce qu'il ne pouvait que par une acclamation des peuples — qu'on ne pouvait sans cela prendre un nouveau titre à volonté, qu'il était impossible qu'il y eu deux Empereurs en même tems — que lui l'était et le premier Empereur du Brésil et le resteroit, — que si les peuples avoient voulu acclamer son père ils l'auraient fait — que ce n'était point simplement une affaire de forme et qu'il y avait plus la dessous, — que le seul bruit qui s'en était repandu dans la ville avait monté les têtes et échauffé les Esprits.

Que l'idée était absurde, et dérisoire, que si son père voulait garder le titre de Roi du Royaume uni de Portugal, Brésil et Algarves, titre qu'il avait effectivement possédé et porté, il n'y trouverait rien à redire, que l'Example de Charles III et du Roi de Sardaigne qu'on lui avait déjà fait valoir ne portait point sur la question, puisqu'ils avoient conservés des titres qui avoient portés; «qu'on voulait à toute force qu'il eut le Portugal et qu'il n'en voulait point et n'en avait que faire, qu'il renonceroit de suite, si même il n'en était pas fait mention, que cela ne servirait qu'à l'entraîner dans des embarras et

dans des guerres comme le Hanovre, l'Angleterre; qu'il savait bien que je devais tenir ce sur la question, puisqu'ils avoient conservés des titres qui avoient portésé «qu'on voulait à toute force qu'il eut le Portugal et qu'il n'en voulait point et n'en avait que faire, qu'il renonceroit de suite, si même il n'en était pas fait mention, que ceal ne servira't qu'à l'entraîner dans des embarras et dans de squels comme le Hanovre, l'Angleterre — qu'il se verrait obligé de charger le Brésil de son énorme dette publique qu'il auroit des Portugais tant qu'il en voudrait, comme d'autres étrangers, qu'il les accueillerait et placerait et qu'ils l'embarasseroient beaucoup moins comme étrangers que comme sujets parce quéil serait le maître de les renvoyer quand leur conduite troublerait le repos, qu'il était tellement décidé sur ce point que même s'il venait à perdre le Brésil, il n'irait jamais en Portugal et chercherait un asile dans la vie privée en quelque pays étranger quéil savait bien que la Province de Rio de Janeiro ne présentait aucun obstacle, mais qu'il n'en était pas de même à Bahia, à Pernambouc et dans l'intérieur — qu'il ne vouloit faire aucun sacrifice pécuniaire et que les Brésiliens étoient décidés à n'acheter leur indépendance qu'au prix de leur sang — qu'il savait bien que je devais tenir ce langage et appuyer les propositions du Portugal, puisque je lui avait moi-même montré mes instructions, que je ne pouvais donc m'en écarter sans errer ce que je desirais naturellement éviter, qu'il avait toujours été franc et ouvert avec moi et n'avait jamais hésité ni de m'écouter ni de me répondre — que parler de la legitimité dans cette question étoit attaquer la reputation de sa mère, que les Brésiliens l'avoient respecté et conservé en lui cette légitimité, qu'il se contentoit des droits qu'il possedoit, que des que Sir Charles Stuart arriverait il traitérait lui-même et de prince à bord avec lui, sans y meler Louiz Gozé/son Ministre» qui ne répondoit, jamais à rien, qu'il lui parleroit nettement et franchement comme il le faisait avec moi et verrait s'il faisait de même pour pouvoir s'entendre avec lui qu'il étoit au fait des propositions et mieux informé que lui, sachant ce qui avoit été envoyé d'Angleterre par un batiment de guerre qui ne l'avait plus trouvé, mais qui le suivrait probablement sous peu avec l'assentiment du Roi auquel les modifications contenus dans les depêches seroient présentés qu'en tout cas si le Portugal ne voulait pas s'arranger, il avait l'Angleterre et la France, toutes deux disposés à traiter et à reconnoitre, qu'il avoit dit au Cte. de Gestas, d'attendre l'arrivée de Sir Charles Stuart parce qu'il ne voulait traiter avec perscune avant lui, mais que celui ici arrivé qu'il s'arrangea ou non, il serait alors prêt à traiter également avec la France, que Sir Charles et le Cte. de Gestas seroient les deux timbales sur lesquels il joyeroit /: il en fit le geste:/ et que pour moi qui ne traitait pas, je serais du concert pour écouter.

* * *

Il serait superflu de repeter ici tous les argumens que j'employais pour modifier autant que possible les opinions de S.A.R. sans heurter son amour propre et sans inquiétor et me mettre en avant, sur la mission spéciale dont Sir Charles Stuart est chargé; je fit usage des raisonnemens qui m'ont été indiqués par les dépêches de Votre Altesse et de ceux que j'avais déjà employés dans des occasions analogues à la prescrite; je me bornerais donc Mon Prince, à rendre compte à Votre Altesse de ceux qui ne sont point dans ce nombre; montrant à S.A.R. que l'idée de la nécessité d'une acclamation des peuples pour que que le Roi son Auguste Père prit le titre d'Empereur du Brésil n'était point fondée que cet acte avait pu être nécessaire pour l'investir lui de l'autorité, mais que le Roi dans lequel le droit de la souveraineté existoit, n'avait pas besion de l'intervention du peuple; mais qu'en admettant même que tout cela ne fut d'aucun valeur, ou balancé par d'autres inconveniens, il ne pourrait au moins nier que toute la sagesse et la prudence humaine était en défaut quand il s'agissait de prévoir les évenements qu'il ne pouvait donc juger sainement à

présent quel sera sa situation, ses voeux, ses besoins et ceux du Brésil, dans quelques années, quand le cours de la nature amènera le décès de son père; qu'il y aurait donc folie de se lier les mains sans nécessité et sans utilité pour ce moment et que le bon sens indiquait que ce sera alors l'époque de prendre avec une entière connaissance de cause, une détermination finale, alors un acte quelconque fut-ce celui de renonciation sera le résultat de la modération du raisonnement et au désir du bien être de ses peuples et par cela même il aura plus de dignité et de poids.

J'eu grand soin de constater de nouveau et à plusieurs reprises à S.A.R. la position de l'Autriche que quelque fut la sollicitude de S.M. l'Empéreur pour son auguste gendre, sollicitude dont il lui avait donné de constantes preuves par ses bons offices et bons conseils, les principes invariables de notre Cour ne permettrait jamais de reconnaitre un ordre de chose qui ne le serait point egalament par S.M.T.F. elle-même en qui résidait tout le droit.

Je lui avouai que je ne pouvait m'empecher de douter que la France voulut effectivement le reconnaitre, et qu'un arrangement pour le commerce pourrait ne pas entrainer cette conséquence; mais qu'en tous cas sa position relative pour conclure des traités de cette nature serait bien plus libre et avantageuse s'il commençait à s'arranger avec le Portugal.

S.A.R. m'ayant cité une phrase qu'il m'avait dit et dont il était informé que mon rapport à Vienne avait produit un bon effet, je saisis cette occasion pour l'assurer que l'on avait toujours apprecié la bonté et l'affabilité avec laquelle il avait bien voulu m'écouter et la condescendance qu'il avait eu frequemment eu daignant entrer dans des discussions et raisonnemens avec moi: j'applaudis à son idée de traiter personnellement avec Sir Charles Stuart l'assurant qu'il trouverait eu lui toute franchise et bonne foi, et ajoutant que j'esperai qu'il parviendrait à le convaincre de ce qui était son véritable intérêt que je me fiais pour cela au sens juste et à l'esprit supérieur de S.A.R. diplomatique suffisait; puis qu'il n'avait besoin que de l'assentiment des autres états suffisait; je lui citais comme preuve la manière dont avait été adopté le titre actuel de S.M. l'Empereur-notre auguste maitre et le même titre en Russie dans des tems plus reculés, je portais son attention sur le titre de Roi de France que les Rois d'Angleterre avaient si longtems porté et sur celui de Roi de Navarre que portait encore le Roi de France, sans que cela ai jamais donné lieu à une altération entre les puissances. Je lui fis observer que ceci n'était et ne pouvait être considéré que comme une affaire de forme, mais même que comme telle elle était entièrement à son avantage puisqu'elle avait pour suite de réunir sur la tête tous droits; que je ne lui disputais ni ne voulais déprecier celui de l'acclamation unanime des peuples, mais que l'hérédité et la legitimité avait aux yeux de ces mêmes peuples un caractère bien sacré, qu'il était dans son intérêt de soutenir et que rien ne pouvait balancer, que je ne comprenais point comment on pourrait trouver de l'absurde et du derrisoire dans une affaire qui interessait profondement le bien être de millions d'individus, mais qu'en admettant même la possibilité le ridicule et tout le blame tomberait sur celui sacrifierait la substance et la réalité à un vain mot que sa réputation personnelle était assurement bien établis et mérité, que tout le monde avait applaudi à ses succès et à ce qu'il avait fait pour se conserver le Brésil, mais que la censure et le blâme serait également général s'il ne profitait point de l'occasion présente, que j'étais certain qu'il ne trouverait aucun obstacle dans l'opinion publique et que le peuple n'y verrait ni ne pourrait y voir que la consolidation de l'ordre de chose actuel.

Que quand au Portugal il y aurait dénonce de se priver sans nécéssité des droits qu'il y avait que sous ce point de vue encore la forme proposée était la plus avantageuse, puisqu'elle ne l'obligeait à rien pour le moment et lui assurait et reservait tous ces droits pour l'avenir; que je ne connaissais aucun souverain quelque puissant qu'il fut qui méprisa l'acquisition légale et regu-

lière d'un accroissement de 4 millions de sujets, industrieux, d'un beau pays et d'établissemens avantageux dans toutes les parties du monde, de l'importance plus grande encore d'un tel accroissement de force pour le souverain d'un vaste Empire sans population, qu'il ne devoit point se tromper que le Brésil était un desért et qu'il s'en convaincrait en ne regardant les esclaves que comme ce qu'ils étaient effectivement des qualités que personne n'avait été plus que moi, à même d'apprécier en lui; je le priais surtout d'écarter pour le moment toutes ses anciennes idées et d'écouter et de reflechir sans préventions, qui ne pouvaient que lui être noisibles soit qu'elles proviennent de lui-même ou d'autres personnes; c'est aiasi que se termina cette conversation qui dura plus d'une heure sur le ton d'une entière confiance S.A.R. étant de très bonne humeur et évidemment satisfait des nouvelles qui lui avait apporté le Général Brant. Le Prince qui est jeune et a naturellement le propos plaisant et la repartie vive, y mélant de tems à autres des saillies et des plaisanteries sur des sujets qui y avaient fort peu de rapports et moi m'y prétant et ne ménageant pas les expressions et les tournures qui pouvaient le flatter et lui être personnellement agréable.

* * *

Lettre de S.M. l'Empereur à S.A.R. le Prince Régent du Brésil

Milan le 16 Mai 1825.

Envoyée par la dépêche à Rio en date de Milan, le 17 Mai.

Monsieur mon frère et très cher Gendre.

Je suis prévenu par mon chargé d'affaires à Lisbonne de la tournure qu'a prise la négociation confiée à Sir Chs. Stuart par S.M. Britannique. C'est **dans un moment aussi décisif pour le bien être présent et futur de V.A.R.** et du Brésil, que je crois devoir lui adresser directement les conseils d'un ami qui se reconnait à juste titre tout l'intérêt d'un père.

V.A.R. va tenir dans ses mains le sort de sa propre existence et celui de la monarchie à laquelle la providence l'a liée comme successeur éventuel au trône. Elle connait les voeux que je ne cesse de former pour l'arrangement définitif du différend qui s'est établi entre Elle et son auguste père; Elle ne peut donc pas douter que je ne saurais éprouver une satisfaction plus grande et plus sincère, qu'en apprenant qu'un accord parfait aura mis un terme à un mal qui n'est que trop réel. Le moment à cet effet me semble des plus propices. le Roi votre père fournit au monde l'un de ces grands exemples de modération qui ne sera point perdu pour le bien de deux pays qui ont besoin de ne pas rester placés en froissement. «Il n'existe parmi les Puissances amies de la maison de Bragance qu'un sentiment, et ce sentiment est en entier conforme aux paroles que S.M.T.F adresse à V.A.R.»

Mes voeux seront ainsi remplis le jour où j'apprendrai que le bien aura été fait et il ne saurait se trouver que dans la pacification la plus prompte entre le Brésil et le Portugal. Les relations de V.A.R. avec les Monarques deviendront dès lors aussi faciles que satisfaisantes, et l'avenir de V.A.R. sera mis à couvert des embarras et des risques qui renferme encore sa position dans le présent.

En adressant à V.A.R. ces paroles que je la prie de saisir dans le même esprit qui me les a dictées, je m'empresse de Lui renouveller l'assurance du véritable attachement et de la considération distinguée avec lesquels je serai constamment

Monsieur mon frère et très cher Gendre de V.A.R.

Le bon frère et tres affectionné Beaupère.

(:signé:) *François*.

IV — ANIVERSÁRIO DO IHGB

SESSÃO MAGNA (*)

Pedro Calmon

Há 141 anos, celebra o Instituto Histórico o seu aniversário, a princípio, na mais nobre casa do País, o Paço Imperial, depois, no Silogeu Brasileiro, onde o agasalhou o governo com outras sociedades doutas, finalmente, de 1973 para cá, nas instalações definitivas, onde expõe a sua biblioteca, a segunda da Cidade, o seu numeroso arquivo, as suas salas públicas, o seu museu de reliquias, espécie de base física da memória nacional. Nesta academia não cessou jamais o desinteressado e eloqüente culto da Pátria. Fundada em 1838 pela geração da Independência, constituiu para ela a consolidação inteligente da liberdade, que pouco seria a Nação sem o passado, em que assenta, e sem o futuro a que lhe dá direito o tempo extinto. Graças à sua iniciativa, melhor dito, ao seu patriotismo, criaram aqueles homens ilustres o plenário do debate cívico, a tribuna da informação científica, o lar da intimidade cultural, o patamar da tradição verídica, em cujas galerias respeitáveis o retrato dos heróis ameniza a paisagem das épocas. Deram-nos o Instituto como um legado, um compromisso, um dever — que juramos preservar no limite das possibilidades e engrandecer de acordo com a nossa devoção. Acabamos de ouvir, nos termos do velho ritual, depois da leitura das *Efemérides* do barão do Rio Branco, que nos entreabre a janela dos séculos, a brilhante oração do professor Haroldo Teixeira Valadão, que continua a presença ao meio de nós do grande Alfredo Valladão, fazendo o necrológio dos companheiros desaparecidos em 1979 e em 1980. Cada um dos vultos escrupulosamente evocados exibiu perante o nosso pesar profundo a vastidão dos serviços prestados às letras históricas. Somaram-se aos que nos deixaram outrora, para compor, além da vida, a coorte dos sócios inesquecíveis, esses que já não nos trazem o calor da palavra sem nos subtrair a sabedoria da lição, colegas saudosos que se transformaram em mestres queridos. Seja a lembrança de sua colaboração o incentivo da caminhada inalterável

---

(*) Discurso proferido na sessão magna de 21 de outubro de 1980.

da entidade, no empenho de estudar e proclamar (o seu velho programa) a evolução brasileira. Não somos dos que a desacreditam, dos que a caluniam, dos que a insultam com pobres ilações filosóficas que os fatos desmentem, os fatos irrefutáveis da formação estóica do nosso povo, da conquista indomável do nosso território, do estabelecimento irreversível da nossa unidade, da orgulhosa definição da nossa soberania. Discordamos dos céticos, dos derrotistas, dos panfletários, que em vez da verdade cabriolam na hipótese a ginástica dos falsos argumentos, os que negam demagogicamente o que afirmamos com a sinceridade investigada e documentada, súcia de cooperadores boêmios da pior publicidade que já se elaborou num país, a dos erros que não cometeu! Ao contrário deles, atendemos ao conselho de Leão XIII o bom pastor, dizemos lealmente a verdade, mas só a verdade. É ela, não apenas a ética a que obedecemos, como a obstinação do nosso trabalho. Dir-se-á que a influencia o amor da terra. Porém seria absurda a religião (e a brasilidade é um ato de fé) sem a crença que anima e a honestidade que isenta, separando-a das místicas passageiras, que são os mitos e as modas, e que se sepultam com elas, no imenso depósito das idéias abandonadas. Pertencemos aqui a uma ordem semimonástica de missionários do Brasil. Cumprimos com humildade e virtude as regras do claustro. Cremos em Deus, na verdade, e na pátria.

Está levantada a sessão.

ELOGIO DOS SÓCIOS FALECIDOS (*)

Haroldo Valladão

Comemora hoje o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nesta sessão solene, mais um aniversário, cento e quarenta e dois anos de contínua vida cultural e cívica, pois avançamos sempre unidos com a pátria.

Comprovam-nos as sessões em plena regularidade, as conferências e as participações em congressos e reuniões concernentes à história e à geografia, nacionais, estrangeiros, internacionais.

Demonstram-no, de modo exemplar, os nossos renomados Arquivo e Biblioteca, e, sobretudo, cronometricamente, a nossa celebrada Revista, ininterrupta de 1938 ao presente, com volumes 321 e 323 de 1979.

É o nosso perfeito atestado de vida.

Recordo-me de ter proposto e sido aprovado em Congressos de Ensino, mas sem êxito, o não reconhecimento e o não funcionamento de Faculdades de ensino superior que não tivessem uma Biblioteca e, em especial, uma Revista, de natureza permanente, com a respectiva atuação cultural de mestres e alunos...

Constitui esta sessão magna eficaz tomada de posição: consideramos o que fizemos, planificamos o futuro.

Nela sentimos, porém, a falta dos caros colegas falecidos durante o ano social.

Concorreram eles para a nossa obra grandiosa, foram artífices, também, de nossos sucessos.

E, por isto, a nobre, emocionante, justa e confortadora disposição de nossos estatutos e regimento, seguida em outras entidades irmãs, declarando que ao orador compete: «Primeiro, fazer o elogio dos sócios falecidos durante o ano».

(*) Discurso proferido na sessão magna de 21 de outubro de 1980.

E, assim, aqui e agora, reunimos esplendor e saudade, brilho e recordação, um exemplar fluir de nossa vida social.

Já não mais temos, em nosso quadro social, cinco ilustres, devotados e queridos confrades que honraram nossas fileiras e dignificaram as ciências históricas e geográficas.

Foram, em ordem de falecimento Monsenhor Manuel de Aquino Barbosa, natural da Bahia; Augusto Ebremar de Bastos Meira, de Belém; Moysés de Moraes Vellinho, de Porto Alegre; Orlando Sattamini Duarte, do Rio de Janeiro e Carlos Miguel Delgado de Carvalho, natural de Paris, brasileiro nato *jus sanguinis*.

Perdura e se exalta nesta relação o edificante ecumenismo de nossa companhia.

Observe-se que congregamos mais uma vez brasileiros de nossas várias regiões, descendo do extremo norte com o Pará, ao extremo sul com o Rio Grande do Sul, entremeados com a Bahia e o Rio de Janeiro.

E todos eles grandes e notáveis historiadores e ou geógrafos e, ainda, profundamente ligados às suas cidades.

São magníficos os estudos por eles feitos nos Institutos Históricos de seus Estados, na imprensa e em livros monográficos especializados.

Foram, segundo adiantaremos, figuras exponenciais da cultura pátria.

O Monsenhor Manuel de Aquino Barbosa, nascido no arraial de Oliveira dos Campos, município de Santo Amaro, Bahia, eleito sócio correspondente em 15 de dezembro de 1976 e falecido em 2 de abril de 1980, foi, por mais de cinqüenta anos, vigário da tradicional Igreja, depois Basílica da Conceição da Praia, o tricentenário templo da Bahia.

A Basílica consagrou, especialmente, toda sua vida.

Pertenceu a importantes sociedades culturais daquele Estado. Assim, com atuação permanente, ao Instituto Histórico da Bahia, cuja diretoria integrou por vários períodos, à Academia de Letras da Bahia, à Associação Baiana de Imprensa, da qual foi um dos fundadores.

Historiador por vocação e destino, participou dos celebrados Congressos de História da Bahia; escritor e jornalista, diretor do periódico «Nova Era», professor em Colégios públicos, trabalhador incansável até morrer.

Destacarei de suas obras, que consultei em nossa Biblioteca, as seguintes: «Efemérides da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Barra da Bahia», 1970, obra original e «A Igreja no Brasil, notas para sua história», 1945. Muito importante é a bela monografia «Padre Manuel Dendê Bus, Figura do Movimento Liberal de 1822 e vigário da Conceição da Praia», na qual exalta a atuação desse padre nas precursoras lutas pela Independência do Brasil, realizadas na imortal cidade da Cachoeira onde era professor de gramática latina.

Pude conhecer seqüências históricas do movimento e do governo revolucionário ali instalado em junho de 1822, quando ofereci e inaugurei no *Forum* local, em 1976, em nome da OAB, placa com sublimes dizeres de eminente jurista argentino em honra do insigne Augusto Teixeira de Freitas, secretário daquele governo.

Expressou, assim, uma dessas verdades que brotam incontidas, o nosso eminente consócio Marcos Carneiro de Mendonça, quando deu parecer sobre a entrada de Aquino Barbosa para o nosso Instituto: «Para quem tem seguidamente visitado o Estado da Bahia, especialmente por ocasião dos seus magníficos Congressos de História, torna-se fácil opinar pela entrada para o nosso douto Instituto, pelo muito saber por ele sempre pessoalmente revelado sobre a história baiana e sobre a história do Brasil, em geral. Sou, por isso, inteiramente favorável à sua entrada para o nosso Instituto Histórico».

Reverentes, homenageamos sua memória.

Augusto Ebremar de Bastos Meira, também conhecido por Augusto Meira Filho, nascido em Belém do Pará a 5 de agosto de 1915, ali falecido a 5 de julho do corrente ano, foi eleito nosso correspondente a 15 de dezembro de 1976.

Pertencia a uma família paraense ilustre, de Belém, os Meiras, descendentes do eminente brasileiro, Dr. José Augusto Meira Dantas, eminente jurista, mestre, jornalista, escritor, reitor da Universidade, que tive a honra e o prazer de conhecer, pessoalmente, e de admirar por sua notável personalidade e suas obras de direito, de letras, de história.

Soube o nosso confrade Augusto Meira Filho enobrecer a estirpe. Notável engenheiro, arquiteto, escritor, jornalista, sua atuação intelectual ilumina a vida cultural do Pará e da sua querida Belém nos últimos cinqüenta anos.

Seu currículo, em particular a relação de seus trabalhos, tantos originais, desenvolve-se extensamente por muitas folhas da-

tilografadas, sem parágrafos, enfeixando estudos de grande valor histórico.

Assim citamos, entre outros: «O Bi-Secular Palácio de Landi», 2ª edição (1973); «Contribuição à História de Belém», 2 vols. 1973 e 1974; «Nossa Senhora de Belém» (1971); «Contribuição à História da Pintura na Provincia do Grão-Pará no Segundo Reinado» e «Evolução Histórica de Belém do Grão Pará», 1º vol. (Período Colonial), 1976.

Sua justa consagração foi o parecer dado pela Comissão de História, relatado pelo nosso eminente confrade, 2º Vice-Presidente, Dr. Arthur Ferreira Reis; «Augusto Ebremar de Bastos Meira é hoje o maior historiador. A obra que se lhe deve, versando o passado do Pará, em particular a história urbana e artística de Belém, é fundamental. Os livros que escreveu sobre Landi, um dos quais recentemente publicado pelo Conselho Federal de Cultura, revelou o pesquisador, que nos arquivos paraenses tem realizado um trabalho verdadeiramente notável. Sua presença nos quadros de sócios correspondentes do Instituto, não é favor de qualquer espécie, mas o reconhecimento de sua contribuição ao conhecimento das raizes do Brasil».

O Instituto presta à sua memória maior homenagem.

Moysés de Moraes Vellinho, nascido em Santa Maria da Boca do Monte, Rio Grande do Sul, a 6 de janeiro de 1901 e falecido a 26 de agosto de 1980, foi eleito sócio correspondente no dia 15 de dezembro de 1975.

Jornalista, escritor, constituinte estadual, antigo membro do Conselho Federal de Cultura, entrou para a nossa Companhia, segundo disse o parecer do eminente confrade, Américo Lacombe, na Comissão de História, por ser «das grandes figuras das letras históricas em seu Estado, tendo ocupado várias vezes a presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul».

Seu contemporâneo no Colégio Anchieta de Porto Alegre e depois seu amigo por toda a vida, o nosso eminente confrade, Ruben Rosa, escreveu sobre a personalidade de Moysés Vellinho para a nossa Revista a sair no vol. 328, páginas de alta relevância que retratam emocional e delicadamente os seus inesquecíveis fastos nos domínios da literatura e da história.

Assim com sua primeira obra literária, «Letras da Província», em dois volumes, 1944, e a revista «Província de São Pedro», 1945-1957 e, ainda, «Machado de Assis — Histórias mal contadas», 1960, «Recortes do Velho Mundo», 1970.

Mas se volveria para a história com o opúsculo «O Rio Grande e o Prata: contrastes», 1962, e seria, definitivamente, o historiador, com sua obra fundamental, «Capitania de El Rei. Aspectos Polêmicos da Formação Rio-grandense», 1964, utilizando aí para sua gloriosa terra a denominação histórica. O sucesso da publicação se comprovou por tradução inglesa de Nova Iorque, com prefácio de Érico Veríssimo, 1968, e segunda edição, no Brasil, em 1970.

Livro básico para o assunto, de caráter combativo, claro, lê-se com facilidade e admiração crescentes. Era indispensável à boa compreensão do Rio Grande do Sul na história do Brasil. Concorreria para a plena solidificação da nacionalidade. Releia-se o capítulo: «A Fronteira e a Língua». Completou-se aquele livro com este outro, recente, de 1975, «Fronteira».

Reverenciamos, pois, a memória de Moysés Vellinho, tão integrado que ficou em nossos ideais culturais.

O Dr. Orlando Sattamini Duarte, nascido nesta cidade do Rio de Janeiro em 16 de julho de 1912 e falecido em 16 de setembro de 1980, foi justamente eleito sócio efetivo em 3 de outubro de 1969.

Doutor pela Faculdade Nacional da Universidade do Rio de Janeiro, 1934, laureado pela Academia Nacional de Medicina, professor de Anatomia e Fisiologia do Instituto de Educação, por concurso, assistente de Anatomia Sistemática nas Faculdades, Nacional de Medicina, de Ciências Médicas e de Medicina de Petrópolis — fecundo escritor e mui acatado em nossa área.

Compulsando sua extensa bibliografia, admira-se a larga especialização em assuntos históricos. Abrange ela várias e autônomas relações, das quais destacaremos as assim intituladas: Trabalhos publicados sobre História da Medicina, Conferências sobre História da Medicina, Trabalhos sobre História Médica.

São vinte e dois trabalhos, especialmente artigos na imprensa diária do Rio, na Revista de Medicina, Brasileira, Fluminense, do Rio Grande do Sul e outras, ainda, mais especializadas.

Ali se vêem as biografias dos mestres de sua medicina, p. ex., de Torres Homem, Alexandre Fleming, Egas Moniz, George Gardner, Babinski. E se encontram «Velhos Médicos» e «Velha Medicina», no Rio, no Recife, e uma auto-observação psiquiátrica de 1861.

Afinal nos deu esse encantador livro «Um Médico do Império — O Doutor Torres Homem», 1837-1883, Rio, 1957, com cinqüenta empolgantes ilustrações da época.

Em torno da vida daquele célebre médico do Império publicou uma história interessantissima da própria medicina no Brasil, no período pré-republicano. Lê-se o livro com prazer e facilidade, escrito em linguagem clara, precisa e objetiva e de maior e melhor informatividade.

Veja-se, ali, como se praticava e se exercia a medicina na época do Império, desde a formação dos doutores, com o regime das aulas e dos cursos, atividades dos mestres e alunos na Faculdade, na Santa Casa, nos hospitais, as várias moléstias, inclusive uma de que tratou em opúsculo «O Banzo: doença do escravo» Seria hoje uma sociologia da medicina imperial.

Mas não fugiu, antes se aprofundou no exame da figura fundamental do livro, a do célebre Torres Homem. Destacarei o estudo de suas relações com outro notável clínico do Império, com o Doutor Manuel Pimentel Valladão, Barão de Petrópolis.

Quanto bem faria à nossa cultura se outros historiadores pátrios seguissem o magnífico exemplo de Sattamini Duarte.

Carlos Miguel Delgado de Carvalho, nascido em 10 de abril de 1884 e falecido em 4 de outubro corrente, o último companheiro que perdemos no ano social, foi escolhido sócio efetivo em 6 de agosto de 1921, passando para honorário em 12 de maio de 1937, retornando a efetivo em 19 de maio de 1971 e, afinal, benemérito em 26 de julho de 1972.

Era, ao lado de outro eminente confrade, o professor Vilhena de Moraes, o consócio mais antigo, contando cinqüenta e nove anos na instituição. Atingiu, aqui, segundo vimos, o posto máximo, sócio benemérito.

Bem mereceu esta consagração.

Foi um verdadeiro cientista brasileiro e, para nós, o que não é comum, um alto expoente no setor geográfico.

Também cultivou e muito a história, mas nela viria a culminar pela geografia. E foi notável sociólogo provindo não diretamente da história, mas através da geografia.

Basta atender ao seu amplíssimo e primoroso currículo.

Exerceu o magistério no ensino secundário como professor de sociologia educacional e diretor do Colégio Pedro II e, no ensino superior, mestre de história moderna e contemporânea na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Filho de diplomata do Império, teve formação clássica, européia, com estudos e diplomas do velho mundo. Bacharel em letras do colégio Santo Tomás de Aquino, de Lyon, em direito pela Universidade de Lausanne, 1905, de diplomática pela renomada Escola de Ciências Políticas de Paris, 1909, em economia pela Escola Econômica de Londres, 1919, tendo lecionado em colégios franceses e ingleses.

Vindo para o Brasil dedicar-se-ia, por quase setenta anos, a trabalhos sobre geografia, história, sociologia, política internacional, na imprensa, particularmente no *Jornal do Commercio*, na cátedra, em funções públicas, em artigos, aulas, conferências, relatórios e, principalmente, livros, com cerca de meia centena de publicações.

Desde os primeiros trabalhos, a geografia, e do Brasil, constituiu o seu primeiro, fundamental e dileto campo de atividade.

Assim os livros, ainda em francês, «Un centre économique au Brésil — Minas Gerais», 1908, seguido pelo «Le Brésil Méridional», 1910 e, depois, obra básica, a «Geografia do Brasil», 1º vol. 1913, Tomo I — Geografia Geral, da qual a nossa biblioteca tem um exemplar com bela dedicatória. Deu aí, ao estudo da matéria, nova e admirável dimensão, que se constata na divisão em três partes: Geografia Física, Geografia Econômica e Geografia Social. No segundo volume com a «Synthese Geográfica», de 1923, antecipou esse estudo do Brasil segundo regiões, Brasil-Amazônico, Brasil-Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Meridional, Brasil Central.

E a série geográfica prossegue, «Météorologie du Brésil», 1917, «Fisiografia do Brasil», 1922/3, «Metodologia do Ensino Geográfico», 1925, «Geografia Humana, Política e Econômica», 1935.

E viria até os últimos tempos com o seu «Atlas de Relações Internacionais» em colaboração com a Senhora Terezinha de Castro.

Eis aí uma amostra do autêntico espírito científico da obra de Delgado de Carvalho. Ele o desenvolvia, ainda, em outras áreas de que foi também cultor exemplar, com idêntica e indiscutida competência e com o mesmo espírito desbravador, na sociologia e na história.

Sua última obra foi, em avançada linha, «História Documental Moderna e Contemporânea», 1976.

Já a antevira no seu último trabalho no Instituto, na conferência que aqui fez no CEPHAS, em 4 de agosto de 1971, comemorando cinqüenta anos de sua admissão.

O título foi «Meio Século de Atividades». Entre outras afirmações, declarou: «nunca fui um historiador no sentido rigoroso da palavra...», Defendeu a integração da história na história da Europa, pregou o diálogo e a pesquisa sobre o tema a ensinar, a ilustração com mapas, gravuras, revistas e, enfim, a já referida «história documental» pois o documento, concluia, é «a matéria-prima da história».

A obra de Delgado de Carvalho preenche páginas de qualquer livro no Brasil, sobre geografia, história, sociologia.

Não aceitou a aposentadoria compulsória aos setenta anos e continuou a lecionar como contratado até 1978, afastando-se por motivo de saúde, distúrbio de laringe.

Si licet parva componere magna, direi que tive e tenho o mesmo ardor pelo magistério e assim continuarei e continuo ainda a lecionar por quase um decênio após o limite legal. Agradeço ao bom Deus, pedindo a graça de prosseguir sempre a minha divisa, adotada em meus escritos: «Nulla dies sine linea nec schola».

Viveu Delgado de Carvalho 96 anos de intensa e modelar vida cultural.

Para encerrar esta homenagem, transcrevo as belas e tocantes palavras com que terminou panegírico sobre Delgado de Carvalho, o eminente e saudoso professor de geografia, em São Paulo, *Haroldo Azevedo,* meu distinto antigo aluno, após ter declarado ter sido ele «o pioneiro da moderna geografia no Brasil».

Ei-las: «Sua irradiante simpatia. Sua permanente elegância, verdadeiro *gentleman* na mais exata acepção da palavra. Incapaz de levantar a voz, mesmo nas mais acirradas discussões. O geógrafo-diplomata. Sutil quando desejava fazer ironia. *Blagueur.* dos mais finos, quando as circunstâncias o permitem.

Um dos expoentes da cultura nacional, que tem o direito de rememorar com orgulho os 50 anos bem vividos e dizer com segurança: «Missão cumprida!!»

Acabamos de ver as vidas ilustres de nossos confrades falecidos no ano social.

Ali, realisticamente, se entrelaçaram história, geografia, sociologia, em torno da pátria.

São três coordenadas inseparáveis, a história com o tempo, a geografia com o espaço e a sociologia com o social, isto é, com o ser humano que vitaliza as anteriores.

Contemplando a obra admirável de nossos confrades desaparecidos elevamo-nos a um planalto, encontramo-nos em uma cordilheira cultural brasileira, de norte a sul, de Belém a Porto Alegre, com cadeias de montanhas em Salvador e Rio de Janeiro.

Têm direito às nossas homenagens e gratidão. Honraram o Instituto e dignificaram a Pátria.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E ADMINISTRATIVAS EM 1980

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa

O relatório deste ano não pode deixar de registrar, em sua primeira página, o grande acontecimento que foi a visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II ao Brasil. Foi um fato da maior repercussão no país, compreendido em todas as latitudes da sua extensão. Do Rio Grande do Sul ao Amazonas. A viagem custou a Sua Santidade uma maratona física e mental acima das suposições habituais da resistência humana. A visita durou quinze dias, sendo treze do mês de maio e dois do de abril, quando no dia 30 desceu João Paulo II no Aeroporto de Brasília, recebido por Sua Excelência o Sr. Presidente João Figueiredo e todo o Ministério, Corpo Diplomático, Congresso Nacional, Sua Excelência o Arcebispo D. José Newton, na companhia do Episcopado brasileiro, e pelo Sr. Prefeito de Brasília, das mãos de quem recebeu a chave da cidade. O estilo da recepção oficial que é de Chefe de Estado sofreu certa modificação solicitada pelo Vaticano em seu roteiro aprovado para a viagem do Papa, a fim de se harmonizar com o espírito de modéstia de Pastor da Igreja Católica, que foi com que percorreu o Brasil, de sul a norte. Mesmo quando presidiu em Fortaleza a abertura do XVII Congresso Eucarístico Nacional. A presença de João Paulo II no Rio de Janeiro se deu no dia 30 de abril vindo de Belo Horizonte. Foi recebido no Aeroporto do Galeão por Sua Eminência o Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales e o Clero Diocesano, pelo Sr. Governador Chagas Freitas com o Secretariado, e grande multidão postada à margem das ruas desde a Avenida Brasil. O programa feito pela Arquidiocese foi dos mais abrangentes. O primeiro número do programa foi a Missa rezada por Sua Santidade no Aterro do Flamengo, em altar construído sobre o Monumento dos Pracinhas, cercado por multidão avaliada em mais de um milhão, donde o Papa João Paulo II pronunciou uma das suas mais importantes homilias transmitida pela Rádio Globo. A Diretoria do Instituto pôs à disposição dos sócios as suas dependências abertas para a Praça Paris, donde se podia avistar o altar monumental ali construído. Muitos dos sócios aceitaram a oferta da Diretoria. A participação do Instituto

se limitou a isso, e a adquirir para a sua hemeroteca jornais e revistas noticiando as realizações do programa traçado pela Arquidiocese e «número especial» de *Revistas*, dedicado à pessoa de João Paulo II. A Biblioteca adquiriu quatro livros que até agora foram publicados, contendo discursos e homilias pronunciadas por Sua Santidade nas diversas Capitais visitadas. *Ensinamentos de João Paulo II*, Rio de Janeiro, Ed. Arquidiocese, 1980; *A palavra* de João Paulo II cunhada pela Casa da Moeda, e também, o selo Paulinas. 1980; *Todos os pronunciamentos do Papa no Brasil*, São Paulo, Edições Loyola, 1980; *Indice analitico sistemático dos pronunciamentos do Papa no Brasil*, pelo Pe. J. E. M. Terra, S.J., São Paulo, Edições Loyola, 1980; e de autoria de Dom Alberto Ramos, *Quatro dias com o Papa*, Belém, Graf. Falangola Ed., 1980. O Museu também adquiriu a medalha de prata com a efigie de João Paulo II cunhada pela Casa da Moeda, e também, o Selo comemorativo da visita de Sua Santidade, lançado por ocasião do XVII Congresso Eucarístico Nacional de Fortaleza.

REUNIAO DA DIRETORIA

Como de hábito a Diretoria se reuniu todas as quartas-feiras por volta das quinze horas na Sala do Presidente, para qualquer deliberação eventual. A maioria das vezes nada ocorreu que merecesse mais que conhecimento geral por parte dos presentes. Duas reuniões marcaram tento, uma no dia 13 de agosto para deliberar sobre proposta do sócio grande benemérito Marcos Carneiro de Mendonça, a fim de que o Instituto comemore em 1982 os duzentos anos de morte do Marquês de Pombal. A proposta teve aceitação imediata. O modo de comemorar é que foi examinado e, pelo que se apurou, ficou assentado que se fizesse um congresso na ocasião, tendo sido no momento designado o Prof. Américo Jacobina Lacombe para coordenar as providências preliminares e organizar o temário básico.

Na sessão da Diretoria do dia 24 de setembro, resolveu esta que, em vez de Congresso como havia sido resolvido na sessão de 13 de agosto, se promovesse em 1982, em homenagem ao Marquês de Pombal, um Simpósio Luso-Brasileiro pela passagem dos duzentos anos da sua morte. A nova resolução da Diretoria provém da proposta do Presidente do Instituto, Prof. Pedro Calmon, em reunião de 20 de setembro de 1980, da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS), na qual estava presente o sócio correspondente Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa da História, o qual convidado a participar da comemoração de Pombal, a ela dava o seu apoio pessoal sob referendo dos seus companheiros de Diretoria. Na mesma assentada da Diretoria, presentes também os sócios efetivos Coman-

dante Max Justo Guedes e Cel. Francisco Ruas Santos, um para apurar de acordo com sua experiência a fonte do Serviço de Documentação da Marinha, e outro, que vem patrocinando a idéia do Instituto adotar para o código de indexação de livros e documentos que fazem a riqueza da sua biblioteca, arquivo e da *Revista*, o método eletrônico de preferência ao sistema convencional de fichas vulgarmente usado. Depois de ouvir com toda a atenção os dois expositores, a Diretoria resolveu incumbir o consócio Francisco Ruas Santos de minutar para apreciação dos presentes, noutra reunião, o projeto de «catalogação cooperativa» dos nossos livros e documentos, a fim de que a Diretoria fique habilitada a pleitear do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o indispensável financiamento para execução do plano dentro do prazo de oito anos, que é o tempo para se fazer o levantamento integral da *Revista* ao fazer ela o seu sesquicentenário, como foi resolvido no ano 1978 por proposta de Marcos Carneiro de Mendonça. Ficou ainda decidido pela Diretoria, na mesma assentada, que o trabalho de *indexação da Revista do IHGB*, contratado com o Sr. Antônio Galante de Sousa, prosseguirá como até agora.

QUADRO DOS SÓCIOS FALECIDOS

NOME	Data da Eleição	Classe	Falecimento
Mons. Manuel de Aquino Barbosa	15-12-1976	Correspondente	02-04-1980
Augusto Ebremar de Bastos Meira	15-12-1976	Correspondente	09-07-1980
Moysés de Moraes Vellinho	15-12-1975	Corespondente	27-08-1980
Orlando Sattamini Duarte	03-10-1969	Efetivo	16-09-1980
Carlos Delgado de Carvalho	12-05-1937	Benemérito	04-10-1980

ATIVIDADES CULTURAIS DEPOIS DE 21 DE OUTUBRO DE 1979 (*)

As atividades culturais do Instituto se prolongam quase sempre além do dia 21 de outubro de cada ano, sendo que, no ano de 1979, elas se prolongaram por todo mês de novembro e só tiveram fim no dia 17 de dezembro com duas reuniões: uma, da Assembléia Geral, às 15 horas no auditório da CEPHAS, outra na Sala Pedro Calmon às 17 horas para comemorar o centenário de morte do grande pintor e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Barão de Santo Angelo, Manuel de Araújo Porto Alegre, Diretor da Escola Imperial das Belas Artes. Voltamos ao mês de novembro. A sessão que se realizou no dia 14 de novembro, ou seja nº 2.229 sob a presidência do Prof. Pedro Calmon, na sala que tem seu nome, por volta das dezessete horas, teve por fim dar posse ao sócio correspondente, Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana, Minas Gerais, saudado pelo consócio Monsenhor Guilherme Schubert. A brilhante dissertação do recipiendário teve, como tema, *O que fez a Igreja pelo escravo africano*. O orador, de palavra fluente e magistral, foi muito aplaudido. Também o foi, pelo feitio *scholar* da sua oração, o Monsenhor Schubert. O Presidente do Instituto através da sua palavra rica de comentário congratulou-se com o novo sócio pela contribuição de Sua Excelência sobre o tema sempre cheio de curiosidade como é a escravatura no Brasil.

A Sessão nº 2.230, realizada no dia 15 de novembro, pela passagem dos 90 anos da Proclamação da República quis Sua Excelência, Sr. Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, nessa data visitar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e tomar posse de Presidente de Honra, eleito que foi por unanimidade em Assembléia realizada no dia 12 de setembro de 1980. A sessão se revestiu da mais alta solenidade no Salão Nobre, enfeitado com flores e bandeiras, com a bancada de sócios repleta es as cadeiras destinadas ao público ocupadas por autoridades civis e militares, convidados especiais e habituais freqüentadores das sessões do Instituto. Foi cumprido um programa traçado pelo Itamarati. Tanto a saudação do Prof. Pedro Calmon ao Presidente João Figueiredo, quanto o discurso de Sua Excelência, de perfeita compreensão do papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na vida nacional, pronunciado naquele ambiente festivo por Sua Excelência revestido do colar de sócio do Instituto, colocado com as próprias mãos, foram gravados e podem ser lidos em Anexos a este relatório nas páginas desta *Revista*.

(*) Ver *Atas* pelo 2º Secretário Fernando Monteiro.

Em dezembro, foram duas as sessões em 1979. A Sessão nº 2.231, realizada a 17 de dezembro, em Assembléia Geral, na Sala Pedro Calmon, por volta das 15 horas, para renovação dos membros da Diretoria, das Comissões Permanentes, e preenchimento de vagas no quadro social. O prazo regulamentar é o biênio 1980-1981. O resultado das eleições foram: reeleição de todos os membros da Diretoria, por igual foram reeleitos os membros das Comissões Permanentes. As vagas existentes no quadro social foram assim preenchidas: as duas de sócio benemérito pelos consócios Edmundo de Macedo Soares e Silva e Jonas de Morais Correia Filho. As vagas de correspondente foram preenchidas pelos historiadores: João Batista de Sá (residente em Campinas) e Fernando da Cruz Gouvêa (residente em Recife). As vagas de sócio honorário foram preenchidas pela historiadora Leda Boechat Rodrigues, pelo eximio artista Clarival do Prado Valladares, e pelo jornalista e historiador de Angra dos Reis, Alípio Mendes. Para categoria de efetivo, os honorários Francisco Ruas Santos e Donato Mello Júnior. Outra sessão do mesmo dia, Sessão nº 2.232, realizou-se às 17 horas na Sala Pedro Calmon, sob a presidência do mesmo, destinada a comemorar o centenário de morte do Pintor, Secretário e Orador do Instituto, Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Angelo. Foram oradores da sessão os consócios Américo Jacobina Lacombe, Mário Barata e Alfredo Galvão, cada um se ocupando de aspectos físico, artístico e moral, que conformaram a sua rica personalidade. O Presidente Pedro Calmon, pondo a palavra a mercê dos sócios, dela usou o consócio Horácio de Almeida que relembrou a relação familiar do Barão de Santo Angelo com o grande pintor Pedro Américo de Figueredo, casado com uma filha do Barão de Santo Angelo, de nome Luzia. Ao agradecer a presença de todos, o Presidente do Instituto chamou a atenção para a grande homenagem que o Instituto prestou ao seu titular, Secretário e Orador por muitos anos, colocando na grande parede de fundo do Salão Nobre o quadro «inacabado», sem com isso diminuir a grandeza que lhe é inata, *A Coroação de Dom Pedro II*, tela magnífica de Araújo Porto Alegre, que ali fica a primor.

A primeira sessão do ano de 1980, Sessão nº 2.233, se deu no dia 16 de abril na sala e sob a presidência do Prof. Pedro Calmon, comemorativa do sesquicentenário da morte do grande músico brasileiro, Pe. José Maurício Nunes Garcia, o qual teve na palavra meticulosa do consócio Mons. Guilherme Schubert, músico também, uma rememoração muito viva da época e da pessoa desse valido do Imperador D. Pedro II, *O Brasil de ontem na vida do Padre José Maurício Nunes Garcia*. O orador foi muito aplaudido. Fez comentário a respeito da origem do maestro, sobretudo

do nome Garcia, a consócia Cybelle Ipanema. O Presidente do Instituto elogia o conferencista pelo desempenho dado à comemoração dos 150 anos da morte do grande músico da Capela Imperial.

A segunda sessão do ano, Sessão nº 2.234, realizada no dia 5 de maio, no Salão Nobre, sob a presidência do Prof. Pedro Calmon, foi a consagrada à passagem do centenário de morte do Duque de Caxias, sessão promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Comando do 1º Exército e pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Foram dois os oradores: Cel. Newton Corrêa de Andrade Melo que falou sobre a batalha de Santa Luzia no dia 20 de agosto de 1842, esclarecendo pontos contestados a respeito da decisão do combate, quanto à vitória do Marechal-de-Campo Caxias sobre os revolucionários mineiros. O orador Pedro Calmon, teve o seu discurso, diz-se melhor lição, gravado. Aborda de preferência a passagem do «Pacificador do Brasil» dentro do Instituto, sem prejuízo das informações históricas da sua vida de guerreiro e estadista consagrado por títulos e pela grande legenda de Patrono do Exército. Nesta Casa, diz Pedro Calmon, se acham além de belos retratos da sua fisionomia gloriosa, como o seu *curriculum vitae* desde cadete até as promoções a que foi fazendo jus por sua vida de soldado intimorato. Através desses documentos o perfil militar do Duque de Caxias se ostenta até armado por essa espada exposta neste salão — «a espada de Caxias» — a maior relíquia da sua memória de Patriota, que o Instituto possui. O orador termina explicando a presença dessa *relíquia* no Museu do Instituto, dádiva feita pelos descendentes do Marechal Luís Alves de Lima, por sugestão do eminente confrade Eugênio Vilhena de Moraes, o biógrafo do Duque de Caxias e indômito defensor da sua memória, perpetuada no seu grande livro, *O Duque de Ferro*, e atualizada ainda agora, no apelo por ele feito ao Presidente do Instituto com a eloqüência que lhe é peculiar, para que o Instituto comemorasse com grandeza o centenário da morte do glorioso soldado, Patrono do Exército Brasileiro (Documento recolhido ao fichário do sócio benemérito Eugênio Vilhena de Moraes).

A terceira sessão do ano, Sessão nº 2.235, teve lugar a 4 de junho na Sala Pedro Calmon, sob a presidência do mesmo, em comemoração do centenário de nascimento do sócio efetivo Engenheiro José Luís Batista, sendo orador, por convite do Presidente do Instituto, o Prof. emérito da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maurício Joppert da Silva, que permaneceu na tribuna por longo tempo se ocupando da época em que ambos trabalharam na profissão. O ilustre engenheiro, eleito

com parecer favorável de Epitácio Pessoa, Brás do Amaral e Tavares de Lira (ver Virgilio Corrêa, *Rev.* nº 242, pp. 397 a 404), relata a contribuição de Jose Luis Batista para a história da penetração sertaneja no passado, pela coragem dos homens, e, no presente, por meio de maquina a vapor. Falou, para agradecer ao Instituto a homenagem prestada naquela sessão, em nome da familia, Dr. Paulo de Oliveira Batista. O Prof. Pedro Calmon, agradecendo as pessoas presentes, destaca a pessoa do eminente economista Eugenio Gudin, companheiro de José Luis Batista na direção tecnica de vias férreas do Nordeste.

A quarta sessão, Sessão nº 2.236, comemorativa dos 150 anos do nascimento de D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Grão-Para e Amazonia e, mais tarde Arcebispo Primaz na Bahia, se realizou no dia 6 de agosto de 1980, por volta das dezessete horas na Sala Pedro Calmon, sob a presidencia do mesmo, sendo oradores designados para falarem sobre a grande figura eclesiástica os consocios Mario Barata, paraense ilustre, e Donato Mello Junior, historiador de Arte, voltado muito regionalmente para a cidade de Belem sem lá residir. Fez parte da Mesa o conhecidíssimo paroco da freguesia de N.S. da Glória, do Largo do Machado, Monsenhor Leovigildo Franca que durante a sessão entregou para o Arquivo do Instituto algumas palavras por ele escritas sobre o seu glorioso tio. Dom Antonio, em vez de dizê-las por dificuldade de visão. O Presidente do Instituto ao agradecer as pessoas presentes, salienta a presença de Dom Karl Joseph Romer portador de uma bonita gravura do Arcebispo Primaz da Bahia e representante de Sua Eminência o Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, da Srª Maria Teresa Vilhena de Moraes, filha do eminente consócio Eugênio Vilhena de Moraes, o qual fez uma valiosa doação de cinco volumes do jornal paraense *Boa Nova* e *União* de Recife dos quais o relatório se ocupa em outro local, da Srª Leonor Macedo Costa, sobrinha-neta do homenageado e de outras pessoas, como o jesuita Pe. F. Leme Lopes, o Dr. Silvio Meira, paraense, membro do Conselho Federal de Cultura e historiador.

Ainda no mês de agosto, dia 20, realizou-se a sessão especial nº 2.237, às dezessete horas no Salão Nobre, sob a presidência do Prof. Pedro Calmon, convocada para receber este ano em visita ao Rio de Janeiro, o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, sócio correspondente português e Presidente da Academia Portuguesa da História, Lisboa. O eminente historiógrafo ainda em pleno esforço de completar a sua grande obra, *História de Portugal*, cujo V volume se acha publicado, trouxe para os seus confrades brasileiros uma síntese do seu saber onimodo da história da sua pátria, neste título estipulado *Reflexão sobre a maneira portuguesa de*

estar no mundo. Ao findar o ilustre Acadêmico a leitura de sua preleção proferida em dicção lisboeta da melhor tonicidade, o auditório demonstra o seu encantamento em ouvi-lo com vivas palmas.

CICLO DE CONFERÊNCIAS SOBRE A REVOLUÇAO DE 1930

As sessões realizadas em 8 e 15 de outubro de 1980 foram dedicadas ao estudo da revolução do ano 1930, ficou subentendido que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não tem espírito de comemoração dos 50 anos do grande movimento político, mas sim abrir as suas portas para, no seu âmbito poderem falar os sócios que quisessem a título de depoimento pessoal ou alheio, testemunha de participação, obedecendo contudo a um programa previamente traçado por uma comissão especial designada pelo Presidente Pedro Calmon.

Na primeira sessão, nº 2.238, realizada na «Sala dos pratos brasonados» no 11º andar, sob a presidência do Prof. Pedro Calmon, com a participação à Mesa do Vice-Presidente de Honra, Prof. Marcelo Caetano, do representante do Sr. Cardeal, Monsenhor Guilherme Schubert, do Presidente da Associação Brasileira de Educação, Prof. Benjamin Albagli, do sócio benemérito Marcos Carneiro de Mendonça e do 1º Secretário. Foi orador da sessão, o sócio benemérito Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, que como escritor e jornalista, autor de livro publicado sobre a *Revolução de Trinta*, pôde refazer mentalmente, pois falou de improviso, sem usar nenhuma nota, a respeito da parte que o Rio Grande do Sul tomou no desempenho da revolução. A dissertação pronunciada com tanta proficiência pelo ilustre Acadêmico, marcou no grande auditório perante o qual falou uma impressão das melhores que o Instituto durante este ano registrou. O assunto era de grande interesse e o prolator do maior quilate.

Na segunda sessão, nº 2.239 realizada no dia 15 de outubro de 1980 na Sala Pedro Calmon, ausente o Presidente, foi a sessão presidida pelo 1º Vice-Presidente, Professor Américo Jacobina Lacombe, ladeado à Mesa pelo Vice-Presidente de Honra, Professor Marcelo Caetano, e pelos Ministros Seabra Fagundes e Álvaro Dias, e do representante da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Sr. Raul de Araújo Maia, e do 1º Secretário do Instituto. A palavra foi dada ao sócio Umberto Peregrino, que discorreu sobre *A crônica da revolução de* 1930, conforme narração da autoria do Acadêmico Humberto de Campos, e declamada com graça e sabor de quem é mestre da historiografia militar e profana. A conferência foi ilustrada com algumas projeções históricas de tropas pousadas pelos caminhos e em rumo do Rio de Janeiro. O conferencista colheu muitas palmas por sua performance.

REUNIÃO DE SÓCIOS NO AUDITÓRIO DA CEPHAS (*)

De acordo com o convencionado, essas reuniões das últimas quartas-feiras de cada mês, são presididas pelo Presidente do Instituto ou eventual substituto tirado dentre os membros da Diretoria. Este ano realizaram-se nove reuniões. A colheita de assuntos culturais versados por oradores em estilo de comunicação e não de dissertação ou conferência pode ser avaliada com a enumeração desses trabalhos englobados a fim de não ocupar muito espaço deste relatório.

Reunião nº 26, presidência Pedro Calmon, número de componentes 25 sócios, 4 freqüentadores ou visitantes. Simples comunicação por Dalmo Barreto, Cybelle Ipanema, Alípio Mendes (agradece a sua eleição para o Instituto), Donato Mello Júnior lê extenso trabalho sobre a visita que Dom Pedro II, com onze anos de idade, fez à Academia Imperial de Belas Artes, tornou-se hábito do Imperador visitar exposições artísticas. Mário Barata lembra a passagem do centenário de nascimento do cientista Artur Neiva. Na reunião foi lida uma moção, assinada por todos, de solidariedade ao consócio Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, seqüestrado em Bogotá, onde é embaixador do Brasil, na Embaixada da República Dominicana.

Reunião nº 27, presidência Pedro Calmon, 21 sócios, visitantes 4. Tiveram a palavra: Raul Lima para agradecer a manifestação que recebeu na reunião passada (esteve ausente) e distribuiu o seu último Relatório sobre sua atividade na Direção do Arquivo Nacional. Horácio de Almeida, a título de comunicação, fala, por ser proprietário da opulenta coleção de *Dicionários* vernáculos, com espírito crítico a respeito de edições de Dicionários conhecidos, antigos e modernos. Foi ouvido com muita atenção. O Presidente anunciou que na próxima reunião mensal de 28 de maio, ouviremos o consócio Arno Wehling sobre o centenário do filósofo alemão Oswald Spengler (1880-1936), e o Prof. Paulo Werneck da Cruz, assíduo freqüentador dessas reuniões da CEPHAS, será também ouvido sobre o mesmo assunto, conforme inscrição feita na pauta da sessão.

A reunião nº 28, presidência Pedro Calmon, Secretário Fernando Monteiro, presentes 23 sócios, 10 visitantes e freqüentadores. Falou a título de protesto contra o noticiário tendencioso de certos jornais, o consócio Afonso Celso Vilela de Carvalho, tendo à mão o primeiro nº de *Nosso Século* — publicação da Abril Cultural, em excelente performance gráfica, portador de informações grotescas sobre a guerra do Paraguai «uma vitória de dívidas» cuja leitura lhe pareceu, a ele, merecedora de protesto. Faz considerações comprovantes desse seu parecer como professor. O Pro-

(*) Ver Atas das reuniões pelo 1º-Secretário Fernando Monteiro.

fessor Pedro Calmon manifestou-se solidário com as palavras do orador. Gilberto Ferrez também quer censurar o procedimento pouco ético da empresa da Editora Abril. Em prosseguimento da reunião foi ouvida com grande interesse, a erudita dissertação do consócio Arno Wehling sobre Oswald Spengler — menos sobre a pessoa que se anuncia pelo mundo, fazer cem anos, e o Instituto hoje comemora, mais sobre a sua obra filosófica, bastante conhecida entre nós, que se tornou um teste de cultura germânica, a partir de 1920 até antes da 2ª Guerra Mundial. *A Decadência do Ocidente*, obra que analisada à luz da teoria do conhecimento (feita na dissertação do orador), classifica Spengler como filósofo da História. A concepção de Spengler é determinista, orgânica e anti-historicista. Faz a cultura seguir o curso do mundo físico — ela há de ter: primavera, verão, outono e inverno. São equivalentes do mundo físico em cultura histórica, a criação espontânea, o racionalismo crítico e a morte. A partir desta orientação filosófica que nos deixou Spengler, o professor Wehling, conduz o auditório para o quadro final, proposto pelo filósofo que não tem piedade diante da catástrofe a vir. Consolemo-nos — diz o orador — com o seu ineditismo cultural, as comunidades pré-históricas e o desenvolvimento da metafísica, muito aplaudido. Em prosseguimento, teve a palavra de antemão solicitada, o ilustre freqüentador da CEPHAS, Prof. Paulo Werneck da Cruz, que falando de Spengler como filósofo, quer destacar o «estilo enérgico» com que elaborou o seu conceito de História. Para isso depurou o seu método de trabalhar com história, dos elementos estranhos a ela, e admitidos pelo «historicismo». O orador faz outras eruditas considerações no sentido de compreender qual a intenção do filósofo alemão para chegar até a sua definitiva concepção da História — mais ciência física, ciência geral dos fenômenos, no seu caso, humanos. Depois deste erudito intróito, passou a analisar o pensamento de Spengler através da leitura dos seus escritos. Igualmente muito aplaudido ao findar sua explanação. O Presidente do Instituto elogia as brilhantes dissertações de ambos e faz lembrar uma atitude sua (helas!) de entusiasmo por Spengler em 1927 a 28, na Bahia, no meio estudantil.

A reunião nº 29, correspondente ao mês de junho do corrente ano, presidida por Pedro Calmon, Secretário Fernando Monteiro, presentes 19 sócios, 3 visitantes, teve a palavra Raul Lima para propor enviar a D. Celina Peixoto Moreira Franco, uma mensagem fazendo votos de feliz êxito na administração do Arquivo Nacional. Foi dada a palavra ao bolsista da Fullbright Comission, Jeffrey David Needell, que falando português, relatou as pesquisas que está fazendo no Rio para a sua tese de doutorado pela Stanford University — *Vida social e cultural da capital do Brasil*, de 1880 a 1922, ou seja *la belle époque* sua reconstituição. Pede colabo-

ração. Falaram neste propósito Marcos Carneiro de Mendonça, Gilberto Ferrez e Pedro Calmon. Faz longa comunicação, Donato Mello Júnior, sobre a fundação da Escola de Belas Artes na Bahia, fundada pelo pintor espanhol Miguel Navarro y Cañizares, artista que se integrou definitivamente ao meio brasileiro, morrendo no Rio de Janeiro. Fez comentário muito pertinente, Pedro Calmon dizendo que foi naquele estabelecimento que fez o seu aprendizado de desenho, na aula de Presciliano Silva, o grande pintor baiano (1883-1965). E informa ainda: que incumbido em 1945 da criação da Universidade Federal da Bahia, a esta incorporou a Escola onde ensinou o seu mestre Presciliano. Pedro Calmon ouvido sempre com o sinete da sua privilegiada memória lembra o centenário de dois baianos ilustres, não arianos, mas loquazes e virtuosos, Luís Gama, escravo, vendido pelo pai, e abolicionista de *primo cartelo*, paulista de coração, e João Mangabeira, orador parlamentar, advogado, biógrafo de Rui Barbosa, chefe político socialista. O Presidente do Instituto faz um convite geral aos sócios para assistirem das janelas e do terraço do edifício, à Missa Campal que Sua Santidade o Papa João Paulo II, celebrará em altar erguido sobre o monumento dos Pracinhas, no Aterro do Flamengo, por volta de 18 horas do dia 1º de julho de 1980.

Reunião nº 30, ocorrida a 30 de julho de 1980, sob presidência de Pedro Calmon e Secretário Fernando Monteiro, presentes 27 sócios, 12 freqüentadores e visitantes, e a convidada especial Celina Amaral Peixoto Moreira Franco, Diretora do Arquivo Nacional, que fez parte da Mesa. Nesta reunião foi ouvido com muita atenção, o consócio Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, que depois de relatar com simplicidade e tranqüilamente o que com ele se passou durante setenta e dois dias, em Bogotá onde é Embaixador do Brasil — seqüestrado na sede da Embaixada da República Dominicana, fez entrega ao Arquivo do Instituto, dos papéis e notas de que se serviu nas difíceis contingências em que se viu envolvido, na companhia de 57 reféns, sendo 12 diplomatas, como ele, embaixadores. O nosso eminente consócio acaba de deixar para o seu fichário de sócio, as palavras que pronunciou nesta reunião do Instituto, então gravadas. Em exposição de 30 minutos o nosso ilustre sócio correspondente de São Paulo, Álvaro do Amaral, cumprindo compromisso tomado dias antes, teve a palavra para discorrer com a abundância limitada, sobre um dos grandes temas regionais da sua terra — a figura excelsa do Padre José de Anchieta, o atualíssimo beatificado Anchieta, em cerimônia presidida na Igreja de São Pedro, em Roma, no dia 22 de junho, por SS. o Papa João Paulo II, o João de Deus no Brasil. No Brasil esteve quem elevou *o Primeiro Mestre-escola de São Paulo* à glória dos altares. Foi este o tema desenvolvido por Álvaro do Amaral na reunião do dia 30 de julho de 1980 com pauta super-

lotada de oradores. Por especial concessão teve lugar nesta reunião do Instituto, no auditório da CEPHAS, a posse do Prof. Jaime de Sá Meneses, Vice-Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, membro da Academia Baiana de Letras, Professor do Curso de Saúde Pública e consagrado orador acadêmico. Por todos estes títulos justifica-se a sua eleição de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada a 19 de dezembro de 1978. Em visita ao Rio de Janeiro aceitou tomar posse nesta mesma reunião, dispensado do ritual próprio. As únicas cerimônias do ritual foram o termo de posse assinado perante o auditório e a leitura da sua longa conferência abordando as figuras de *Cinco grandes filhos da Bahia*, nascidos no qüinqüênio 1794-1798, distinguido entre eles, individualmente estudados, o Marquês de Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e grande do Império. O Prof. Pedro Calmon agradece ao Professor Jaime de Sá Meneses a sua contribuição para a História do Brasil com o seu excelente trabalho, e com ele se congratula pela simplicidade voluntária de tomar posse de membro do Instituto naquela reunião de trabalho.

Reunião nº 31, no dia 27 de agosto de 1980 sob a presidência do Prof. Pedro Calmon e Secretário Fernando Monteiro, comparecimento de 20 sócios e 4 freqüentadores, com a palavra o Coronel Francisco Ruas Santos leu uma exposição argumentando com fatos recentes comprovantes da necessidade do Instituto acompanhar a marcha dos modernos meios de comunicação, aplicados em divulgar assuntos educativos e culturais através da massa popular, adotados por outras instituições atualizadas (o orador vem se batendo por essa reforma conceptual desde que tomou posse) e nessa reunião quer deixar formulada na seguinte pergunta — Como deve ser interpretada ou conceituada, hoje, a História de que trata o art. 1º dos Estatutos? Orador, de pronto, teve adesão do Prof. Marcello Ipanema que como docente da Escola de Comunicação do Estado o apoiou inteiramente. O Gen. Umberto Peregrino manifesta-se do mesmo modo solidário com o proponente da mudança para melhorar a projeção, modernizando-a. A intervenção de Mons. Schubert é para lembrar que não é fácil vencer a «fechadíssima área» da televisão, o caso da abertura dada à visita do Santo PP. João Paulo II é exceção no máximo. Teve a palavra a Senhora Gilbert que fez nova exposição sobre o tema dos seus estudos especiais e variados, de interpretação original. Desta vez ela atende com erudição a questão: Por que é preto o rei Baltazar? O Presidente elogia e agradece a bela comunicação. O Ministro Ruben Rosa, emocionado, comunica a morte em Porto Alegre do ilustre sócio correspondente Moysés Vellinho. A triste notícia foi acompanhada de um minuto de silêncio, solicitado pelo

Prof. Pedro Calmon, que em breves palavras lembrou o seu amigo e companheiro no Conselho Federal de Cultura. O visitante Mário Camarinha da Silva pelo Diretor do Instituto Estadual do Livro oferece à Biblioteca do Instituto a reprodução fac-similar da revista *Festa*, 1927-1929, que surgiu ao se registrar o movimento de renovação literária brasileira.

Reunião nº 32 de sócios do Instituto na CEPHAS, realizada a 24 de setembro de 1980, sobre a presidência do Prof. Pedro Calmon, Secretário Fernando Monteiro, comparecimento de 31 sócios e 6 freqüentadores. Com a palavra o consócio Fernando Monteiro leu o seu trabalho sobre a *Origem e funcionamento de bancos no Rio de Janeiro até o ano 1910*, assunto da sua especial atenção como funcionário que foi do Banco do Brasil tendo deixado como recordação da sua atividade nos vários departamentos da Casa, traços da sua inteligência e cultura histórica a que continua a servir de forma apreciável na convivência dos seus confrades, fazendo parte do IHGB em cargo de integral confiança. Marcello Moreira de Ipanema sugeria seja designado um grupo de trabalho para elaborar projeto de comemoração do centenário da Lei Aurea, em 1988. O Gen. Umberto Peregrino lembra a passagem do cinqüentenário da Revolução de 30. A matéria foi debatida por diversos sócios, ao fim do que, o Presidente do Instituto em deliberação definitiva, assertou: que fossem feitas duas conferências, uma no dia 8 e outra no dia 15 de outubro, sendo orador da primeira, o sócio benemérito Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho e da segunda Gen. Umberto Peregrino. A futura reunião do dia 29 de outubro seria uma reunião para atender aos sócios que quisessem fazer depoimento pessoal sobre o grande fato histórico. Tomaram compromisso para falar os consócios: Edmundo Macedo Soares e Silva, Jonas Correia, Ruben Rosa, Fernando Monteiro e Horácio de Almeida.

RELAÇÕES DO IHGB COM O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Continua de pé o convênio entre as duas instituições culturais que contam nos respectivos quadros sociais com membros pertencentes às duas, o que a nosso ver facilita anualmente a sua renovação. Graças ao convênio o Instituto tem se rejubilado com a publicação de livros por ele indicado às possibilidades do CFC. São atos louváveis dos dois órgãos patrocinadores da cultura histórica brasileira. Ainda este ano se encontram, no Departamento de Imprensa Nacional em Brasília, mais de um livro a publicar por conta do referido convênio. Esperemos por melhores dias.

RELAÇÕES DO IHGB COM O ARQUIVO NACIONAL

O Instituto continuou a manter, com o Arquivo Nacional, as frutuosas relações de intercâmbio e mútua colaboração que têm caracterizado suas vidas paralelas e de finalidades convergentes.

Eventos significativos e ocorrências diversas na vida da principal Instituição arquivística do País tiveram repercussão na vida desta entidade, assim como os nossos foram atentamente acompanhados por aquela repartição cultural.

A presença, na Direção Geral do Arquivo Nacional, de um dos nossos sócios efetivos, Raul do Rego Lima, sempre assíduo às reuniões da CEPHAS e sessões do Instituto, tornou tal relacionamento mais forte e efetivo, verificando-se, assim, clara manifestação de apreço ao mesmo quando conhecidas as expectativas e as razões de seu afastamento após dez anos de zelo administrativo e atenção à cultura histórica. Muito se salientou, nessa ocasião, uma das suas iniciativas mais acertadas, a edição pontual e ininterrupta do Mensário do Arquivo Nacional.

Nomeada a profª Celina Amaral Peixoto Moreira Franco, diretora do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, coube ao próprio substituído requerer ao Instituto voto de congratulações e do melhor êxito. E a nova Diretora-Geral deu demonstração de seu apreço a tal pronunciamento comparecendo a uma das sessões, em visita especial.

Na área arquivística teve destaque, no correr do ano social, a realização do Colóquio sobre a Profissão dos Arquivistas Latino-americanos, com a participação de autoridades internacionais nessa matéria, no início de agosto, no Rio de Janeiro.

RELAÇÕES DO IHGB COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Acha-se em pleno funcionamento o contrato levado a efeito em 1979 entre o Instituto e o FAS (Fundo de Assistência Social) com a finalidade de esquematizar o pagamento da sua dívida com a CEF e vencê-la em prazo rigorosamente estipulado, antes que possa dispor integralmente da renda do prédio onde tem a sua sede. O referido contrato merece dos sócios uma referência muito gratulatória.

RELAÇÕES DO IHGB COM O MEC

Este Ministério, por sua unidade funcional SEAC, mantém com a nossa Casa de consulta aberta ao público estudioso da História do Brasil e Universal, relações as mais eficientes, tal como seja a contribuição financeira que anualmente lhe faz em bem da continuação desse velho objetivo cultural do Instituto. Expressemos os nossos sinceros agradecimentos a essa promissora unidade funcional, SEAC.

CONVÊNIO

O Ministério da Guerra, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil convencionaram elaborar projeto da *História do Exército Brasi-*

leiro. em convênio ostensivo assinado no dia 30 de março de 1980, pelo General de Brigada Fernando Guimarães Cerqueira Lima, 4º Subchefe do Estado-Maior do Exército e pelos Presidentes dos respectivos Institutos, Prof. Pedro Calmon e Gen. Jonas Correia. Os dois Institutos como órgãos públicos de estudos históricos se comprometem a fazer, desde este ano 1980, pesquisas, estudos e redação de textos de «capítulos programados» dessa obra de proporções avantajadas. Fazemos votos pela realização desse grande desiderato.

DOAÇÕES

A Senhora Rebeca Rosita da Silva Araújo teve por bem (com os nossos melhores agradecimentos) de oferecer ao IHGB a biblioteca, arquivo, móveis, quadros e medalhas, que formavam o ambiente de trabalho do seu marido, o saudoso consócio Carlos da Silva Araújo, no rico apartamento da Av. Rui Barbosa, 500, no Morro da Viúva. A biblioteca não de todo catalogada, é recheada de obras antigas e contemporâneas, por ele reunidas no amanho de larga difusão de sua vida social e intelectual como foi a desse ilustre cronista da História da Medicina e da Farmacia Brasileira (ver seu livro póstumo *Personagens e Fatos da Medicina e Farmácia Brasileira*. Rio, 1979). O gesto de grande expressão fraternal, feito pela Exmª Senhora Carlos da Silva Araújo, foi correspondido pelo Presidente do Instituto Pedro Calmon, com outro de igual valor, dando nome de Carlos da Silva Araújo a uma das salas do 10º andar com vistas para a Praça Paris, onde ali a sua memória de homem de estudos será lembrada pelos porvindouros.

Cabe-nos retirar do acervo do Arquivo para informar aos membros do Instituto a doação feita pelo 1º Vice-Presidente, sócio grande benemérito Américo Jacobina Lacombe, de doze álbuns de retrato de pessoas da sua ilustre Família ao lado de outras pessoas, titulares do Império e de países estrangeiros, numa soma de 1.369 peças. Essas peças estão sendo catalogadas para enriquecimento do «banco de fisionomias» que há de funcionar na «Casa da Memória» que é o Instituto. Não menos valiosa foi a doação feita pelo sócio benemérito e decano Eugênio Vilhena de Moraes, oferecendo pelo sesquicentenário do falecimento de Dom Antônio de Macedo Costa que o Instituto acaba de comemorar no dia 6 de agosto de 1980, 5 volumes dos jornais, *A Boa Nova*, de Belém, 4 volumes, 1871 a 1875, e *A União*, 1 volume incompleto do ano 1873, do Recife, jornal de orientação católica a que não era estranha à família do Conselheiro Tarquínio de Sousa, o Professor da Faculdade de Direito do Recife e avô do historiador Otávio Tarquínio de Sousa, sócio do Instituto, falecido em desastre de avião a 22 de dezembro de 1959.

A hemeroteca do Instituto este ano ganha algumas peças de valor, uma da nossa atualidade, os jornais que registraram a visita ao Papa João Paulo II, de que demos notícia na introdução desta relatório, outra, esses volumes de jornais provincianos zelosos de momentos históricos do Brasil Imperial. O nosso confrade Brigadeiro Henrique Fleiuss, este ano como nos anteriores tornou a nos brindar com 44 volumes da sua biblioteca variada. Por compra a biblioteca se guarnece de um «cimélio» do século XVII — *O Livro de Rezão do ano de* 1643, de Antônio Teles da Silva, governador do Estado do Brasil em 14-7-1642. A aquisição foi feita por intermédio do nosso confrade Embaixador Sérgio Correia da Costa ao livreiro Oscar Schreyer, Nova York. A coleção composta de 10 livros se contêm em um volume. A Coleção Heitor Lira, adquirida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acha-se contida em dezesseis latas no Arquivo, oferta da Família Heitor Lira. Cópia plastificada do *Jornal do Commercio* do dia 3 a 10, 1880, sobre falecimento do Duque de Caxias, oferta do consócio Cel. Cláudio Moreira Bento. O ilustre médico Dr. João Maurício Moniz de Aragão, Diretor do Hospital Pro-Matre teve a gentileza de oferecer à Biblioteca do Instituto, por intermédio do seu amigo Prof. Pedro Calmon, um certo número de livros de diversas matérias literárias e científicas, dentre as quais algumas de subido valor, da autoria do Prof. Clementino Fraga e do Prof. Fernando Magalhães — doação à qual o Prof. Pedro Calmon agradece com grande estima a lembrança do seu amigo Dr. João Maurício.

REVISTA

Temos a lamentar, durante todo o ano de 1980, a irregularidade do aparecimento da *Revista*, retardada desde 1979, cujos números correspondentes aos quatro trimestres, 322, 323, 324 e 325, só os dois primeiros apareceram e foram distribuídos aos sócios. Estamos à espera dos correspondentes aos trimestres finais do ano passado. Na dependência deste atraso por haver o Departamento de Imprensa Nacional se transferido para Brasília, e apesar da boa vontade do ilustre Diretor Octaciano Nogueira e do Chefe de Divisão, Dr. Mário Macedo Caron, não esmorece a constante dedicação do Acadêmico Américo Jacobina Lacombe no preparo dos números a sairem da *Revista*, contando a partir deste ano, por ato da presidência, com a colaboração do consócio Raul Lima, membro da Comissão de Bibliografia do Instituto e ex-diretor do Arquivo Nacional e grande conhecedor do ofício jornalístico. Os dois ilustres sócios do IHGB estão a merecer, por sua estima ao papel de nosso importante órgão de publicidade, melhores condições de prestação de serviço. Será isto um ideal a se conseguir para o Instituto.

Ainda com relação à *Revista*, queremos consignar neste local a triste notícia da morte do nosso velho colaborador no ofício de 1º revisor e agente de ligação do Instituto com a Imprensa Nacional, enquanto isso foi possível, Ormindo da Rocha Santos, falecido no dia 14 de agosto de 1980, nesta cidade. Paz a sua boa alma.

IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

A Comissão Organizadora desse grande certame de História, presidida pelo Acadêmico Ricardo Zorraquim Becu, comunica ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a realização, entre 13 e 18 de outubro, em Buenos Aires, pondo à disposição do Prof. Pedro Calmon as devidas passagens. O Presidente do Instituto, apresentará tese, que já incluída no temário, foi avisado. Em resposta agradece a comunicação e a confirmação da presença de outro convidado, o Gen. Jonas Correia, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro correspondente da Academia Nacional de la Historia. É mais uma manifestação do convênio estabelecido desde 25-5-1969 entre os dois órgãos culturais Brasil-Argentina.

Similar convite ao IHGB foi expedido da parte da Academia Nacional de la Historia da Venezuela para participar do IV Congresso de História, a realizar-se dia 26 de outubro a 1º de novembro de 1980, comemorativo do centenário da fundação da Academia e em continuação de outras reuniões, feitas por três vezes, 1971, 1974 e 1977. O Instituto aguarda o momento do certame para apresentar-lhe uma mensagem de solidariedade panamericana. Não se fez representar.

ESTUDO DA HISTÓRIA REGIONAL

Repete-se, no *campus* da cidade de Franca da Universidade Estadual de São Paulo, a segunda semana de estudos sobre heurística marcada para outubro deste ano, conforme aviso enviado ao Instituto Histórico pedindo colaboração. O IHGB, que o ano passado compareceu à primeira semana, dando colaboração à altura dos seus dois representantes Américo Jacobina Lacombe e Marcos Carneiro de Mendonça, respondeu à Universidade Estadual de São Paulo que compareceria na pessoa do Presidente Prof. Pedro Calmon e do Vice-Presidente Prof. Américo Jacobina Lacombe, ambos interessados nos estudos heurísticos da História Regional do Brasil. Sem embargo, aguardamos os Anais da Primeira Semana de História Regional Brasileira, ocorrida no *campus* de Franca, da Universidade Estadual de São Paulo, em 1979.

PESQUISA EM PORTUGAL

Em Lisboa, continua a prestar ótimos serviços ao Instituto, como pesquisadora encarregada de investigar a documentação histórica interessando ao Brasil na Torre do Tombo, no Arquivo

Histórico Ultramarino e em outros cartórios do País, a Senhora Maria Isabel de Albuquerque, que alia à especialidade de exímia paleógrafa a dedicação exemplar à tarefa, fornecendo-nos todos os meses o resultado do seu trabalho, inteligente e lúcido. Já nos remeteu o resumo das inscrições de brasileiros nos registros de Oficiais do Santo Ofício, dos candidatos à Ordem de Cristo e outras relações que darão volumes curiosos, na linha das publicações de inéditos, que desejamos continuar. Podemos, enfim, informar que a Srª Maria Isabel é reputada mestra nessa matéria de coleta de dados e distingue-se pela exatidão, escrúpulo e perseverança, realmente notáveis. São os elogios que lhe faz continuamente o Presidente do Instituto, agradecido à sua leal colaboração.

SALA DE CONSULTAS

No relatório de 1979, tentamos fazer uma observação de cunho estatístico, comparando não o número dos consultantes, mas a natureza da peça consultada, isto é, livros, jornais, manuscritos, e com isto apuramos que na antiga sede do Silogeu a consulta a livros era maior do que a documentos arquivados, ao passo que, na nova sede, dá-se o contrário, a consulta de livros está menor do que de documentos. Como explicar o fato? O fato se repete na estatística deste ano. Ei-la de 21 de outubro de 1979 a 21 de setembro de 1980:

Consultas

Documentos	— 1.871	peças
Revistas	— 1.082	»
Jornais	— 915	»
Livros	— 1.756	»
Mapas	— 230	»

A procura de documentos supera a de livros, em pequena porcentagem. Pedimos colaboração dos estatísticos.

PALAVRAS FINAIS

Da leitura dos relatórios particulares dos chefes do Arquivo, do Museu e da Biblioteca, cuja súmula está transcrita nas páginas deste relatório de 1980, pode-se avaliar quanto esses compartimentos funcionais do Instituto, desempenham a contento os seus deveres, por isso são merecedores do reconhecimento da Diretoria que neles põe os indícios do desenvolvimento do Instituto como Centro de Estudos.

Da mesma forma, e com as expressões de costume renovadas, todos os anos, a Diretoria se congratula com a Chefe da Secretaria, Senhora Adelaide Alba, pelo zelo e capacidade por ela desenvolvida em bem da Casa onde trabalha, num período igual à idade do Instituto, descontados os cem anos feitos, que em 1980 perfaz

142 anos. A Diretoria pede-lhe que leve aos seus auxiliares — datilografia, sala de consulta, serviço de reprografia, fotografia e outros — as palavras de agradecimento pelo esforço que cada um fez em prol do Instituto. Sejam incluídos no mesmo sentimento de estima todos os que têm por obrigação zelar pela guarda e conservação do edifício.

Agradeçamos a Deus poder falar nestes termos a respeito da vida do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1980.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRICAS (CEPHAS) NO ANO SOCIAL DE 1980 ATÉ O DIA 8 DE OUTUBRO

A Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) no ano corrente iniciou as suas atividades após as férias de verão, no dia três de março, tendo-se reunido normalmente todas as quartas-feiras, com exceção de duas únicas vezes, na quarta-feira de trevas e no dia 2 de junho, coincidente esta com a visita do Papa ao Brasil, realizando um total de 23 reuniões. Neste período, estas reuniões contaram com a presença de 480 sócios e 160 freqüentadores, num total de 640 pessoas presentes, em média 27,82 em reunião.

A presidência destas reuniões coube por doze vezes ao seu presidente Marcos Carneiro de Mendonça, substituído, nos seus impedimentos, por oito vezes, pelo Presidente do IHGB, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, por duas vezes pelo Vice-Presidente do IHGB, Américo Jacobina Lacombe, e por uma vez pelo 1º Secretário do IHGB, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, secretariando-as o sócio efetivo Paulo Braga de Menezes, substituído por três vezes, nos seus impedimentos, pelo 2º Secretário do IHGB, Fernando Monteiro.

Os principais assuntos tratados, neste período, foram:

1) As comunicações do Presidente Marcos Carneiro de Mendonça sobre a importância do Século XVIII para a História do Brasil, baseada em documentos reunidos em seu arquivo do Cosme Velho e o destacado papel do Marquês de Pombal nos eventos de maior relevância para o Brasil;

2) As do Vice-Presidente Honorário do IHGB, Marcelo José das Neves Alves Caetano sobre os livros raros da Biblioteca Nacional, editados em Portugal no Século XVI, e sobre os livros escolares de latim e grego adotados pela reforma pombalina para os estudos menores, com eruditos comentários sobre ambas as teses;

3) A do Embaixador Roberto Assunção, em sua visita ao IHGB, sobre a língua portuguesa na Ásia, a propósito do próximo

seminário internacional, a realizar-se em Bombay, sobre História Indo-portuquesa, em que tomaram parte o Presidente Pedro Calmon e o Vice-Presidente Marcelo Caetano;

4) As do consócio Ruas Santos sobre a indexação analítica da Revista do IHGB e a conveniência da adoção do computador eletrônico e do uso deste no cadastramento do arquivo e da biblioteca do Instituto; a referente à análise das *Efemérides Cariocas* do saudoso consócio Roberto Macedo e a sua contribuição para a História do Rio de Janeiro; e a em que apresentou o plano de trabalho para as atividades desta Comissão;

5) A do visitante Professor Nachman Faubel, nas comemorações dos 1500 anos da morte de São Bento e a História da Idade Média;

6) A do consócio Afonso Celso Vilela de Carvalho sobre Peter Lund, a propósito do centenário de sua morte;

7) A do consócio Cláudio Moreira Bento sobre o centenário da morte do Duque de Caxias e as comemorações do evento;

8) A do historiador português e consócio Joaquim Veríssimo Serrão sobre os métodos de trabalho que lhe permitiram escrever a sua extensa obra historiográfica;

9) A do Prefeito Júlio Coutinho sobre os problemas histórico-culturais da cidade do Rio de Janeiro e o plano de atividades culturais do seu governo neste setor;

10) A do consócio Antônio Pimentel Winz sobre «Os Peruleiros e a prata no Brasil», com achegas do Secretário desta comissão sobre a editoração do livro póstumo do saudoso consócio Francisco Marques dos Santos sobre «A Ourivesaria da Prata no Brasil».

RELATÓRIO DO ARQUIVO DO IHGB

Exercício de outubro de 1979 a setembro de 1980

1) *Catalogação*

a)	Documentos	6.459
b)	Iconografia	566
2)	*Fichas datilografadas* (Documentos)	4.428
	Fichas datilografadas (Iconografia)	108

3) *Relação de coleções e arquivos*

a)	Arquivo Dr. Virgílio Corrêa Fº	260 documentos
b)	Col. Cel. João Batista Magalhães	1.505 documentos
c)	Col. Enéas Martins Fº	867 documentos
d)	Arquivo Magalhães Castro	128 documentos

e) Col. Henrique Carneiro Leão Teixeira Fº ..... 1.792 documentos

Fichário: 392 fichas — 9 cad.

4) *Pesquisas*

a) *Assunto*: Barão de Resende, Barão de Serra Negra e Marquês de Valença. Pedido da Srª Ana Maria Voss di Giaimo — Piracicaba (SP)

b) *Assunto*: Cipriano José Barata de Almeida. Pedido do Sr. Leonardo Heydmann de Macedo Barata. S. Paulo (SP)

c) *Assunto*: João Henrique Freeze, sócio correspondente do IHGB. Pedido do Dr. Américo J. Lacombe.

d) *Assunto*: Luís do Rego Barreto e Campanha de Canudos. Pedido do Sr. Eduardo Luís Bandeira de Melo. Recife (PE)

e) *Assunto*: João da Silva Guimarães. Pedido do Sr. Philip Fayen. Fairfield, Conn., USA.

f) *Assunto*: Barão de Vila Bela. Pedido do Sr. Fernando da Cruz Gouvea. Recife (PE)

g) *Assuntos*: Herman Tautphoeus. Pedido de material feito por Erwin Freiherr v. Tautphoeus. 8 Miünchen 40. Bonner Strasse 26 — BRD.

h) *Assunto*: Colônia Dona Francisca, e Colonização alemã em Santa Catarina. Pedido do Sr. Adolfo Bernardo Schneider. Joinville (SC)

i) *Assunto*: Visconde do Araguaia e outras pessoas (retratos). Pedido do Dr. João Hermes Pereira de Araújo. Brasília, DF.

j) *Assunto*: Correspondência do Barão de Vila Bela com o Consº Filipe de Sousa Leão e o Barão de Caiará. Pedido do Dr. Fernando Gouveia. Recife (PE)

5) *Diversos*

a) Exame e seleção de documentos e peças iconográficas para posterior catalogação: Basílio de Magalhães, Visconde de Ouro Preto, e Conde de Afonso Celso.

b) Organização de exposição de documentos comemorativa do Centenário de Morte do General Manuel Luís Osório. Em 3/10/1979.

c) Organização de uma exposição de documentos sobre Duque de Caxias, General Osório, e República, em 15 de

novembro de 1979, por ocasião da posse de S. Exª o Sr. Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, como Presidente de Honra do IHGB.

Acha-se em sua fase final a revisão da Coleção Senador Nabuco, num total de 42 latas.

Está-se procedendo a leitura, classificação e catalogação do «Diário Político de Martim Francisco» num total de 12 livros manuscritos.

Já foi procedido o exame e classificação da Coleção Emb. José Carlos de Macedo Soares, até o momento num total de 93 latas, e iniciada a catalogação dos documentos pertinentes à mesma.

O Dr. Américo Jacobina Lacombe fez doação ao IHGB de valiosa coleção de retratos, relativos não só à sua família, como de titulares brasileiros e estrangeiros. Compõe-se de 12 álbuns, e fotos avulsos de diversos tamanhos, perfazendo um total de 1.369 peças. Faz parte da coleção uma série de cartões com vistas de Paris e Versailles num total de 74 peças. Já foi procedida a limpeza, ordenação e classificação do referido acervo, que será posteriormente catalogado.

Em 30 de setembro do corrente ano procedeu-se à contagem dos documentos catalogados, chegando-se ao seguinte resultado:

Coleção IHGB	28.571
Coleções diversas	43.306
Total	71.877

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1980.

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA DO IHGB

Exercício de outubro de 1979 a outubro de 1980

Processamento bibliográfico

Registro

438 obras registradas

Pesquisa e catalogação

400 obras pesquisadas e catalogadas

Publicações avulsas

Foram recebidas 315 publicações avulsas, tanto de particulares como de órgãos oficiais.

Publicações periódicas e seriadas

Foram recebidos durante o ano um total de 325 títulos de periódicos e seriados, entre brasileiros e estrangeiros.

Conservação dos catálogos

Foram alfabetadas e inseridas:

Nos fichários da biblioteca (uso interno):

— autor — 400 fichas

— topográfico — 400 fichas

Nos fichários da Sala de Leitura:

— autor — 400 fichas

— título — 400 fichas

— assunto — 2.400 fichas

Empréstimos

Através de ofício, a biblioteca emprestou material bibliográfico à Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Projeto RADAMBRASIL.

Encadernação

Foram encadernadas 560 obras.

Pesquisas

Levantamento bibliográfico sobre: Formação histórica de Cantagalo, RJ, no final do século XVIII — Márcia Isabel Fugishawa Souza — Biblioteca do Centro Universitário de Dourado — UFMS, Dourado, MS.

História do Registro Civil no Brasil — Benedito Rodrigues Matias — Prefeitura Municipal — Planejamento — São José dos Campos, SP.

Levantamento bibliográfico para obra a ser elaborada sobre a História dos Diamantes no Brasil — Prof. Almeida Rolff — Rua do Carmo, 55. São João del Rei, MG.

Levantamento do acervo bibliográfico referente à FEB existente na biblioteca do IHGB — Murilo Rodrigues de Souza — ANV FEB, Rio de Janeiro.

Bibliografia utilizada por Júlio Frank na sua obra «Resumo de História Universal» existente na biblioteca do IHGB — Professor Pedro Brasil Bandecchi — Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, SP.

Restauração

— *Coleção Karl Friedrich Phillip von Martius*:

ANSON, George. *A vouage round the world in the year MDCCXL*, Dublin, G. and A. Ewing, 1748.

DENYS. *Description geographique et historique des costes de l'Amerique Septentrionale, avec l'histoire naturelle du Pais...*, Paris, chez Louis Billaine, 1672.

DOM PERNETTY *Histoire d'un voyage aux isles Malouines*. Paris, chez Saillant & Nyon, Delalain libraire, 1770. 2 v.

KUTSCHER, Franz Jacob. *Amerika*... Schleswig, bei Johann Gottlob R., 1802. v. 1.

LETTRES d'un cultivateur américain écrites a W. S. Écuyer. depuis l.année 1770, jusqu'a 1781. Maestricht, chez J. E. Dufour et Phil. Roux, 1785. 2 v.

MURR, Christophe Theophile de. *Histoire diplomatique du chevalier portugais Martin Behaim... avec la description de son globe terrestre*, 3ª ed. rev. et augmm. A Strasbourg et Paris, chez Trenttel et Würtz, an X (1802).

NUIX, Juan, *sac*. *Reflexiones imparciales sobre la humanidad de los españoles en las Indias*... Madrid, por D. Joachim Ibarra, 1782.

– *Coleção Manuel Barata*:

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo Cesar. *Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco*... Rio de Janeiro, Typ. Indústria Nacional de Cotrim & Campos, 1865.

PARÁ, João Francisco de Madureira. *O despotismo desmascarado ou A verdade denodada*... Lisboa, na Typ. de Desiderio Marques Leão, 1822.

O PIPAROTE. Pará, Typ. de Santarem & Filho, n. 1-9, maio/dez. 1851.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1980. — *Maura Macedo Corrêa e Castro*, Bibliotecária-Chefe.

ANEXO

RELATÓRIO DO MUSEU DO IHGB

1980

Durante o ano social de 1980 o Museu do IHGB introduziu, em sua sala de exposições, novo sistema de identificação ao público das peças expostas, passando a utilizar porta-etiquetas em cristal-acrílico. Assim também, já foram encomendadas etiquetas acrílicas para serem apostas às molduras dos elementos do acervo de nossa pinacoteca que se acham expostos.

O Museu vem sendo regularmente visitado, sendo de se registrar o número de estrangeiros — estudiosos e turistas — que o procuram, para conhecê-lo ou à cata de informações específicas.

A impossibilidade técnica de continuação dos convênios firmados com a Fundação MUDES para aproveitamento de estagiários oriundos de cursos superiores de museologia, fez com que fosse impossível concluir-se o catálogo geral do acervo, que vem sendo elaborado com vistas a publicação. É de se esperar que o mesmo se ache concluído no correr do próximo ano social.

As aquisições do acervo foram as seguintes:

1 — Medalha Biblioteca do Exército. Em prata; no anverso, o símbolo da Biblioteca circundado por: «Biblioteca do Exército — Brasil»; no verso, o logotipo da empresa, encimando os dizeres: «Editora — 1937».

Oferta da direção da Biblioteca em 24-10-79.

2 — Cabeça escultória em bronze representando Mons. Guilherme Schubert. Trabalho do escultor Edgar Duvivier (40 cm h.). Pedestal em mármore claro (15 x 15 x 15 cm).

Oferta de Mons. Guilherme Schubert em 20-03-80.

3 — Medalha em cobre, comemorativa da abertura da Catedral do Rio de Janeiro. No anverso, a efígie do Cardeal do Rio de Janeiro, dentro de uma bordadura e, na borda, os dizeres: «A D. Joaquim Arcoverde: os Seus Diocesanos — Rio de Janeiro, 1901»; no verso, o Sagrado Coração de Jesus amparando uma fel, dentro deu ma bordadura onde se lê: «Ó Doce Coração de Meu Jesus Fazei que Vos Ame» e «Vivit, Regnat, Imperat»; na borda, os dizeres: «Abertura da Cathedral» — 2 de maio de 1900 — Peregrinação — 16 de dezembro de 1900».

Of. do Dr. Victorino Chermont de Miranda.

4 — Óleo — Eliseu Visconti. Retrato de Alberto Nepomuceno. No ângulo inferior direito, a dedicatória: «Ao amigo Nepo offce. *E. Visconti* — Paris, 1895».

Oferta da Srª Rebeca Rosita da Silva Araújo.

5 — Medalha comemorativa do centenário de falecimento do Duque de Caxias. Em bronze claro: no anverso, em baixo-relevo, a efígie do homenageado, inscrita em hexágono regular; no verso, os dizeres: «Centenário de falecimento de Duque de Caxias» e as datas: «1880/1980». 0,06 m diam. Trabalho de J. Garrido.

Oferta do Exército Brasileiro em .. 24-06-1980.

6 — D. Pedro I — Retrato a óleo, não assinado. De pé (3/4 do corpo) com a mão esquerda ao punho da espada e a direita segurando o cetro imperial; de casaca e condecorações; à direita, a Coroa Imperial. Contornando o bordo da tela, uma grega dourada. (1,12 m x 0,92 m).

Adquirido por compra a Dª Diva Viana Sauer.

7 — Medalha comemorativa da visita ao Brasil de S.S. João Paulo II. Em prata. No anverso, a efigie de S.S., de perfil, na orla, a legenda «Joannes Paulus II Pont. Max.», entre duas rosetas que a separam das palavras Caly Twój (em polonês «todo teu»). No reverso, no campo, o brasão do Papa, encimado pela divisa «Visita ao Brasil — MCMLXXX», sobre a qual a pomba do Espírito Santo irradia luz. Sob o brasão, as palavras «Totus Tuus».

Concepção CMB sobre gesso de Benedito Ribeiro. Diâmetro: 25 mm.

Em mostruário de acrílico-cristal, com fundo marrom, lendo-se, em prata: «Papa João Paulo II Visita ao Brasil 1980».

Adquirida por compra à Casa da Moeda do Brasil. Foram cunhadas .. 1.000 medalhas iguais a essa.

MOVIMENTO DAS SEÇÕES DE 1-10-1979 A 30-9-1980

SALA PÚBLICA DE LEITURA (CONSULTAS)

Livros e opúsculos	6.220
Revista do IHGB e outras	3.438
Jornais — Publicações periódicas seriadas nacionais e estrangeiras	567
Mapas	355
Documentos do Arquivo	5.470

DOAÇÕES

Documentos	100
Livros e opúsculos	315
Revistas nacionais e estrangeiras	362
Catálogos recebidos. Bibliografias nacionais e estrangeiras	429
Mapas	12

MUSEU

Doações	15
Visitantes	1.105

REPROGRAFIA

Xerox — leitores	13.236
Xerox — IHGB	7.467
Total	20.703
Média mensal	2.700

MICROFILME

Fotogramas	9.960
Média mensal	1.107
Ampliações	3.121
Média mensal	349

SECRETARIA

Ofícios, cartas, telegramas recebidos	1.096
Ofícios, cartas, telegramas expedidos	2.633

ATA DA 2.229ª SESSÃO EM 14 DE NOVEMBRO DE 1979

Posse e conferência do sócio correspondente Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

As dezessete horas e quinze minutos do dia quatorze de novembro de 1979, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seu Presidente, Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, declarou aberta a sessão pública convocada para a posse do sócio correspondente Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana, eleito em assembléia geral realizada a 13 de dezembro de 1978. Além do Presidente, tomaram assento na mesa mais os seguintes: Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, 1º Secretário do IHGB; Professor Luis Soares de Lima, representante do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Antônio de Paula Chagas Freitas; Professor Marcello Caetano, Vice-Presidente Honorário do IHGB; e Dom Romeu Brigendi, representante do Cardeal Dom Eugênio de Araújo Salles, Arcebispo do Rio de Janeiro. O Presidente da Academia Brasileira de Letras, acadêmico Austregésilo de Athayde, fez-se representar pelo acadêmico Américo Jacobina Lacombe, 1º Vice-Presidente do IHGB. Lida pelo 1º Secretário a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, do livro do barão do Rio Branco, o Presidente designou os sócios Marcos Carneiro de Mendonça, generais Francisco de Paula e Azevedo Pondé e Umberto Peregrino Seabra Fagundes para introduzirem no recinto o Arcebispo Dom Oscar de Oliveira, o que foi feito sob salva de palmas dos presentes, todos de pé. Mandou o Presidente lesse o 1º Secretário o termo de posse. Depois deste assinado, o Presidente entregou a Dom Oscar de Oliveira o diploma de sócio correspondente, convidando-o a ler o compromisso regimental de bem servir e de cumprir fielmente os estatutos e regulamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A convite do Presidente, tomou D. Oscar de Oliveira lugar na bancada reservada aos sócios. Foi concedida a palavra a Monsenhor Guilherme Schubert, incumbido de saudar em nome da Casa e de fazer o elogio do novo sócio, que é o 11º bispo e o 3º arcebispo de Mariana, a antiga Ribeirão do Carmo. Revelou-se Monsenhor Schubert desvanecido com a honra de receber o ilustre prelado, pois, além de ser seu amigo e admirador de seu trabalho espiritual e social, foi testemunha de parte de sua vida pelos anos que juntos passaram no Pontifício Colégio Pio Brasileiro, em Roma, retomando mais tarde, no Brasil, contatos justamente no campo da História e da Arte Sacra. Em sua concisa oração, muito aplaudida e que nossa revista publicará na íntegra, Monsenhor Guilherme Schubert ressaltou os méritos incontestáveis de Dom Oscar de Oliveira, que bem justificam sua eleição unânime para participar, como correspondente, dos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ouvido com geral atenção, o novo e ilustre sócio correspondente proferiu sua anunciada conferência sobre *O que fez a Igreja pelo Escravo Africano*, recolhendo calorosos aplausos ao final da leitura de seu trabalho, que ficará perpetuado nas páginas da Revista do IHGB. Nenhum sócio querendo fazer uso da palavra, o Presidente, ao encerrar os

trabalhos, comentou alguns dos trechos mais significativos da magistral conferência de Dom Oscar de Oliveira e, ao fazer os agradecimentos de praxe, pôs em destaque quanto estava reconhecido a Monsenhor Schubert pela forma brilhante com que se desincumbiu da missão de saudar o novo integrante de nossos quadros. Comunicou o Presidente, finalmente, que amanhã, dia do 90º aniversário da proclamação da República, o Chefe da Nação, General João Batista de Oliveira Figueiredo, virá ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tomar posse na qualidade de Presidente de Honra, em sessão solene, que se realizará às dezoito horas e para a qual todos os presentes estavam convidados.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon — Américo Jacobina Lacombe — Arthur César Ferreira Reis — Fernando Monteiro — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Lycurgo de Castro Santos Filho — Francisco Ruas Santos — Herculano Gomes Mathias — Pedro Jacinto de Mallet Joubin — Monsenhor Guilherme Schubert — Francisco de Paula Azevedo Pondé — Mircea Buescu — Paulo Braga de Menezes — Antônio Camillo de Oliveira — Umberto Peregrino — Horácio de Almeida — Marcos Carneiro de Mendonça — Carlos Rheingantz — Donato Mello Jr. — Marcello Caetano — Jorge Pacheco Chaves Filho — Plínio Doyle e Ivolino de Vasconcellos.* — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA SESSÃO SOLENE (2.230ª SESSÃO) REALIZADA A 15 DE NOVEMBRO DE 1979, NONAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Posse como Presidente de Honra do IHGB e discurso de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos quinze dias do mês de novembro de 1979, nonagésimo aniversário da proclamação da República, às dezoito horas e trinta minutos, foi aberta a sessão solene destinada à tomada de posse como Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (eleito por unanimidade em Assembléia Geral realizada a 12 de setembro deste ano) de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo. Após ter visitado as principais dependências da sede do IHGB, acompanhado pela Diretoria, o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo deu entrada no Salão de Honra, aplaudido de pé, calorosamente, pelos membros do IHGB e numerosos convidados que aguardavam a chegada de Sua Excelência. Assumindo a presidência da sessão, o Professor Pedro Calmon convidou para a mesa, além do Presidente da República e do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Antônio de Pádua Chagas Freitas; o Presidente do Senado Federal, Dr. Luís Viana Filho; o Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca; o Ministro da Educação e Cultura, Doutor Eduardo Mattos Portella; e o Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales. Excusando-se pelo não comparecimento, foram lidos pelo Presidente Pedro Calmon telegramas do antigo Presidente da República Emílio Garrastazu Médici; do Governador do Estado do Paraná, Ney Braga; do Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Flávio Marcílio; do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Golbery do Couto e Silva; do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Professor Antônio Delfim Netto; do Ministro da Justiça,

Senador Petrônio Portella Nunes; do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro; do Ministro da Fazenda, engenheiro Karlos Heinz Rischbieter; do Ministro das Minas e Energia, engenheiro César Cals de Oliveira Filho; do Ministro da Indústria e Comércio, engenheiro João Camilo Penna; do Senador Jarbas Passarinho; do Presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Gouvêa Macieira; dos empresários Roberto Marinho e Condessa Pereira Carneiro, além de outros. Inicialmente, na forma da programação oficial, o Presidente da República assinou o protocolo para o desenvolvimento do Programa Nacional de Educação para a Cidadania (PRONEC). De acordo com o ritual observado pelo IHGB na abertura de todas suas sessões públicas, o 1º Secretário, Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, leu a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, do livro do Barão do Rio Branco. A seguir, o mesmo Secretário leu o termo de posse do Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, como Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, termo que foi assinado, na ocasião, pelo Presidente do IHGB, Professor Pedro Calmon, e pelo novo Presidente de Honra. Este recebeu das mãos do Presidente do IHGB o diploma correspondente e o colar privativo dos membros da Casa, que Sua Excelência logo passou a usar, sob aplausos da assistência. De improviso, em eloqüente discurso que foi gravado para publicação em nossa Revista, o Professor Pedro Calmon saudou o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo chamando-o de «lúcido condutor de destinos». Em seu discurso, disse o Professor Pedro Calmon ao Presidente da República que «nenhuma academia no País se honrará, como esta, de por tanto tempo (há 141 anos!) ter conciliado a diversidade do pensamento e a unidade da Pátria». Terminados os aplausos à saudação do Presidente do IHGB, o Presidente da República pronunciou importante discurso transmitido para toda a Nação e que ficará perpetuado nas páginas de nossa secular revista. Em seu pronunciamento, aplaudido calorosamente, de pé, disse o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo que a República de seus sonhos é a que está procurando realizar: «democrática, justa, federativa, aberta, generosa, representativa das excelências da gente da terra brasileira». Encerrada a memorável sessão, a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acompanhou o Presidente da República e o Governador do Estado do Rio de Janeiro até a saída do edifício.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon — João Baptista de Figueiredo — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — José Antônio Soares de Souza — Washington Perry de Almeida — Gilberto Ferrez — Francisco de Paula Azevedo Pondé — Arthur Cézar Ferreira Reis — Plínio Doyle — Affonso Celso Villela de Carvalho — Luiz de Castro Souza — Mircea Buescu — Cláudio Moreira Bento — Paulo Braga de Menezes — Donato Mello Júnior — Isa Adonias — Mário Barata — Augusto Carlos da Silva Telles — Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha — Monsenhor Guilherme Schubert — Antônio Pimentel Winz — Antônio Camillo de Oliveira — Waldemiro Pimentel — Dalmo Freire Barreto — José Gomes Bezerra Câmara — Ivolino de Vasconcellos — Américo Iacobina Lacombe — José Calazans Brandão da Silva — Marcos Carneiro de Mendonça — Afonso Arinos de Melo Franco — Raul Lima — Cubelle de Ipanema — Horácio de Almeida — Fernando Monteiro — Nelson Freire Lavenère-Wanderley — Orlando Sattamini — Haroldo Valladão — Dom Pedro Orléans Bragança — Raymundo Moniz de Aragão — Carlos Rreingantz — Umberto Peregrino. — Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL (2.231ª SESSÃO — 2ª CONVOCAÇÃO) EM 17 DE DEZEMBRO DE 1979

Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio 1980-1981. *Preenchimento de vagas de sócios de diversas categorias*

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 1979, às quinze horas, no salão do edifício do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que tem o seu nome, o Professor Pedro Calmon declarou abertos os trabalhos da Assembléia Geral destinada, na forma dos estatutos em vigor, à eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio 1980-1981 e ao preenchimento de duas vagas de sócio benemérito, duas de sócio efetivo, duas de sócio correspondente brasileiro e três de sócio honorário. Sentaram-se à *mesa diretora dos trabalhos*, além do Presidente, os Vice-Presidentes Américo Jacobina Lacombe e Arthur *Cézar Ferreira Reis*, o 1º Secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e o 2º Secretário Fernando Monteiro. Verificando a presença de número legal de sócios com direito a voto, o Presidente designou para escrutinadores os sócios efetivos Gilberto Ferrez e Renato de Azevedo Duarte Soeiro. Colhidas as cédulas, apuraram esses escrutinadores, na presença de todos, os votos que por unanimidade reelegeram a Diretoria assim formada para o biênio 1980-1981: Presidente — Pedro Calmon Moniz de Bittencourt; 1º Vice-Presidente — Américo Jacobina Lacombe; 2º Vice-Presidente — Arthur Cézar Ferreira Reis; 3º Vice-Presidente — Antônio Camillo de Oliveira; 1º Secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa; 2º Secretário — Fernando Monteiro; Tesoureiro — José Antônio Soares de Souza; Orador — Haroldo Teixeira Valladão. Dando prosseguimento aos trabalhos, mandou o Presidente proceder à eleição das Comissões Permanentes também para o biênio 1980-1981, sufragados os seguintes nomes pela quase totalidade dos votantes: *História* — Américo Jacobina Lacombe, Arthur Cézar Ferreira Reis, Herculano Gomes Mathias, José Honório Rodrigues e Marcos C. de Mendonça. *Fundos e Orçamento* — Antônio Camillo de Oliveira, Edmundo Macedo Soares e Silva, Eduardo Canabrava Barreiros, Gilberto J. C. Ferrez, Maurício A. Teixeira de Castro. *Geografia* — Alvaro Teixeira Soares, Francisco de Paula A. Pondé, Max Justo Guedes, Nelson Omegna, Washington Perry de Almeida. *Arqueologia e Etnografia* — Afonso Celso Villela de Carvalho, Manuel Diegues Júnior, Marcello Moreira de Ipanema, Mário Barata, Paulo Ferreira Santos. *Bibliografia* — Eugênio Vilhena de Moraes, Francisco de Assis Barbosa, Jonas de Moraes Correia Filho, Raul do Rego Lima, Plínio Doyle Silva. *Estatutos* — Afonso Arinos de M. Franco, Alexandre J. Barbosa Lima Sobrinho, Haroldo Teixeira Valladão, Ivolino de Vasconcelos, Umberto Peregrino Seabra Fagundes. *Admissão de Sócios* — Josué Montello, Luiz de Castro Souza, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Orlando Sattamini Duarte. Para os lugares de sócios beneméritos, vagos com a morte de Elmano Cardim e Herbert Canabarro Reichardt, foram transferidos, por unânime votação, respectivamente, os sócios efetivos Edmundo de Macedo Soares e Silva e Jonas de Moraes Correia Filho e, para as vagas por eles abertas no quadro de efetivos, foram transferidos, igualmente, por votação unânime, os sócios honorários Francisco Ruas Santos e Donato Mello Júnior. Para as vagas de sócio correspondente brasileiro, abertas com a morte de Vicente de Paulo, Vicente de Azevedo e João Gomes Teixeira, foram

toriadores João Batista de Sá (residente em Campinas, Estado de São Paulo) e Fernando da Cruz Gouvêa (residente em Recife, Estado de Pernambuco). Por grande maioria de bolas brancas, foram eleitos sócios honorários Leda Boechat Rodrigues, Clarival do Prado Valladares e Alípio Mendes, os dois primeiros nas vagas decorrentes das transferências de Francisco Ruas Santos e Donato Mello Júnior para a categoria de efetivos, e o último na vaga veriticada com a morte de Odilo Costa Filho. Ao final dos trabalhos, o Presidente submeteu à assembléia, que o aprovou por unanimidade, o parecer seguinte: «A Comissão de Fundos e Orçamento, após examinar os extratos mensais relativos ao Balanço de 1979, opina pela aprovação dos mesmos, e consigna um voto de louvor ao Tesoureiro José Antônio Soares de Souza pelo critério e eficiência demonstrados. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1979 (assinados) *Antônio Camillo de Oliveira, Eduardo Canabrava Barreiros, Gilberto Ferrez.*» Ninguém querendo fazer uso da palavra, o Presidente encerrou a assembléia às dezesseis horas e dez minutos, agradecendo a presença de todos e convidou os presentes a comparecer à sessão que se realizaria às dezessete horas, neste mesmo salão, comemorativo do centenário da morte de Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Angelo, uma grande figura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Compareceram os seguintes sócios que exerceram o direito de voto: *Pedro Calmon Moniz de Bittencourt — Américo Jacobina Lacombe — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — José Antônio Soares de Souza — Eduardo Canabrava Barreiros — Paulo Braga de Menezes — Antônio Camillo de Oliveira — Dalmo Freire Barreto — Gilberto Ferrez — José Gomes Bezerra Câmara — Monsenhor Guilherme Schubert — Washington Perry de Almeida — Lucas Mayerhofer — Luiz Castro Sousa — Waldemiro Pimentel — Fernando Monteiro — Arthur Cêzar Ferreira Reis — Mário Barata — Marcello Ipanema — Renato de Azevedo Duarte Soeiro — Plínio Doyle Silva — Orlando Sattamini Duarte — Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha — Raul Lima — Augusto Carlos da Silva Telles — Jonas Correia — Marcos Carneiro de Mendonça — Haroldo Valladão — Horácio de Almeida — Josué Montello — Lourenço Luiz Lacombe.* A presente ata que será subscrita pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, pelo 1º Vice-Presidente Américo Jacobina Lacombe e pelos 1º e 2º Secretários Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Fernando Monteiro, me foi ditada, e escrita por minha própria letra, subscrevendo-a eu na qualidade de Diretora da Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1979. — *Adelaide Alba.*

ATA DA 2.232ª SESSÃO REALIZADA A 17 DE DEZEMBRO DE 1979, EM COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA MORTE DE MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE, BARÃO DE SANTO ANGELO, GRANDE FIGURA DO IHGB

Conferências dos sócios Professores Américo Jacobina Lacombe, Mário Barata e Alfredo Galvão sobre a vida e a obra de Manuel de Araújo Porto Alegre

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 1979, às dezessete horas e dez minutos, foi aberta a sessão pública promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sua sede, para assinalar o transcurso do cente-

grande servidor desta Casa, que foi Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo. Na ausência momentânea do Professor Pedro Calmon — que tinha ido representar o IHGB em solenidade no Clube Militar, e que chegou em meio dos trabalhos — assumiu a presidência o Professor Américo Jacobina Lacombe, 1º Vice-Presidente, que convidou para a Mesa, além do Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, 1º Secretário, o Ministro Plenipotenciário Orlando Bastos Vilela, Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, e Monsenhor Guilherme Schubert, representante do Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro. Após a leitura pelo Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, 1º Secretário, da súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, do livro do Barão do Rio Branco, falaram sucessivamente, examinando aspectos diversos da vida e da obra de Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, os professores Américo Jacobina Lacombe, Alfredo Galvão e Mário Barata, cujos discursos, muito aplaudidos, serão publicados, na íntegra, pela Revista do IHGB. Franqueada a palavra, pelo Presidente, aos sócios que a quisessem usar, Horácio de Almeida lembrou circunstância omitida nos discursos por todos ouvidos com tanto agrado, qual a de ter sido Manuel de Araújo Porto Alegre nosso primeiro caricaturista. Lembrou ainda que uma filha de Porto Alegre foi casada com Pedro Américo, o grande artista nascido em sua pequenina cidade de Areias, na Paraíba. Em sua oração de encerramento, o Presidente Pedro Calmon comentou também aspectos da rica personalidade do Barão de Santo Ângelo, de nário da morte do grande brasileiro e cuja auotria é o soberbo painel, infelizmente inacabado, da coroação de Dom Pedro II, que, restaurado em anos recentes, decora o Salão de Honra do atual prédio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição a que Manuel de Araújo Porto Alegre muito serviu, como secretário e como orador oficial. Agradeceu o Presidente, finalmente, aos oradores que se fizeram ouvir, revelando-se sensibilizado, por outro lado, com a presença do Ministro Orlando Bastos Vilela, Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, e das demais pessoas que vieram honrar o IHGB comparecendo a esta sessão em homenagem à memória do eclético servidor do Brasil no campo da inteligência, que foi Manuel de Araújo Porto Alegre.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Américo Jacobina Lacombe — Jonas Correia — Waldemiro Pimentel — Orlando Sattamini Duarte — José Gomes Bezerra Câmara — Marcello Ipanema — Cybella Ipanema — Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha — Marcos Carneiro de Mendonça — Augusto Carlos da Silva Telles — Raul Lima — Paulo Braga de Menezes — Antônio Camillo de Oliveira — Lourenço Luiz Lacombe — Monsenhor Guilherme Schubert — Cardeal D. Eugênio Salles — Donato Mello Jr. — Lucas Mayerhofer — Alfredo Galvão — Horácio de Almeida — Fernando Monteiro — Luiz de Castro Souza — Paulo Ferreira Santos — Plínio Doyle — Ivolino de Vasconcellos.*

A sessão foi levantada às dezenove horas. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 2.233ª SESSÃO EM 16 DE ABRIL DE 1980

Comemorativa do 150º aniversário da morte do grande compositor brasileiro José Mauricio Nunes Garcia. Conferência do sócio efetivo Monsenhor Guilherme Schubert

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos dezesseis de abril de 1980, às dezessete horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do Professor Pedro Calmon, realizou-se a sessão especial convocada para comemorar a passagem do

centésimo qüinquagésimo aniversário da morte do grande compositor brasileiro José Mauricio Nunes Garcia. Assumindo a direção dos trabalhos, o Presidente convidou para a Mesa, além do Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, 1º Secretário, o Dr. Thales de Azevedo, o Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Monsenhor Ivo Calliari, representando o Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro; o Capitão PM Jerseir Santos de Oliveira, representando o Governador do Estado do Rio de Janeiro; o Dr. Nilton Nunes da Costa Freitas, representando o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro; e o sócio benemérito o Principe D. Pedro de Orléans e Bragança. Inicialmente, na forma habitual, o 1º Secretário leu a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, segundo o livro do Barão do Rio Branco. Seguiu-se com a palavra o sócio efetivo Monsenhor Guilherme Schubert, que leu sua anunciada conferência *O Brasil de ontem na vida do Padre José Mauricio Nunes Garcia*. Evocou o orador a vida e a obra musical do inspirado compositor sacro através das condições sociais de seu tempo. Muito aplaudido ao final, Monsenhor Schubert entregou seu trabalho para publicação em nossa Revista. Facultada a palavra aos sócios que dela quisessem fazer uso, Cybelle de Ipanema recordou suas pesquisas sobre a Ilha do Governador, quando teve oportunidade, juntamente com a estudiosa de música e biógrafa do Padre José Mauricio, Professora Cleofe Person de Mattos, de encontrar o batistério do pardo Apolinário, pai de José Mauricio Nunes Garcia, levantando a hipótese da adoção do sobrenome Garcia ter sido em homenagem ao Padre Nunes Garcia, protetor do jovem Apolinário, possivelmente seu verdadeiro pai e, assim, avô do genial músico. Ao encerrar a sessão, às dezoito horas e dez minutos, o Presidente Pedro Calmon agradeceu a presença de todos que compareceram ou se fizeram representar, tendo palavras de louvor a Monsenhor Guilherme Schubert pela excelência de seu trabalho, meticuloso, seguro e informativo, revelando a seriedade da pesquisa feita.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Washington Perry de Almeida, Herculano Gomes Mathias, Paulo Braga de Menezes, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Francisco Ruas Santos, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Dom Pedro de Orléans e Bragança, Lourenço Luiz Lacombe, Gilberto Ferrez, Umberto Peregrino, Oliver Onody, Mário Barata, Marcello Caetano, Cybelle de Ipanema, Lucas Mayerhofer, Monsenhor Guilherme Schubert, Manuel Diegues Júnior, Donato Mello Júnior, Raul Lima, Plínio Doyle.* — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa*, 1º Secretário.

ATA DA 2.234ª SESSÃO EM 5 DE MAIO DE 1980

Sessão solene comemorativa do centenário da morte do Marechal Duque de Caxias promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo Comando do Primeiro Exército e pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos cinco de maio de 1980, às dezesseis horas e quinze minutos, no Salão de Honra do IHGB, o Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt declarou abertos os trabalhos da sessão conjunta comemorativa do transcurso do centenário da morte do Marechal Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro. Sentaram-se à Mesa, além do Presidente Pedro Calmon, o General Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Presidente em exercício do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; o General Gen-

til Marcondes Filho, Comandante do Primeiro Exército; o Marechal Nelson de Melo; o General José Maria de Toledo Camargo, Comandante da Artilharia Divisionária; o General César Montagna de Souza, Presidente do Clube Militar e o Secretário de Estado da Educação e Cultura, Arnaldo Niskier, representando o Governador do Estado do Rio de Janeiro. O Presidente deu conhecimento do telegrama expedido de Brasília pelo General Walter Pires, Ministro do Exército, justificando sua ausência em face de compromisso anteriormente assumido. O 1º Secretário leu as efemérides do Barão do Rio Branco referentes a 7 de maio por ser o dia da morte do Marechal Duque de Caxias. Concedida a palavra ao Coronel Newton Corrêa de Andrade Mello, este discorreu sobre o combate de Santa Luzia verificado a 20 de agosto de 1842 entre os revolucionários mineiros e as forças legais sob o comando de Caxias, cuja atuação esclareceu amplamente com o auxílio de elucidativos croquis. Seguiu-se a conferência do Professor Pedro Calmon, muito aplaudida e que foi gravada para efeito de publicação na revista do IHGB. Disse e lembrou o orador que Caxias, sócio efetivo deste Instituto desde 1847, honrou uma de nossas cadeiras, estando presente nas relíquias que aqui o recordam, entre elas o sabre de combate que comanda simbolicamente a presente sessão solene comemorativa do centenário de sua morte. Tal sabre (que serviu de modelo aos espadins dos alunos da Academia Militar das Agulhas Negras) foi legado ao visconde da Penha, seu antigo ajudante, por cujos herdeiros foi afinal confiado à guarda permanente do IHGB, por sugestão de seu eminente sócio Eugênio Vilhena de Moraes. Cessados os aplausos a Pedro Calmon, que tão magistralmente evocou a vida do glorioso soldado do Império, foi a reunião encerrada às dezessete horas e trinta e cinco minutos, com os agradecimentos do Presidente a quantos honraram a sessão com suas presenças.

Comparecaram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Francisco de Paula e Azevedo Pond-, José Honório Rodrigues, Paulo Braga de Menezes, Washington Perry de Almeida, Mons. Guilherme Schubert, Hamilton Bittencourt Leal, Alfredo Galvão, Cláudio Moreira Bento, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Abeillard Barreto, José Gomes Bezerra Câmara, Raul Lima, Haroldo Valladão, Nelson Omegna, Barbosa Lima Sobrinho, Miguel Costa Filho, Arthur Cézar Ferreira Reis, Cybelle Ipanema, Donato Mello Júnior, Francisco Ruas Santos, Fernando Monteiro.* — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 2.235ª SESSÃO EM 4 DE JUNHO DE 1980

Comemorativa do centenário de nascimento do sócio efetivo engenheiro civil José Luís Baptista. Conferência do Ministro Maurício Joppert da Silva

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos quatro de junho de 1980, às dezessete horas na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, realizou a sessão especial comemorativa do centenário de nascimento do sócio efetivo, engenheiro civil José Luís Baptista. Assumindo a direção dos trabalhos, o Presidente Pedro Calmon convidou para comporem a Mesa, além do 1º Vice-Presidente Américo Jacobina Lacombe e do 1º Secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, o Vice-Presidente honorário Professor Marcello Caetano e o Major PM Hélcio Sucupira, representando o Governador do Estado do Rio de Janeiro. Por falta de lugar na mesa, foram convidados a ocupar cadeiras reservadas aos membros do IHGB, o Ministro Maurício Joppert da Silva, o acadêmico Professor Deolindo Couto e o

Dr. Paulo de Oliveira Baptista, representante da família de José Luís Baptista. Coube ao 1º Secretário, na forma do ritual das sessões públicas do IHGB, ler a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, extraídas do livro do barão do Rio Branco. Chamado a tribuna o Ministro Mauricio Joppert da Silva, pondo de lado o texto que preparou para publicação em nossa Revista, improvisou sua oração sobre a personalidade do engenheiro José Luís Baptista (formado em 1902) que bem conheceu, com ele convivendo, dando ênfase especial aos seus trabalhos na Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, na Noroeste do Brasil, no Great Western e na Inspetoria de Estradas de Ferro. Era um homem simples, de vida modesta, mas dotado de admirável espírito público, um servidor desinteressado da coletividade, um patriota esclarecido. Cessados os aplausos ao fluente orador, que prendeu a atenção da assistência, seguiu-se na tribuna o Doutor Paulo Oliveira Baptista, que em nome da família agradeceu, muito sensibilizado, as homenagens prestadas pelo IHGB, à memória de José Luís Baptista. Ao encerrar a sessão, às dezoito horas e vinte minutos, o Presidente agradeceu a presença de todos, tendo palavras de louvor ao seu querido amigo Mauricio Joppert da Silva pela colaboração prestada. Assinalada a presença do venerando mestre Eugênio Gudin, ainda tão jovem de espírito e atuante no acompanhante da vida brasileira de nossos dias, foi ele calorosamente saudado pela assistência por prolongada salva de palmas.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Américo Jacobina Lacombe, Fernando Monteiro, Horácio de Almeida, Alberto Ribeiro Lamego, Washington Perry de Almeida, Francisco Ruas Santos, Monsenhor Guilherme Schubert, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Cybelle Ipanema, Thalita Casadei, Oliver Onody, Marcelo Caetano, Donato Mello Júnior, Marcos Carneiro de Mendonça* e *Haroldo Valladão*. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 2.236ª SESSÃO EM 6 DE AGOSTO DE 1980

Comemorativa do 150º aniversário do nascimento de D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Grão-Pará e Amazônia e, posteriormente, Arcebispo Primaz. Conferências dos sócios efetivos Mário Barata e Donato Mello Júnior

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos seis de agosto de 1980, às dezessete horas e vinte e cinco minutos, o Presidente Pedro Calmon declarou aberta a sessão comemorativa do sesquicentenário do nascimento do grande prelado brasileiro D. Antônio de Macedo Costa, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 13 de julho de 1881. Além do Professor Marcelo Caetano, vice-presidente honorário, e do Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, 1º Secretário, foram convidados a integrarem a Mesa, D. Karl Josef Romer, Bispo Auxiliar, representante do Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, e Monsenhor Leovigildo Franca, representante da família de D. Antônio de Macedo Costa, seu sobrinho-neto pelo lado materno. Inicialmente, como de praxe, o 1º Secretário leu a súmula das efemérides brasileiras referentes a 7 de agosto, data natalícia de D. Antônio de Macedo Costa. Em seguida, sucessivamente, falaram os oradores inscritos, os sócios efetivos Mário Barata e Donato Mello Júnior que examinaram aspectos da vida e da obra de D. Antônio de Macedo Costa. Ambos os trabalhos que mereceram gerais aplausos, serão publicados na íntegra, pela Revista do IHGB. Nenhum outro sócio desejando fazer uso da palavra, o Presidente encerrou os trabalhos depois de agradecer a presença de todos e, em especial, a do

Bispo Auxiliar Dom Karl Josef Romer (que ofereceu excelente gravura com o retrato de Dom Antônio de Macedo Costa) de seus amigos Padre Leme Lopes Sj, do escritor e jurista Silvio Meira e da filha de nosso prezadíssimo confrade Eugênio Vilhena de Moraes, que o representou. A Mário Barata e a Donato Mello Júnior teve o Presidente palavras de reconhecimento e afeição.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Fernando Monteiro, Raul Lima, José Antônio Soares de Souza, Paulo Braga de Menezes, Edmundo Macedo Soares, Washington Perry de Almeida, Arno Wehling, Nelson F. Lavenère-Wanderley, Nelson Omegna, Cybelle de Ipanema, Horácio de Almeida, Marcelo Caetano, Monsenhor Guilherme Schubert, Affonso Celso Villela de Carvalho, Herculano Gomes Mathias, Jonas Correia, Ruben Rosa, Orlando Sattamini Duarte, Mário Barata, Edmundo de Macedo Soares, José Gomes B. Câmara, Lourenço Luiz Lacombe, Donato Mello Júnior, Francisco Ruas Santos, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, Lucas, Mayerhofer.*

Eram dezoito horas e trinta minutos quando a sessão foi levantada. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 2.237ª SESSÃO EM 20 DE AGOSTO DE 1980

Conferência do Professor Joaquim Verissimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa da História, tendo por tema: «Reflexão sobre a maneira portuguesa de estar no mundo»

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos vinte de agosto de 1980, às dezessete horas e vinte minutos, no Salão de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seu Presidente, Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, abriu a sessão especial convocada para recepcionar o Professor Joaquim Verissimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa da História, convidando para integrarem a Mesa o acadêmico Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras; o próprio conferencista da tarde; o Professor Marcelo Caetano, Vice-Presidente honorário do IHGB; o Ministro Orlando Villela, Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro; Monsenhor Guilherme Schubert, representante do Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo Metropolitano de São Sebastião do Rio de Janeiro; e o Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, 1º Secretário do IHGB. Inicialmente, de acordo com o ritual do IHGB, leu o 1º Secretário a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, do livro do Barão do Rio Branco. Dada a palavra a Joaquim Verissimo Serrão, que foi muito aplaudido ao final, discorreu ele sobre o tema a que se tinha proposto, fazendo-o de maneira a suscitar geral atenção e agrado, devendo seu trabalho ser publicado, na íntegra, por nossa Revista. Encerrando os trabalhos, enalteceu o Presidente Pedro Calmon a magnífica palestra do querido e eminente companheiro Joaquim Verissimo Serrão, externando seu profundo apreço e amizade pelo eminente Presidente da Academia Portugusa da História.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Joaquim Verissimo Serrão, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, José Antônio Soares de Souza, Arthur Cézar Ferreira Reis, Fernando Monteiro, Washington Perry de Almeida, Mário Barata, Raul Lima, Paulo Braga de Menezes, Horácio de Almeida, Cláudio Moreira Bento, Francisco Ruas Santos, Marcos Carneiro de Mendonça, Gilberto Ferrez, Mircea Buescu, Marcelo Caetano, Lêda Boechat Rodrigues, Jonas Correia, Mons. Guilherme Schubert, Cybelle Ipanema, Marcello Ipanema, Antônio Pimentel Winz, Herculano Gomes Mathias, Affonso Celso*

Villela de Carvalho, Dalmo Freire Barreto, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Lourenço Luiz Lacombe, Ruben Rosa, José Gomes Bezerra Câmara, Umberto Peregrino, Lucas Mayerhofer, Donato Mello Júnior, Ivolino de Vasconcellos.

A sessão foi levantada às dezoito horas e vinte minutos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 2.238ª SESSÃO EM 8 DE OUTUBRO DE 1980

Comemorativa do 50º aniversário da Revolução de 1930. Conferência do sócio benemérito Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho sobre «A vez do Rio Grande»

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos oito de outubro de 1980, às dezessete horas e dez minutos na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do Professor Pedro Calmon, foi aberta a sessão especial comemorativa da passagem do quinquagésimo aniversário da Revolução de 1930. Assumindo a direção dos trabalhos, o Presidente convidou para participarem da mesa, além do orador do dia, o Vice-Presidente honorário do IHGB, Professor Marcelo Caetano, o representante do Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, Monsenhor Guilherme Schubert; o Presidente da Associação Brasileira de Educação, Professor Benjamin Albagli; o sócio grande benemérito Marcos Carneiro de Mendonça; e o 1º Secretário do IHGB, Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa. Inicialmente, leu o Primeiro Secretário, de acordo com a praxe, a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, do livro do barão do Rio Branco e, em seguida, ouvido com geral atenção, pronunciou Barbosa Lima, oralmente, sua palestra sobre *A vez do Rio Grande*, que foi gravada para publicação na íntegra por nossa Revista. Partindo de sua experiência de redator político do *Jornal do Brasil*, que era na época, em contacto sempre com parlamentares, Barbosa Lima estudou a gênese da Aliança Liberal, campanha que agitou o Congresso e levou o país ao clima propiciador do movimento revolucionário de 1930, cuja bandeira era «representação e justiça». De João Neves da Fontoura, um dos líderes maiores do movimento, ouviu a pergunta «você não acha que chegou a vez do Rio Grande?» O orador foi calorosamente aplaudido sendo geral a magnífica impressão causada por sua palavra tão espontânea e convincente. Franqueada a palavra pelo Presidente aos sócios que dela quisessem fazer uso, ninguém se manifestou. Anunciou o Presidente que a próxima conferência, também comemorativa daquele movimento, será realizada na próxima quarta-feira, dia 15, sendo orador o sócio efetivo General Umberto Peregrino Seabra Fagundes, que apresentará seu estudo «Crônica da Revolução de 1930», com impressões recolhidas de autores que viveram os acontecimentos de outubro. O Presidente convidou os presentes não só para a conferência do General Peregrino, como para a sessão magna do dia 22 deste mês, na qual o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemorará a passagem do 142º aniversário de sua fundação. Após agradecer a presença de sócios e convidados, o Presidente louvou Barbosa Lima Sobrinho por sua encantadora palestra, sucinta, real e histórica, fazendo com que todos a ouvissem realmente com prazer. Fluente, moça e veridica, a palavra do orador transportou-nos a cinqüenta anos atrás, tal seu poder de reviver os fatos, mercê de memória privilegiada e extraordinária capacidade de transmissão do pensamento.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Roberto Piragibe da Fonseca, Raul Lima, Francisco Ruas Santos, Fer-*

nando Monteiro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Horácio de Almeida, Arno Wehling, Mircea Buescu, Paulo Braga de Menezes, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Ruben Rosa, Jonas Correia, Cybelle Ipanema, Barbosa Lima Sobrinho, Marcos Carneiro de Mendonça, Hamilton Leal, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, Umberto Peregrino, Donato Mello Júnior, Marcelo Caetano, Mons. Guilherme Schubert, Mário Barata, Ivolino de Vasconcellos.

A sessão foi levantada às dezoito horas e trinta minutos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 2.239ª SESSÃO EM 15 DE OUTUBRO DE 1980

Segunda das sessões comemorativas do 50º aniversário da Revolução de 1930. Conferência do sócio efetivo General Umberto Peregrino Seabra Fagundes — «Crônica da Revolução de 1930»

Presidência: Professor *Américo Jacobina Lacombe*

Aos quinze de outubro de 1980, pontualmente às dezessete horas, o Primeiro Vice-Presidente, Professor Américo Jacobina Lacombe declarou abertos os trabalhos de mais uma sessão comemorativa do 50º aniversário da Revolução de 1930 e convidou para participarem da Mesa o Vice-Presidente honorário do IHGB, Professor Marcelo Caetano; os Ministros Seabra Fagundes e Álvaro Dias; o representante da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Senhor Raul de Araújo Maia e Primeiro Secretário do IHGB, Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa. Inicialmente, leu o Primeiro Secretário a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, do livro do barão do Rio Branco. Dizendo que ia fazer crônica e não julgamento da Revolução de 1930, época em que ainda era cadete na Escola Militar do Realengo, o General Peregrino recorreu ao testemunho de autores que foram participantes daquele movimento. Muito aplaudido ao final, o trabalho do General Peregrino será publicado na íntegra por nossa revista, para conhecimento de todos. Depois de agradecer a presença de todos e de ressaltar a excelência do trabalho lido pelo orador, o Presidente convidou os presentes para a sessão magna que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fará realizar no próximo dia 22, em comemoração do 142º aniversário de sua fundação.

Compareceram os seguintes sócios: *Américo Jacobina Lacombe, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Roberto Piragibe da Fonseca, Paulo Braga de Menezes, Fernando Monteiro, Raul Lima, Francisco Ruas Santos, Washington Perry de Almeida, Marcos Carneiro de Mendonça, Arthur Cézar Ferreira Reis, Edmundo Macedo Soares e Silva, Affonso Celso Villela de Carvalho, Nelson Omegna, Ruben Rosa, Mons. Guilherme Schubert, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Umberto Peregrino, Marcelo Caetano, Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Cybelle Ipanema, Pedro Jacinto de Mallet Joubin, Donato Mello Júnior, Alberto Ribeiro Lamego, Horácio de Almeida, Mauricio Amoroso Teixeira de Castro, Dom Pedro Gastão de Orléans e Bragança, José Gomes Bezerra Câmara, Arno Wehling, Cristóvão Leite de Castro, Barbosa Lima Sobrinho.*

A sessão foi levantada às dezoito horas e vinte minutos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 2.240ª SESSÃO EM 22 DE OUTUBRO DE 1980

Sessão magna comemorativa do centésimo quadragésimo segundo aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Oração do orador oficial elogiando os sócios falecidos no decurso do ano

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos vinte e dois de outubro de 1980, às dezessete horas e quinze minutos, no Salão de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Presidente Pedro Calmon declarou aberta a sessão magna comemorativa do 142º aniversário da instituição que desde 1838 vem ininterruptamente funcionando. E convidou para integrarem a Mesa, além do Primeiro Vice-Presidente Professor Américo Jacobina Lacombe e do Primeiro Secretário Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Monsenhor Guilherme Schubert, representante do Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro; o Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança; o General César Montagna de Souza, Presidente do Clube Militar e o Doutor Yves de Oliveira, representante do Instituto dos Advogados Brasileiros. O Primeiro Secretário leu, inicialmente, de acordo com a praxe seguida há muitos anos, a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia 21 de outubro, data da fundação do IHGB. Subindo à tribuna, o orador oficial, Professor Haroldo Teixeira Valladão cumpriu a principal finalidade da sessão magna, que é a de fazer o elogio dos sócios falecidos durante o ano social e que, desta vez, foram os seguintes: Monsenhor Manuel de Aquino Barbosa, Augusto Ebremar de Bastos Meira, Moysés de Moraes Vellinho, Orlando Sattamini Duarte e Carlos Delgado de Carvalho. Em seguida, cessados os aplausos ao orador, o Presidente franqueou a palavra aos sócios que dela quisessem fazer uso. Falaram os seguintes: Paulino Jacques, que pronunciou breve mas eloqüente oração, ressaltando o papel desempenhado pelo IHGB (que mergulhou suas raízes no passado) no quadro das instituições culturais brasileiras; Donato Mello Júnior informando a presença no auditório de membros da família Meira, do Pará, a que pertencia nosso confrade, o engenheiro Augusto Ebremar. Depois de agradecer a presença das ilustres personalidades que abrilhantaram a solenidade, o Presidente referiu-se aos serviços e às tradições do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em cento e quarenta e quatro anos de funcionamento contínuo, sendo sua Revista a mais antiga publicação cultural deste continente, sem jamais ter deixado a circular regularmente desde 1839.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Fernando Monteiro, Roberto Piragibe da Fonseca, Luiz de Castro Sousa, Raul Lima, Arno Wehling, Arthur Cézar Ferreira Reis, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Cláudio Moreira Bento, Paulo Braga de Menezes, Alfredo Galvão, Alberto Ribeiro Lamego, Affonso Celso Villela de Carvalho, Nelson Omegna, Eduardo Canabrava Barreiros, Mircea Buescu, Achilles Ribeiro de Araújo, Herculano Gomes Mathias, Mons. Guilherme Schubert, Antônio Camillo de Oliveira, Gilberto Ferrez, Jonas Correia, Marcos Carneiro de Mendonça, Haroldo Teixeira Valladão, Plínio Doyle, Ruben Rosa, Paulino Jacques, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, José Gomes Bezerra Câmara, Antônio Pimentel Winz, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, Horácio de Almeida, Dom Pedro Gastão de Orléans e Bragança, Dalmo Freire Barreto, Cybelle Ipanema, Donato Mello Júnior, Francisco Ruas Santos, Lourival Ribeiro da Silva, Pedro Jacinto de Mallet Joubin, Cristóvão Leite de Castro, Jorge Pacheco e Chaves Filho, Mário Barata, Ivolino de Vasconcellos.*

A sessão foi suspensa às dezoito horas e quinze minutos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 2.241ª SESSÃO EM 26 DE NOVEMBRO DE 1980

Posse e conferência do sócio honorário Doutor Alberto Ribeiro Lamego

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos vinte e seis de novembro de 1980, às dezessete horas, realizou-se na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a sessão pública convocada para a posse do sócio honorário Doutor Alberto Ribeiro Lamego, eleito em Assembléia Geral de 14 de dezembro de 1977. Além do Presidente, participaram da Mesa o Major PM Hélcio de Azeredo Sucupira, representante do Governador do Rio de Janeiro; o sócio benemérito Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança; o sócio efetivo Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley e o Primeiro Secretário Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa. Declarada aberta a sessão, mandou o Presidente que o Primeiro Secretário lesse a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, do livro do barão do Rio Branco. A seguir, o Presidente designou os sócios Américo Jacobina Lacombe (Primeiro Vice-Presidente), General Francisco de Paula e Azevedo Pondé e Desembargador José Gomes Bezerra Câmara para introduzirem no recinto o Doutor Alberto Ribeiro Lamego, que foi acolhido pela assistência por calorosa salva de palmas. Lido pelo Primeiro Secretário o termo de posse, que foi assinado pelo Presidente e pelo recipiendário, prestou este, em voz alta, o compromisso de promover o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de fielmente observar seus estatutos e regimento interno. Sob palmas da assistência, o Presidente entregou o diploma de sócio ao Doutor Alberto Ribeiro Lamego, convidando-o a tomar assento na bancada dos membros da Casa. Dada a palavra ao sócio efetivo Marcello Moreira de Ipanema, exaltou este, em sóbria, mas significativa saudação, os méritos pessoais e os valiosos trabalhos do mestre Alberto Ribeiro Lamego, o geólogo, o geógrafo, o sociólogo, o historiador, preocupado sempre com a crescente escalada devastadora contra a natureza e contra o próprio homem. A seguir, leu Alberto Ribeiro Lamego seu trabalho sobre o Imperador Dom Pedro II e o Instituto Histórico, que será publicado na íntegra por nossa Revista juntamente com o discurso do Professor Marcello Moreira de Ipanema. Depois dos aplausos, o Presidente agradeceu a presença de todos e teve palavras de louvor a ambos os oradores. Lembrou o Presidente, finalmente, que no próximo dia 10 de dezembro, será realizada neste Instituto, às dezessete horas, sessão solene em comemoração do centenário de fundação do Clube de Engenharia, sendo orador o sócio efetivo, engenheiro Cristóvão Leite de Castro.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Raul Lima, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Pedro Jacinto de Mallet Joubin, Fernando Monteiro, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Francisco Ruas Santos, Cláudio Moreira Bento, Washington Perry de Almeida, Gilberto Ferrez, Herculano Gomes Mathias, Paulo Braga de Menezes, Ruben Rosa, Nelson Omegna, Thalita Casadei, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, José Antônio Soares de Souza, Cybelle Ipanema, Arno Wehling, Marcello Ipanema, Cristóvão Leite de Castro, Horácio de Almeida, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Umberto Peregrino, Alberto Ribeiro Lamego, Dalmo Freire Barreto, Donato Mello Júnior, Dom Pedro, José Gomes Bezerra Câmara* e *Mário Barata*.

A sessão foi levantada às dezoito horas e vinte minutos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA A 10 DE DEZEMBRO DE 1980

Sessão nº 2.242. Eleição de sócios beneméritos, efetivos, correspondentes brasileiros e honorários

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos dez dias do mês de dezembro de mil novecentos e oitenta, às quinze horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seu Presidente, Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, declarou abertos os trabalhos da Assembléia Geral convocada na forma dos estatutos, para preenchimento de vagas existentes no quadro social. Sentaram-se à Mesa, além do Presidente, o Primeiro Vice-Presidente Américo Jacobina Lacombe, o Segundo Vice-Presidente, Arthur Cezar Ferreira Reis, o Primeiro Secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e o Segundo Secretário Fernando Monteiro. Depois de lida, pelo Segundo Secretário, a súmula das efemérides brasileiras referentes ao dia, do livro do barão do Rio Branco, o Presidente, tendo sido informado da existência de *quorum*, designou para escrutinadores os sócios efetivos Desembargador José Gomes Bezerra Câmara e Plínio Doyle Silva, este diretor da Biblioteca Nacional. Para a vaga de sócio benemérito, decorrente da morte do Professor Carlos Delgado de Carvalho, foi eleito, por aclamação, o mais antigo dos sócios efetivos, Cristóvão Leite de Castro. Para a vaga deste, foi eleito sócio efetivo, ainda por aclamação, o sócio honorário Affonso Celso Villela de Carvalho e, nas vagas decorrentes das mortes de Orlando Sattamini Duarte e Fábio de Macedo Soares Guimarães, foram eleitos sócios efetivos, igualmente por aclamação, os honorários Mircea Buescu e Arno Wehling. Mediante uso de bolas pretas e brancas, foram eleitos sócios correspondentes brasileiros, por expressiva maioria de votos, os professores Silvio Augusto de Bastos Meira (Pará), Thales de Azevedo (Bahia) e Guilhermino César da Silva (Rio Grande do Sul), em preenchimento das vagas resultantes das mortes do engenheiro Augusto Ebremar de Bastos Meira, do Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa e de Moysés de Moraes Vellinho, respectivamente. Para as vagas decorrentes da transferência dos sócios honorários Arno Wehling, Affonso Celso Villela de Carvalho e Mircea Buescu para a categoria de efetivos, foram eleitos sócios honorários, por significativa maioria de votos, observado o sistema de bolas pretas e brancas, como mandam os estatutos, os professores Evaristo de Morais Filho e Paulo Werneck da Cruz e o Doutor Rubens d'Almada Horta Porto. Terminada a votação, o Presidente proclamou o resultado e franqueou a palavra aos que dela quisessem fazer uso. O sócio Donato Mello Júnior leu carta que o Professor Marcelo Caetano escreveu nesta cidade a 15 de agosto último ao jornalista português Novais Granada, dando as razões pelas quais não desejava voltar a Portugal. Transcrita pelo jornal *O Estado do Pará*, em suas edições de 2 e 3 de novembro próximo passado, essa carta suscitou pronunciamento do Professor Pedro Calmon, que lembrou o magnífico gesto de Marcelo Caetano doando sua opulenta biblioteca à Universidade Gama Filho, com o que contribuiu para enriquecer nosso patrimônio cultural. Também a propósito dessa valiosa doação, usou da palavra o sócio Ruben Rosa, velho amigo de Marcelo Caetano, cuja personalidade de estudioso, de grande conhecedor da história do direito português, foi exaltada pelo orador em comovidas palavras de reconhecimento, afeto e saudade. Em exposição que fica fazendo parte integrante da presente ata, como anexo, o sócio efetivo Coronel Francisco Ruas Santos propôs voto de louvor à Diretoria e, em especial, ao Presidente Pedro Calmon, pela decisão de encaminhar ao

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) plano de pesquisa a ser executado pelo Instituto mediante financiamento por parte daquele órgão. O sócio efetivo General Umberto Peregrino encareceu a conveniência da oportuna divulgação dos depoimentos sobre o movimento revolucionário de 1930 que foram gravados para tal efeito. O Presidente assinalou a presença do Professor Vicente Tapajós, ao qual dirigiu palavras de apreço e de reconhecimento pelo oferecimento ao Instituto de originais de trabalho, de autoria de Roberto Macedo. O Professor Tapajós ofertou à nossa biblioteca exemplar do livro de sua autoria, em colaboração com Hugo e Eduardo Tapajós, *Amazônia no século XIX/Contribuição do Coronel Antônio Monteiro Tapajós para o seu desenvolvimento*, Fundação Cultural do Amazonas, 1979. Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente agradeceu o comparecimento de todos e convidou os presentes para a sessão solene que se realizará a seguir, no salão nobre, em comemoração do centenário do Clube de Engenharia.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Roberto Piragibe da Fonseca, Raul Lima, Luiz de Castro Souza, Horácio de Almeida, Fernando Monteiro, Dalmo Freire Barreto, Arthur Cézar Ferreira Reis, Francisco Ruas Santos, Herculano Gomes Mathias, Paulo Braga de Menezes, Lourenço Luiz Lacombe, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, José Gomes Bezerra Câmara, Aurélio de Lyra Tavares, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, José Honório Rodrigues, Josué Montello, Umberto Peregrino, Jonas Correia, Marcos Carneiro de Mendonça, Plínio Doyle Silva, Francisco de Assis Barbosa, Alberto Ribeiro Lamego, Lucas Mayerhofer, Donato Mello Júnior, Gilberto Ferrez, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, Renato Soeiro, Mário Barata.*

Encerrou-se a Assembléia Geral às dezesseis horas e trinta minutos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

PROPOSTA DE FRANCISCO RUAS SANTOS NA ASSEMBLÉIA GERAL DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980

Proponho um voto de louvor à Diretoria do Instituto, em especial ao nosso prezado Presidente Prof. Pedro Calmon, pela decisão de encaminhar ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq — plano de pesquisa a executar pelo Instituto com financiamento daquele órgão.

Para melhor situar o plenário quanto a esta proposta, recapitulo:

Em 1978, nosso prezado confrade Marcos Carneiro de Mendonça, pensando também na comemoração do sesquicentenário do Instituto, propôs que analisássemos a nossa *Revista*. Secundando a proposta, e ampliando-a, lembrei que se fizesse também sua indexação analítica. Uma vez que esta já estava em curso de execução contratual, e para valorizar mais ainda a documentação do Instituto, foi apresentado à Diretoria plano de pesquisa para a catalogação cooperativa de toda a sua documentação, em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, e de indexação analítica de suas principais coleções. A disseminação seletiva das informações será iniciada tão logo o plano comece a ser executado. Este o plano aprovado pela Diretoria e encaminhado ao CNPq.

É importante considerar que, ainda não se obtenham os recursos financeiros imediatamente, o Instituto já deu talvez o primeiro grande passo para comemorar aquele notabilíssimo evento. E mais: optando o Instituto pela catalogação legível pelo computador, não só mutliplicará a força informativa de sua preciosa documentação, como firma doutrina modernissima para a valorização dos documentos. É por isto, principalmente, que a meu ver ela é digna de louvor.

Quanto à proposta original de Marcos Carneiro de Mendonça, é trabalho pertinente aos historiadores, pois só eles poderão, com proficiência, não só analisar a produção inserta na Revista, como dela extrair dados fundamentais ao estabelecimento do pensamento histórico no Instituto.

Independentemente da indexação analítica, essa análise poderá ser executada, a partir de 1981, com pesquisadores voluntários, trabalhando descansadamente até 1988 (oito anos, portanto). Já existem alguns confrades dispostos a assim trabalhar. Este trabalho será, sem dúvida, mais um notável marco que assinalará o sesquicentenário.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 1980. — *Francisco Ruas Santos.*

ANEXOS

CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO

Proposta

Propomos para preencher a vaga de Sócio Benemérito por morte de *Carlos Delgado de Carvalho*, metodologista do Ensino reformado de Geografia no Brasil, o ilustre consócio, *Cristóvão Leite de Castro* que tem no quadro dos sócios efetivos na atualidade o privilégio de ser o número Um, acrescentado, pelo acaso, de ser especialista como o seu antecessor, em estudos de Geografia, ex-Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia e ex-Diretor do **Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica**. Façamo-lo por seus quarenta anos de casa, sócio benemérito.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon — Washington Perry de Almeida — Mons. Guilherme Schubert — Raul Lima — Fernando Monteiro — Dalmo Freire Barreto — Paulo Braga de Menezes — Nelson Omegna — Ruben Rosa — Alberto Ribeiro Lamego — Gilberto Ferrez — Francisco Ruas Santos — Affonso Celso Villela de Carvalho — Jonas Correia — Umberto Peregrino — Roberto Piragibe da Fonseca.*

AFFONSO CELSO VILLELA DE CARVALHO

Proposta

Propomos para preencher vaga por promoção do consócio *Cristóvão Leite de Castro* à categoria de benemérito, o Sócio Honorário *Affonso Celso Villela de Carvalho*, que por sua assiduidade às reuniões de CEPHAS onde tem demonstrado qualidades apreciáveis de expositor e pesquisador na área bibliográfica, arqueológica e política, faz jus a ser elevado no quadro de efetivo — do qual antecipadamente tem ocupado posição na Comissão de Arqueologia e Etnografia, sendo sócio honorário, anomalia agora corrigida com a sua efetivação na categoria.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon — Washington Perry de Almeida — Fernando Monteiro — Monsenhor Guilherme Schubert — Raul Lima — Dalmo Freire Barreto — Paulo Braga de Menezes — Nelson Omegna — Alberto Ribeiro Lamego — Ruben Rosa — Francisco Ruas Santos — Gilberto Ferrez — Jonas Correia — Umberto Peregrino — Mário Barata — Roberto Piragibe da Fonseca — Donato Mello Júnior.*

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

A proposta que indica o Sócio Honorário Affonso Celso Villela de Carvalho para a categoria de Sócio Efetivo, na vaga aberta com a elevação de Sócio Benemérito do consócio Cristóvão Leite de Castro, merece aprovação desta Comissão, pois o Professor Affonso Celso Villela de Carvalho continua a merecer todo o apreço e admiração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelas suas altas qualidades de pesquisador e amor pela nossa Instituição.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1980. — *Luiz de Castro Souza*, Relator — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Nelson Freire Lavanère-Wanderley.*

PARECER

Comissão de História

O Sócio Honorário Affonso Celso Villela de Carvalho, membro do Museu Histórico Nacional, foi o organizador do Museu do 1º Reinado, no antigo Palacete da Marquesa de Santos e da Rainha de Portugal. Tem revelado nas sessões semanais respeitáveis conhecimentos de História e Arqueologia, de cuja comissão fez parte.

Sua elevação a efetivo é um natural reconhecimento de suas qualidades como pesquisador e expositor.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1980. — *Américo Jacobina Lacombe*, Relator — *Marcos Carneiro de Mendonça* — *Herculano Gomes Mathias*.

MIRCEA BUESCU

Proposta

Propomos para a vaga aberta de Sócio Efetivo, com o falecimento do saudoso consócio *Orlando Sattamini Duarte*, o sócio honorário *Mircea Buescu*, que em carta agradecendo a sua primeira eleição para o quadro social do Instituto, afirma «darei irrestrita contribuição para a realização dos altos designios dessa nobre Instituição». Em confirmação desta promessa, o Instituto leva a ocupar um dos seus números do quadro de efetivos, o ilustre Mestre da História Econômica do Brasil, Prof. Mircea Buescu.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon* — *Washington Perry de Almeida* — *Monsenhor Guilherme Schubert* — *Raul Lima* — *Fernando Monteiro* — *Dalmo Freire Barreto* — *Paulo Braga de Menezes* — *Umberto Peregrino* — *Nelson Omegna* — *Alberto Ribeiro Lamego* — *Ruben Rosa* — *Gilberto Ferrez* — *Francisco Ruas Santos* — *Affonso Celso Villela de Carvalho* — *Jonas Correia* — *Mário Barata* — *Roberto Piragibe da Fonseca* — *Donato Mello Júnior*.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

A admissão de Sócio Honorário Mircea Buescu na categoria de Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro representa uma valiosa aquisição. Os seus numerosos e doutos trabalhos na área da história da economia o credenciam fartamente para a promoção agora realizada. Acresce que o economista Mircea Buescu é um sócio ativo e participante dos trabalhos deste Instituto.

Em conseqüência, somos de parecer que a admissão do economista Mircea Buescu na categoria de sócio efetivo atende à conveniência do Instituto.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1980. — *Nelson Freire Lavenère-Wanderley*, Relator — *Josué Montello* — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *Luiz de Castro Souza*.

PARECER

Comissão de História

O Professor Mircea Buescu, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é autor de numerosas e valiosas obras de História Econômica. Especializou-se ultimamente no estudo da História Quantitativa, tendo tomado parte na reunião de Paris em 1975, convocada pelo Prof. Mauro. Além disso tem apresentado à Comissão de Pesquisas e às Sessões do IHGB, comunicações valiosas que têm aparecido em nossa Revista. Sua elevação a efetivo se impõe.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1980. — *Américo Jacobina Lacombe*, Relator — *Marcos Carneiro de Mendonça* — *Herculano Gomes Mathias* — *José Honório Rodrigues*.

ARNO WEHLING

Proposta

Propomos para Sócio Efetivo em vaga até agora não preenchida, pelo falecimento do ilustre consócio Fábio de Macedo Soares Guimarães, o Sócio Honorário Arno Wehling, de boa assiduidade às reuniões de CEPHAS e contribuição de elevado cunho científico abordando assunto de sua especialidade cultural — *A História da Filosofia*. Na comemoração universal da morte do sábio Albert Einstein e pela idêntica manifestação da publicação do

livro *Decadência do Ocidente*, de Spengler, o Professor Arno Wehling proferiu notável preleção quanto ao seu método didático e profundeza de conhecimento. O Instituto estima possuir no seu quadro social, cultor desta ordem, das idéias promotoras do saber humano no passado e no presente.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon* — *Roberto* 1980. — *Pedro Calmon* — *Roberto Piragibe da Fonseca* — *Fernando Monteiro* — *Raul Lima* — *Luiz de Castro Souza* — *Mário Barata* — *Gilberto Ferrez* — *Dalmo Freire Barreto* — *Arthur Cêzar Ferreira Reis* — *Francisco Ruas Santos* — *Paulo Braga de Menezes* — *Ruben Rosa* — *José Gomes Bezerra Câmara*.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

A proposta que indica o Sócio Honorário Arno Wehling para a categoria de Sócio Efetivo, merece a aprovação desta Comissão pelas suas altas qualidades pessoais e profissionais. A sua presença é da conveniência do Instituto.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1980. — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa*, Relator — *Luiz de Castro Souza* — *Nelson Freire Lavenère-Wanderley*.

PARECER

Comissão de História

O Professor Arno Wehling, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem publicado diversos trabalhos onde revela seus profundos conhecimentos de História e Epistemologia. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conta que sua incorporação ao quadro de sócios efetivos seja um estímulo aos seus valiosos estudos.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1980. — *Américo Jacobina Lacombe*, Relator — *Herculano Gomes Mathias* — *Arthur Cêzar Ferreira Reis* — *José Honório Rodrigues*.

SILVIO AUGUSTO DE BASTOS MEIRA

Proposta

Propomos para Sócio Correspondente, na vaga aberta pela morte do Engenheiro *Augusto Ebremar de Bastos Meira*, o Professor *Silvio Augusto de Bastos Meira*, outro ilustre paraense, nascido em Belém a 14 de maio de 1919 e cujo *curriculum vitae*, constituído de várias páginas, acompanha a presente proposta. Professor de Direito, autor de numerosos livros, discursos, conferências, teses, pareceres, estudos, ensaios e artigos, credencia-se o Professor Silvio Meira ao nosso Instituto, sobretudo pelo seu notável *Teixeira de Freitas, o jurisconsulto do Império*, valioso trabalho de pesquisa e interpretação, que o consagra como historiador de incontestável mérito.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon* — *Washington Perry de Almeida* — *Monsenhor Guilherme Schubert* — *Raul Lima* — *Fernando Monteiro* — *Dalmo Freire Barreto* — *Paulo Braga de Menezes* — *Nelson Omegna* — *Alberto Ribeiro Lamego* — *Ruben Rosa* — *Francisco Ruas Santos* — *Affonso Celso Villeia de Carvalho* — *Jonas Correia* — *Umberto Peregrino* — *Roberto Piragibe da Fonseca* — *Gilberto Ferrez* — *Mário Barata* — *Donato Mello Júnior*.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

Da vasta bibliografia do Professor Silvio Meira, eminente escritor e jurista, bastaria uma obra, o seu estudo biográfico sobre Teixeira de Freitas, para credenciá-lo ao nosso apreço, dando-lhe direito a ser incorporado às glórias de nosso Instituto, como seu Sócio Honorário. É o nosso parecer.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1980. — *Josué Montello*, Relator — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *Nelson Freire Lavenère-Wanderley* — *Luiz de Castro Souza*.

PARECER

Comissão de História

Sílvio Meira, intelectual paraense, membro de várias instituições culturais

de sua terra, é autor de uma biografia de Teixeira de Freitas que o consagrou como conhecedor da história da cultura no Império. Sua vasta bibliografia, abrangendo vários setores fazem dele um expoente da cultura da Amazônia.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1980. — *Américo Jacobina Lacombe*, Relator — *Herculano Gomes Mathias* — ***José Honório Rodrigues.***

THALES DE AZEVEDO

Proposta

Proponho, para Sócio Corersponden-te, na vaga do saudoso Monsenhor Barbosa, o historiador, também da Bahia, Professor Thales de Azevedo, cujos livros são bem conhecidos, e o colocam entre os mais ilustres ensaístas brasileiros. A sua entrada no Instituto Histórico honrará esta velha Casa, nela reatando o interesse pelos altos estudos que na Bahia se fazem.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon — Washington Perry de Almeida — Raul Lima — Mário Barata — Fernando Monteiro — Paulo Braga de Menezes — Dalmo Freire Barreto — Nelson Omegna — Alberto Ribeiro Lamego — Ruben Rosa — Francisco Ruas Santos — Affonso Celso Villela de Carvalho — Jonas Correia — Umberto Peregrino — Gilberto Ferrez — Roberto Piragibe da Fonseca e Donato Mello Júnior.*

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

A indicação do Professor Thales de Azevedo, na vaga aberta com o falecimento do saudoso Sócio Correspondente Monsenhor Manuel Barbosa, merece aprovação desta Comissão, pois, trata-se de ilustre brasileiro que honra a medicina e o magistério brasileiro pelo seu alto saber.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1980. — *Luiz de Castro Souza*, Relator — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Nelson Freire Lavenère-Wanderley.*

PARECER

Comissão de História

Thelas de Azevedo é um dos maiores antropólogos brasileiros, professor da Universidade Federal da Bahia, autor de numerosa bibliografia, especialmente de caráter social e cultural, e de estudos sobre o papel social e cultural da Igreja. Enumerar sua bibliografia seria ocioso, já que é enorme, e não daria neste espaço. É membro do Conselho Estadual de Cultura.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1980. — *José Honório Rodrigues*, Relator — *Américo Jacobina Lacombe — Marcos Carneiro de Mendonça — Herculano Gomes Mathias.*

GUILHERMINO CÉSAR DA SILVA

Proposta

Propomos para sócio correspondente na vaga por morte do ilustre gaúcho *Moysés de Moraes Vellinho*, o não menos ilustre Prof. *Guilhermino César da Silva*, nascido em 1908 em Minas Gerais, formado em Direito pela Faculdade de Belo Horizonte, jornalista e crítico literário na capital do Estado. Na década de 1940 transferiu-se para o Rio Grande do Sul para exercer cargo administrativo a convite do Interventor Ernesto Dorneles, sem prejuízo da sua atividade cultural exercida na Universidade do Estado, Escola de Filosofia, cadeira de Literatura. São frutos dessa sua atividade continuada os livros — *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, 1955; *História da Literatura do Rio Grande do Sul. Período Colonial*, 1977. A sua produção do gênero Letras é vasta e de reconhecido valor. Atualmente é 1º Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na vaga do seu velho companheiro Moysés Vellinho.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon — Washington Perry de Almeida — Raul Lima — Mons. Guilherme Schubert — Fernando Montiro — Dalmo Freire Barreto — Paulo Braga de Menezes — Nelson Omegna — Alberto Ribeiro Lamego —*

Ruben Rosa — Francisco Ruas Santos — Gilberto Perrez — Affonso Celso Villela de Carvalho — Jones Correia — Umberto Peregrino — Mário Barata — Roberto Piragibe da Fonseca.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

Guilhermino César, historiador de literatura gaúcha, ensaista de altos méritos, é proposto para Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na vaga do saudoso Moysés Vellinho, eminente historiador e crítico do Rio Grande do Sul. As afinidades entre os dois sócios — o que desapareceu e o que é indicado para a sua sucessão — são tão notáveis que será desnecessário explicitá-las. Assim, estamos de acordo com a proposta. É o nosso parecer.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1980. — *Josué Montello*, Relator — *Nelson Freire Lavenère-Wanderley* — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *Luiz de Castro Souza*.

PARECER

Comissão de História

Trata-se de uma figura bastante conhecida nos meios culturais do Brasil, tanto no que respeita ao campo de história como no de literatura. Em Minas Gerais, seu estado natal, e no Rio Grande do Sul, onde vive, goza de larga e merecida reputação, graças aos seus valiosos trabalhos publicados, versando assuntos daqueles dois Estados.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1980. — *Herculano Gomes Mathias*, Relator — *Américo Jacobina Lacombe* — *Marcos Carneiro de Mendonça* — *José Honório Rodrigues*.

PAULO WERNECK DA CRUZ

Proposta

Propomos para preencher a vaga por transferência do Sócio Honorário *Affonso Celso Villela de Carvalho* para a categoria de Sócio Efetivo, o lustre Diretor de Pesquisa Histórica do Arquivo Público do sEtado do Rio de Janeiro, Dr. *Paulo Werneck da Cruz*, natural desta cidade, formado em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, Técnico em Educação, Doutor em História pela Universidade de São Paulo, e membro do Conselho Cultural da Associação de Pesquisa iHstórica e Arquivística, com sede no Arquivo Nacional. Tem exercido atividade de docente em vários estabelecimentos de ensino, inclusive da Universidade Santa Úrsula. É autor de várias publicações para atender a exigências de concursos e congresso brasileiros e também da sua livre escolha. Damos em seguida os títulos de alguns desses trabalhos escritos em estilo filosófico muito da preferência do autor publicados ou a publicar: *Os possibilismos da Expansão Portuguesa* (apostila da tese defendida em São Paulo); *O novo Rio de Janeiro em primeiro síntese de iHstória Política*, 1889-1975; *Simpósio Regional de Taubaté*, 1980; *Demografia Histórica na República Velha*: *O desenvolvimento fluminense* (Anais do V Simpósio de História do Vale do Paraíba). Os dois recentes trabalhos estão anexados à proposta, juntamente com o *curriculum vitae* do ilustre candidato, que temos o prazer não de apresentar, mas de aqui lembrar a sua assiduidade às reuniões da CEPHAS e a sua apreciada intervenção em comunicações e debates.

Rio de aJneiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon — Washington Perry de Almeida — Fernando Monteiro — Raul Lima — Dalmo Freire Barreto — Paulo Braga de Menezes — Nelson Omegna — Alberto Ribeiro Lamego — Ruben Rosa — Affonso Celso Villela de Carvalho — Jonas Correia — Umberto Peregrino*.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

O historiador Paulo Werneck da Cruz, educador, pesquisador, é proposto para Sócio Honorário do Instituto, na vaga aberta com a promoção de nosso consócio Affonso Celso Villela

de Carvalho para o quadro de sócios efetivos. Os trabalhos anexados, sobre o *Desenvolvimento Fluminense* e a *Demografia Histórica na República Velha*, somam-se aos que só publicou e que o credenciam ao nosso apreço e à nossa admiração. Estamos de acordo com a proposta. É o nosso parecer.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 1980. — *Josué Montello*, Relator — *Nelson Freire Lavenère-Wanderley* — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *Luiz de Castro Souza*.

PARECER

Comissão de História

O Professor Paulo Werneck da Cruz, do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, tem publicado diversos trabalhos onde revela seus profundos conhecimentos de História e Epistemologia.

O IHGB conta que sua incorporação ao quadro de sócios honorários seja um estímulo aos seus valiosos estudos.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1980. — *Américo Jacobina Lacombe*, Relator — *Marcos Carneiro de Mendonça* — *José Honório Rodrigues*.

EVARISTO DE MORAES FILHO

Proposta

Propomos para Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Professor *Evaristo de Moraes Filho*, jurista e escritor, com valiosos estudos sobre a história do Direito operário e sociologia, que o credenciam, entre os maiores sabedores da especialidade, merecendo com isso a admissão nesta Casa, interessada em todos os ramos da tradição nacional. Ocupará a vaga do Sócio Arno Wehling.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon* — *Josué Montello* — *Washington Perry de Almeida* — *Monsenhor Guilherme Schubert* — *Fernando Monteiro* — *Paulo Braga de Menezes* — *Umberto Peregrino* — *Raul Lima* — *Ruben Rosa* — *Mário Barata* — *Horácio de Almeida* — *Dalmo Freire Barreto* — *Nelson Omegna* — *Alberto Ribeiro Lamego* — *Francisco Ruas Santos* — *Affonso Celso Villela de Carvalho* — *Jonas Correia* — *Gilberto Ferrez* — *Roberto Piragibe da Fonseca*.

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

O Professor Evaristo de Moraes Filho, consagrado por numerosas obras no campo do Direito, é também reconhecida autoridade no campo dos estudos históricos. Bastariam os ensaios realizados recentemente, em torno de figuras nacionais, como Tavares Bastos e Jorge Street, para credenciá-lo à condição de Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Gostaria de lembrar ainda a sua contribuição à *História da Independência do Brasil*, obra coletiva que tivemos a honra de dirigir e organizar em 1972. Podemos resumir a alta contribuição do Prof. Evaristo de Moraes Filho, reconhecendo que não se escreverá a história social do Brasil, no campo das lutas trabalhistas e operárias, sem recorrer aos estudos do ilustre patrício na matéria. É nosso parecer.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 1980. — *Josué Montello*, Relator — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa* — *Luiz de Castro Souza* — *Nelson Freire Lavenère-Wanderley*.

PARECER

Comissão de História

Evaristo de Moraes Filho é dos maiores trabalhistas brasileiros, com o levantamento histórico do trabalho no Brasil. É grande estudioso e conhecedor de história do Brasil, especialmente da história das idéias e da filosofia no Brasil. É sócio do Instituto de Filosofia e do Instituto da Ordem dos Advogados. Sua bibliografia é valiosa, e merece o respeito de todos os estudiosos brasileiros. Sua admissão honra o Instituto.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1980. — *José Honório Rodrigues*, Relator — *Américo Jacobina Lacombe* — *Herculano Gomes Mathias* — *Marcos Carneiro de Mendonça*.

RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO

Proposta

Propomos para Sócio Honorário na vaga por transferência do consócio *Mircea Buescu* para sócio efetivo, o ilustre Dr. *Rubens d'Almada Horta Porto,* conhecido profissional de administração pública na área federal, dentre essas destacando-se na Diretoria da Imprensa Nacional posição na qual pôde servir a *Revista* do Instituto de forma excelente. Somos-lhe gratos. Atualmente faz parte do Conselho Diretor da Fundação Casa de Rui Barbosa. Para maiores informações veja-se anexado à proposta o seu *Curriculum Vitae*.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1980. — *Pedro Calmon — Washington Perry de Almeida — Monsenhor Guilherme Schubert — Raul Lima — Gilberto Ferrez — Nelson Omegna — Dalmo Freire Barreto — Ruben Rosa — Alberto Ribeiro Lamego — Francisco Ruas Santos — Affonso Celso Villela de Carvalho — Jonas Correia — Mário Barata — Donato Mello Júnior — Fernando Monteiro — Roberto Piragibe da Fonseca.*

PARECER

Comissão de Admissão de Sócios

A admissão do Doutor Rubens d'Almada Horta Porto como Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se justifica pela sua numerosa produção de livros, artigos e outros trabalhos históricos.

Cidadão brasileiro cheio de serviços prestados ao país, o Doutor Rubens Porto durante mais de quarenta anos desempenhou honrosas funções e publicou numerosas obras que atestam a sua operosidade e alta capacidade.

Somos de parecer que a admissão do Dr. Rubens Porto como Sócio atende à conveniência do Instituto.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1980. — *Nelson Freire Lavenère-Wanderley,* Relator — *Josué Montello — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Luiz de Castro Souza.*

PARECER

Comissão de História

O Dr. Rubens d'Almada Horta Porto foi antigo Diretor da Imprensa Nacional, onde teve ocasião de revelar sua dedicação ao IHGB, pondo em dia sua Revista cujo padrão melhorou. Atualmente exerce a direção do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, onde tem revelado alto espírito de colaboração com esta Casa. O IHGB faz justiça conferindo-lhe o título de Sócio Honorário.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1980. — *Américo Jacobina Lacombe,* Relator — *Marcos Carneiro de Mendonça — José Honório Rodrigues.*

ATA DA 2.243ª SESSÃO EM 10 DE DEZEMBRO DE 1980

Comemorativa do centenário de fundação do Clube de Engenharia. Conferência do sócio efetivo engenheiro Cristóvão Leite de Castro

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos dez de dezembro de 1980, às dezessete horas, no Salão Nobre da sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, promovida por este e pelo Clube de Engenharia, realizou-se a sessão solene em comemoração da passagem do centenário da fundação da segunda das duas seculares entidades culturais. Além do Presidente Pedro Calmon, tomaram assento à mesa o engenheiro Plinio Cantanhede, Presidente do Clube de Engenharia; o representante do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Major PM Fernando de Sousa Ferreira; o re-

presentante do Cardeal-Arcebispo lo Rio de Janeiro, Monsenhor Guilherme Schubert; o Professor Américo Jacobina Lacombe, Primeiro Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; o engenheiro Maurício Joppert e o representante do Desembargador Ney Palmeiro, Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Professor Haroldo Lisboa da Cunha. O Presidente assinalou a presença do Doutor Antônio Rodrigues Tavares, Presidente do Real Gabinete Português de Leitura, pedindo a Sua Senhoria se considerasse como integrante da mesa. Concedida a palavra do mais antigo dos sócios efetivos do IHGB (promovido à categoria de sócio benemérito por decisão da Assembléia Geral realizada esta tarde), engenheiro Cristóvão Leite de Castro, pronunciou ele a conferência que será publicada na íntegra por nossa Revista. Seguiu-se na tribuna o engenheiro Plínio Cantanhede, Presidente do Clube de Engenharia, que em belo e aplaudido improviso, agradeceu calorosamente a homenagem do veterano Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo atual Presidente Professor Pedro Calmon, poderia ser considerado o «engenheiro da memória nacional». Lembrando os chamados montanhistas do período colonial, aqueles pioneiros que joeirando e garimpando, descobriam os filões de ouro, o orador disse que Pedro Calmon, por sua constância e amor à pesquisa de fatos históricos, bem poderia ser chamado de nosso montanhista-mor. Facultada a palavra aos membros do Instituto que dela quisessem fazer uso, o sócio efetivo Professor Mário Barata disse da importância da efeméride que estava sendo comemorada, ressaltando a significação na vida cultural brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Clube de Engenharia. Encerrando a sessão, o Presidente Pedro Calmon revelou-se muito sensibilizado com as palavras tão gentis de Plínio Cantanhede, a todos agradecendo o comparecimento, prestigiando a iniciativa do Instituto de homenagear o benemérito Clube de Engenharia no centenário de sua fundação. Por último, o Presidente convidou os presentes para a sessão solene que o Instituto, os cônsules gerais dos países bolivarianos e a Sociedade Bolivariana do Brasil farão realizar neste mesmo salão, às 17 horas do próximo dia 17, em comemoração do sesquicentenário da morte do libertador Simon Bolivar.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Mário Barata, Jonas Correia, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Paulo Braga de Menezes, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, José Gomes Bezerra Câmara, Aurélio de Lyra Tavares, Cybelle de Ipanema, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Cristóvão Leite de Castro, Monsenhor Guilherme Schubert, Donato Mello Júnior, Paulo Wernck da Cruz, Alberto Ribeiro Lamego.*

A sessão foi levantada às dezoito horas e trinta e cinco minutos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 2.244ª SESSÃO REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1980

Sessão solene comemorativa do 150º aniversário da morte de Simon Bolivar, o Libertador, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelos cônsules gerais dos países bolivarianos e pela Sociedade Bolivariana do Brasil

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Aos dezessete de dezembro de 1980, às dezessete horas e quinze minutos, no Salão de Honra da sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seu Presidente, Professor Pedro Calmon, declarou aberta a sessão comemorativa

do centésimo qüinquagésimo aniversário da morte do libertador Simon Bolívar, ocorrida na cidade colombiana de Santa Marta aos dezessete de dezembro de 1830. Além do Presidente do IHGB, sentaram-se à mesa o Senhor Freddy Arocha Castresana, Embaixador da República da Venezuela; Senhor Manuel Augusto de Roca Zela, Embaixador da República do Peru; Monsenhor Guilherme Schubert, representante do Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro; Professor Benjamin Albagli, Presidente da Academia Brasileira de Educação; Professor Haroldo Teixeira Valladão, Presidente do Comitê Jurídico Interamericano da Organização dos Estados Americanos (O.E.A.); Professor Américo Jacobina Lacombe, Primeiro Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Após a leitura pelo Primeiro Secretário, Doutor Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, da súmula das efemérides referentes ao dia, do livro do barão do Rio Branco, na forma de nosso ritual, o Presidente concedeu a palavra ao sócio correspondente, Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, atual chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, que leu sua anunciada conferência sobre a personalidade e a obra de Simon Bolívar. Ouvido com geral atenção e muito aplaudido ao final, valeu-se o orador de documentação ainda inédita existente no Arquivo Histórico do Itamarati. A Revista do IHGB publicará, na íntegra, o trabalho do ilustre consócio, que tão bem se desincumbiu da tarefa. Nenhum outro sócio desejando fazer uso da palavra, franqueada pelo Presidente, este agradeceu a presença de todos e, depois de louvar o conferencista, que tão sabiamente abordou o tema proposto, estabeleceu cotejo entre as fascinantes personalidades de Simon Bolívar e de nosso D. Pedro I, chamando atenção para semelhanças impressionantes: os dois amavam a guerra e eram apaixonados pela liberdade, ambos amavam as mulheres e ambos morreram devorados pela mesma implacável moléstia. Por último, o Presidente lembrou um brasileiro muito ligado a Bolívar e de cujos exércitos foi general: José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869), do qual este Instituto possui o único retrato que se conhece.

Compareceram os seguintes sócios: *Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Washington Perry de Almeida, Fernando Monteiro, Marcos Carneiro de Mendonça, Monsenhor Guilherme Schubert, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Paulo Braga de Menezes, Lourenço Luís Lacombe, Raul Lima, Plínio Doyle Silva, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Antônio Pimentel Winz, Umberto Peregrino, Arno Wehling, Nelson Omegna, Arthur Cézar Ferreira Reis, Dom Pedro Gastão de Orléans e Bragança, Donato Mello Júnior, José Gomes Bezerra Câmara, Paulo Werneck da Cruz, Jonas Correia, Affonso Celso Villela de Carvalho, Silvio Meira, Affonso Arinos Filho, Haroldo Valladão.*

A sessão foi levantada às dezoito horas e quarenta e cinco minutos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 26ª REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, REALIZADA A 26 DE MARÇO DE 1980

Sócios presentes:

Alípio Mendes — Américo Jacobina Lacombe — Arno Wehling — Cibele de Ipanema — Dalmo Barreto — Donato Melo Júnior — Eduardo Canabrava Barreiros — Fernando Monteiro — Francisco Ruas Santos — Gilberto Ferrez — Guilherme Schubert (Monsenhor) — Herculano Gomes Mathias — Horácio de Almeida — Jonas Correia — Lourenço Luís Lacombe — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Marcelo Caetano — Marcos Carneiro de Mendonça — Mário Barata — Nelson Freire Lavenère-Wanderley — Oliver Onody — Paulo Braga de Menezes — Pedro Calmon — Umberto Peregrino Seabra Fagundes — Washington Perry de Almeida.

Visitantes:

Apulcro Prestes de Muros — Francisco de Paula Mayrink Lessa — José Gabriel da Costa Pinto — Paulo Werneck da Cruz.

Aos vinte e seis de março de 1980, às quinze horas e trinta minutos, o Presidente Pedro Calmon declarou abertos os trabalhos da vigésima sexta reunião mensal de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e convidou para a Mesa o 1º Vice-Presidente Américo Jacobina Lacombe e o sócio grande benemérito Marcos Carneiro de Mendonça.

Lida pelo 2º Secretário, foi aprovada, sem debates, a ata anterior relativa à vigésima quinta reunião, realizada a 19 de dezembro de 1979 (a última do ano).

O Presidente assinalou a presença do Vice-Presidente Honorário Professor Marcelo Caetano, dizendo da satisfação geral pelo retorno do eminente consócio às atividades normais da Casa, saudando-o efusivamente.

Muito sensibilizado, o Professor Marcelo Caetano agradeceu as carinhosas manifestações de apreço e simpatia recebidas durante o período em que esteve em tratamento de saúde. Disse da grande alegria que constituiu para ele receber aquela cativante mensagem subscrita pelos sócios do IHGB, motivo de estímulo ainda maior para continuar freqüentando as reuniões das quais se acostumara a partilhar, com interesse e proveito.

Ao concluir sua pequena mas comovida oração, foi o Professor Marcelo Caetano saudado por calorosa salva de palmas, todos de pé.

Exibiu o Professor Pedro Calmon a última aquisição feita pelo IHGB: o Livro de Razão de Antônio Teles da Silva, Governador do Estado do Brasil, que exerceu as funções na fase final da primeira metade do Século XVII, no tempo em que aos governadores era lícito praticar atos de comércio em proveito próprio.

Ressaltou o Presidente a importância do documento para estudos de história econômica, pois não se conhecia até agora livros de escrituração mercantil daquela época, com a especificação de negócios particulares de autoridades maiores da administração colonial, com a indicação de preços de nossos produtos exportáveis.

Mediante intermediação do Embaixador Sérgio Correia da Costa, que o trouxe para esta cidade, o precioso documentário foi adquirido em Nova York aos livreiros *Oscar Schreyer, Old and Rare Books*, pelo preço de 2.000 dólares. Com a obtenção de câmbio oficial, o desembolso do IHGB foi de ..... Cr$ 86.470,00.

Em excelente estado de conservação, aquele livro de contabilidade do Governador Antônio Teles da Silva fica no arquivo do IHGB à inteira disposição dos pesquisadores.

Comunicou o Presidente haver nosso consócio Raul Lima recebido carta de Lisboa, informando-o do falecimento do General Câmara Pina, membro ilustre da Academia Portuguesa da História e da Academia das Ciências de Lisboa.

Lamentando a perda do amigo e confrade português, a quem muito estimava, Pedro Calmon ressaltou as qualidades do desaparecido e informou ter solicitado a Joaquim Verissimo Serrão transmitisse à família Câmara Pina a solidariedade deste Instituto na dor que a atingiu.

Dalmo Barreto leu notícia publicada pelo *Jornal do Brasil* de 1º deste mês (Caderno B, página 11), a propósito do êxito editorial obtido em Paris pela obra de Fernand Braudel *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV/XVIII*, que teve sua primeira edição, de 9.000 exemplares, esgotada em apenas duas semanas, apesar de seus três volumes, no total de mais de 1.700 páginas, custando 500 francos, cerca de Cr$ 5.500,00. É fato incomum em trabalhos de erudição e de elevado preço.

Cibele de Ipanema comunicou que o Governo do Estado do Rio de Janeiro premiou o Instituto Histórico de Niterói

com a quantia de cem mil cruzeiros, fato que a oradora classificou de auspicioso, ao contrário do que sucede com a matéria de que ia tratar a seguir, referentemente à notícia veiculada por Carlos Castelo Branco em sua coluna de ontem no *Jornal do Brasil* acerca do Arquivo Nacional.

Não foi o ilustre jornalista feliz em sua nota, redigida talvez com aquela pressa que caracteriza os trabalhos da imprensa diária, tudo levando a crer que o pensamento do Sr. Ministro da Justiça não haja sido fielmente interpretado. De qualquer sorte, à primeira vista, a leitura chocou a quantos prezam e admiram a obra de Raul Lima na direção do Arquivo Nacional.

Dizendo falar também em nome de Marcelo de Ipanema, Cibele externou sua simpatia e integral reconhecimento pelo trabalho daquele nosso estimado companheiro.

Manifestaram-se sobre o caso em debate, falando cada um por sua vez, o General Umberto Peregrino, Monsenhor Guilherme Schubert, Paulo Braga de Meneses, Mário Barata, Gilberto Ferrez e Lourenço Luis Lacombe, todos louvando as qualidades aprimoradas e a competência técnica que fizeram de Raul Lima credor de todo nosso apreço e respeito por parte de quantos freqüentam e se utilizam dos serviços da repartição sob sua guarda e zelo.

Lembrando que na próxima terça-feira, dia 1º de abril, será aberta no Arquivo Nacional exposição comemorativa do 150º aniversário da morte do compositor Padre José Maurício Nunes Garcia, sugeriu Mário Barata fôssemos todos visitar aquela mostra, oportunidade para expressar ao seu organizador, em caráter pessoal, a nossa admiração por sua constância e desvelo na preservação da memória nacional.

Alípio Mendes, novo sócio honorário, comparecendo pela primeira vez após sua eleição, agradeceu a escolha de seu nome.

Donato Melo Júnior leu extenso trabalho seu sobre a presença de Dom Pedro II nas exposições gerais da Academia Imperial das Belas Artes, desde quando, com apenas onze anos de idade, visitou aquele instituto de ensino artístico a 15 de dezembro de 1836, sendo recebido pelo Regente Feijó. O orador procedeu a completo levantamento daquelas exposições, de 1840 a 1884, quando se realizou a última e mais importante Exposição Geral do Segundo Reinado.

Mário Barata, voltando a fazer uso da palavra, lembrou o transcurso no dia 23 deste mês do centenário de nascimento do cientista e homem público Artur Neiva (1880-1943). Discípulo de Oswaldo Cruz, dedicou-se a trabalhos de saneamento e a estudos de entomologia médica. Dirigiu e remodelou o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, onde viveu parte considerável de sua vida. Lá, debelou séria praga cafeeira e organizou o famoso Instituto Biológico, de que foi Diretor. Dirigiu também o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Foi Interventor Federal na Bahia, seu Estado natal. Deputado Federal. Professor do Instituto Oswaldo Cruz, deixou numerosos trabalhos de natureza científica.

Associando-se à homenagem de Mário Barata à memória de Artur Neiva, que bem conheceu, o Presidente Pedro Calmon lembrou que ele era filho de João Neiva, socialista romântico do fim do Império, que se tornou, por seu idealismo e prestimosidade, figura muito popular na Bahia.

Ainda com a palavra, leu o Presidente a moção que acabava de ser subscrita por todos os presentes, de completa solidariedade ao Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, membro deste Instituto, que se acha há muitos dias aprisionado como refém, juntamente com outros diplomatas de países diversos, inclusive do Núncio Apostólico, na sede da representação da República Dominicana em Bogotá, ocupada por guerrilheiros colombianos em violação aos mais elementares princípios de Direito Internacional.

O *Coronel Francisco Russ*, não tendo tido oportunidade, pelo adiantado da hora, de falar nesta reunião, apesar de

inscrito, solicitou a transferência de sua vez de ocupar a tribuna para a próxima reunião mensal em 30 de abril.

Informando que não haverá reunião da CEPHAS no próximo dia 2 de abril — apesar do esclarecimento de Monsenhor Schubert de que não é de guarda a quarta-feira da Semana Santa — o Presidente desejou boas Páscoas e agradeceu a presença de todos. A reunião foi encerrada às dezesseis horas e cinqüenta minutos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 27ª REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, REALIZADA A 30 DE ABRIL DE 1980

Sócios presentes:

Afonso Celso Vilela de Carvalho — Alípio Mendes — Américo Jacobina Lacombe — Arno Wehling — Cibele de Ipanema — Donato Melo Júnior — Fernando Monteiro — Francisco Ruas Santos — Guilherme Schubert (Monsenhor) — Herculano Gomes Mathias — Horácio de Almeida — Lourenço Luis Lacombe — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Marcelo Caetano — Marcelo Moreira de Ipanema — Nelson Freire Lavenère-Wanderley — Nelson Omegna — Oliver Ónody — Paulo Braga de Menezes — Pedro Calmon — Raul Lima.

Visitantes:

Apulcro Prestes de Muros — Francisco de Paula Mayrink Lessa — Paulo Werneck da Cruz — Zulmiro da Silva Vieira.

Aos trinta de abril de 1980, às quinze horas e quinze minutos, o Presidente Pedro Calmon declarou abertos os trabalhos da 27ª reunião mensal de sócios do IHGB e convidou par integrar a Mesa o 1º Vice-Presidente Américo Jacobina Lacombe.

Lida pelo 2º Secretário, foi aprovada a ata da 26ª reunião, realizada a 26 de março último.

Raul Lima, muito sensibilizado, externou seus agradecimentos pelas manifestações de amizade e apreço de parte dos consócios que se pronunciaram na reunião de 26 de março (a que esteve ausente), a propósito de nota publicada pelo jornalista Carlos Castelo Branco em sua coluna no *Jornal do Brasil*.

Na oportunidade, ofereceu Raul Lima circunstanciado relato de sua posição relativamente ao Arquivo Nacional, informando que desde a posse do novo Ministro da Justiça pôs o cargo de Diretor-Geral à disposição de Sua Excelência e aguarda, no posto, como lhe compete, a designação de substituto, providência que vem sendo submetida a longo compasso de espera.

Horácio de Almeida, partindo do confronto com os dicionários editados em Portugal, com obediência do plano inicial e manutenção dos nomes dos autores através de sucessivas edições (como é o caso, por exemplo, do de Caldas Aulette), analisou os dicionários feitos entre nós, tratando mais particularmente do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, que conserva o título, embora sejam os nomes dos autores substituídos a cada edição.

O orador, que possui opulenta coleção de léxicos da língua portuguesa e é muito versado na matéria, teve sua fala acompanhada por geral interesse, recebendo aplausos ao final.

O *Presidente Pedro Calmon* leu cartão dirigido ao IHGB pela Embaixatriz Hortência do Nascimento e Silva agradecendo, em nome do marido, a moção de solidariedade que lhe foi enviada por motivo de sua retenção, como refém, por parte de guerrilheiros colombianos, no recinto da representação diplomática da República Dominicana em Bogotá.

Comunicou ainda o Presidente que na reunião da CEPHAS, a realizar-se no próximo dia 21 de maio, falarão os consócios Afonso Celso Vilela de Carva-

lho sobre Peter Lund (o pai da Paleontologia brasileira) e Cibele de Ipanema sobre Ana Justina Ferreira Néri (conhecida como *Mãe dos Brasileiros*), a propósito do centenário da morte dessas duas notáveis figuras.

Informou mais o Presidente que na próxima reunião mensal de sócios, no dia 28 de maio, o Professor Arno Wehling dissertará sobre o filósofo alemão Oswald Splenger (1880-1936), famoso por sua obra de interpretação filosófica da história *Der Untergang des Abendlandes*, isto é *A Decadência do Ocidente*. Também o Professor Paulo Werneck da Cruz, freqüentador assíduo de nossas reuniões, inscreveu-se para fazer algumas considerações sobre igual tema.

Dessa forma, disse o Presidente, o IHGB homenageará a memória de Splenger no transcurso do primeiro centenário de seu nascimento.

Nada mais havendo que tratar, a reunião foi encerrada às 16,35, após o Presidente ter encarecido a presença de todos na sessão solene do próximo dia 5 de maio, comemorativa do centenário da morte do grande brasileiro, o Marechal Duque de Caxias, que foi sócio deste Instituto. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 28ª REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, REALIZADA A 28 DE MAIO DE 1980

Sócios presentes:

Afonso Celso Vilela de Carvalho — Alípio Mendes — Américo Jacobina Lacombe — Antônio Pimentel Wintz — Dalmo Barreto — Donato Melo Júnior — Fernando Monteiro — Francisco Ruas Santos — Gilberto Ferrez — Guilherme Schubert (Monsenhor) — Herculano Gomes Mathias — Horácio de Almeida — José Gomes Bezerra Câmara — Lucas Mayerhofer — Lycurgo de Castro Santos Filho — Marcelo Caetano — Nelson Omegna — Paulo Braga de Menezes — Pedro Calmon — Oliver Onody — Thalita de Oliveira Casadei — Arno Wehling.

Visitantes:

Srs Arno Wehling — Antônio Nunes Malveira — Apulcro Prestes de Muros — Arnaldo do Rosário Lima — Braz Pepe — Durval Silva Lima — Henry Bacon — José Gabriel da Costa Pinto — Paulo Werneck da Cruz — Zulmiro da Silva Vieira.

Aos 28 de maio de 1980, às 15 horas e 15 minutos, o Professor Pedro Calmon declarou abertos os trabalhos da 28ª reunião mensal de sócios do IHGB e convidou para integrar a Mesa o 1º Vice-Presidente Américo Jacobina Lacombe.

Lida pelo 2º-Secretário, foi aprovada a ata da 27ª reunião, realizada a 30 de abril último.

Afonso Celso Vilela de Carvalho exibiu o primeiro número de *Nosso Século*, publicação da *Abril Cultural*. Após ressaltar a excelência da apresentação gráfica e a variedade do material iconográfico, leu alguns trechos do texto, chamando a atenção para as inverdades contidas e para o aspecto confuso e tendencioso das informações veiculadas, sobretudo no que tange à Guerra do Paraguai, apontada como *uma vitória de dívidas*. E outras sandices como esta aparecem na vistosa publicação da Abril. Comentou ainda o orador a colocação de fotografia do marechal conde d'Eu e de seu Estado-Maior ao lado da dos escombros da igreja de Humaitá, numa clara e pérfida insinuação.

O *Presidente Pedro Calmon* disse já ter também lido *Nosso Século*, declarando-se inteiramente solidário com as observações e o protesto de Afonso Celso Vilela de Carvalho.

Gilberto Ferrez, por sua vez, criticou a Editora Abril pela falta de ética ao utilizar abusivamente parte do material iconográfico da publicação em causa.

O *Professor Arno Wehling*, previamente inscrito, tratou da obra histórica de Oswald Spengler, cujo centenário de nascimento ocorre amanhã (29 de maio). Depois de referir-se aos dados pessoais e às obras de Spengler (das quais a mais conhecida entre nós é *Der Untergang des Abendlandes, A Decadência do Ocidente*, de sucesso na década de 20), o Professor Arno, em sua erudita dissertação, feita oralmente, estabeleceu distinção entre metodologia, filosofia e epistemologia da História, para classificar Spengler como filósofo da História. Prosseguindo apontou as características da concepção histórica do filósofo alemão: determinista, orgânica e anti-historicista. Mencionou a intuição (de Nietzsche) e o método (de Goethe). Analisou a concepção de cultura de Spengler e de sua morfologia: primavera, verão, outono e inverno (da criação espontânea, ao racionalismo crítico e à morte da cultura). E, a seguir, ressaltou Arno Wehling a oposição entre a criação histórica (típica das primeiras fases da cultura) e a análise racionalista, que disseca e mata (típica das fases derradeiras e da civilização). Citou as culturas apolínea, mágica e fáustica como exemplo de exemplificações históricas. Os temas finais da dissertação do Professor Arno Wehling — que ofereceu aos ouvintes amplo panorama das idéias do filósofo alemão, reflexo de um mundo em crise — foram os seguintes: As discussões e avaliações da obra de Spengler: estabelecimento provisório de seus aspectos positivos e negativos para uma visão filosófica da História e uma antropologia filosófica; os últimos trabalhos do autor de *A Decadência do Ocidente* e seu ineditismo; estudos sobre as comunidades pré-históricas e o desenvolvimento da metafísica; e, finalmente, o significado da obra spengleriana e provisoriedade das conclusões. Após os aplausos ao orador, ouvido com geral atenção, seguiu-se na tribuna, também previamente inscrito, o Dr. *Paulo Werneck da Cruz*, assíduo freqüentador de nossas sessões e colaborador do IHGB.

Disse o Dr. Paulo que, depois da magnífica exposição do Professor Arno Wehling, apenas restava-lhe dizer pouca coisa e chamar atenção para a qualidade enérgica do estilo de Spengler.

Para nosso tempo, esse pensador alemão apresenta graves defeitos, sendo certo, porém, que com seu esforço e cientificidade definiu um método de trabalho bem mais depurado de elementos estranhos à História do que os modelos anteriormente apresentados como historicismo.

Continuando, disse o Dr. Paulo Werneck da Cruz que Hegel (1770-1831) ofereceu o mais antigo modelo de historicismo, no qual ciência, filosofia e religião estavam dosados para produzir uma determinação ou previsão dos acontecimentos. Spengler, por seu turno, tentou centrar a interpretação da História no método da História Natural aplicada e, mais do que Marx, buscou o fundamento científico da História, compreendendo que os dados do hegelianismo eram em demasia ecléticos — e chegou a aderir à tendência que surgia de buscar através da Física uma ciência geral dos fenômenos.

Ele não conseguiu ser isento de filosofismo, mas os paralelismos que sugeriu entre História e acontecimentos naturais — comentou o orador — contribuíram para o reforço da História como parte de um campo integrado de observações científicas.

Ao lado de suas idéias, disse o Doutor Paulo Werneck da Cruz, ostenta Spengler o vigor de seu estilo, valorizado pela dramática situação do homem perante um Universo de forças indiferentes que estão sempre testando sua capacidade de sobreviver e não sua capacidade de humanização.

Nesta altura, passou o orador a exemplificar o pensamento e o estilo de Spengler, lendo trechos como os que se seguem.

Dirá o filósofo: «... o estudo comparado de outras culturas pode revelar apenas a forma geral dos fatos e sua marcha no decurso dos tempos — parece certo que as forças que condicionam o futuro serão as mesmas que atuaram no passado: a vontade do mais forte, a firmeza dos instintos, a raça, o desejo de posse e de poder. Acima

disso, ondeiam os sonhos inanes, que nunca passarão de sonhos: a Justiça, a Felicidade, a Paz.»

A lógica de um mundo que nunca mudará — disse o orador — as idéias de Nietzsche sobre a capacidade do fraco de corromper o forte produzem em Spengler frases ferinas e céticas como estas:

«O socialismo nada é senão o capitalismo da classe baixa.»

«A estupidez de uma teoria nunca foi obstáculo à sua divulgação.»

«É somente a falta de critério que poupa a estes escolásticos materialistas a percepção de que no fim de sua cadeia de pensamento está novamente o começo: o comunismo realizado é uma burocracia autoritária.»

«O marxismo também é uma religião, não na intenção de seu autor, mas naquilo em que o séquito revolucionário o transformou. Tem seus santos, apóstolos, mártires e santos padres, sua bíblia e sua missão: tem dogmas e julgamento de hereges, tem sua ortodoxia e sua escolástica...»

«O cesarismo do futuro não se preocupará de convencer, mas vencerá com as armas.»

E com essas transcrições, entre outras que leu, frases colhidas ao acaso em escritos diversos do autor de *A Decadência do Ocidente*, Paulo Werneck da Cruz encerrou seu pronunciamento, contribuindo para que Oswald Spengler fosse lembrado neste centro de cultura, que é o IHGB, na véspera da data em que ocorre seu centenário natalício.

O *Presidente Pedro Calmon*, depois de louvar o pronunciamento de Arno Wehling e de Paulo Werneck da Cruz — que tão brilhantemente contribuiram para a celebração do centenário do filósofo alemão, fazendo jus ao reconhecimento deste Instituto — disse que há mais de cinqüenta anos, nos idos de 1927 ou 1928, teve oportunidade, muito jovem ainda que era, de fazer conferência na Bahia, cabendo-lhe divulgar no meio estudantil o pensamento de Spengler, o que lhe valeu cartão muito significativo do sábio Teodoro Sábio, deixando-o deveras lisonjeado.

Donato Melo Júnior apresentou o jovem Arnaldo do Rosário Lima, vindo da Bahia, sua terra, para completar no Rio de Janeiro e em São Paulo as pesquisas que vem fazendo no sentido de escrever a biografia do grande brasileiro que foi Teodoro Sampaio.

Arnaldo do Rosário Lima, convidado a falar, deu conta de sua intenção de escrever sobre Teodoro Sampaio; mencionou os passos que já deu para alcançar sue objetivo e disse esperar muito da cooperação dos mais experientes, pois era um iniciante no campo da pesquisa histórica.

O *Presidente Pedro Calmon* teve palavras de incentivo ao jovem e disse que a vida e a obra de Teodoro Sampaio constituem magnífico exemplo para os que realmente amam o Brasil e estão dispostos a servi-lo com devotamento.

Na oportunidade, Pedro Calmon, em rápidas e calorosas palavras, esboçou o perfil humano daquele sábio, homem preto com traços caucacianos, nobre cabeça, uma forte personalidade, intelectual completo, um caráter adamantino, um brasileiro que honrou a sua Pátria e a sua gente.

Às dezessete horas, nada mais havendo que tratar, o Presidente encerrou a reunião, depois de agradecer a presença de todos. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 29ª REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, REALIZADA A 25 DE JUNHO DE 1980

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Sócios presentes:

Afonso Celso Vilela de Carvalho — Américo Jacobina Lacombe — Arno Wehling — Donato Mello Júnior — Fernando Monteiro — Francisco Ruas Santos — Gilberto Ferrez — Guilherme Schubert (Monsenhor) — Herculano Gomes Mathias — Horácio de Almeida — José Gomes Bezerra Câmara — Lourival Ribeiro da Silva — Marcos Carneiro de Mendonça — Nelson Freire Lavenère-Wanderley — Oliver Onody — Paulo Braga de Menezes — Pedro Calmon — Raul Lima — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.

Visitantes:

Apulcro Prestes de Muros — Jeffrey David Needell — Zulmiro da Silva Vieira.

Aos 25 de junho de 1980, às quinze horas e vinte minutos, o 1º Vice-Presidente Américo Jacobina Lacombe declarou abertos os trabalhos da 29ª reunião mensal de sócios do IHGB. Minutos depois, com a chegada ao recinto do Professor Pedro Calmon, passou a presidir a reunião.

Lida pelo 2º-Secretário, foi aprovada a ata da 28ª reunião, realizada a 28 de maio último.

Raul Lima apresentou proposta, que foi aprovada, de envio de mensagem a Srª D. Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, felicitando-a pela investidura no cargo de Diretor-Geral do Arquivo Nacional e fazendo votos pelo êxito de sua administração.

Jeffrey David Needell (candidato ao doutorado pela *Stanford University* e bolsista da *Fullbright Commission* e da *Social Science Research Council*), expressando-se em português, deu ciência das pesquisas que vem fazendo sobre a vida social e cultural da cidade do Rio de Janeiro de 1880 a 1922, procurando reconstituir sobretudo a nossa chamada *belle époque*, período situado entre 1898 e 1914. Solicitou o jovem universitário americano (mais um *brazilianist*), que veio da Califórnia para tais pesquisas em nossos arquivos e bibliotecas, a cooperação dos sócios do IHGB. Em sucessivos e esclarecedores apartes, Marcos Carneiro de Mendonça, Gilberto Ferrez e Pedro Calmon, além de outros, forneceram-lhe indicações de fontes a consultar.

Donato Mello Júnior leu extensa comunicação sobre o transcurso, no dia 13 deste mês, do centenário da inauguração da Escola de Belas Artes da Bahia, fundada pelo pintor espanhol Miguel Navarro y Cañizares, artista que se integrou definitivamente ao meio brasileiro, morrendo no Rio de Janeiro.

O *Professor Pedro Calmon* disse do agrado com que ouviu, muito se interessando pela pesquisa paciente de Donato Mello Júnior, pois foi naquela Escola que teve oportunidade, em sua juventude, de freqüentar as aulas de desenho de Presciliano Silva, o maior pintor baiano (1883-1965), nome intimamente vinculado à história daquele centro de ensino artístico, de que foi professor e diretor.

Revelou o orador que, tendo sido incumbido, em 1945, da criação da Universidade Federal da Bahia, promoveu a incorporação a ela da Escola onde fora aluno de mestre Presciliano.

Continuando com a palavra, disse o Professor Calmon que não poderia deixar de lembrar, ainda que sucintamente, duas efemérides deste mês: o centenário da morte do abolicionista Luís Gama (grande espírito, caso único na história brasileira, pois nasceu escravo e foi ven-

dido pelo próprio pai), ocorrido no dia 20; e o centenário de nascimento, que ontem transcorreu, de João Mangabeira, jurista de destaque e notável orador parlamentar.

Luís Gama e João Mangabeira: o primeiro morreu quatro dias antes do nascimento do segundo e ambos foram, a seu tempo, figuras de grande expressão, que honraram a Bahia e o Brasil.

Comunicou o Presidente, finalmente, que recebeu do sócio Horácio de Almeida as seguintes obras de sua autoria, destinadas à Biblioteca do IHGB:

1) *Brejo de Areia* (2ª edição)

2) *Dicionário Popular Paraibano*

3) *Dicionário Erótico da Língua Portuguesa*

Às dezessete horas, ao encerrar a reunião, o Presidente convidou os sócios (podendo cada um trazer até três parentes) para assistir das janelas e do terraço de nossa Sede a missa campal que Sua Santidade o Papa João Paulo II celebrará no próximo dia 1º de julho, à tarde, no altar que está sendo erguido junto ao fronteiro monumento aos mortos brasileiros da Segunda Guerra Mundial. — *Fernando Monteiro*, 2º-Secretário.

ATA DA 30ª REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, REALIZADA A 30 DE JULHO DE 1980

Sócios presentes:

Alberto Ribeiro Lamego — Américo Jacobina Lacombe — Cibele de Ipanema — Donato Mello Júnior — Fernando Monteiro — Francisco de Paula e Azevedo Pondé — Francisco Ruas Santos — Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva — Guilherme Schubert (Monsenhor) — Horácio de Almeida — Jayme de Sá Menezes — Jonas Correia — Lourenço Luiz Lacombe — Loureival Ribeiro da Silva — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Marcelo Caetano — Marcelo Moreira de Ipanema — Marcos Carneiro de Mendonça — Mircea Buescu — Nelson Omegna — Pedro Calmon — Pedro Jacinto de Mallet Joubin — Plínio Doyle — Raul Lima — Renato Berbert de Castro — Ruben Rosa — Umberto Peregrino Seabra Fagundes.

Visitantes:

Abel Pereira — Adalício Coelho Nogueira — Apulcro Prestes de Muros — Cândida Luiza Cerne de Carvalho — Cecília Xavier Pedrosa — Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco — Fernando de Almeida — Hortência do Nascimento e Silva — José Gabriel da Costa Pinto — Luiza de Sá Menezes — Regina Wanderley — Sylvia Lacerda Martins de Almeida.

Aos trinta de julho de 1980, às quinze horas e quinze minutos, o 1º-Vice-Presidente Américo Jacobina Lacombe declarou abertos os trabalhos da 30ª reunião mensal de sócios do IHGB e pediu ao 2º-Secretário lesse a ata da reunião anterior, que foi aprovada. Com a chegada posterior do Professor Pedro Calmon, assumiu ele a presidência e convidou para participar da Mesa a Senhora D. Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, que pela primeira vez compareceu ao Instituto, na qualidade de Diretora do Arquivo Nacional, sendo saudada por salva de palmas da assistência.

O *Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva*, ouvido com geral atenção, fez circunstanciado relato do episódio em que esteve envolvido, entre fevereiro e março deste ano, quando a sede da representação da República Dominicana em Bogotá foi ocupada durante setenta e dois dias por guerrilheiros colombianos do movimento M-19, que tomaram como reféns 57 pessoas, entre as quais 14 embaixadores. O orador, que teve destacada participação nas pacientes e demoradas negociações (não só por sua qualidade de representante do Brasil, como por sua reconhecida especialização em Direito Internacional), ofereceu ao IHGB, para seu arquivo, as

notas e publicações das quais se serviu para documentar o depoimento, tão interessante, que acabava de prestar perante seus confrades.

Alvaro do Amaral leu extensa comunicação sobre o Padre José de Anchieta (recem-beatificado por Sua Santidade o Papa João Paulo II) estudando-o como nosso primeiro mestre-escola.

POSSE DE SÓCIO CORRESPONDENTE

No decorrer da reunião tomou posse o sócio correspondente Professor Jaime de Sá Meneses (eleito em Assembléia Geral de 15 de dezembro de 1975), Vice-Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e da Academia de Letras da Bahia, além de Presidente da Academia de Medicina daquele Estado.

Após ter assinado o termo de posse, leu o novo sócio o discurso que preparou sobre as figuras de cinco grandes filhos da Bahia, nascidos todos no qüinquênio 1794-1798 e que muito vieram a projetar-se na vida pública brasileira, principalmente o maior deles que foi Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois marquês de Abrantes, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O *Presidente Pedro Calmon*, encerrando a reunião, às dezessete horas e dez minutos, teve palavras de louvor ao seu amigo e conterrâneo ilustre Jaime de Sá Meneses, lamentando não tivesse sido sua posse solene, em sessão especial, como é de praxe no IHGBB, uma vez que S. Exª preferiu se realizasse ela no decurso de simples reunião de trabalho. Agradecendo a presença de todos, disse o Presidente quanto se desvanecia com o honroso comparecimento de Adalício Coelho Nogueira, grande professor da Faculdade de Direito da Bahia e Ministro do Supremo Tribunal Federal, que conheceu ainda na primeira juventude, juntos convivendo quando ambos eram simples calouros naquela velha Faculdade. — *Fernando Monteiro*, 2º-Secretário.

ATA DA 31ª REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, REALIZADA A 27 DE AGOSTO DE 1980

Presidência: Professor *Pedro Calmon*

Sócios presentes:

Alberto Ribeiro Lamego — Alípio Mendes — Arno Wehling — Cibele de Ipanema — Donato Mello Júnior — Edmundo de Macedo Soares e Silva — Fernando Monteiro — Francisco Ruas Santos — Guilherme Schubert (Monsenhor) — Herculano Gomes Mathias — Lourenço Luiz Lacombe — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Marcelo Caetano — Marcos Carneiro de Mendonça — Nelson Omegna — Paulo Braga de Menezes — Pedro Calmon — Raul Lima — Ruben Rosa — Umberto Peregrino Seabra Fagundes.

Visitantes:

Apulcro Prestes de Muros — Mário Camarinha da Silva — Vera Jane Gilbert — Zulmiro da Silva Vieira.

Aos 27 de agosto de 1980, às quinze horas e trinta minutos, o Presidente Pedro Calmon declarou abertos os trabalhos da 31ª reunião mensal de sócios do IHGB e mandou que o 2º-Secretário, integrante da Mesa, lesse a ata da reunião anterior, que foi aprovada sem debates.

O *Coronel Francisco Ruas Santos* leu ampla exposição (incorporada à presente ata, como anexo) defendendo a renovação de nosso Instituto, que recorrera a programas de televisão e a outros meios de comunicação de massa, etc., mas depois de meditar, como primeiro passo, sobre o tema: «Como deve ser interpretada ou conceituada, hoje, a História de que trata o artigo 1º dos Estatutos?»

Lembrou o Coronel Ruas, na oportunidade, a suma conveniência de aderir o IHGB ao plano de catalogação cooperativa, mediante convênio com a Fundação Getúlio Vargas, que oferece o serviço às entidades interessadas mediante pagamento inicial de 40.000 cruzeiros e mais 40 mil cruzeiros mensalmente.

Marcelo Moreira de Ipanema, solidarizando-se inteiramente com o Coronel Ruas, tratou da aplicação ao processo histórico da tecnologia moderna e, invocando sua condição de professor da área de comunicação, disse quanto o IHGB, a seu ver, com seus métodos obsoletos e seus envelhecidos quadros, estava distanciado da realidade estudantil. Declarou-se o orador, por último, surpreso e muito desapontado com o fato de não haver encontrado em nossa biblioteca a coleção de bulas papais, o que considerou grande lacuna.

O *General Umberto Peregrino Seabra Fagundes*, dentro da mesma ordem de idéias dos oradores que lhe precederam na tribuna, disse que nós falamos aqui para nós mesmos, sem que o que dizemos dentro destas quatro paredes tenha a mais mínima repercussão externa, de sorte que, no seu modo de entender, não se pode deixar de partir para a adesão ao que propõe o Coronel Ruas, considerando importantíssimo, assim, seu plano de modernização do IHGB.

Monsenhor Guilherme Schubert, em rápidas e incisivas palavras, disse não ser nada fácil, como se pensa, penetrar na fechadíssima área da televisão, não servindo o invocado exemplo da cobertura dada à memorável visita ao Brasil de Sua Santidade o Papa João Paulo II, cobertura que só se tornou viável, na amplitude em que se verificou, pelo imediato interesse das emprêsas que a financiaram com largueza meramente ocasional. Puro oportunismo, em alguns casos. (*)

(*) Aprovada em reunião de 24 de setembro de 1980, com o pedido de Monsenhor Schubert de que se acrescentasse «em alguns casos» à sua expressão «Puro oportunismo» e com a observação de Marcelo de Ipanema de que embora o Secretário haja registrado com fidelidade em pensamento teria o orador preferido redação menos forte.

A *Srª Vera Jane Gilbert*, visitante, com auxílio de projeção de *slides*, fez erudita análise da iconografia dos Reis Magos, desde os célebres mosaicos dourados do Século V, da Igreja de Santo Apolinaro o Novo, em Ravena, ao quadro de Juan Bautista Mayno (1580-1649) *Adoración de los Magos*, do acervo do Museu do Prado.

Mostrou a Srª Gilbert a sequência dos diversos tipos raciais que foram já publicados de *Saccharum*, luxuosa usados no decorrer dos séculos para personificar a figura lendária do terceiro dos magos citados pelo evangelista São Mateus.

Com as navegações portuguesas, descobertas novas terras em continentes diversos, outros tipos humanos foram aparecendo na caracterização pictórica daqueles personagens ligados à história do nascimento de Cristo. No quadro existente no Museu Machado de Castro, em Coimbra, assinado com o monograma MN, Baltasar assemelha-se a um potentado indu. É já a presença da Índia. Enquanto que na tela de Vasco Fernandes, no Museu Grão Vasco, na cidade de Viseu, Baltasar apresenta-se como chefe tribal amerindio, pois o Brasil era já conhecido.

E, no mencionado trabalho de Mayno, do Museu do Prado, o Baltasar é um autêntico seba, ostentando a esplêndida roupagem da costa equatorial do continente africano. Daí a razão da pergunta que serviu de título à paciente pesquisa da Srª Gilbert *Por que é preto o rei Baltasar?*

Na oportunidade, a Srª Gilbert ofereceu ao IHGB a coleção dos números revista trimestral editada em São Paulo pela Sociedade dos Técnicos Açucareiros do Brasil.

O *Ministro Ruben Rosa*, bastante emocionado, deu a notícia de que, falecido ontem, estava sendo hoje sepul-

tado em Porto Alegre, um confrade nosso, o sócio correspondente Moysés Velinho, brasileiro ilustre e esplêndida figura das letras rio-grandense, ao qual estava ligado há sessenta anos por laços de amizade e compreensão.

O *Professor Pedro Calmon*, associando-se aos sentimentos de Ruben Rosa, justamente ferido por tão grande perda, disse quanto admirava e queria a Moysés Velinho, seu antigo companheiro no Conselho Federal de Cultura, em memória do qual solicitou um minuto de silêncio, que foi guardado pela assistência, todos de pé.

O *visitante Mário Camarinha da Silva*, em nome do Professor Leodegário A. de Azevedo Filho, Diretor do Instituto Estadual do Livro, ofereceu ao IHGB a reprodução fac-similar da edição completa da primeira fase da revista *Festa* (1927-1929), mensário de pensamento e arte, de grande influência no movimento de renovação literária brasileira.

Ao encerrar a reunião, cerca das dezessete horas, o Presidente agradeceu à Srª Vera Jane Gilbert sua atenção para com este Instituto, vindo apresentar-nos de maneira tão brilhante o resultado de seus estudos e observações sobre a iconografia dos Reis Magos; e ao Sr. Mário Camarinha da Silva a gentileza de sua intermediação na oferta do excelente volume da revista *Festa*, pedindo-lhe externasse nosso reconhecimento ao ilustre Diretor do Instituto Estadual do Livro. Ao Coronel Ruas, agradeceu a colaboração, dizendo que vai examinar as sugestões por ele oferecidas. Por último, comunicou o Presidente que nosso consócio General Umberto Peregrino Seabra Fagundes tomará posse hoje, às 18 horas, na Academia Guanabarina de Letras, devendo falar sobre o escritor Humberto de Campos. A solenidade terá lugar no auditório do Clube de Engenharia, na Avenida Rio Branco. — *Fernando Monteiro*, 2º-Secretário.

APÊNDICE

TEMA A APRESENTAR PELO SÓCIO FRANCISCO RUAS SANTOS NA SESSÃO DO INSTITUTO, DE 27 DE AGOSTO DE 1980

«Como deve ser interpretada ou conceituada, hoje, a História de que trata o art. 1° dos Estatutos?»

Fatos imediatamente relacionados com o problema:

a) o Instituto «tem por fim proceder a estudos e investigações concernentes à Historia, Geografia, Etnografia e Arqueologia, principalmente do Brasil»;

b) ao passo que a Geografia é, hoje, principalmente a Histórica, a Etnografia é inexistente e a Arqueologia vem ganhando relativamente, maior interesse;

c) o Instituto é, ao contrario de tempos atrás, uma instituição de cultura histórica cada vez mais cercada de instituições análogas, dentro e fora do ambiente universitário;

d) As Ciências Auxiliares da História não se acham contempladas.

COMUNICAÇÃO DE FRANCISCO RUAS SANTOS NA SESSÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO DO DIA 27 DE AGOSTO DE 1980

Embora va tratar de dois assuntos distintos, ambos convergem para o mesmo objetivo: a *modernização do nosso Instituto*.

O primeiro deles decorre da visita de Joaquim Veríssimo Serrão à CEPHAS na quarta-feira passada, quando explicou como pôde escrever em alguns anos apenas sua monumental *História de Portugal* em nove volumes.

Disse-nos Serrão que isso foi possivel porque, desde estudante universitário, colecionou informações históricas, sob a forma de fichas, muitas vezes sem suspeitar o quanto elas poderiam lhe ser úteis no futuro. Depois desse trabalho de três décadas, motivado

pelo que sucedia ao império português em 1974, e decidido a reconstituir sua história, Serrão organizou seu trabalho à base dos módulos segundo os quais dispôs a massa de informações: por assuntos, personagens e cronologia, dentre outros.

Em poucas palavras, o grande historiador português organizou seu trabalho intelectual através da catalogação, da indexação e da recuperação das informações levantadas segundo *os módulos das informações necessárias* para produzir a *História de Portugal*.

Desde 1977, outra coisa não tenho preconizado no Instituto: precisamos *catalogar, indexar* e *informar*. Tenho para mim, portanto, que foi Deus que nos enviou Joaquim Veríssimo Serrão para que, com sua autoridade indiscutível, ratificasse tudo aquilo que vêm preconizando os cientistas da informação, desde seus trabalhos pioneiros dos anos da década de 1940, agora postos em prática, com processos modernos, pela Fundação Getúlio Vargas. Já, por ocasião da visita de Serrão, cerca de dois anos atrás, a Providência Divina também se manifestara através de sua magnífica conferência, a base das poucas cartas que Alexandre Herculano poupara ao destruir seu arquivo. Todos aqueles que, como eu, se preocupam com o destino dos arquivos pessoais, então vibraram de entusiasmo, porque Herculano, pela palavra de Serrão, como que ordenava que não fossem destruídos os arquivos pessoais.

Em resumo, o que a Ciência da Informação, aliada à organização do trabalho intelectual, recomenda à História é que esta não mais ignore o tratamento da informação em moldes modernos.

No primeiro caso — o da produção da *História de Portugal* — temos um altíssimo exemplo de produção no campo da *macro-história;* no segundo, o das cartas de Herculano, um oportunissimo exemplo de produção no campo da *micro-história*. Nessa classificação não há nenhum juízo de valor ou preconceito de minha parte. Apenas quisemos dar a medida da amplitude da produção histórica.

Na verdade, o que recomendamos é a organização do trabalho intelectual para possibilitar a todos os historiadores poderem produzir nos dois campos. Evidentemente, só os poucos Serrão poderão produzir obras da magnitude da *História de Portugal*. Mas as centenas de outros menos dotados, terão os meios para produzir cientificamente milhares de estudos, teses, comunicações que vão também enriquecer a documentação disciplinar de História. Em poucas palavras, ao magnífico trabalho de 35 anos desenvolvido por Serrão, contrapomos trabalho equivalente, realizado por equipes interdisciplinares, trabalhando de modo permanente e coordenado.

Isso, porém, requer não só atitude favorável para esse tipo de trabalho da parte de todos nós, como, principalmente, mudanças estruturais, quer no Instituto, quer fora dele. É um problema, para o Instituto, de *atualização dos seus Estatutos*.

O outro assunto decorre dos debates que aqui têm tido lugar, sob a motivação daquele livro já entre nós conhecido pela alcunha dada por Pedro Calmon: «livro insano».

Na última sessão da CEPHAS, nosso prezado consócio Herculano Matias leu depoimento de Francisco Isidoro Resquin sobre o tratamento humano que os brasileiros, vencedores, deram aos paraguaios vencidos na guerra da Tríplice Aliança. Essa interessante comunicação, de alguns já conhecida, ficou, porém, circunscrita aos trinta e poucos presentes à reunião. Se publicada na *Revista*, esse número, quando muito, se ampliaria para umas duas centenas de pessoas, no tempo em que a Revista lhes chega às mãos; e depois, através do tempo, aos pesquisadores isolados que a ela recorrem, no caso, alguns, apenas, isto é, aqueles que venham a se interessar pelo tema.

Portanto, as informações que aqui se trocam, e posteriormente se divulgam, são de *elite para elite*, ou de homens de idade provecta para homens de idade provecta. E os jovens? E os professores de História por todo esse Brasil? E, principalmente, os estudantes de História?

Providencialmente também, o Presidente Figueiredo, ao visitar o Instituto, alertou-nos para o fato de que a História está hoje nos meios de comunicação de massa, televisão e cinema particularmente.

Exemplos também providenciais quanto a isso, tivemos nesta semana com o programa «Globo Repórter», de ontem, sobre Getúlio Vargas, e o filme «Os anos de JK». Milhões, portanto, de pessoas, vão rever e, principalmente, ver documentos históricos de História Contemporânea. Evidentemente, tanto o programa, como o filme, vão ampliar a educação assistemática de milhões. Preparando o programa, a Rede Globo entrevistou rapidamente jovens nas ruas. Nenhum deles tinha uma idéia razoável de Vargas e isso aqui no Rio. Imaginemos, pois, a realidade desse conhecimento pelo país inteiro. E, também, o perigo da deformação histórica nessa educação assistemática, que aliás já vem ocorrendo com certos filmes e programas, assim como com o «livro insano».

Para isso o Presidente Figueiredo também nos alertou. Cabe então a pergunta: Que pode o Instituto fazer para contribuir no sentido de que se evite, ou neutralize, a deformação da História?

A título de sugestão, eis o que se poderia fazer no caso do «livro insano»: um «Globo Repórter», ou equivalente, na TV Educativa, reconstituindo a guerra do Paraguai como guerra popular, pelo menos no seu início, o que representou para o Brasil, o que o nosso país fez relativamente ao Paraguai e ao seu povo, em particular impedindo, ao se fazer a paz, que a nação guarani perdesse mais território.

Mas, uma atividade dessa natureza não deverá ser eventual, esporádica e, sim, permanente no tempo, com outros temas de interesse. O importante, vejam bem, é que os videocassetes podem ser distribuídos pelo país inteiro, assim como se pode divulgar os documentos básicos sob a forma de textos escolares, tal como fez alguém com a novela *Água Viva*, transformando-a em livro.

Qual o papel do Instituto em atividades desse tipo? Fornecendo aos produtores os documentos históricos e, talvez, o próprio argumento para que eles pudessem fazer seu trabalho sem deformação.

Exemplificando com o caso do «livro insano», os documentos aqui comunicados, assim como outros publicados e inéditos, seriam organizados em função do argumento, já constituindo matéria para a divulgação impressa. Teríamos, então, além do que comunicaram Jonas Correia, Afonso Celso, Herculano Matias e tantos outros, extratos de *A Paz com o Paraguai*, do General Tasso Fragoso, e, sobretudo, a evidência de que a «carta de Caxias» é um documento forjado.

Parece claro que não seria difícil fazer um programa em televisão e sua posterior multiplicação pelo Brasil. O mais importante, no entanto, é institucionalizar esse tipo de atividade, o que nos leva a pensar também na *modernização do Instituto*.

Com esse objetivo parece-me que meditemos, primeiro, sobre o tema:

«Como deve ser interpretada ou conceituada, hoje, a História de que trata o art. 1º dos Estatutos?»

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1980. — *Francisco Ruas Santos*.

ATA DA 32ª REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, REALIZADA A 24 DE SETEMBRO DE 1980

Sócios presentes:

Abeillard Barreto — Afonso Celso Vilela de Carvalho — Alberto Ribeiro Lamego — Alípio Mendes — Américo Jacobina Lacombe — Antônio Pimentel Wintz — Cibele de Ipanema — Donato Melo Júnior — Edmundo de Macedo Soares e Silva — Fernando Monteiro

— Francisco de Paula e Azevedo Pondé — Francisco Ruas Santos — Guilherme Schubert (Monsenhor) — Herculano Gomes Mathias — Horácio de Almeida — Jonas Correia — Leda Boechat Rodrigues — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Marcelo Caetano — Marcelo Moreira de Ipanema — Marcos Carneiro de Mendonça — Max Justo Guedes — Mircea Buescu — Nelson Omegna — Paulo Braga de Menezes — Pedro Calmon — D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança — Pedro Jacinto de Mallet Joubin — Raul Lima — Ruben Rosa — Umberto Peregrino Seabra Fagundes.

Visitantes:

Apulcro Prestes de Muros — Eduardo Bittencourt — Guilherme de Andrea Frota — Maria Celeste de Macedo Soares e Silva — Paulo Werneck da Cruz — Sérgio Ferreira da Cunha.

Aos 24 de setembro de 1980, às quinze horas e quinze minutos, o Professor Pedro Calmon declarou abertos os trabalhos da 32ª reunião mensal de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomando parte na mesa também o Professor Américo Jacobina Lacombe, Primeiro-Vice-Presidente.

Lida pelo 2º Secretário, foi aprovada a ata da reunião anterior, que foi aprovada com ressalvas feitas pelos sócios Marcelo Moreira de Ipanema e Monsenhor Guilherme Schubert.

Comunicou o Presidente, inicialmente, que em reunião de Diretoria, realizada momentos antes com a presença também dos sócios Coronel Francisco Ruas Santos e Capitão-de-Mar-e-Guerra Max Justo Guedes, expressamente convidados, havia sido deliberado incumbir o primeiro de minutar, para posterior exame, o projeto de catalogação cooperativa dos documentos e livros do IHGB e de indexação analítica de suas principais coleções, a fim de que se possa pleitear do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o indispensável financiamento para execução do plano, dentro do prazo de oito anos, mediante recursos que forem sendo anualmente alocados, obedecida a ordem de prioridade que for afinal adotada. Ficou ainda resolvido pela Diretoria, disse o Presidente, que prosseguirão, como até agora, os trabalhos de indexação da Revista do IHGB contratados com o Sr. José Galante de Sousa.

Ainda com a palavra, comunicou o Presidente pretender comparecer, levando trabalho, à II Semana da História que o Instituto de História e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, de Franca, realizará em novembro próximo. «As Fontes da História», este o tema sobre o qual versará a II Semana da História.

Disse ainda o Presidente da boa impressão que de imediato lhe causara o livro de autoria do sócio Alípio Mendes e por este encaminhado à mesa, *O Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande*, Angra dos Reis, RJ, 1980 (Ano Jubilar da Ordem do Carmo no Brasil).

Fernando Monteiro leu trabalho seu sobre a origem e funcionamento de bancos nesta cidade até o primeiro decênio do século atual. Tal trabalho foi elaborado a pedido do Diretor Plínio Doyle para a série de monografias que vão ser publicadas em comemoração do 170º aniversário da fundação da Biblioteca Nacional e 70º do início de seu funcionamento no atual edifício da Avenida Rio Branco.

O *1º-Secretário, Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*, a propósito de observação feita na sessão anterior pelo sócio Marcelo Moreira de Ipanema, informou que já tinha diligenciado, ouvido naturalmente Monsenhor Schubert, no sentido de que a biblioteca deste Instituto venha a dispor da coleção de bulas pontifícias.

Marcelo Moreira de Ipanema sugeriu fosse designado grupo de trabalho para elaborar projeto de comemoração, por este Instituto, do centenário da Lei Áurea daqui a oito anos.

O *General Umberto Peregrino* tratou da comemoração cultural prevista para assinalar a passagem do qüinquagésimo aniversário da Revolução de 1930. Acel-

tas suas sugestões, decidiu o Presidente, depois de debater a matéria, que seriam realizadas duas sessões públicas, uma a 8 de outubro, na qual falaria o sócio benemérito Barbosa Lima Sobrinho e outra no dia 15, cujo orador seria o próprio General Peregrino. A reunião mensal de sócios, no dia 30, seria dedicada a depoimentos pessoais sobre o movimento de outubro de 1930 e/ou seus antecedentes, lembrados os nomes dos Generais Edmundo de Macedo Soares e Silva e Jonas Correia, do Ministro Ruben Rosa e do Secretário Fernando Monteiro, este comandante de pelotão de unidade do Exército legal na frente de Itararé.

Nada mais havendo que tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às 17 horas, depois de agradecer a presença de todos. — *Fernando Monteiro*, 2º-Secretário.

Proposta do sócio Umberto Peregrino.

Senhor Presidente.

Houve dificuldade em organizar e propor um programa cultural destinado a celebrar, à altura do acontecimento e das responsabilidades do nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os cinqüenta anos da Revolução de 1930. Enquanto isso o mês de outubro está chegando e instituições como a Fundação Getúlio Vargas, no âmbito do seu Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, já deram início a programa no nível e nas dimensões merecidas.

Resta-nos, confirmando nossas reiteradas manifestações a respeito das comemorações com que entendíamos, o nosso Instituto não podia faltar, oferecer uma proposta assim formulada:

1 — Realização de três (3) sessees públicas no transcorrer do mês de outubro, a última das quais no dia 29 de outubro.

2 — Para a 1ª reunião (8 de outubro) seria convidado o consócio Barbosa Lima Sobrinho, autor da obra clássica «A Verdade sobre a Revolução de Outubro».

3 — A 3ª reunião na CEPHAS seria consagrada a pronunciamentos de membros do IHGB para relatarem fatos e observações relacionados com as suas respectivas participações pessoais nos acontecimentos de outubro de 1930 e/ou seus antecedentes. Lembraríamos os nomes do General Edmundo de Macedo Soares, General Jonas Corrêa Filho, Ruben Rosa, Fernando Monteiro, além de outros que tenham depoimentos pessoais a ministrar.

4 — A 2ª reunião poderíamos ocupar, conforme indicação já formulada pelo nosso Presidente, para oferecer um estudo que denominaríamos «Crônica da Revolução de 1930», na qual fixaríamos versões e impressões recolhidas de autores que viveram os acontecimentos de outubro.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1980. — *Umberto Peregrino*.

ATA DA 33ª REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1980

Sócios presentes:

Abeillard Barreto — Afonso Celso Vilela de Carvalho — Alberto Ribeiro Lamego — Américo Jacobina Lacombe — Antônio Pimentel Wintz — Cibele de Ipanema — Cicdomir Viana Moeg — Dalmo Barreto — Donato Melo Júnior — Eduardo Canabrava Barreiros — Fernando Monteiro — Francisco de Paula e Azevedo Pondé — Francisco Ruas Santos — Guilherme Schubert (Monsenhor) — Herculano Gomes Mathias — Horácio de Almeida — Jonas Correia — José Gomes Bezerra Câmara — Lourenço Luiz Lacombe — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Marcelo Moreira de Ipanema — Marcos Carneiro de Mendonça — Mircea Buescu — Nelson Freire Lavanère-Wanderley — Nelson Omegna — Paulo Braga de Menezes — Pedro Calmon — Pedro Gastão de Orléans e Bragança (D.) — Raul Lima — Roberto Piragibe da Fonseca — Ruben Rosa — Umberto Peregrino Seabra Fagundes — Washington Perry de Almeida.

Visitantes:

Alina Rodrigues Primavera Monteiro — Guilherme de Andréa Frota — Luiz de Oliveira Alves — Maria Celeste de Macedo Soares e Silva — Mário Camarinha da Silva — Zulmiro da Silva Vieira.

Aos vinte e nove de outubro de 1980, pontualmente às quinze horas, o Primeiro Vice-Presidente Professor Américo Jacobina Lacombe declarou abertos os trabalhos da 33ª reunião mensal de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dedicada a depoimentos sobre a participação de cada um nas ocorrências politico-militares de outubro de 1930.

A fim de sobrar mais tempo para a fala dos oradores inscritos, sugeriu o 2º-Secretário fosse a ata da reunião anterior lida em outra oportunidade.

Em breves mas sentidas palavras, deu o Vice-Presidente Lacombe notícia da morte, ocorrida no dia 26 deste mês, de nosso ilustre Vice-Presidente Honorário Professor Marcelo José das Neves Alves Caetano, assíduo e atuante freqüentador de nossas reuniões. Disse ainda que a Diretoria, à frente o Presidente Pedro Calmon e com a presença de expressivo número de consócios, teve ativa participação nos funerais do grande português e eminente amigo do Brasil.

Em memória de Marcelo Caetano foi observado um minuto de silêncio, todos de pé.

Horácio de Almeida solicitou a palavra para ler afetuoso cartão por ele recebido de Marcelo Caetano por motivo de seu recente aniversário.

O *General Umberto Peregrino*, tratando do disciplinamento dos trabalhos de hoje, previu que não haveria tempo para pronunciamento de todos os inscritos e, em conseqüência, propôs fossem eles continuados em reuniões subseqüentes.

Fernando Monteiro, com a preocupação de não ocupar a tribuna além de 15 minutos, poupando seus ouvintes, limitou-se a ler apenas a parte final de seu trabalho preparado para esta tarde, por sugestão dos caros confrades General Umberto Peregrino e Coronel Cláudio Moreira Bento, por mencionar fatos não geralmente conhecidos das atuais gerações. Circunscreveu-se a parte lida ao relato de sua presença na frente de Itararé, como comandante de pelotão do Exército legal, em outubro de 1930.

O *General Jonas Correia*, lembrando seu tempo de cadete da Escola Militar do Realengo, referiu-se ao levante da madrugada histórica de 5 de julho de 1922, de que participou com a maioria de seus colegas, sacrificando o promissor início de sua carreira militar. Na opor-

tunidade, o General Jonas, desfazendo-se de reliquias que vinha até agora conservando, ofereceu ao arquivo do IHGB caderneta daquele tempo com os nomes de seus colegas de turma, assim como fotografias de como era aquele estabelecimento de formação de oficiais do Exército brasileiro.

O *Ministro Ruben Rosa*, em pormenorizado e substancioso relato, dividido em três partes, disse primeiro das raizes antigas de sua amizade com Oswaldo Aranha; depois, de como viu o 3 de outubro e, por último, de como viveu as emoções daquele dia histórico nas ruas de Porto Alegre, cidade de onde partiu a palavra de ordem de derrubada da Primeira República.

O *Presidente Pedro Calmon*, tendo assumido a direção dos trabalhos a partir do momento em que Fernando Monteiro estava na tribuna, teve palavras finais de exaltação a Marcelo Caetano, tão amigo nosso, tão participante da vida do Instituto, tão identificado com as coisas brasileiras, tão sereno e sábio, tão modesto e acolhedor. Complementando informações já dadas por Américo Jacobina Lacombe no início da reunião, deu o Professor Calmon conta de como participara dos funerais, tendo ele próprio, em nome do IHGB e da Academia Brasileira de Letras, falado à beira do túmulo de nosso eminente Vice-Presidente Honorário e amigo inesquecivel de todos nós.

A reunião foi levantada às dezesseis horas e cinqüenta minutos, propiciando oportunidade de poderem os presentes assistir à inauguração da exposição comemorativa do 170º aniversário de fundação da Biblioteca Nacional e 70º de sua instalação no atual prédio da Avenida Rio Branco. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

ATA DA 34ª REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, REALIZADA A 26 DE NOVEMBRO DE 1980

Sócios presentes:

Afonso Celso Vilela de Carvalho — Américo Jacobina Lacombe — Arno Wehling — Cibele de Ipanema — Cláudio Moreira Bento — Dalmo Barreto — Donato Melo Júnior — Edmundo de Macedo Soares e Silva — Fernando Monteiro — Francisco de Paula e Azevedo Pondé — Francisco Ruas Santos — Herculano Gomes Mathias — José Gomes Bezerra Câmara — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Marcelo Moreira de Ipanema — Nelson Freire Lavanère-Wanderley — Nelson Omegna — Paulo Braga de Menezes — Pedro Calmon — Pedro Gastão de Orléans e Bragança (D.) — Pedro Jacinto de Mallet Joubin — Plínio Doyle — Raul Lima — Ruben Rosa — Thalita de Oliveira Casadei — Umberto Peregrino Seabra Fagundes — Washington Perry de Almeida.

Visitantes:

Antônio Casadei — Apulcho Prestes de Muros — Lucinda Coutinho de Melo Coelho — Maria Celeste de Macedo Soares e Silva — Mário Camarinha da Silva — Moacyr Soares Pereira — Paulo Werneck da Cruz — Sérgio Ferreira da Cunha — Zulmiro da Silva Vieira.

Aos vinte e seis de novembro de 1980, às quinze horas e quinze minutos, o 1º Vice-Presidente Américo Jacobina Lacombe declarou aberta a 34ª reunião mensal de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com a chegada do Professor Pedro Calmon no decorrer dos trabalhos, foi a presidência por ele assumida.

Lidas pelo 2º Secretário, foram aprovadas as atas da 32ª e da 33ª reuniões mensais de sócios, realizadas a 24 de setembro e 29 de outubro último, respectivamente.

O *Ministro Ruben Rosa* congratulou-se com seus confrades e, em especial, com o Presidente pelo êxito do programa sugerido pelo General Umberto Peregrino e tão bem executado durante

o mês de outubro para assinalar a passagem do cinqüentenário do movimento de 1930. Teve o orador palavras de louvor às conferências de Barbosa Lima Sobrinho e do próprio General Peregrino e aos depoimentos de consócios que tiveram qualquer forma de participação nos eventos políticos ou militares dos quais decorreram o advento da Segunda República.

Afonso Celso Vilela de Carvalho, com comentários esclarecedores, ofereceu ao arquivo deste Instituto fotografia da turma que concluiu, em 1920, o curso de Infantaria da Escola Militar do Realengo. Dessa turma, da qual fazia parte Scipião da Silva Carvalho, seu pai, falecido em 1961, já então na reserva, como Coronel, destacaram-se na vida pública diversos de seus componentes, entre os quais Humberto de Alencar Castelo Branco e Artur da Costa e Silva, que chegaram à presidência da República e são vistos na fotografia.

O *Coronel Francisco Ruas* leu comunicação que acompanha a presente ata (como anexo) tendo por tema a atuação política do visconde do Rio Branco, cujo centenário de morte ocorreu no dia 1º deste mês. Na elaboração de seu trabalho, cingiu-se o Coronel Ruas a consultar a *História do Brasil* de Pedro Calmon, numa pesquisa artesanal que teve a duração de duas horas e cinco minutos, tempo que seria reduzido a apenas 50 minutos, disse, se aquela obra de nosso presidente, em vez de índice remissivo, tivesse índice analítico. Em resumo: pretendeu o orador demonstrar a apreciável economia de tempo capaz de proporcionar ao pesquisador a adoção geral do método pelo qual vem se batendo.

O *Professor Evaristo de Morais Filho*, expressamente convidado, apresentou o livro *Idéias sociais e econômicas de Jorge Street*, de que foi o organizador e que será oficialmente lançado no próximo dia 15 de dezembro na Casa de Rui Barbosa. O trabalho faz parte da coleção *Ação e Pensamento da República* que o Senado Federal e aquela Casa (pelo seu Departamento de Pesquisas Históricas) estão editando.

O pronunciamento de Evaristo de Morais Filho, professor de Sociologia e antigo catedrático de Direito do Trabalho na Faculdade Nacional de Direito, foi ouvido com geral atenção e especial agrado.

Ao final, o orador (muito aplaudido) ofereceu ao IHGB exemplares de algumas de suas obras.

O *Presidente Pedro Calmon*, entusiasmado, deu conta de sua recente viagem à província natal, convidado pelo governador, para participar da comemoração do término da restauração de dois dos notáveis imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um dos quais, a Quinta dos Lázaros, considerado o palácio antigo mais belo do Brasil.

Informou ainda o Presidente ter estado em Franca (a antiga Vila Franca do Imperador), cidade que pelo seu desenvolvimento e dinamismo (com cerca de 2.000 fábricas de calçados) bem atesta o surpreendente progresso do Estado de São Paulo, do qual todos nós podemos nos orgulhar. Lá, participou da II Semana da História, que o Instituto de História e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho estava ainda realizando. Disse ter apresentado trabalho seu sobre as fontes da História em Portugal. Precisando de retirar-se, a fim de hoje presidir a sessão de posse neste Instituto do ilustre consócio Alberto Ribeiro Lamego, deixou ainda em Franca, cercado de atenções, o nosso Marcos Carneiro de Mendonça. Teve finalmente palavras de louvor àquela novel universidade, que lhe pareceu muito bem organizada, atuante, com programas sérios, capazes de sensibilizar realmente a juventude estudiosa, ampliando-lhe o interesse pela pesquisa.

O *Professor Américo Jacobina Lacombe* disse que o Presidente omitiu uma de suas mais recentes viagens, deixando de mencionar sua ida a Brasília para receber a Ordem do Mérito Legislativo, na qual foi inscrito no grau de Grande Oficial.

O *Professor Nelson Omegna* disse que embora tivesse nascido em Niterói,

sentia-se na obrigação de agradecer a Pedro Calmon, muito sensibilizado, as referências feitas ao seu adotivo Estado de São Paulo, onde viveu parte considerável de sua vida, participando dos anseios e aspirações do grande povo que teve a honra de representar na Câmara Federal.

A Senhora Thalita de Oliveira Casadei ofereceu cópia xerox do ofício que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dirigiu em 13 de agosto de 1853 ao Conselheiro João Pereira Darrigue Faro, Vic.-Presidente da Província do Rio de Janeiro, comunicando que, em sessão de 8 de abril daquele ano, com a presença de Sua Majestade o Imperador, fora aprovada proposta no sentido de que se solicitasse aos presidentes de provincias informações sobre terremotos nelas ocorridos. Tal ofício é assinado por Joaquim Manuel de Macedo.

O *Coronel Francisco Ruas* referiu-se às realizações de nosso Instituto no decorrer de 1980, lembrando as várias efemérides comemoradas, entre as quais o cinquentenário do movimento de 1930.

O *Professor Pedro Calmon* propôs a inserção na presente ata de voto de pesar pela morte, ocorrida há dias, do velho baiano Oscar Argolo, seu primo e amigo, que, apesar de sua idade avançada comparecia de vez em quando às nossas reuniões, interessado em pesquisas, como aconteceu ainda muito recentemente. Era sobrinho-neto do Marechal Francisco de Paula Argolo (1847-1930) e tinha sido companheiro de Eurico Gaspar Dutra na Escola Militar, do qual sempre se conservara amigo.

Ao encerrar a reunião, às 16 horas e 50 minutos, o Presidente convidou os presentes para a solenidade de posse do ilustre sócio honorário Alberto Ribeiro Lamego que teria lugar a seguir. — *Fernando Monteiro*, 2º Secretário.

COMUNICAÇÃO DE FRANCISCO RUAS SANTOS NA SESSÃO DO INSTITUTO, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1980

Em fins de 1979, sugeri ao nosso Presidente Pedro Calmon, a organização, ouvidos os sócios, de um programa de atividades para 1980. No esboço que lhe apresentei, incluí, dentre outras, a comemoração do primeiro centenário do falecimento do Visconde do Rio Branco. Como autor da proposta, e na falta de outro voluntário melhor credenciado, verifiquei estar na obrigação moral de aqui fazer comunicação comemorativa. Dispondo de pouco tempo, recorri à *História do Brasil*, de Pedro Calmon, edição da José Olimpio, 1959.

A leitura que acabo de fazer (anexo) é o resultado dessa pesquisa.

Agora vou utilizá-la para demonstrar o que seria possível fazer com moderna organização das informações históricas.

PESQUISA ARTESANAL

1º — ir ao índice remissivo da obra e anotar as páginas onde o Visconde do Rio Branco é mencionado; copiar à máquina os trechos referenciados, em formulário contínuo (21 minutos);

2º — cortar os trechos e colá-los, em ordem cronológica, em folhas de papel para dar forma à redação (50 minutos);

3º — dar forma final à redação (54 minutos).

Total: 125 minutos, ou 2 *horas e 5 minutos*.

PESQUISA ARTESANAL, HAVENDO INDICE ANALITICO

Se em vez de índice remissivo, a obra de referência tivesse índice analítico, o trabalho ficaria reduzido à 3ª fase, pois seria possível, praticamente, apenas dar forma final à redação, ou gastar 54 minutos, menos de uma hora, portanto, ou metade do tempo total.

PESQUISA COM O AUXILIO DO COMPUTADOR

Neste caso, como se trata de importante obra de referência, sua indexação analítica estaria, oportunamente, registrada em centro de processamento de dados, ou na memória magnética de computador.

Solicitando-se à máquina, esta imprimiria uma listagem do índice analítico, *em apenas alguns segundos*. O comunicador, com essa listagem, que é, praticamente, a comunicação que li, teria consumido, apenas, na pesquisa, o tempo de impressão da listagem.

Assim, tendo gasto duas horas e 5 minutos na pesquisa artesanal, teria quase todo esse tempo para outras pesquisas, artesanais ou em computador. Na pior hipótese — pesquisa artesanal — poderia vir ao Instituto e ler a biografia do Visconde, feita pelo seu grande amigo, o Visconde de Taunay.

Nessas condições, a comunicação evocativa poderia ficar enriquecida com o que respigasse dessa interessante biografia. E mais, feito o cotejo das duas fontes, o pesquisador poderia avançar algumas conclusões ou impressões, o que realmente seria um trabalho de historiador.

Vê-se, portanto, concretamente, o que se pretende obter com a indexação analítica, recorrendo ou não aos computadores.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1980. — *Francisco Ruas Santos*.

O VISCONDE DO RIO BRANCO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Como podemos ver José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, na História do Brasil?

Inicialmente, em 1851, integrando, como secretário, ainda jovem, a missão especial de Honório Hermeto a Montevidéu. Tratava-se de ajustar com Urquiza o prosseguimento da campanha, através de convenção, «a fim de que o governador de Entre Rios pudesse levar a guerra à margem direita do Rio da Prata e fazer desaparecer o governo do ditador Rosas», diria Honório, segundo Joaquim Nabuco (1683).

São dessa época suas referências aos bailes do Cassino Fluminense, presididos pelo Imperador, nas suas famosas *Cartas ao Amigo Ausente*, folhetim mundano, impregnado de ironia (1698, 1886).

Em 1857, negociando com o minitro de relações exteriores do Paraguai, José Berges, consegue a abertura dos rios à navegação brasileira, ficando a questão territorial para ser reestudada no prazo de seis anos. «A hábil negociação de Paranhos removera o *casus belli* com o Paraguai (1728).

Nove anos depois, é encarregado da missão especial ao Prata, a fim de ajustar com o governo Aguirre a questão delicada que originaria a guerra do Paraguai (1723). Assim negocia a convenção de 20 de fevereiro de 1865, «recebida como um ato infeliz por Tamandaré». Chegando a informação ao Rio de Janeiro, é exonerado da missão, «afrontosa medida que inspirou ao diplomata o seu *discurso de oito horas*, a 5 de junho de 1865» (1725-6).

De sua permanência então no Prata, é o registro, em seu diário, de conversação com Mármol, segundo o qual o General Mitre tinha a idéia de incorporar território paraguaio à República Argentina, motivação para a Triplice Aliança (1763).

Em 1 de fevereiro de 1868, recebe do Imperador instruções para sua atuação política na guerra do Paraguai, fase em que o monarca preferia abdicar a desistir da continuação da guerra (1751).

Note-se que no ano anterior considerava perigoso o projeto abolicionista então surgido (1774).

Novamente em missão diplomática no Paraguai, em 1870, testemunha os eventos do final da guerra, e deles participa, tal como no caso das circunstâncias que envolvem a morte de López (1761). Nesse mesmo ano, como agente do governo, confirma na patente de alferes o cabo Chico Diabo (1762).

Nessa época, em seguida ao rompimento do fogo de Teixeira Júnior, em 14 de maio, na Câmara, na questão abolicionista, declara — descobrindo o pensamento do Imperador — que em maio do

ano seguinte o governo apresentaria um projeto sobre o elemento servil.

É nessa emergência que S. Vicente substitui a Itaboraí. Mas «o jurisconsulto não capitão para a tormenta», e Rio Branco o sucede em 7 de março.

Na refrega de que resultaria a Lei do Ventre Livre, lutando para arrancá-la a um parlamento «dominado pelos sólidos interesses da grande propriedade», era preciso «um forte temperamento de chefe: talento oratório, energia sutil, persistência heróica. Foram as qualidades que mostrou» (1778). Atrás deste, porém, «estava a consciência da sociedade. As forças sentimentais da corte. A mocidade das escolas, o liberalismo das elites, a opinião».

Confirma que o representante diplomático dos Estados Unidos solicitara a coleta de flores que caíram das galerias, quando da aprovação da Lei do Ventre Livre.

A «energia, o ardor parlamentar, o senso de ordem, a cultura expansiva» são as qualidades marcantes que se combinam com as de Pedro II nessa luta de 1871 (1780). Representa, então, junto à Princesa Imperial Regente, o pensamento do Imperador (1806).

Os outros fatos marcantes do seu governo são as primeiras escaramuças entre republicanos e monarquistas, a paz com o Paraguai, a questão religiosa e a falência do Banco Mauá.

No primeiro caso, monarquistas atacam a gazeta republicana da Corte, quando ela comemora a proclamação da República na Espanha, ataque, no seu dizer, espontâneo (1772).

É o grão-mestre do Grande Oriente do Lavradio, quando é por ele homenageado por motivo da apresentação da Lei do Ventre Livre. O Padre Almeida Martins foi ali falar, infringindo de «público as cominações papais contra a maçonaria», sendo suspenso de ordens o padre-orador (1780). Abria-se a questão religiosa.

Quando esta se alastra, verbera da tribuna o procedimento dos prelados que seguiam nas águas do Bispo do Rio de Janeiro, em sua punição àquele sacerdote (1782).

Em 1873, quando da missão Penedo em Roma, para esta enviou, em discreta visita ao Papa, o Cônego Pinto de Campos, seu correligionário político, tribuno da Igreja (1783).

Durante as negociações da paz com o Paraguai, declara que a questão da ocupação argentina de território daquele país se discutiria «a seu tempo» (1763). Mas em 1870, já dissera a Varela, em Assunção, que, em não se chegando a acordo, «o império trataria *separadamente*, com o Paraguai». E assim fez seu governo.

A falência do Banco Mauá origina a crise que deu por terra com o governo que chefiava (1783).

Depois de morto, ainda influi.

De fato, em 1884, João Alfredo encarna suas audácias, ao conseguir que Cotegipe, no banquete de 28 de setembro, declare que «o partido conservador quer, pode e deve realizar a reforma do elemento servil». Esse banquete marca a mudança de rumo do partido reacionário e a sua ascensão (de João Alfredo) «ao poder, para completar — ou dirigir moderadamente — a obra de Rio Branco» (1880).

Padrão de oratória convincente e harmoniosa, é alvo de subscrição popular para ereção de seu monumento no Largo da Glória, cuja inauguração era razoável, diz o filho, quando no Ministério das Relações Exteriores (1873). Há para ilustrar, seu retrato, à página 1777, reproduzindo litografia de 1858, de A. Sisson.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1980. — *Francisco Ruas Santos*.

Obs.: os números entre parênteses são os das páginas da *História do Brasil*, de Pedro Calmon, Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1959.

ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRICAS (CEPHAS) NO ANO SOCIAL DE 1980

A Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) iniciou as suas atividades, após as férias de verão, no dia três de março, tendo se reunido normalmente todas as quartas-feiras, com exceção de duas únicas vezes, coincidentes com a quarta-feira de trevas e a visita do Papa ao Rio de Janeiro, realizando um total de vinte e nove reuniões. Neste período, estas reuniões contaram com a presença de 691 sócios e 253 freqüentadores, num total de 844 pessoas presentes, com a média de 32 em reunião.

A presidência destas reuniões coube por treze vezes ao seu Presidente, o sócio benemérito Marcos Carneiro de Mendonça, substituido, nos seus impedimentos ocasionais, pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, por duas vezes pelo 1º-Vice-Presidente do IHGB, Américo Jacobina Lacombe ,por uma vez pelo 1º-Secretário do IHGB, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, e ainda por uma vez pelo Vice-Presidente Honorário do IHGB, Marcelo José das Neves Alves Caetano, secretariando estas reuniões o sócio efetivo Paulo Braga de Menezes, substituido por três vezes, em seus impedimentos ocasionais, pelo 2º-Secretário do IHGB, Fernando Monteiro.

Os principais assuntos tratados, dentro da finalidade especifica desta Comissão, foram os que seguem em ordem cronológica:

ATA nº 0180: Reunião do dia 3 de março: O Presidente da CEPHAS discorre sobre os pioneiros no combate à febre amarela no Rio de Janeiro, como o Dr. Carlos Seidl e Carlos Carneiro de Mendonça, trazendo acontecimentos e achegas pouco divulgados sobre o assunto. A seguir, Gilberto Ferrez fala sobre a exposição de gravuras alemãs inaugurada no Museu de Belas Artes, recomendando-a aos presentes; ao consócio Mircea Buescu, discorre sobre *O Motim do Vintém*, ocorrido no Rio de Janeiro, no 1º de janeiro do ano de 1880, historiando os acontecimentos para examinar os aspectos econômicos e sociais da criação daquela taxa, sob o ponto de vista da proporcionalidade da taxa diante da situação financeira do país e da sua significação em relação aos preços dos produtos de subsistência e do salário dos trabalhadores, e concluir que a criação da taxa, por si só, não justificava a ira popular e atribuir esta, de acordo com o *Jornal do Commercio*, a uma resistência popular insuflada, colocando o episódio num conjunto de problemas mais graves, como a crise do café, a abolição da escravatura e a reforma eleitoral. O consócio Ruas Santos apresenta um plano para os trabalhos desta comissão, no qual a análise de documentos pouco explorados deve ter a preferência, comunicação que suscita, paralelamente, a comunicação de Monsenhor Schubert sobre a programada comemoração, pela Igreja e o município, do sesqüicentenário do falecimento do Padre José Maurício Nunes Garcia, comunicações que provocam a intervenção do Presidente Pedro Calmon que decide mandar fazer um levantamento, com base nas *Efemérides* do Barão do Rio Branco, para

decidir as que devem ser objeto de estudos e comemorações neste ano, designando, desde logo, os consócios Afonso Celso Vilela de Carvalho para as de Peter Lund, Bezerra Câmara, para as de Rebouças, Mário Barata, para as da Cabanagem, e José Calazans para as do Visconde do Rio Branco.

No encerramento dos trabalhos, o Presidente Pedro Calmon comunica que terminou as anotações ao *Catálogo Genealógico* de Frei Jaboatão que enriqueceu com pesquisas em Portugal sobre os familiares do Santo Ofício e os candidatos à Ordem de Cristo.

—o—

ATA nº 02-80: Reunião do dia 12 de março: Rua Santos, em continuação aos estudos que vem fazendo para a «montagem da indexação analítica» na área da História, detém-se na análise das *Efemérides Cariocas* do falecido consócio Roberto Macedo, na qual declara encontrar proveitosas lições a tirar e concluir que, de cada informação paradigmática, sobre o que acontece no dia, há, em média, quatro outras correlacionadas, fazendo o cálculo de probabilidades sobre aquelas informações, e entrando a fazer a apologia do denominado «projeto Calco» do Centro de Informações do MEC em convênio com o CNPq. Tendo o Secretário do IHGB, Xavier Pedrosa, lembrado o luto nacional por motivo do falecimento de José Americo de Almeida, falam sobre a sua personalidade o Presidente Pedro Calmon e Horácio de Almeida, que se detém no exame da *Bagaceira*, e Oliver Ónody faz breve comunicação sobre observações suas, na Europa, de que regressa, referentes ao modo por que o Brasil vem sendo ali apresentado, sobretudo em Viena.

—o—

ATA nº 03-80: Reunião do dia 17 de março: Monsenhor Schubert, a propósito da comunicação de Oliver Ónody na Reunião passada, detém-se nas críticas ao Brasil por parte de funcionários austriacos objeto daquela comunicação, acrescentando idênticas observações suas em anterior visita à Europa, em Berlim, Munich, Viena e Roma, concedendo-se, em seguida, a palavra ao freqüentador Egon Wolff, que fala sobre documento redescoberto em Lisboa sobre Afonso Furtado Castro do Rio de Mendonça, Visconde de Barbacena, governador do Brasil, datado de 1676, de autoria de Juan Lopes Sierra, objeto de tradução para o inglês e editado pela James Ford Bell Library, de Mineapolis, sob o título *A Governor and his Image in Barroque Brazil*. O Secretário desta Comissão, a propósito da data, fala sobre o primeiro presidente da CEPHAS, José Wanderley de Araújo Pinho, evocando a sua personalidade de estudioso, escritor e historiador, presidente desta Comissão, à qual deixou imperecível legado: a tradição sempre na mesma mantida, homenagem a que se associa o Presidente Pedro Calmon, seu amigo pessoal, que relembra a origem desta comissão e o que ela representa de inovação e vitalidade na centenária vida do IHGB, encerrando-se os trabalhos com a oferta, por Gilberto Ferrez, do volume *Os Estabelecimentos de Petrópolis*.

—o—

ATA nº 04-80: Reunião do dia 9 de abril: Umberto Peregrino disserta sobre a Rua Paissandu, historiando-lhe a abertura e o desempenho da Princesa Isabel e do Conde d'Eu no seu traçado e no plantio das palmeiras, passando, em seguida a falar sobre José Américo de Almeida, personificação do espirito nordestino, reportando-se ao aparecimento do modernismo literário e artistico e da *Bagaceira*, para terminar com elogioso relato da palestra, com audição e música, realizada no auditório da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em sua nova sede, por promoção do Ministério da Educação e Cultura e o Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, sob o tema *O Rio de Janeiro há um Século*. No prosseguimento, Ruas Santos, aborda o tema *Automação dos Arqui-*

vos Franceses, em informação do que a Informática vem fazendo em França para a organização e o desenvolvimento dos arquivos e da pesquisa histórica, fazendo o paralelo entre aquele país e o Brasil nesta área, estudando os projetos *Origan* e *Egerie* e a organização do fichário *Leonore* da Legião de Honra, para analisar ainda o projeto *Priam* e o papel da Informática no pré-arquivo.

—o—

ATA nº 05-80: Reunião do dia 16 de abril: O consócio Perry de Almeida, em rápida comunicação, fala da solenidade da entrega, ao Presidente Pedro Calmon, das insignias da Ordem das Cinco Estrelas, passando-se em seguida a palavra à consócia Cibele de Ipanema que fala sobre os vinte anos de Brasília e as comissões nomeadas para estudos e a escolha do local para a sua instalação, da qual participou. No prosseguimento dos trabalhos, Umberto Peregrino, aborda o tema *Um Capítulo da História Cultural, — A Era da Gramática*, historiando o período de extremado culto ao purismo da língua portuguesa em Portugal e Brasil, período que classifica de néo-colonização lingüística, para analisar a ruina definitiva daqueles propósitos nos dias que correm. No prosseguimento dos trabalhos, a freqüentadora Srª Frieda Wolff, a propósito de artigo do *New York Times* e copiosa pesquisa própria, fala sobre a origem e o desenvolvimento da Vila Americana, fundada no oeste paulista, por cidadãos norte-americanos, entregando documentos e mapas ao IHGB. No encerramento dos trabalhos, o Secretário desta comissão oferta ao IHGB, em nome do autor, o volume sobre Afonso Pena do brasialinista Jerry T. Weiner, em que o autor estuda o período de transição do Império para a República no Brasil, ofertando também Xavier Pedrosa, em nome do autor, o volume *Os Meus Melhores Sonetos* de Francisco de Paula Mayrink Lessa.

—o—

ATA nº 06-80: Reunião do dia 23 de abril: O consócio Cláudio Moreira Bento dá conhecimento ao IHGB do programa de comemorações oficiais para o centenário do Duque de Caxias com a colaboração do IHGB, que cede a espada de campanha do duque, que se guarda neste Instituto, para figurar naquelas solenidades. Em seguida é concedida a palavra ao visitante, Professor Nachman Falbel, que oferta ao IHGB cópia do Catálogo dos Inquisidores e sua complementação por autor desconhecido, passando a falar sobre os 1500 anos de São Bento, entitulando a sua palestra *São Bento na obra de Joaquim de Fiori*, onde aborda a questão da nova exegética da Idade Média, objeto de pormenorizada exposição pelo conferencista. Em seguida, Umberto Peregrino fala sobre os vinte anos de Brasília, remontando aos primórdios da idéia de sua ereção e da iniciativa de Juscelino Kubitschek, concedendo-se em seguida a palavra ao visitante Hélio Nóvoa, que oferta a sua tese de doutorado *Contribuição ao estudo antropológico das raças indígenas do Brasil*, detendo-se, em sua exposição, sobre o crânio da Lagoa Santa, que se guarda neste IHGB, baseando a sua pesquisa na correspondência de Wilhelm Peter Lund com Januário da Cunha Barbosa, Secretário do IHGB, e Manuel Ferreira Lagos. O Presidente Pedro Calmon aborda a questão da literatura judaica respeitante ao Brasil, suscitando ainda a questão da conceituação jurídica de inconfidência, assunto em que intervém, em erudita hermenêutica do Livro V das Ordenações, o Vice-Presidente Honorário do IHGB, Professor Marcelo Caetano, e Cibele de Ipanema, com base em pesquisas suas sobre a Ilha do Governador, levanta hipótese sobre possível filiação do organista da Capela Real, Padre José Maurício Nunes Garcia.

—o—

ATA nº 07-80: Reunião do dia 7 de maio: Américo Jacobina Lacombe, 1º-Vice-Presidente do IHGB, que preside esta reunião na ausência de Marcos

Carneiro de Mendonça. Presidente da CEPHAS, comunica que a Academia Nacional de la Historia, da Venezuela, convoca o IV Congresso Venezuelano de História, cujo temário envia, a reunir-se em Caracas de 26 de outubro a 1º de novembro do ano em curso, em comemoração do bicentenário do nascimento de Simón Bolivar, solicitando representante do IHGB. Passando-se à ordem do dia, Afonso Celso Vilela de Carvalho, designado pela presidência para falar sobre Peter Lund nas comemorações programadas pelo IHGB no centenário do seu falecimento, lembra, de início que pairam dúvidas sobre a data do seu falecimento, que uns consideram o cinco e outros o vinte e cinco de maio, motivo pelo qual aceita a data designada pelo Instituto para esta comemoração, passando a traçar-lhe a biografia e fazendo a crítica de seus trabalhos arqueológicos no Brasil, e sua repercussão no mundo científico, tendo-lhe solicitado o Presidente Américo Jacobina Lacombe, um catálogo completo dos trabalhos de Lund para o que sugeriu ainda um apelo ao corpo diplomático brasileiro junto ao reino da Dinamarca, informando Afonso Celso que nem todos os trabalhos de Lund ali se encontram, havendo-os em Paris e na Alemanha, informando ainda que, durante a sua conferência no IHB apresentará gravuras referentes aos trabalhos de Lund no Brasil, hoje de sua propriedade, por oferta de Adalberto Barreto. No prosseguimento dos trabalhos, Ruas Santos, após ofertar ao IHGB uma litografia representando o Duque de Caxias de perfil e um recorte do *Jornal do Brasil* de 30 de abril último com artigo titulado «Caxias e o Observatório Nacional» de autoria de Ronaldo Rogério Freitas Mourão, passa ao tema da sua comunicação, sugerida pela de Horácio de Almeida na última reunião plenária do IHGB, sobre a História dos Dicionários da Língua Portuguesa e do português falado no Brasil, que considera valiosa pelos elementos que fornece para a computação, de forma sistêmica, de dados históricos, analisando os dicionários referidos, e, assinalando-lhes lacunas e deficiências, aborda o problema da metalinguagem na pesquisa cultural e histórica à procura de uma linguagem de indexação na área da História, exemplificando com o tema «Engenho de Açúcar» e correlatos, os quais, associados ao espaço-tempo histórico, constituirão a metalinguagem concernente ao açúcar para o tratamento eletrônico da informação adequada, recebendo de Horácio de Almeida preciosas informações no que concerne a esta terminologia, pelo que Américe Jacobina Lacombe sugere seja ele aproveitado para a elaboração do manual a que se dedica Ruas Santos. O Secretário do IHGB, Xavier Pedrosa, solicita conste de ata menção à solenidade realizada no salão nobre do IHGB, no dia 5 do corrente, em comemoração ao centenário da morte do Duque de Caxias, na qual o Coronel Newton de Andrade Melo falou sobre o combate de Santa Luzia, fazendo pormenorizada demonstração no mapa da região sobre os acontecimentos, restabelecendo a verdade histórica, encerrada com magnífica alocução do Presidente Pedro Calmon sobre a personalidade de Caxias.

—o—

ATA nº 08-80: Reunião do dia 14 de maio: Américo Jacobina Lacombe que preside a esta reunião, dá conhecimento do cartão de Marcos de Mendonça, datado de Londres, onde se encontra, após a sua conferência sobre a «Aula de Comércio nas reformas pombalinas», realizada no *Eleventh Annual Meeting of the Society for Spanish and Portuguese Historical Studies*. Em seguida, o consócio Cláudio Moreira Bento agradece ao IHGB o empréstimo da espada do Duque de Caxias para as comemorações do centenário de seu falecimento, apresentando os cadetes que acompanharam a devolução da espada, os quais oferecem ao Instituto um estojo de veludo azul com as armas do patrono do Exército bordadas a ouro e prata. Passando-se à ordem do dia, Marcelo Caetano, discorre sobre as raridades bibliográficas da Biblioteca Nacional editadas em Portugal no Século XVI, recebendo da presidência pedido de cópia desta sua palestra para publicação na Revista do IHGB, motivando esta comunicação

uma sugestão do secretário desta comissão para uma edição fac-similada, sob os auspícios deste IHGB e da Biblioteca Nacional, do raríssimo exemplar das Ordenações Manuelinas de 1514, raridade maior talvez daquela Biblioteca, com anotações de Marcelo Caetano sobre a discutida «primeira edição» dos dois primeiros livros daquelas Ordenações, pela importância desta obra para a História do Direito e da História social no reino, àquela época. No prosseguimento dos trabalhos, Ruas Santos fala sobre a iconografia do Duque de Caxias e a importância da pesquisa histórica, abordando o problema da evolução semântica dos vocábulos sob o ponto de vista da metalinguagem. Encerrando os trabalhos, e assumindo-lhes a presidência, o Presidente Pedro Calmon sugere que deveríamos ter, nestas reuniões um tema permanente, o qual, finda a ordem do dia, permanecesse em pauta, sugerindo ainda a História do Brasil, desde os seus primeiros dias, estudados em ordem cronológica, prometendo voltar ao assunto pelo adiantado da hora, sugerindo Marcelo Caetano um relator para este fim.

—o—

ATA nº 09-80: Reunião do dia 21 de maio: Iniciam-se os trabalhos com a palestra de Afonso Celso Vilela de Carvalho sobre Wilhelm Peter Lund, em comemoração do centenário do seu falecimento, estudando-lhe o orador a vida e a obra desde a sua chegada ao Brasil, suas primeiras pesquisas em Itaipu, na província do Rio de Janeiro, até a sua fixação e morte na região da Lagoa Santa através de suas descobertas e comunicações às entidades científicas, entregando o seu trabalho para publicação na Revista do IHGB. A propósito, Marcelo de Ipanema solicita ao Instituto ofício à Justiça Militar solicitando a sua intervenção na proteção dos jazimentos da região de Itaipu para preservação deste patrimônio histórico. Concedida, a seguir, a palavra a Cibele de Ipanema, designada pela presidência do IHGB para falar nas comemorações do centenário da morte de Ana Nery, estuda-lhe a oradora a vida e a obra de enfermeira em campanha, na guerra do Paraguai, através de pesquisa em fontes bibliográficas e documentais, em pesquisa própria, entregando também o seu trabalho para publicação na Revista do IHGB, provocando a intervenção do Presidente Pedro Calmon, que lhe elogia o trabalho, e, em achega, relata a descoberta da sepultura de Ana Nery no cemitério de S. Francisco Xavier, no Rio de Janeiro, e a transladação de seus despojos para Cachoeira, solicitando, a seguir, uma salva de palmas por motivo do retorno de Marcos Carneiro de Mendonça, à presidência da CEPHAS.

—o—

ATA nº 10-80: Reunião do dia 4 de junho: No impedimento ocasional do secretário desta Comissão, secretariou-a Fernando Monteiro, iniciando-se os trabalhos com a comunicação de Lavenère-Wanderley de ter recebido, a 27 de maio, em Buenos Aires, o diploma de correspondente do Instituto Argentino de História da Aeronáutica Jorge Newbery, discorrendo sobre os primeiros vôos de balão, sobre Edu Chaves, e a tentativa de vôo direto Rio-Buenos Aires e seu trágico desfecho com o desastre na Lagoa Esteves, provocando achega de Donato Melo Júnior que lembra ter sido seu pai, o Dr. Donato Melo, quem periciou os corpos dos aviadores falecidos naquele desastre. No prosseguimento dos trabalhos, Ruas Santos volta ao seu projeto de indexação da Revista do IHGB, declarando ter entregue o seu projeto ao Presidente Pedro Calmon, que prometeu submetê-lo à discussão, aceitando, em princípio, a idéia, embora continuem os trabalhos em andamento sob a direção do Professor Galante de Sousa.

—o—

ATA nº 11-80: Reunião do dia 11 de junho: No início dos trabalhos, Umberto Peregrino, aborda o problema da mudança da designação de ruas no Rio de Janeiro, como acaba de ocorrer com a homenagem prestada a Pascoal Carlos Magno, cuja rua em Santa Teresa tinha denominação dada a personagem notável na História, lembrando a conveniência de se estabelecer uma política para estas designações de ruas no Rio de Janeiro, sobretudo quando estas recaem em ruas cuja designação anterior já refletia homenagem a alguém, em que pese julgar justa a homenagem a Pascoal Carlos Magno, cuja obra em prol do teatro nacional relembra e exalta, e o Presidente Pedro Calmon, em comentário, lembra a designação da Avenida Infante D. Henrique, denominação sugerida pelo IHGB. Ruas Santos, em seguida, a propósito do programa da TVEducativa, levado ao ar ontem, salienta a importância de programas como este para reunir participantes de várias regiões do país em debate de divulgação cultural instantânea, relacionando-o com o programa de divulgação no setor da História, por que se vem batendo. O Presidente Pedro Calmon, a propósito da data do 9 de junho, lamenta a ausência de Marcelo Caetano para falar de José de Anchieta, solicitando a Monsenhor Schubert que o faça, e este diz que Anchieta foi o ministro de Deus para a educação e a saúde, evocando o trabalho silencioso do missionário no combate à miséria e à ignorância, no socorro aos necessitados e aos enfermos, fundando escolas e hospitais, preenchendo com os meios ao seu alcance a missão do sacerdote e evangelizador, provocando comentários do Presidente Pedro Calmon que indaga: «que mais falta para a sua canonização, mais milagres? — o milagre somos nós, o grande milagre: Anchieta já estava canonizado pelo voto do Brasil», lembrando o apelo formal da Câmara de São Paulo, a cultura humanística de Anchieta, a gramática da língua tupi, para, a seguir, se referir à sua palestra amanhã na Academia Brasileira de Letras sobre Camões, a sua presença pessoal no poema, ao contrário dos poetas épicos que o precederam, e julgar os *Lusíadas* o relato de uma experiência vivida, detendo-se na localização geográfica da Ilha dos Amores, abordando o aspecto renascentista da introdução do erotismo na literatura. No encerramento dos trabalhos o brasilianista Henry Bacon acentua que Camões foi o primeiro poeta que fala do mundo moderno com realismo e experiência própria, para situá-lo, em oposição a Dante, poeta medieval, como o épico da renascença.

—o—

ATA nº 12-80: Reunião do dia 18 de junho: O Presidente Pedro Calmon comunica que o IHGB acaba de receber as medalhas comemorativas do centenário do Duque de Caxias concedidas aos consócios que participaram da organização e comemoração da efeméride, os quais as receberão na secretaria, mediante recibo. Passando-se à ordem do dia, Ruas Santos, previamente inscrito, fala sobre o andamento dos trabalhos que, sob a sua direção, vem realizando para a análise e a indexação da Revista do IHGB, tarefa proposta por Marcos de Mendonça na reunião do dia 16 de agosto de 1978 para levantar o pensamento do Instituto e de seus sócios na abordagem dos problemas da História do Brasil, analisando a problemática com que se defrontou na realização desta tarefa — a adoção de um módulo de informação, os seus resumos críticos, a seleção das equipes de pesquisadores e o seu financiamento, para terminar informando que o projeto já está pronto para ser levado ao CNPq, ao que o Presidente Pedro Calmon comunica que o seu pensamento é harmonizar este projeto com o que vem sendo realizado pelo Instituto, sob a direção do Professor José Galante de Sousa. Em prosseguimento foi concedida a palavra ao visitante Sérgio Cunha, Diretor do Museu de Armas, que, a convite de Umberto Peregrino, aqui comparece para falar do museu, sua origem, a aquisição de peças, sua catalogação e manutenção e referir-se ao perigo que o ameaça com a construção da estrada que lhe passa acima e lhe dificulta o acesso. No

encerramento dos trabalhos Cláudio Moreira Bento oferece ao IHGB cópia de documentos por ele coligidos na Academia das Agulhas Negras sobre a guerra do Paraguai e a revolução de 30.

—o—

ATA nº 13-80: Reunião do dia 7 de julho: Marcos de Mendonça, a propósito da ata da reunião anterior, expõe os seus objetivos ao apresentar a sua sugestão na reunião do dia 16 de agosto do ano de 1978, e a sua posterior sugestão para estender este trabalho até 1989, para se fazerem, paralelamente, estudos sobre a proclamação da República, apresentando aditamentos e esclarecimentos àquelas sugestões. Passando-se à Ordem do Dia, Marcelo Caetano ofertou ao Instituto exemplar da separata do volume XIV do *Arquivo do Centro Cultural Português*, do trabalho de Maria Helena de Teves Costa, sob o título *Livros Escolares de Latim e Grego adotados pela Reforma Pombalina dos Estudos Menores*, historiando a mudança introduzida na metodologia no ensino dos então denominados estudos menores, em conseqüência das idéias dominantes, visando à preparação da juventude e sua adaptação às mudanças em processamento, exaltando o mérito do trabalho. A seguir, o Presidente Pedro Calmon lembra o convite da Academia Nacional de la Historia da República da Venezuela para o IV Congresso Venezuelano de la História, a reunir-se em Caracas no primeiro de novembro próximo, em continuação dos estudos sobre as instituições do período hispânico na Venezuela e, em geral, na hispano-américa, comunicando o temário do congresso e designando Marcelo de Ipanema representante do IHGB naquele congresso, e lembra também o convite para o IV Congresso de História da América organizado pela Academia Nacional de la Historia da República Argentina a realizar-se em Buenos Aires a 13 de outubro, passando a relatar o ocorrido na reunião dos intelectuais brasileiros com o Papa João Paulo II, provocando comentários de Marcos de Mendonça sobre realizações do empresariado brasileiro a favor do operariado em antecipação à decretação do salário mínimo pelo governo. No encerramento dos trabalhos o Presidente Pedro Calmon lembra a data do 10 de julho em que ocorre o centenário do falecimento do Secretário Perpétuo deste IHGB, Januário da Cunha Barbosa, preparando comemorações condignas da efeméride, e Jonas Correia relata impressões de sua recente viagem aos Estados Unidos e à Europa, detendo-se em sua estada em Florença, onde, a exemplo do que fizera Pedro Calmon, procurou localizar na tela de Ghirlandaio a possível efígie de Américo Vespúcio.

—o—

ATA nº 14-80: Reunião do dia 16 de julho: Gilberto Ferrez lê artigo para a Revista do IHGB sobre o Almanaque Laemmert, o *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro* e a *Folhinha*, em comemoração ao centenário do falecimento de Eduardo Laemmert ocorrido no primeiro de janeiro de 1880. A seguir, Afonso Celso Vilela de Carvalho, a respeito da referência à Américo Vespúcio na reunião anterior, lembra que este não foi mero agente de negócios, tendo sido convocado para o serviço de Espanha como piloto-mor, referindo-se em seguida à questão da denominação dada à Bahia em comemoração à data da sua descoberta. Fala em prosseguimento o Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva agradecendo o interesse e a solidariedade do Instituto quando confinado como refém na sede da Representação Dominicana, relatando fatos e ocorrências daquele seqüestro. Marcos de Mendonça comunica a sua eleição para membro correspondente da Academia Portuguesa da História e Rubem Rosa oferece ao IHGB recortes de jornais sobre assuntos de História.

—o—

ATA nº 15-80: Reunião do dia 23 de julho: Donato Melo Júnior, fala sobre Augusto Meira Fº, estudando-lhe a vida e a obra em artigo para publicação na Revista do IHGB, associando-se a esta homenagem ao consócio falecido a 8 deste mês, o consócio Mário Barata, e ainda Marcelo Caetano, que lembra a expressiva comunicação de Augusto Meira por ocasião de sua estada em Belém do Pará, homenagem a que se associa também Ruas Santos. A seguir, Herculano Matias fala sobre os documentos recentemente adquiridos em leilão londrino e recolhidos ao Museu da Inconfidência, solicitando-lhe Marcos de Mendonça artigo para a Revista sobre o assunto. Em seguida, Rubem Rosa oferece ao Instituto o 3º volume de *O Marechal Câmara — Sua vida política*, chamando a atenção para a valiosa documentação desta obra e, a propósito, Piragibe da Fonseca comunica ter documentos do Visconde de Pelotas que se prontifica a comunicar. Xavier Pedrosa oferece ao IHGB várias obras por ele trazidas do Ceará em sua recente visita àquele Estado, quando do Congresso ali realizado, e Umberto Peregrino lamenta a ausência de planejamento nas programações para o cinqüentenário da Revolução de 30.

—o—

ATA nº 16-80: Reunião do dia seis de agosto: Iniciados os trabalhos, na ausência do presidente desta comissão e do Presidente Pedro Calmon que aguarda, em seu gabinete, a chegada do Prefeito Júlio Coutinho, o Secretário convida para a presidência dos trabalhos o Vice-Presidente Honorário do IHGB, Professor Marcelo Caetano, passando-se à ordem do dia, quando Nelson Omegna, comunica ter terminado as suas memórias, lendo o capítulo «Foi assim...», em que narra as suas vicissitudes como candidato à representação federal pela antiga UDN. Assumindo, neste momento a presidência dos trabalhos, Marcos de Mendonça, a propósito da comunicação de Nelson Omegna, faz interessante paralelo entre as realizações político-sociais do movimento revolucionário de 1930 e a situação anterior, destacando o efetivo progresso trazido por aquele movimento, sobretudo no setor da siderurgia com a criação da Usina de Volta Redonda e a elevação do nível do operariado, lembrando iniciativa sua — a criação da maratona intelectual entre alunos, convencido como estava de que só com o conhecimento da matemática se conseguiria elevar o surto comercial no campo da indústria, provocando a intervenção de Marcelo Caetano, que lhe solicita escrever também as suas memórias. Em seguida, Cibele de Ipanema comunica estar presente o Sr. Luís de Oliveira que, no próximo sábado fará no auditório do Museu Imperial uma palestra sobre Langsdorff e o Secretário destas reuniões comunica acharem-se presentes no auditório vários sobrinhos netos de D. Antônio Macedo Costa, o homenageado de hoje na sessão solene do IHGB, entre os quais Monsenhor Leovigildo Franca que oferta ao Instituto um retrato de D. Antônio Macedo Costa. Neste momento, assumindo a presidência e transferindo-a ao Prefeito Júlio Coutinho, o Presidente Pedro Calmon comunica os objetivos da visita deste ao IHGB, interessado que está nos problemas histórico-culturais do município, em cuja governança acaba de ser investido, declarando o Prefeito Júlio Coutinho que deseja dedicar tempo e atenção especiais à cultura desta cidade, capital do Brasil por quase trezentos anos, de tão destacado papel no Império, restaurando o hábito de se pensar no passado, como propósito de seu governo. Dentro desta linha de pensamento, o Presidente Pedro Calmon sugere a restauração do antigo Paço Imperial e da designação antiga de Largo do Paço à Praça XV atual, bem como da antiga Praça do Comércio, onde ultimamente funcionou um dos tribunais do júri desta cidade, apresentando também sugestões os consócios Marcos de Mendonça e Marcelo de Ipanema, que se mostra contrário à construção pela Bolsa de Valores de dois projetados edifícios de cinqüenta e dois andares no local.

—o—

ATA nº 17-80: Reunião do dia 13 de agosto: Iniciados os trabalhos, falam sobre o assunto suscitado pelo Prefeito Júlio Coutinho, inicialmente, Gilberto Ferrez, que lembra ter sido ouvido o IHGB sobre o local de colocação da estátua eqüestre de D. João VI, mostrando-se contrário à sua remoção para outro local, falando, a seguir, sobre as projetadas restaurações do Paço e da Praça do Comércio, e dos cuidados com que deverão ser feitas, falando a seguir, Marcelo de Ipanema que retoma a questão dos projetados edifícios da Bolsa de Valores, como anteriormente já se manifestara contra o edifício da Faculdade Cândido Mendes, e sugerir ao Presidente do Instituto que se manifeste contra estas construções, representando aos governos federal, estadual e municipal, e também que o IHGB realize estudos para apresentar sugestões ao prefeito, proposta a que se associa Afonso Celso, Gilberto Ferrez e Umberto Peregrino, sugerindo este que se apresente projeto para o tombamento do bairro de Santa Teresa. No prosseguimento dos trabalhos, o Presidente Pedro Calmon, aceitando sugestão de Umberto Peregrino, nomeia uma comissão, composta, dele, Umberto Peregrino, Macedo Soares e Jonas Correia, para apresentar um plano para as comemorações do movimento revolucionário de 30, acrescentando que a sua idéia seria a de se fazerem várias palestras em série para colher depoimentos sobre aquele acontecimento, e não realizar uma comemoração. A seguir, o Secretário comunica que Raul Lima fará, hoje, às 17 horas, no Palácio Itamarati, uma palestra sobre o cinqüentenário da inauguração do edifício em que funcionam a biblioteca, a mapoteca e o arquivo histórico daquele ministério. No encerramento dos trabalhos, Marcos de Mendonça comunica que fará, na sede da *Otium cum dignitate* uma palestra sobre Gomes Freire de Andrada e o seu governo.

—o—

ATA nº 18-80: Reunião do dia 20 de agosto: Marcos de Mendonça, assinalando a presença do historiador português Joaquim Veríssimo Serrão, sócio deste Instituto e Presidente da Academia Portuguesa da História, comentando o aparecimento do volume V da sua *História de Portugal*, que trata do Século XVIII, detém-se na análise dos eventos mais importantes deste século, para sugerir a conveniência de se fazerem, desde já, estudos sobre aqueles fatos, os desfavoráveis para Portugal no começo do século, e os de tão grande senso político e de tão marcante influência para a História do Brasil da segunda metade daquela centúria, para comemorações condignas do bicentenário do Marquês de Pombal. O Presidente Pedro Calmon, no ensejo, diz do regozijo do Instituto e desta Comissão pela presença de Veríssimo Serrão, para assinalar o grande valor da sua obra histórica, pelo seu conteúdo e pela sua utilidade prática pela abundante e atualizada bibliografia, preciosa para a História do Brasil, quando é aparteado por Marcelo Caetano, que lhe endossa as palavras em elogio ao ilustre visitante, terminando o Presidente Pedro Calmon por apostilar «a maneira de Portugal estar no mundo», tema da conferência que, às 17 horas, fará Veríssimo Serrão no Salão nobre do Instituto, com a evocação de Camões «menino e moço» em casa de D. Violante de Ataíde e o casamento da filha de Mem de Sá para concluir sobre a origem das notícias que Camões teria tido da Terra de Santa Cruz, mencionada no canto X dos Lusíadas. Veríssimo Serrão, agradecendo as homenagens que lhe são prestadas no Brasil e aqui, no Instituto, declara que veio ao Brasil pelo 17 de agosto, data aniversária do mestre sempre amigo Marcelo Caetano, e o prazer de aqui estar, pelo carinho, a fidalguia e o afeto com que é aqui recebido, e passa, em comentário à sua assinalada capacidade de trabalho, a declarar que, há trinta e cinco anos, se dedica à História de Portugal, não por que àquela data cogitasse escrevê-la, mas por coletar dados e preencher fichas que muito vieram a servir-lhe para a tarefa a que agora se dedica, a partir de 1974, sem vaidade, em testemunho do ideal de vida e do sentido ecumênico da civilização portu-

guesa ao irradiar-se pelo mundo, declarando, a propósito da sugestão de Marcos de Mendonça, que a Academia Portuguesa da História estará à disposição do IHGB, numa aliança de fraternidade luso-brasileira, para as comemorações do bicentenário de Pombal. No encerramento dos trabalhos, o brasilianista Stuart Schwartz, da Universidade de Massachusetts, autor do livro *Sovereignity and Society in Colonial Brazil*, oferece ao IHGB exemplar de novo livro seu sobre documento inédito, original espanhol de Juan Lopes Sierra, sobre o Visconde de Barbacena e o Brasil colonial no Século XVII, e Herculano Matias lê e comenta documentos do arquivo deste Instituto sobre a maneira como foram tratados no Brasil os prisioneiros de guerra no episódio da guerra do Paraguai, suscitando debates sobre a maneira como há de manifestar-se o IHGB contra certo livro recém-editado sobre a guerra do Paraguai.

—o—

ATA nº 19-80: Reunião do dia 3 de setembro: Na ordem do dia, Ruas Santos fala sobre o projeto COMUT do Ministério da Educação e Cultura, divulgando os seus principais pontos, para avaliar a posição do IHGB em face deste sistema, e situar a biblioteca do Instituto entre as quatro maiores na área da História, propondo a integração do IHGB naquele sistema, assinalando as vantagens daí decorrentes, provocando a manifestação de Rubem Rosa e de Marcelo de Ipanema que propõe a nomeação de uma comissão, com um relator, para, em prazo certo, apresentar relatório sobre os estudos que se fizerem neste sentido. No prosseguimento, foi concedida a palavra ao Embaixador Robrto Assunção que fala sobre a Índia portuguesa após a incorporação de Goa, lembrando o seminário de História já ali realizado, no qual se fez o Instituto representar por Max Justo Guedes, e anunciar a realização do 2º seminário, — *International Seminar on Indo-portuguese History* —, promovido por *The Heras Institute*, do *St. Xavier College*, a realizar-se de 28 a 30 de novembro próximo, em Bombay, no qual representará Portugal o historiador Teixeira da Mota, apresentando o programa do seminário e solicitando representante do IHGB, alertando que a língua portuguesa corre o risco de desaparecer, pela predominância que vem assumindo a língua inglesa. Sobre a sua comunicação, manifestam-se Marcos de Mendonça e Marcelo Caetano que informa que o maior perigo para a língua portuguesa na Ásia parte dos jovens, não sendo tão grande entre os maiores de quarenta anos, lembrando que a embaixada brasileira desempenhou relevante papel quando da retirada portuguesa em Goa, cabendo agora ao Brasil o papel de reavivar o ensino e a divulgação da língua portuguesa naquele território. A uma indagação de Marcos de Mendonça, o Embaixador Roberto Assunção informa que em Nova Delhi há um curso com cinqüenta e dois alunos, mas que em Goa há dificuldades para cursos desta natureza, opinando Marcelo Caetano, a uma sugestão de Marcelo de Ipanema sobre o envio de livros àquelas instituições, que melhor seria enviarem-se discos, mais acessíveis à juventude, ensinando e fazendo ouvir o português falado. Celso Cunha informa sobre o cocane, a língua local, e o creoulo português, falado no Ceilão e em outras regiões da África, referindo-se ao trabalho do Itamarati na França, onde o ensino do português é hoje mais disseminado, citando inclusive a Universidade de Toulouse.

—o—

ATA nº 20-80: Reunião do dia 10 de setembro: Gilberto Ferrez, a propósito da proposta de Ruas Santos na reunião anterior, fala sobre o sistema e a organização em uso no Instituto, quer no tratamento, conservação e restauração de livros, quer no de documentos de arquivo e no atendimento ao público, elogiando o trabalho dos funcionários especializados, provocando a intervenção de Ruas Santos que declara não ter pretendido depreciar este trabalho, mas

apenas demonstrar a inviabilidade do sistema mantido em face dos modernos sistemas de informação através do computador, insistindo na necessidade de se integrar o IHGB no projeto COMUT, para o que apresenta um projeto de convênio com a Fundação Getúlio Vargas. Gilberto Ferrez, em réplica, sugere que se convoquem os funcionários deste Instituto para aqui exporem o que se vem fazendo na atualização dos serviços deste IHGB. Américo Jacobina Lacombe, ainda sobre o assunto, informa que a bibliotecária do Instituto está em contato com a Fundação Getúlio Vargas e está a par do formato Calco e a mais moderna técnica em biblioteconomia. Encerrando os debates, o Presidente Pedro Calmon reconhece que Ruas Santos pretendeu apenas aprimorar os processos em uso, lembrando a insuficiência de meios, com que conta o Instituto. No prosseguimento dos trabalhos, foi concedida a palavra a Ivan Cavalcanti Filho, que exibe e comenta fotografias de 1889 até o presente, executadas pelo Studio Brescia & Filho, sobre «Juiz de Fora ontem — Aspectos físico, humano e social» objeto de exposição realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora em agosto último, merecendo comentários e aplausos do Presidente Pedro Calmon e de Marcos de Mendonça. No encerramento dos trabalhos, Marcos de Mendonça lê criterioso trabalho sobre o delineamento das fronteiras do Brasil no Século XVIII, destacando, ainda uma vez, a importância deste século para a evolução histórica na História do Brasil.

—o—

ATA nº 21-80: Reunião do dia 17 de setembro: Ruas Santos, em defesa dos seus pontos de vista, e em prosseguimento da análise que vem fazendo para a atualização dos métodos de trabalho do Instituto, volta-se para os desta Comissão, indagando: «como se apresentam os temas e são os mesmos debatidos nestas reuniões da CEPHAS e nas do IHGB, em geral», analisando os trabalhos no período de 1974 a 1979, para concluir que a temática e os debates dos assuntos neste período podem ser apreciados sob dois aspectos: a) os do IHGB, em geral destinados à posse de novos sócios e a comemorações de efemérides de destaque, nas quais os temas em regra são de caráter biográfico relacionados com temas de História, não cabendo nelas o debate; b) os desta comissão, a CEPHAS, de sócios do IHGB, franqueadas aos freqüentadores, com predominância de temas de História, com debates livres, para levantar a estatística dos assuntos tratados e sugerir a necessidade da apresentação prévia dos temas a serem tratados numa reunião para debate na reunião seguinte, apresentando o inscrito para falar um resumo ao Secretário para facilitar a redação da ata. A propósito, Marcos de Mendonça reporta-se à sistemática adotada nos trabalhos desta comissão, historiando como se tem desenvolvido as suas atividades e concluir que, a esta sistemática, se deve o êxito destas reuniões, cuja freqüência aumenta de ano para ano, concordando com a proposta de Ruas Santos e decidindo que, a título de experiência, se reserve a última reunião desta comissão em cada mês para pôr em prática a sugestão apresentada. Concedida, em seguida, a palavra ao consócio Pimentel Winz, este disserta sobre o tema «Os Peruleiros e a Prata no Brasil», começando por historiar a expansão portuguesa no mundo até a batalha de Alcácer-Kibir e a união das coroas de Portugal e Espanha e a geopolítica do Século XVII como introdução à sua tese, abordando a penetração portuguesa através dos pantanais de Mato Grosso, reportando-se ao *Santuário Mariano* e os julgamentos do Tribunal do Santo Ofício, para historiar a introdução da prata no Brasil, como fatos que concorrem para a integração territorial do Brasil e conduz ao delineamento de suas fronteiras do oeste, com comentários de Marcelo Caetano sobre a prata lavrada e amoedada introduzida no Brasil. No prosseguimento, Afonso Celso Vilela de Carvalho comenta a comunicação de Marcos de Mendonça na reunião anterior sobre o delineamento das fronteiras do Brasil e a comunicação precedente sobre o mesmo assunto e a influência da união

das coroas de Portugal e Espanha na expansão geopolitica portuguesa na América, detendo-se nos acontecimentos das capitanias do norte e ás fortificações ali erigidas, para concluir que o Século XVIII consolida situações criadas no século anterior. Marcelo de Ipanema, sobre o assunto, sugere que o IHGB providencie cópias de documentos por ele consultados no Peru sobre estes fatos.

—o—

ATA nº 22-80: Reunião do dia primeiro de outubro: Jonas Correia comunica que Umberto Peregrino foi escolhido para escrever a história da Biblioteca do Exército e Marcelo de Ipanema apresenta José Luis Werneck da Silva que oferta ao IHGB a sua tese de doutorado sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, lembrando o Presidente Pedro Calmon, em agradecimento, a abundante documentação existente naquela sociedade de importância para a História comercial, agricola e social do Brasil, salientando o seu caráter de sociedade académica ligada à politica econômica do governo, e, reportando-se à fundação deste IHGB, lembra a utilidade de um indice desta documentação, tendo Marcelo de Ipanema sugerido a nomeação de uma comissão integrada por ele, José Luis Werneck da Silva e Ruas Santos para esta tarefa. A seguir, Marcos de Mendonça sugere ao Presidente Pedro Calmon que ponha em prática a sugestão de Umberto Peregrino na última reunião plenária do IHGB sobre a Revolução de 30, decidindo o Presidente Pedro Calmon que esta sugestão tenha o caráter não de uma comemoração, mas de depoimentos para futuros estudos, determinando que estes se processem em duas partes: a 1ª, a inaugural com a palestra de Barbosa Lima Sobrinho sobre «A vez do Rio Grande» e a de Umberto Peregrino, — «A Crônica da Revolução de 30»; a 2ª, a encerrar-se no dia 29 do corrente, destinada à tomada de depoimentos pessoais de veteranos ou participantes daquele movimento, inscrevendo-se para falar Jonas Correia, Rubem Rosa, Fernando Monteiro e o Presidente Pedro Calmon, encerrando esta série de depoimentos, nas reuniões desta CEPHAS, que se seguirem, sugerindo Umberto Peregrino que estes depoimentos sejam gravados, e tomados em recinto fechado, tendo Herculano Matias sugerido que estes procurem situar-se no contexto da situação nacional e internacional em que aquele movimento se situa. No encerramento dos trabalhos, Ruas Santos, a propósito da 9ª Jornada de Curta Metragem, realizada em Salvador, em que este pleiteia «urgente discussão ampla, pela sociedade, da questão audiovisual brasileira', propondo a transformação do modelo impositivo em uso, num sistema democrático e aberto às manifestações independentes de todos os setores visando àquilo que chama de «descolonização» da cultura, pela libertação da influência do cinema estrangeiro. Em análise sobre os horários da televisão brasileira, condena a utilização de tempos horários nestes programas pela exibição de filmes estrangeiros, que considera perniciosos, propondo que estes tempos sejam utilizados com programas sobre a realidade brasileira, para propor o apoio do IHGB à sua sugestão.

—o—

ATA nº 23-80: Reunião do dia 8 de outubro: O Presidente Pedro Calmon comunica o falecimento do sócio benemérito Carlos Delgado de Carvalho, fazendo-lhe o elogio, após o minuto de silêncio. Raul Lima relata as suas impressões do 1º Simpósio Ibero-americano realizado em Porto Alegre e fala dos preparativos que ali se realizam para as comemorações do cinqüentenário da Revolução de 30, e, a propósito, Ruas Santos apresenta e comenta o opúsculo satirico *De Andradae Conjuratione sive de Gauchorum Fuzarca*, de autoria de Euclides Ferreira, latinista de Belo Horizonte, e Herculano Matias oferta cópia xerográfica da carta, data de 11 de outubro de 1930, agora no Museu Histórico Nacional, em que Wanderley de Pinho relata a sua entrevista com Washington

Luis, sobre os primórdios daquele movimento revolucionário. A seguir Rubem Rosa comenta recorte de jornal sob o titulo «Gonçalves Dias desmente a sua morte», com comentários e achegas de Jonas Correia e Donato Melo Júnior comunicando a inauguração, a 10 do corrente, às 18 horas, no Solar Grandjean de Montigny, de desenhos e pinturas do artista, para cujo catálogo contribuiu com pesquisas que permitiram localizar boa parte da obra esparsa do «arquiteto do Rio de Janeiro», denominação dada à exposição, informando ainda que o solar se destina ao departamento de arte da PUC, passando a referir-se a documentos do Arquivo Nacional, Secção do Poder Judiciário, sobre a hipoteca, em 3 de março de 1849, da casa da Lagoa Rodrigo de Freitas, hoje propriedade da PUC, assinalando o fato do artista ter falecido a 2 de março de 1850, data do vencimento do prazo para a remissão da dívida, comunicando ainda o encontro, no arquivo do Museu de Belas Artes, da certidão de nascimento do arquiteto Heitor de Melo, merecendo aplausos do Presidente da CEPHAS pelas suas constantes comunicações sobre pesquisas que tão bem se enquadram nos objetivos desta comissão.

—o—

ATA nº 24-80: Reunião do dia 15 de outubro: Ao se iniciarem os trabalhos, Marcos de Mendonça, a propósito da conferência que hoje fará no salão Pedro Calmon o consócio Umberto Peregrino, disserta sobre os antecedentes do Tratado de Madrid, por entender que os fatos que antecederam aquele tratado e os que se lhe seguiram são de vital importância para a verdade histórica. A seguir, Ruas Santos, reporta-se à decisão tomada na reunião da CEPHAS do dia 17 de setembro sobre proposta sua sobre a prévia apresentação dos temas para debate e preparação dos debatedores, para a qual fora designada a última quarta-feira de cada mês das destinadas a esta comissão, para apresentar o tema «Como deve ser interpretada, ou conceituada hoje a História de que trata o artigo 3º dos Estatutos deste IHGB?», sugerindo ainda que, nestas reuniões, se pusesse em prática a sugestão do Presidente Pedro Calmon, na reunião do dia 14 de maio do corrente ano, na qual propôs que, em cada reunião, após as comunicações de praxe, houvesse um assunto permanente, começando pela descoberta, provocando, de parte do Presidente da CEPHAS, considerações sobre a duração dos debates, suscitando a questão de saber-se como, no momento presente, se devem entender os artigos 2º e 3º e seus parágrafos dos Estatutos, manifestando-se a respeito Fernando Monteiro, Braga de Meneses, Horácio de Almeida, Marcelo de Ipanema, Nelson Omegna, Afonso Celso e Xavier Pedrosa, antecipando-se aos debates sobre a interpretação a dar-se àqueles artigos dos Estatutos. A propósito ainda, Cristóvão Leite de Castro lembra como tema de debates a História da Engenharia no Brasil, e Américo Jacobina Lacombe a História Diplomática e a do Rio de Janeiro, reportando-se a Delgado de Carvalho e sua obra. No encerramento dos trabalhos, Rubem Rosa oferta ao IHGB a plaqueta «Mostra de Fotografia — A Revolução de Trinta», colaboração da Kodack do Brasil Comércio e Indústria Ltda., e um artigo sobre a «República Velha Gaúcha» do *Jornal do Ensino* de Porto Alegre.

—o—

ATA nº 25-80: Reunião do dia 22 de outubro: Eurípedes Cardoso de Meneses, a convite do Presidente Pedro Calmon, lê e comenta excelente biografia do consócio Carlos Delgado de Carvalho, estudando-lhe a vida e a obra, as suas idéias e as suas excentricidades, em meticuloso trabalho, realçado pela eloqüência da exposição. O Presidente Pedro Calmon, agradecendo, congratula-se com o conferencista pelo estudo didático, brilhante e verídico da personalidade do decano dos sócios beneméritos deste IHGB, solicitando o texto da conferência para publicação na Revista, comunicando, a seguir, que,

em companhia de Jonas Correia, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, participou do VI Congresso Internacional de História da América, realizado em Buenos Aires por promoçãc da Academia Nacional de la Historia, nos dias 13 a 18 do corrente, e Jonas Correia realça a felicidade do tema tratado pelo nosso Presidente e o sucesso pelo mesmo obtido.

—o—

ATA nº 26-80: Reunião do dia 5 de novembro: Iniciando os trabalhos, o Presidente Marcos de Mendonça concede a palavra a Euripedes Cardoso de Meneses que, especialmente convidado, faz brilhante e erudita conferência sobre «A Antártica e os Desafios da Era Oceânica» iniciando-a com a história das pioneiras navegações portuguesas nos mares gelados do sul, enfocando o assunto sob o ponto de vista da fisiografia e da biogeografia na história política do continente branco para abordar a questão das reivindicações territoriais e seus presumíveis fundamentos, analisando detidamente a utilidade estratégica econômico-financeira e a político-militar da Antártica para situar a posição do Brasil face a conferência de Washington, como um dos co-responsáveis pela defesa da Antártica americana, sendo vivamente aplaudido. Prosseguindo-se, o Presidente Pedro Calmon dá conhecimento ao auditório da carta, datada de Lisboa, em 27 de outubro, em que Verissimo Serrão diz do seu profundo pesar pelo falecimento de Marcelo Caetano, lendo em seguida a carta de José Maria de Barros Alves Caetano que, em seu nome e no de seus irmãos, oferta ao IHGB as miniaturas de todas as condecorações concedidas a seu pai, o nosso pranteado Vice-Presidente de Honra Marcelo Caetano, em agradecimento à forma como, por ocasião do falecimento deste, quis o IHGB homenagear a sua memória. Em seguida e em continuidade aos depoimentos sobre a Revolução de 30, de acordo com a deliberação da presidência na reunião desta comissão do dia 1º de outubro, foi concedida a palavra ao General Edmundo de Macedo Soares e Silva que traz o seu depoimento pessoal sobre aquele movimento, falando do seu desencadeamento e de suas razões, recuando aos acontecimentos da década de vinte, na preparação intelectual daquele movimento, para referir-se à sua participação pessoal nos mesmos, aos seus estudos de metalurgia em França, o seu retorno ao Brasil, ao papel da revolução na área tecnológica, à criação da Usina de Volta Redonda, entregando o seu trabalho para publicação na Revista do Instituto.

—o—

ATA nº 27-80: Reunião do dia 12 de novembro: Em prosseguimento à tomada de depoimentos dos sócios do IHGB sobre a Revolução de 30, fala Ruas Santos sobre o tema «A Revolução de 30 em Belo Horizonte», abordando o assunto sob o aspecto militar e civil, no 1º, a neutralização do 12º BI, e, no 2º, a sua participação pessoal nos acontecimentos, entregando seu depoimento para publicação na Revista do IHGB. A seguir, Piragibe da Fonseca fala sobre «Os Pródromos da Revolução de 30», situando a posição de seu pai, o General Clodoaldo da Fonseca, nos acontecimentos em que se viu envolvido, baseando-o em documentos do seu arquivo particular para desmentir versões de que este teria sido um dos revolucionários, depoimento que também será publicado na Revista do IHGB. Ainda sobre o mesmo assunto, foi dada a palavra a Horácio de Almeida que, de improviso, faz viva evocação dos acontecimentos na Paraíba, no panorama histórico da Revolução de 30, com preciosas informações sobre fatos pouco divulgados da participação de João Pessoa e seu assassinato, sobre José Pereira e sua motivação de ordem particular, remontando aos antecedentes e às causas determinantes do fato. Estes depoimentos, como foi determinado na reunião da CEPHAS do dia 1º deste mês, foram gravados. No encerramento dos trabalhos, Xavier Pedrosa comunica que o IHGB pretende

comemorar o bicentenário de Januário da Cunha Barbosa com uma exposição a inaugurar-se no dia 19 deste mês na sala Teresa Cristina deste Instituto, de documentos do arquivo do IHGB e do Arquivo Nacional, prosseguindo-se nesta homenagem nas reuniões seguintes desta CEPHAS.

—o—

ATA nº 28-80: Reunião do dia 19 de novembro: Em prosseguimento às comemorações programadas pelo IHGB ao bicentenário de Januário da Cunha Barbosa, Secretário e Secretário Perpétuo do IHGB, foi dada, de início a palavra a Américo Jacobina Lacombe, 1º-Vice-Presidente do IHGB, que aborda o tema: «O Fundador do IHGB e o Escritor», estudando a participação de Januário da Cunha Barbosa na fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil», como primeiramente se denominou este Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, focalizando-lhe a personalidade, a sua vocação religiosa, o orador eloqüente, o professor de filosofia, o homem de imprensa, o espírito combativo, satírico, de idéias liberais, de atuante participação na fundação deste IHGB, concebido nos moldes do Institut Historique de França, com a preocupação maior da pesquisa histórica e da documentação na elaboração da História. Segue-se-lhe com a palavra Xavier Pedrosa, atual ocupante do cargo por Januário da Cunha Barbosa exercido, que, de início elogia o zelo com que a Srª Edmée Koeler Bastian, funcionária deste Instituto, se desempenhou em recolher documentos e organizar a exposição que abre esta homenagem ao Secretário Perpétuo do IHGB, para a seguir, estudar a personalidade do homenageado através da Revista do IHGB, lendo e comentando textos do volume 85, de 1912, referindo-se à sua genealogia, à sua infância, iniciação e promoções na carreira religiosa, o cônego, pregador da Capela Real, suas viagens a Lisboa, suas condecorações, o deputado, seu papel na imprensa, o poeta épico do poema *Niterói*, e satírico no *Garimpeiros*, sarcástico, na *Motuca*, sua atuação na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e na fundação do IHGB. Fala a seguir, Marcelo de Ipanema, que aborda o tema «O Jornalista e o Polemista», considerando-o o admirável jornalista, homem de espírito liberal, típico do Século XVIII, constitucionalista, reportando-se ao *Revérbero Constitucional Fluminense*, grande e complexa figura, incentivador da agricultura, capaz de compreender o seu momento histórico e encarnar-lhe as aspirações, musicista, cedendo a palavra a Cibele de Ipanema que, com base em copiosa documentação recolhida, analisa a sua Fé de Ofício, documento da Biblioteca Nacional, para fazer a crítica de atribuição de artigos não assinados na parceria com Gonçalves Ledo na direção do *Revérbero*. Encerrando esta série de homenagens, o Presidente Pedro Calmon elogia, de início, a feliz idéia de Xavier Pedrosa pela promoção desta série de homenagens ao fundador do IHGB, evocando também a sua atuação na fundação e como Secretário do Instituto, evocando-lhe a complexa personalidade de sacerdote, de homem de letras, de poeta épico da fase de transição do academicismo-arcadismo, de músico, político, homem de imprensa, historiador que encontra no Instituto, complemento cultural da Independência, o complemento propício à sua personalidade.

—o—

ATA nº 29-80: Reunião do dia 3 de dezembro: Ao iniciar-se esta última reunião da CEPHAS no ano de 1980, Gilberto Ferrez fala sobre o livro *Essays on the History of Neotropical Dipterologie*, no qual o autor estuda os dípteros em seu meio ambiente, comentando o livro e recebendo de Américo Jacobina Lacombe o pedido de uma apreciação para a Revista do IHGB. A seguir, Afonso Celso Vilela de Carvalho, a propósito da comunicação de Ruas Santos na última reunião mensal plenária do IHGB, sobre o Barão do Rio Branco,

oferece ao Instituto cópia da carta do Barão do Rio Branco a José Carlos Rodrigues, na qual recomenda o projeto do escultor Charles Charpentier para a estátua do visconde, seu pai, e apresenta sugestões para a colocação deste monumento, lembrando Rubem Rosa ter sido este escultor o autor da estátua do Barão do Rio Branco. Marcos de Mendonça, no prosseguimento dos trabalhos, exibe, lê e comenta o folheto «ABC — Evocação Histórica» preceitos em quartetos atribuídos a seu antepassado João José Carneiro de Mendonça, idênticos aos do «Peregrino da América», levantando dúvida sobre a autoria daqueles versos por lhe parecer difícil a crítica de atribuição no caso, e, dentro desta tese, suscita o problema da atribuição de propriedade a Camões do exemplar dos *Lusíadas* hoje propriedade do IHGB, lembrando o parecer de José Feliciano de Castilho, provocando a intervenção do Presidente Pedro Calmon que, de início se refere ao importante papel desempenhado por Marcos de Mendonça na 1ª Semana de História, realizada na cidade de França, por promoção da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, na qual o Presidente da CEPHAS apresentou a tese «A Colônia do Sacramento e a Origem da sua Fundação», testemunhando do seu êxito e do apreço em que foi tida, para em seguida debater a questão do *ex libris* manuscrito, supostamente atribuído autógrafo de Luis de Camões no exemplar da 1ª edição dos *Lusíadas*, hoje de propriedade do Instituto, historiando a origem do exemplar, de propriedade da livraria do Convento de São Bento da Saúde, em Portugal, sua vinda para o Brasil, o afeto do Imperador e o grande apreço por este dispensado ao exemplar em causa, para então estudar a questão de saber-se se o referido autógrafo será do punho de Camões, lembrando que, em São Bento da Saúde já existia a tradição de ter pertencido o exemplar a Camões, que aceita, pela impossibilidade da perícia grafológica, intervindo no debate, Nelson Omegna, Bezerra Câmara e o visitante Rolando Monteiro, que se reporta ao opúsculo de sua autoria «As Edições de *Os Lusíadas*». Insiste em que o trabalho de Castilho não contesta a assinatura e sim as notas. Apresentando os seus votos de um feliz Natal e próspero Ano Novo, o Presidente Pedro Calmon concede férias a esta CEPHAS, até março do ano vindouro.

V — SÓCIOS FALECIDOS

CARLOS DELGADO DE CARVALHO (1884-1980)

A presença de Carlos Delgado de Carvalho no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem nuances diferentes dos demais sócios do Instituto. A seu respeito há que distinguir uma fase antes de ser sócio e outra depois de ser sócio efetivo em 1921, deixar de ser desta categoria para ser sócio honorário em 1937, voltar a ser sócio efetivo em 1970 e por último, ser sócio benemérito em 1973 ao perfazer 90 anos de idade. Nenhum sócio teve essa estranha trajetória sem que sobre isso se levantasse nenhum boquejo. Tudo se passou em surdina. Sem bulha nem matinada. Na maior discrição, uma das suas qualidades pessoais. Essa mudança foi feita à luz do dia, na sessão ordinária de 20 de abril de 1937, com parecer justificativo da transferência dos dois efetivos, Afrânio Melo Franco — Carlos M. Delgado de Carvalho para sócio honorário, ao mesmo tempo indicados para substituí-los na categoria de efetivos, os historiadores Herbert Canabarro Reichardt e Leopoldo Feijó Bitencourt, de nossa maior recordação e saudade. Na sessão ordinária de 20 de maio de 1937, os pareceres das duas comissões — de História e de Admissão de Sócios — foram aprovados e proclamados sócios honorários, os dois ex-efetivos substituídos em conseqüência. Como recebeu Delgado de Carvalho essa transferência? Se a razão não declarada foi a sua parca assiduidade às sessões, a sua insatisfação pelo que acabara de receber se traduziu por sua ausência do Instituto durante anos seguidos. Esse *status quo* foi modificado pela Assembléia Geral de 1970 que o aclamou sócio efetivo em vaga a preencher naqueal reunião, vaga de Enéas Martins.

Deve-se a Manuel de Oliveira Lima a revelação da pessoa de Carlos Delgado de Carvalho ao meio intelectual do Instituto. Foi em 1916 na conferência que o Acadêmico Manuel de Oliveira Lima pronunciou sobre a criação de uma Academia de Altos Estudos no seio do Instituto. Deu-se com isso o conhecido adágio — encontrar-se a fome com a vontade de comer. Diz o conferencista: «essa aspiração de um núcleo permanente do Instituto já tentada, encontra no nosso inteligentíssimo compatriota Carlos Delgado de Carvalho, discípulo de estabelecimento análogo de Paris, e espírito apaixonado pelo que os americanos denominam e tanto tratam de cultivar em suas Universidades, *the original researches* ou seja, a pesquisa individual, o seu melhor intérprete. Eu não fiz mais do que transmitir ao Sr. Dr. Max Fleiuss o esboço que o Delgado de Carvalho já tinha elaborado» (*) (Ver *Revista do IHGB*, t. 78, p. 764/767, 1916). A melhor conseqüência da idéia aventada por Oliveira Lima se pode ver na sessão de 12 de outubro do mesmo ano, na qual fala o Secretário Perpétuo Max Fleiuss: «O Instituto soube, graças ao decidido apoio do Sr. Conde de Afonso Celso, dar plena execução à idéia do eminente consócio Dr. M. de Oliveira Lima quanto à Escola de Altos Estudos. Do ilustre historiador acabo de receber o esboço do programa de que ficara encarregado, acompanhado das seguintes linhas: «Felicito-o mais uma vez pela

(*) O referido estava ausente do Brasil. Achava-se com a família em Londres, como repórter do *Jornal do Comércio* da 1ª Guerra Mundial e trabalhando no seu livro *Meteorologia du Brésil*. A prova está neste original: à querida Cecilinha com muitos carinhos da Tia Verinha, Londres, 15-11-1914.

brilhante iniciativa dos «cursos do Instituto, mando-lhe, incluso, um resumo do programa da *Escola de Ciências Políticas e Administrativas* feito por Carlos Delgado de Carvalho, de um trabalho maior que ele elaborou. Penso ser ótimo esse programa (**) (*Revista do IHGB*, t. 78, p. 788-795, 1916). O programa foi lido na mesma sessão pelo Secretário. O Sr. Conde de Afonso Celso põe a votos a proposta da criação da dita «Escola» a qual foi aprovada unanimemente, e em seguida o Presidente nomeia a seguinte Comissão, para estudar detidamente o projeto, propor alterações que se fizerem necessárias a elaborar o referido «regulamento» composta dos Senhores Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Epitácio Pessoa, (***) Manuel Cicero, Viveiros de Castro, A. Tavares de Lyra, Gomes Ribeiro, Homero Batista, Pinto da Rocha e Miguel Calmon (*Ibidem* p. 715).

Delgado de Carvalho sócio efetivo do Instituto. A publicação de livro em francês sobre o Brasil, sobretudo *Meteorologie du Brésil* foi a chave para abrir-lhe as portas do Instituto. A proposta para sócio efetivo é datada de 16 de julho de 1920, assinada por Max Fleiuss, Souto Maior, Barão de Studart, J. C. Guillobel. A mesma foi enviada a Comissão de Geografia para manifestar-se. A Comissão através de longo parecer datado de 2 de junho de 1921 de autoria de Henrique Morise e assinado por todos os membros, conclui pela sua aceitação para membro do Instituto esperando dele uma erudita colaboração. Com assinatura à margem de Antônio Olynto foi enviado o parecer a Comissão de Admissão de Sócio a 25 de junho de 1921. A Comissão de Admissão de Sócio se expressa no mesmo sentido, com data de 19 de julho de 1921, assinado por Antônio Olyuto, Miguel Ribeiro de Carvalho e Manuel Cicero. Esse parecer foi lido na sessão de 22 de julho de 1921 pelo Secretário Perpétuo Max Fleiuss, aguardando a Assembléia Geral de 6 de agosto, quando neste dia juntamente com outros candidatos, Carlos M. Delgado de Carvalho foi proclamado sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O que foi a contribuição do jovem consócio de 38 anos para a vida do Instituto não se patenteia de forma opima como seria para desejar da sua cultura em moldes europeus, por isso da maior valia, mas de certa timidez, não tanto pelo lado pouco movimentado no Instituto para estudos da Geografia, no qual achava-se ele empenhadíssimo na reforma pedagógica dessa disciplina no Brasil; enquanto que na seara da História, em particular da História do Brasil, e sua *aisence* no meio dos historiadores brasileiros, se ressentia de um certo retraimento até então invencível, até que, um dia, na velhice, confessou à toda prova, nunca feita noutro tempo, da obrigação de participar das belas e tradicionais sessões da Casa que Dom Pedro II presidiu por mais de 500 vezes, sendo ele mais professor de História Universal do que historiador e pesquisador da História do Brasil, mantido por esta orientação e fora do contexto da História Geral sobre a qual nos deixa uma moderna bibliografia. (Ver neste volume a conferência do Prof. Eurípedes Cardoso de Menezes).

Não foi compreendido na época da sua iniciação no Instituto. O que foi lamentável. Era o então Secretário do Instituto muito mais rigoroso do que outros dos seus pares, diz Delgado de Carvalho, quando, venerando, nos falou, abrindo-nos a sua alma. Sempre se justificou da impossibilidade de compare-

---

(**) Carlos Delgado de Carvalho: «Não consta na biblioteca nenhuma publicação em avulso. Constam com datas 1917-1918, Estatutos da Academia de Altos Estudos onde as sugestões de Carlos Delgado de Carvalho são aproveitadas e o Regulamento da Escola de Filosofia e Letras, sucessora da primeira Academia de Altos Estudos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nos Estatutos figura o nome de Delgado de Carvalho, dentre outros, como professor Extraordinário da Academia.

(***) Há no Arquivo pasta Academia de Altos Estudos, telegrama a Epitácio Pessoa em Petrópolis de Manuel Cicero chamando-o para reunião da Comissão, janeiro, 1917.

cer com assiduidade as sessões do Instituto Histórico, salvo uma ou outra vez. A sua colaboração sobre História do Brasil na tribuna ou na Revista é nenhuma. Não consta o seu nome entre os que contribuiram para os diversos Congressos Nacionais da História do Brasil durante a sua integração de membro do Instituto. Contraste com isso a sua participação nos diversos certames que a Geografia como disciplina didática e cultural, realizou no Rio ou nos Estados, figurando o seu nome na primeira lista dos promotores de tais Congressos no Brasil ou no Estrangeiro.

No seu discurso feito por ocasião da passagem dos seus 90 anos de idade, motivo para receber grandes provas de apreço por parte dos seus amigos e discípulos, e por nós do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — discurso publicado na *Revista* nº 292, 1971, páginas 201-206, *Meio Século de atividades* de Carlos Delgado de Carvalho faz lembrar a primeira sessão que ele presenciou em uma sede do Instituto certamente deslembrada dos atuais confrades que, em matéria de sede, não vão além da sede do Silogeu. Delgado de Carvalho recorda com palavras deste jaez: «Revi a hora saudosa que aos 38 anos de idade tive no nosso então recanto da Rua Primeiro de Março (o velho edifício do Paço da cidade (*sic*) diante deste mesmo quadro (de hoje), ao tomar posse de membro efetivo, há 50 anos passados». Essa nota sentimental de Carlos Delgado de Carvalho, que com seu contraparente destaco, é a que quero deixar nesta página da Revista, como comprovadora da sua grande alegria, quando o fizemos alvo de nossa sincera homenagem ao perfazer a sua provectíssima idade de 90 anos em pleno discernimento. Morre, como grande Mestre aos 96 anos, na terra que não o viu nascer, que ele preferiu à terra do seu nascimento e formação, porque, nela, encontrou o amor que lhe completou o ser, e lhe proporcionou todas as razões para desenvolver as suas inatas qualidades humanas.

Xavier Pedrosa

MARCELO CAETANO

Poucas ausências, de sócios estimados e assíduos, foram sentidas no Instituto Histórico como a desse admirável Marcelo José das Neves Alves Caetano, desde 26 de julho de 1972 Vice-Presidente Honorário, o único a ter este título na Casa, que o distinguiu quando era chefe do governo em Portugal e fraternalmente o acolheu exilado em 1974.

Tendo sido eleito Presidente Honorário, a 17 de dezembro de 1971, o chefe de Estado português, Almirante Américo Tomaz, convinha conceder ao Presidente do Conselho um lugar imediatamente abaixo. Foi assim criada a vice-presidência de honra, em boa hora, porque menos de dois anos depois recebíamos a companhia do estadista e mestre, não para assistir ao trabalho de duas ou três sessões, em que lhe ouvíssemos a palavra sábia, mas para participar de *todas* as atividades do Instituto, trazendo-lhes a colaboração descontraída, a informação erudita, a retificação ocasional, a advertência necessária, as luzes do conhecimento universal refletindo a consciência portuguesa da formação do Brasil.

Integrou-se de tal arte no mecanismo da entidade, deu-lhe de tal maneira a solidariedade e o auxílio, que paulatinamente se tornou um dos nossos.

Quais as especialidades que versava, e conversava, como um insigne professor? Evidentemente o Direito Administrativo, que ensinou quarenta anos na Universidade de Lisboa, o Direito Constitucional luso-brasileiro, a que ultimamente se dedicou, a História do Direito em Portugal, que era a ambição corajosa de seus dias finais, questões sociais e econômicas servidas por seu agudo espírito de político, ajustado às idéias clássicas com que o Presidente Oliveira Salazar (de quem foi discípulo, ministro e sucessor) reorganizara o Estado, o humanismo na sua multiplicidade, na sua literatura, na sua dialética. Sendo o maior administrativista português, com larga experiência magistral e forense, era natural que o ouvíssemos sobre todos os problemas ligados à origem das instituições, que a colônia her-

dou da metrópole e representam a base da estruturação nacional. Mas a variedade da sua competência nos levava a consultá-lo sobre quantos assuntos, que se referissem a Portugal, interessavam ao plenário: e a respeito deles a lição bela e certa de Marcelo Caetano nos suscitava o aplauso. Presidia por vezes a reunião semanal do Instituto. Demonstrava então as suas finas qualidades de líder autêntico. Conciliava, dirigia, orientava, e sorriso fácil, a frase oportuna, o governo da assembléia ameno e convidativo, gozando nesses momentos de intimidade com o pensamento brasileiro do prestígio incomparável — de um compatriota na tradição, de um associado no destino, cuja preocupação era pagar com a simpatia a hospitalidade. Reservamos-lhe o ambiente para estudar: a sala Presidente Médici, simbolicamente a dos Presidentes de honra do Instituto. Quis logo cooperar com o serviço de catalogação, encarregando-se (excelente medalhista, dono em Lisboa de famosa coleção) de pôr em ordem a secção de medalhas, peça por peça devidamente classificada. Gastou nisso alguns meses de obstinado e silencioso trabalho. De tal sorte labutou para a grandeza e a eficiência nesta Casa, que já lhe esqueciamos a circunstância melancólica de desterrado: era fiel e sentimentalmente um dos nossos.

Inconformado com a expatriação, dizia-nos — atento às notícias da Europa mas sem as comunicar a ninguém — que não desejava retornar. Pedia mais do que a justiça; era o olvido. Na realidade combatera-o nos livros fortes que no Rio de Janeiro escreveu, alinhando a defesa prévia perante o tribunal imaginário (absolvido pelo consenso da nação) e recordando o colóquio sigiloso com o Doutor Salazar. Ao seu melhor amigo português, o mais amado e o mais próximo, mestre Jerônimo Verissimo Serrão, confiara a esperança de que não deixasse morrer em Portugal a sua memória. À medida que a apagava, com a renúncia ao futuro, acendia-a, com os grandes livros. Desejava que dele não se falasse mais, e entretanto, publicando-os, evidenciava a imensa presença na cultura comum. Aí estão as edições brasileiras dos seus tratados jurídicos. Deve-lhe o Brasil um Direito Constitucional atualizado. Ficou no 1º volume da História do Direito Português, em cujas dimensões se exibe a densidade de seu conhecimento, documentado pela maior biblioteca portuguesa que já veio para o Brasil, a formidável livraria que doou à Universidade Gama Filho. Foi o seu modo fidalgo de retribuir a gentileza do saudoso Ministro Gama Filho, franqueando-lhe a hospedagem generosa e a direção na Faculdade de Direito de um curso de pós-graduação. Recebeu a acolhida providencial. Deu-lhe em troca a fabulosa fortuna de seus livros raros. Estes continuam a lembrá-lo naquela próspera casa de ensino. Em torno desses milhares de tomos preciosos se recompõe a imagem moral de catedrático, que no Poder e na aula dignificou a inteligência portuguesa, e, para além da vida, dela fará no Brasil um instrumento de educação e harmonia — entre a versatilidade do tempo (que se escoa breve) e o esplendor do gênio (na sua razoável imortalidade).

Está por escrever-se um livro acerca da imigração intelectual, que nos abasteceu no século passado, e neste, sempre que as lutas políticas forçaram a saída de numerosos e ilustres portugueses. Quando o fizermos, um capítulo inteiro se encherá com o sereno retrato de Marcelo Caetano, de borla e capelo em ambas as pátrias, modelo de cidadão nas qualidades, tipo de doutrinador nas ciências, padrão de nobreza como homem público e virtuoso chefe de família, que ao chegar, banido, a esta margem do Atlântico, só desejou a paz de um retiro religioso, metendo-se como um anacoreta nos claustros setecentistas do mosteiro de São Bento. Não transformou o desterro numa tribuna; dele fez um recolhimento. Sofreu calado a proscrição rezando aos pés de Deus a humildade sem queixas. Essa passagem da solidão dos frades para o tumulto dos confrades marcou-lhe a transição, da existência agitada para o sossego desinteressado. Deixou de ser um dos construtores da política para ser um dos escritores dela divorciados. Viveu o resto da vida consolada pensando na juventude, no ensino, no ideal e nas épocas extintas. Para esse voto (e esta recuperação) teve dois lugares sagra-

des: de um lado, a cadeira na Gama Filho, de outro lado, a poltrona no Instituto Histórico ou na Academia Brasileira. São as credenciais de sua legtiima naturalização. Sucumbiu, de repente, aos 75 anos de idade, em 26 de outubro de 1980. Os funerais majestosos que o encaminharam ao jazigo perpétuo no São João Batista pareciam a manifestação plebicitária de sua «brasilidade». Mereceu-a.

Pedro Calmon

TARQUINIO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA

Faleceu no dia 26 de dezembro passado, e foi enterrado, no dia seguinte, na cidade de Ouro Preto, conforme seu último e expresso desejo, o sócio honorário do Instituto, Tarquinio José Barbosa de Oliveira.

Nascido em São José do Rio Pardo, em 18 de setembro de 1915, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1939 e, antes das atividades profissionais e empresariais a que se dedicaria, no campo da farmácia e bioquímica, também fez, no Rio de Janeiro, cursos de Paleografia, História Literária e Diplomática, além de Economia e Administração, jamais se desinteressando do estudo da História e da Literatura. No período da 2ª Guerra Mundial, prestou serviços técnicos relevantes ao Exército.

Proposto o seu nome para sócio honorário do Instituto em 30 de novembro de 1978, foi eleito pela assembléia geral de 13 de dezembro do mesmo ano, vindo a tomar posse em sessão solene de 11 de julho de 1979, quando fez uma importante palestra sobre «A Inconfidência e o Iluminismo».

Na ocasião, foi saudado pelo sócio efetivo Herculano Gomes Mathias, ambos organizadores da nova edição dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, a qual, a julgar pelos volumes já impressos (Imprensa Oficial de Minas Gerais), além da correção de numerosos lapsos da anterior, acrescenta diversos documentos, inclusive recentemente descobertos, assim como enriquecedoras anotações. Os discursos dos dois confrades foram publicados na *Revista*, nº 324.

Era também sócio do Instituto Histórico de Minas Gerais.

Antes daquela colaboração, já prestara relevante serviço às letras históricas com um ensaio sobre *Caxias e a unificação nacional* e sobretudo com estas obras: *As Cartas Chilenas — fontes textuais*, São Paulo, 1972; *O Erário Régio — 1768*, Belo Horizonte, 1977; *Ensaio da Casa dos Contos*, Ouro Preto, Casa dos Contos.

Um traço significativo da sua personalidade é que o devotamento intelectual, o estudo profundo, o empenho de saber aliavam-se à generosidade com que liberalizava os frutos desse labor espontâneo e constante.

A cultura mineira, especialmente, sofreu uma grande perda, pois a ela «ainda tanto poderia servir». E quem o diz é justamente uma alta expressão dessa cultura, nosso sócio benemérito Afonso Arinos de Melo Franco testemunhando quanto simpatizava e como o admirava, ao dizer: «Desde muito moço leio e escrevo sobre Minas do século 18; por isso creio poder afirmar que nunca ninguém soube tanto sobre essa época da cultura brasileira como Tarquinio Barbosa de Oliveira.» A seu ver ele «acrescentou algo de indefinível a esse saber, como forma especial de paixão, de amor que ilumina a sua obra». Expressa mais, em comovida carta a Américo Jacobina Lacombe, ao saber da morte do amigo comum e grande estudioso: «Nenhum de nós, mineiros, foi mais mineiro do que ele. E poucos foram tanto.»

Demonstração maior daquele amor à especialização do estudo do universo político, administrativo, social e literário a que se dedicou não poderia Tarquínio dá-la maior do que, encerrado seu labor empresarial em São Paulo, radicar-se na própria Ouro Preto, habitando a casa-grande colonial de uma fazenda, cercado de objetos e de livros relacionados com o meio e a época.

Note-se que sua obra se distingue também pelo aspecto prático, visando à

preservação plena e segura de tudo quanto se referisse ao século XVIII mineiro, cabendo-lhe mesmo várias iniciativas ou valiosa colaboração para o êxito de outras.

Raul Lima

MANUEL LOPES DE ALMEIDA

Sócio Correspondente de nosso Instituto desde 4 de setembro de 1968, nascido em Benevento no ano de 1900, faleceu nos últimos dias de dezembro de 1980. Doutor em História e Professor da Universidade de Coimbra, Diretor da Biblioteca-Geral, Manuel Lopes de Almeida, um dos mais distintos vultos da historiografia portuguesa. Leitor na Universidade de Hamburgo, a obra que o colocou imediatamente no primeiro plano dos especialistas portugueses foram os *Estudos de História da Restauração* (1, 1940).

Foi diretor do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* (1955). A ele se deve salutar impulso na publicação de textos fundamentais de historiografia portuguesa, como a monumental *História genealógica da Casa Real Portuguesa* (Lisboa, 1946-1954); *A história da Universidade de Coimbra*, em colaboração com Mário Brandão, (Coimbra, 1937); o *Memorial de Pero Roiz Soares* (Coimbra, 1953); os «Novos subsídios para a biografia de Brito Freire», in *Brasília, IX*, (Coimbra, 1955) e as *Notícias históricas de Portugal e Brasil* (1715-1750), extraídas da *Gazeta de Lisboa*, 2 vols., Coimbra, 1961; *Subsídios para a História Ultramarina do séc. XVII* (Coimbra, 1962); *Negociações diplomáticas com a França e guerra peninsular* (1936); *Vida de D. Antônio Luis de Meneses, conde de Cantanhede* (1941); *Um documento sobre a expedição de Duclerc* (1950); *Coleção dos crimes de decretos pelos quais 21 jesuitas foram mandados sair do Estado do Grão Pará...* (1947); *O Historiador da Nova Lusitânia: Francisco de Brito Freire* (1952).

Manuel Lopes de Almeida veio várias vezes ao Brasil, como, ultimamente, nas comemorações cabralinas em 1968, e na Primeira reunião de Camonistas em 1974, quando foi o orador na sessão de abertura.

Foi Ministro da Educação de 1960 a 1962.

Era membro da Academia Portuguesa da História, cuja presidência ocupou por duas vezes, e de muitas sociedades científicas.

Era Grão-Cruz da Ordem de Rio Branco e da Ordem do Infante D. Henrique, grande oficial da Ordem de Cristo e Comendador do Cruzeiro do Sul.

A. J. Lacombe

VI — NOTICIÁRIO

PORTARIA

O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro usando das atribuições que lhe conferem os Estatutos, Art. 17-8 resolve designar para membro da Comissão de Admissão de Sócios, vaga aberta pelo falecimento de Orlando Sattamini Duarte, o sócio efetivo Lourenço Luis Lacombe.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1980.

VII — BIBLIOGRAFIA

Achilles Ribeiro de Araújo. *Na seara da ortopedia; subsídios para sua história*. Rio de Janeiro, Graf. Olímpica Ed., 1980. 520 p., il.

Capa artística — o símbolo da especialidade: uma árvore torta corrigida por uma estaca à qual está atada.

O nosso ilustre consócio Prof. Emérito da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Achilles Ribeiro de Araújo depois de ter enriquecido a bibliografia médico-cirúrgica brasileira com livros didáticos da sua especialidade, de ter incursionado pela historiografia médica com biografia de mestres da sua veneração como sejam: o *Visconde de Sabóia sua vida, sua obra e seu exemplo*. Rio, 1971, *Joaquim Pinto Portela, paladino da cirurgia infantil e ortopédica*, e outras a publicar, acaba de nos honrar, na sua condição de membro do Instituto Histórico, com esse novo livro, motivo pelo qual, em breves linhas, queremos com ele nos congratular pela excelência dos trabalhos reunidos. São 512 páginas com 82 referências bibliográficas seletas sem menção de livros técnicos, com cerca de 19 iconografias artísticas e folclóricas de *ex votos* colhidos no Brasil e em Portugal. Os grupos fotográficos são numerosos do Autor em promoção de Congressos Ortopédicos Brasileiros; da fundação da sua Clínica Ortopédica no Hospital São Francisco de Assis a partir do ano 1950, de visitantes estrangeiros e nacionais a seu referido serviço hospitalar a comemorações anuais motivadas quase sempre por melhoramentos instalados em bem das crianças internadas ou de ambulatório, como soe ter acontecido com a instalação de uma *piscina* em sala ornamentada com um bonito painel de azulejo onde se lê a palavra de Cristo: «Dai a César o que é de César» e se via a imagem simbólica da especialidade ortopédica — árvore torta escorada em estaca rija. Como se vê o gosto artístico do cirurgião ia bem na sua pessoa com as suas mãos privilegiadas de ortopedista exímio. Os retratos que ornam o livro são cerca de 14 figuras todas dignas das melhores referências feitas pelo Autor, a mestres e ortopedistas nacionais e estrangeiros. São várias as homenagens a mortos. Merece que se destaque, os que foram de mestre Achilles Ribeiro de Araújo merecedores das suas reminiscências pessoais, Dr. Joaquim Pinto Portela e Prof. Luís Nascimento Gurgel, ambos objeto de afetuosa biografia, sendo que deste deixou para perpetuidade dele, um busto em gesso exposto no Salão de Belas Artes de 1928 (reação sentimental do artista à morte inesperada do amigo) reproduzido à p. 282 do *Na Seara da Ortopedia*. Outro grande mestre da Ortopedia, o primeiro professor da matéria, Cândido Barata Ribeiro, recebeu do seu sucessor não imediato, de cátedra, uma excelente biografia até então inédita. Ao lado desses trabalhos nos quais o Autor, através dos conhecimentos de filologia postos à vista na sua erudita Introdução, relata sem sombra de vitupério, a sua vida de cirurgião e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com interferência cultural por outras faculdades nacionais e estrangeiras — projeções naturais do seu *curriculum vitae*, acres-

ceu o valor das páginas do seu livro com três ensaios de historiografia brasileira trabalhados sem desatender a dificuldades históricas que, ao escrevê-los, por acaso se lhe hajam surgido. Uma citação delas sem penetrar no emaranhado que os assuntos comportam e o Autor, por sua qualidade de bom anatomista, vai dissecando até o fim quando isto é possivel. Um ensaio é de pioneirismo hospitalar carioca, *A Casa de Saúde do Dr. A. Peixoto na Gamboa* (atualmente hospital deste nome). O segundo é do Brasil Colonial: o chamado governador *Braço de Prata*, Capitão Antônio de Sousa Meneses, 1682, sobre quem o Prof. Pedro Caimon discreteia com graça de envolta com as sátiras de Gregório de Matos atiradas contra o 25º governador do Brasil, portador de uma marcante prótese de um braço. O terceiro é um enigma bibliográfico que o Instituto teve o prazer de ouvir da boca do Autor quando este tomou posse de sócio, no dia 27 de outubro de 1976, publicado pela Revista v. 317, p. 100.

Novos aplausos por seu interessante livro de historiografia médica lhe sejam dados sem favor.

Xavier Pedrosa

Hubertus J. Rescher — *Die deutschsprachige Literatur zu Brasilien von 1789-1850*. Berna, Peter D. Lang, 1979, v. 289 p.

Numa série dedicada a «Publicações Universitárias Européias», acaba de aparecer a obra acima — A literatura em lingua alemã, sobre o Brasil, de 1789 a 1850 — da autoria de um jovem franciscano, que se dedicou sucessivamente ao estudo do idioma português e a pesquisas históricas e sociais sobre o Brasil.

Rescher, nascido em 1947 em Heinrichsthal (Hochsauerland) fez os cursos de português, história, sociologia e etnosociologia na Universidade de Marburg an der Lahn, que possui uma das mais importantes bibliotecas da República Federal da Alemanha. Estagiário no Brasil, para investigações dessa natureza, em 1975 e 1977 e, em Portugal, em 1976; doutor em filosofia em 1978, é atualmente professor dessas matérias no Instituto Comenius-Kolleg, de madureza e extensão universitária, em Mettingen, e colaborador científico do Instituto de Brasilologia dessa mesma cidade, além de redator do mensário «Brasilien Nachrichten» (Notícias do Brasil).

Aproveitando magnífico material de estudo, através de 209 títulos de livros sobre o Brasil, escritos em alemão e aparecidos entre 1789 e 1850, o autor informa que somente sessenta deles foram publicados até o final do século XVIII, dando a nominata completa dessas obras e, depois, estudando-as em conjunto com as editadas no resto do período, traçando um panorama geral dessa abundante bibliografia, composta essencialmente de livros de viagens, de excursões científicas, de imigração, etc.

Mas, a tese abarca também os livros estrangeiros traduzidos para o alemão no mesmo período, mostrando o interesse que despertavam tais traduções entre os leitores germânicos e aí deixa patente que uma boa parte desses livros «trata da descrição de estruturas sociais e econômicas do país» e «orienta-se quase exclusivamente pelos aspectos raciais», ao ponto de definir alguns livros pertencendo muitas vezes a uma «literatura racista».

A extensa bibliografia de apoio, utilizada pelo autor, é variada, tanto em publicações brasileiras como alemãs, e é de primeira linha, não faltando, a bem dizer, qualquer trabalho descritivo ou crítico aparecido nos últimos anos.

Sob todos os pontos-de-vista, trata-se de uma tese excepcionalmente bem construída, que mereceria maior divulgação, lamentavelmente não propiciada pelo idioma em que foi escrita, pouco acessível aos brasileiros.

Abeillard Barreto

VIII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Movimento do 4º trimestre de 1980 — outubro a dezembro

OBRAS E OPÚSCULOS

ABREU, Edith Mendes da Gama e. *O que a vida me tem dito;* máximas e reflexões. Salvador [Artes Gráficas e Indústria, s.d.] 103 p.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Idéias econômicas de Miguel Calmon.* Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa; apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 604 p., il (Ação e Pensamento da República, 1).

AMORIM, Paulo Marcos de. Acamponesamento e proletarização das populações indígenas do nordeste brasileiro. Separata do *Boletim do Museu do Índio,* Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Índio, 1975 (Antropologia, n. 2).

ARAÚJO, Achiles Ribeiro de. *Na seara da ortopedia;* subsídios para sua história. Rio de Janeiro, Olímpica, 1980. 512 p., il.

BANDECCHI, Brasil & DONATO, Hernâni. Discursos de posse e recepção. *Revista da Academia Paulista de Letras,* S. Paulo, ano 37, n. 97, mar. 1980.

BARBOSA, Elmer Corrêa. *O ciclo do ouro, o tempo e a música do barroco católico.* Rio de Janeiro, PUC, 1978. 454 p.

BARBOSA, José Maria de Azevedo. *A inauguração do edifício anexo do Tribunal de Contas do Estado do Pará.* Belém [Tribunal de Contas do Estado do Pará] 1980 [n.p.].

BARRETO, Tobias. *A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros.* Seleção e coordenação de Hildon Rocha; introdução de Evaristo de Moraes Filho. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1977. 353 p. (Dimensões do Brasil, 6).

BARROS, Luiz. *História de Viçosa do Ceará.* Fortaleza, Sec. de Cultura e Desporto, 1980. 325 p.

BARROS, Vera Lúcia Fregonese. *A Colônia Militar de Chopin,* 1882 a 1909. Dissertação aprovada. Florianópolis, 1980. 224 p.

BENTO, Cláudio Moreira. Caxias, soldado de infantaria; na arma de infantaria as bases da formação militar do Duque de Caxias. *Revista Infantaria* [Rio de Janeiro] 7(16):10-4, jun. 1980.

———. A significação histórica do Duque de Caxias. *Revista do Clube Militar,* ed. 240, ano 53, maio/jun. 1980.

———. Cel. José Pessoa como comandante da Escola Militar do Realengo. *Tribuna do Comércio*, n. 204, 15 a 22/11/1980.

———. Memória da AMAN (1810-1979) e a espada do Duque de Caxias na AMAN por empréstimo do IHGB. *Revista Agulhas Negras*, 1979. p. 7-9 e 37.

BRINCHES, Victor. *Dicionário biobibliográfico luso-brasileiro, Brasil-Portugal*. Ed. Fundo de Cultura, 1965. v. 1 e 2.

CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do império do Brasil*. Intr. Washington Luis Neto; apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. v. 1 e 2, il. (Col. Bernardo Pereira de Vasconcelos, 27).

CENTENÁRIO da morte de Peter Wilhelm Lund. Comemoração no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sessão solene realizada a 26 de maio de 1980. Belo Horizonte, 1980. 22 p.

COLOMBI, Luiz Vendelino. *Industrialização de Blumenau;* o desenvolvimento da Gebruder Hering: 1880-1915. Dissertação aprovada. Florianópolis, 1979. 152 p.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE MINAS GERAIS. *II Seminário sobre a cultura mineira* (período contemporâneo). Belo Horizonte, 1980. 184 p.

CORRÊA, Inocêncio Serzedello. *O problema econômico no Brasil*, 1903. Introdução de Washington Luis Neto. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 326 p. (Col. Bernardo Pereira de Vasconcelos, 24).

COSTA, Angyone. *Introdução à arqueologia brasileira* (etnografia e história). Prefácio de Dante Costa. 4. ed. S. Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1980. xxii + 307 p. (Brasiliana, v. 34).

CZESNAT, Ligia de Oliveira. *As estruturas das atividades comerciais da empresa de Carl Hoepcke e Cia. no contexto catarinense*. Tese para obtenção do grau de mestre de História. Florianópolis, 1980, 212 p.

DINIZ, Edson Soares. Arirabá: uma reserva indígena em São Paulo. Separata do *Boletim do Museu do Índio*. Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Índio, 1976 (Antropologia, n. 5).

ENSINAMENTOS de João Paulo II. Homilias e discursos durante a visita ao Brasil. Publicação do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1980. 184 p.

FARIA, Alvaro. *Troviela*. Rio de Janeiro, Graf. Ed. Arte Moderna, 1980, 16 p.

FAVRO, Raimundo. *Os donos do poder*. Prêmio José Veríssimo da Academia de Letras. 4. ed. Porto Alegre, Ed. Globo, 1977. v. 2; 5. ed. 1979.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Arte e ofício da encadernação*. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1980. il.

———. *Rui, sua casa e seus livros*. Edição comemorativa do cinqüentenário de inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930-1980). Rio de Janeiro, 1980. xiii + 212 p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos*. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1980. 45 p.

GUIMARAES, Laís de Barros Monteiro. *Liberdade*. S. Paulo, Deptº do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 1979. v. 16, il.

HILLESHEIM, Anselmo Antônio. *O crescimento do mercado interno numa colônia do Império. O caso de Blumenau 1850-1880*. Tese de mestre em História. Florianópolis, 1979. 118 p.

JÚLIO, Silvio. *José de San Martin. Bernardo O'Higgins*. Rio de Janeiro [Sociedade Educacional Professor Nuno Lisboa, 1980] 91 p.

KOSEV, D. *et alii*. *História de Bulgaria*. Sofia, Editorial de libros en languas extranjeras, 1963. 495 p., il.

LAROUSSE du XX.e siècle, en six volumes, publié sous la direction de Paul Augé. Paris, Librairie Larousse, 1928.

LAXE, João Batista Cortines. *Câmaras municipais* (histórico). 4. ed. da introdução do livro Regimento das Câmaras Municipais. Prefácio de Brasil Bandecchi. S. Paulo, co-edição de Brasil Bandecchi e Ed. Obelisco [s.d.].

LEAL, Joaquim Ponce. *Os homens e as armas:* noticia de um ciclo revolucionário. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1980. 368 p.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Pan-americanismo (Monroe, Bolivar, Roosevelt) 1907*. Introd. Washington Luís Neto; apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 198 p., il. (Col. Bernardo Pereira de Vasconcelos, 25).

LOBO, Francisco Bruno. *U.F.R.J.:* subsídio à sua história. Rio de Janeiro, UFRJ, 1980. 123 p., il.

LOVATO, Lêda A. A contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná. Separata do *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Índio, 1974 (Antropologia, n. 1).

MACIEL, Frederico Bezerra. *Lampião, seu tempo e seu reinado*. Recife, Ed. Universitária, 1980. 221 p., il.

MAGALHAES, Basílio de. *O café na história, no folclore e nas Belas Artes*. 3. ed. S. Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1980. 370 p. (Brasiliana, v. 147).

MANGABEIRA, João. *Idéias políticas de João Mangabeira*. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa. Introdução de Hermes Lima. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 3 v., il. (Ação e Pensamento da República, 3, 3A, 3B).

MARCATO, Sônia de Almeida. *A repressão contra os Botocudos em Minas Gerais*. Separata do Boletim do Museu do Índio, Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Índio, 1974 (Etno-História, n. 1).

MARTINS, Luís Arrobas. *Diálogo com as sombras* (ensaios). S. Paulo, Academia Paulista de Letras, 1979. v. 10.

MARZOLA, Nádia. *Bela Vista;* história dos bairros de São Paulo. S. Paulo, Graf. Municipal de São Paulo, 1979. v. 15, il.

MATTOS, Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército [1980] 216 p. (Col. Gen. Benício, publ. 501, v. 181).

MENDES, Alípio. *O Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande*. Angra dos Reis, Graf. Ed. Olímpica, 1980. 208 p., il.

MONTEIRO, Rolando. *As edições de os «Lusíadas»:* pesquisa e análise. 2. ed. acrescida. Rio de Janeiro, Agir, 1979. 166 p.

MORAES, E. Vilhena de. *Deodoro e a pornografia*. [s.n.t.].

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de Direito operário*. 2. ed. São Paulo. LTR Ed. 1971. lxxxii + 150 p.

———. *Auguste Comte;* sociologia. S. Paulo, Atica, 1978. 207 p. (Grandes cientistas sociais, 7).

MOURÃO-FERREIRA, David & SEIXO, Maria Alzira. *Portugal a terra e o homem;* antologia de textos de escritores do século XX [s.l.] Fundação Gulbenkian [1980] v. 2, 2. série.

NASCIMENTO JÚNIOR, Vicente. *História, crônicas e lendas*. Paranaguá. Inst. Hist. e Geog. de Paranaguá, 1980. 418 p.

NIMUENDAJU, Curt. Os índios Tucuna. Separata do *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Índio, 1977 (Antropologia, n. 7).

OLIVEIRA, Martins & OILIAM, José. *Efemérides da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte, Impressão Fundação Mariana Resende Costa, 1909/1980. 271 p.

A PALAVRA de João Paulo II no Brasil; discursos e homilias. Texto integral apresentado pela CNBB. 2. ed. [S. Paulo] Ed. Paulinas [1980] 344 p.

PAPAVERO, Nelson. *Essays on the History of neotropical dipterology*. São Paulo, Museu de Zoologia, Univ. de São Paulo, Gráfica dos Tribunais, 1971. v. 1 e 2.

PARANAGUÁ, Correntino. *Terras de um paladino*. Brasília, Senado Federal, 1980. 151 p., il.

PENNA, Carlos Alberto, *coord*. *Palácio da Revolução Liberal em Barbacena*. Contribuição à preservação da memória nacional. Barbacena, Ed. Santa Edwiges, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha;* charqueadas; frigoríficos, criadores. Porto Alegre, Movimento — IEL, 1980. 305 p. (Col. Documentos, v. 18).

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. *Os clubes de caça e tiro em Blumenau*. Tese de mestre em História. Florianópolis, 1979. 86 p.

PINHEIRO, João. *Idéias políticas de João Pinheiro*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa; apresentação de Luiz Viana Filho, Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 415 p., il. (Ação e Pensamento da República, 2).

PINTO, Fernando. *Jurisprudência, fonte formal do direito brasileiro*. Pref. do Prof. Paulino Jacques. Rio de Janeiro, Liv. Freitas Bastos [1977] 126 p.

———. *Gênese;* poemas [Rio de Janeiro] Livraria Cristã-Esotérica [1971] 49 p.

———. *Espirais;* poemas [Rio de Janeiro, Impressora e Ed. Salena, 1979] 49 p.

PLATÃO. *Diálogos*. Apologia de Sócrates. Critão Menão. Hípias Maior e outros. Trad. de Carlos Alberto Nunes, 1980. (Coleção Amazônica; série Farias Brito, v. 1 e 2).

———. *Diálogos*. Protágoras. Górgias. O Banquete. Fedão. Trad. de Carlos Alberto Nunes, 1980. (Col. Amazônica; série Farias Brito, v. 3 e 4).

———. *Diálogos*. Sofista. Político. Apócrifos ou Duvidosos. Trad. de Carlos Alberto Nunes, 1980. (Col. Amazônica; série Farias Brito, v. 10).

———. *Diálogos*, Leis. Trad. de Carlos Alberto Nunes. 1980 (Col. Amazônica; série Farias Brito, v. 12 e 13).

REICHEL, Heloisa Jochims. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul;* 1910 a 1930. Porto Alegre, IEL/Mercado Alberto, Ed. Pallotti, 1978. 102 p., il.

REVOLUÇÃO DE 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937). Org. por Hélgio Trindade *et alii*. Porto Alegre, L&PM, 1980. 552 p., il.

REZENDE, Getúlio da Rosa. *Caldwell;* o combatente, acompanhamos a carreira militar, tomamos sentido no ambiente por onde passa nosso personagem. Porto Alegre, 1980. (reprografado).

RIBEIRO, Flexa. *História crítica da arte*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962-8. 6 v.

RIBEIRO, Mozart. O guerreiro da Serra Grande. Rio de Janeiro, Ed. Potengy, 1979. (Coleção, v. 7).

ROMERO, Sílvio. *Realidades e ilusões no Brasil;* parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis, Vozes; Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1979. 328 p. (Dimensões do Brasil, 4).

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. *Influência da ciência e da tecnologia sobre as fontes do Direito Internacional*. Madrid, Publicaciones de la Secretaria General, 1979.

SILVA, José Luis Werneck da. *Isto é o que me parece*. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1979. v. 1 e 2.

SILVA, Júlio Romão da. *Os índios Bororós;* família etno-lingüística. Ilustrações do autor e Roquete Pinto. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Valverde, 1980

1º SIMPÓSIO de História Ibero-Americana, Processo Revolucionário de 1930. Vários colaboradores. Porto Alegre, Universidade do Rio Grande do Sul, 1980. 13 trabalhos.

SIQUEIRA, Dylla Rodrigues de. *42 anos de premiações nos salões oficiais* 1934/1976. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1980. 101 p.

SIQUEIRA, João Baptista. *Ficção e música*. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1980. 346 p.

———. *Modinhas do passado;* cultura; folclore; música. 2. ed. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1979. 373 p.

SOARES, Carlos Alberto Caroso. Pankararé de Brejo do Burgo; grupo indígena aculturado. Separata do *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Índio, 1977. (Antropologia, n. 7).

SOUZA, Sara Regina Silveira de. *A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina séculos XVIII e XIX*. Florianópolis, 1980. 278 p.

STREET, Jorge. *Idéias sociais de Jorge Street*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Evaristo de Moraes Filho. Apresentação de Luiz Viana Filho. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 491 p., il.

* ——— PORTO-ALEGRE, Apolinário. *Popularium sul-rio-grandense* (estudo de filologia e folc'ore). Reorganização de Lothar Ressel. Porto Alegre, Co-edições urgs, Ed. da Univ. Federal do Rio Grande do Sul, IEL, 1980. 492 p.

TAPAJÓS, Vicente *et alii*. *A Amazônia no século XIX*. Contribuição do Coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajós para o seu desenvolvimento. Manaus, Fundação Cultural do Amazonas, 1979. 231 p. (Série Torquato Tapajós).

TERRA, J.E.M., S.J. *sac*. *Indice analitico sistemático dos pronunciamentos do Papa no Brasil*. São Paulo, Ed. Loyola, 1980. 72 p.

TODOS os prcnunciamentos do Papa no Brasil. Texto integral segundo a CNBB. 9. ed. São Paulo, Ed. Loyola, 1980. 200 p.

TRINDADE-SERRA, Ordep J. *Estrofes e antistrofes*. O andamento do drama ritual no culto do candomblé da Bahia. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1980. (Publicação da UFBA, 88).

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. *Cadernos de pesquisa — UCS*; Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, levantamento de fontes, sob a coordenação de Maria Conceição Abel. Caxias do Sul, 1980. 20 p., il.

VANZOLINI, P.E. & PAPAVERO, N. *Indice dos topônimos contidos na carta do Brasil*, 1:1000000 *do IBGE*. S. Paulo, FAPESP, 1968. 201 p.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*; estudo do homem nos trópicos. Trad. de Clotilde da Silva Costa. 2. ed. S. Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977. 312 p. (Brasiliana, v. 290).

WEHRS, Cristiano Carlos João. *O Rio antigo*; pitoresco e musical. Trad. e notas de Carlos Wehrs; prefácio de Américo Jacobina Làcombe. Rio de Janeiro, 1980. 284 p., il.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil*; estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. il., rev. e ampl. S. Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1980. (Brasiliana, v. 250). 250).

ZARUR, George Cerqueira Leite. Envolvimento de antropólogos e desenvolvimento da antropologia no Brasil. Separata do *Boletim do Museu do Índio*. Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Índio, 1976 (Antropologia, n. 5).

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E SERIADAS BRASILEIRAS

Movimento do 4º trimestre de 1980 — outubro a dezembro

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. AMAN. Informação aos visitantes. Resende, jan. 1980.

ACERVO. Belo Horizonte, IEPHA, ano 1, n. 3, nov. 1980.

AÇÕES DO GOVERNO VOLTADAS PARA O NORDESTE. Brasília, SECOM, 1980. (Série Documentos Sociais, n. 48).

AEROVISÃO. Rio de Janeiro, Ministério da Aeronáutica, ano 7, n. 91, set. 1980.

———. Rio de Janeiro, Ministério da Aeronáutica, ano 7, n. 92-4, out./dez. 1980.

ANAIS. São Leopoldo, Instituto Histórico de São Leopoldo, v. 1, 1975-9.

ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, set. 1980.

ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, v. 4, 1980.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, v. 92, 99-100, 1980.

ANUARIO DA ACADEMIA DE LETRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1978-9.

ARQUIVO. Boletim histórico e informativo. S. Paulo, v. 1, n. 3, set./dez. 1980.

ARQUIVO & ADMINISTRAÇAO. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, maio/ago. 1980.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANA. Divisão de Documentação Paranaense. 1º Catálogo Bibliográfico. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1980.

BLUMENAU EM CADERNOS. Blumenau, Fundação Casa Dr. Blumenau. t. 21, n. 9-12, set./dez. 1980.

BOLETIM BIBLIOGRAFICO. Rio de Janeiro, n. 3, set. 1980.

BOLETIM BIBLIOGRAFICO DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1º trim. 1980.

BOLETIM CULTURAL. Mensário de Divulgação Literária. Rio de Janeiro, ano 8, set. 1980, n. 99, nov. 1980.

BOLETIM INFORMATIVO DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1979.

BOLETIM DA REVISTA DO CLERO. Rio de Janeiro, Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, Arquidiocese de São Sebastião, ano 17, out./nov. 1980.

BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, ano 48, v. 96, n. 1, jul. 1980, n. 2, ago. 1980.

———. Suplemento da edição de julho de 1980.

CARTA DA AMAZÔNIA. Belém, Banco da Amazônia, ano 9, n. 62, jul./set. 1980.

CARTA MENSAL. Rio de Janeiro, Conselho Nacional do Comércio, ano 25, n. 298, jan. 1980; ano 26, n. 304, jul. 1980.

CENTRO DE ESTUDOS BAIANOS. Salvador, UFBA, 89, ago. 1980.

COMÉRCIO & MERCADOS. Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, ano 14, n. 156, ago. 1980; n. 157, set. 1980; n. 158, out. 1980; n. 159, nov. 1980.

COMUNICAÇÕES. Dia das Comunicações. Brasília, SECOM, n. 40, 1980.

CORREIO DO IBECC. Rio de Janeiro, Comissão Nacional da UNESCO, 87-8, 1980.

A DEFESA NACIONAL. Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 67, n. 690-1, jul./out. 1980.

DEMOCRACIA COROADA. Boletim do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos «João Camillo de Oliveira Torres». Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, 1980.

DIALOGO BRASIL VATICANO. Pronunciamentos oficiais feitos pelo Presidente João Figueiredo e pelo Papa João Paulo II, durante a visita do Santo Padre ao Brasil. Brasília, 1980.

JORNAL DOS TRANSPORTES. Brasília, Ministério dos Transportes, n. 66-8, jul./dez. 1980.

LEGISLAÇAO BRASILEIRA DE COMUNICAÇAO SOCIAL, SECOM-PR. Brasília, Secretaria de Projetos Especiais, 1979.

LETRAS EM MARCHA. Rio de Janeiro, ano 10, n. 109, nov. 1980.

MANCHETE. Rio de Janeiro, Bloch Ed., n. 1485-8, otu. 1980; n. 1489, 1491-3, nov. 1980; n. 1494-8, dez. 1980.

MENSARIO DO ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro, ano 11, n. 8-10, ago./out. 1980.

NOSSO SÉCULO. A memória fotográfica do Brasil no século XX. S. Paulo, Abril Cultural, 17-28, 1980.

NOTICIA BIBLIOGRAFICA E HISTÓRICA. Campinas, ano 12, n. 99, abr./jun. 1980.

* ———

PESQUISAS. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1980 (Antropologia, n. 31) (História, n. 19).

POLITICA DE COMUNICAÇAO SOCIAL E A OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, n. 38, 1980.

REVISTA DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. São Paulo, ano 37, n. 97, 1980.

REVISTA DO ATENEU ANGRENSE DE LETRAS. Angra dos Reis, ano 8, n. 2, jun. 1980.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, ano 42, n. 1, 1980.

REVISTA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, n. 9-10, 1979.

REVISTA DE CULTURA DO PARA. Belém, Conselho Estadual de Cultura, ano 8, n. 30-1, jan./dez. 1978.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRAFICO E HISTÓRICO DA BAHIA |Salvador| n. 87, 1978.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO DE ALEGOAS. Maceió, x. 36, 1980.

REVISTA MILITAR BRASILEIRA. Brasília, Centro de Documentação do Exército, v. 116, 1980.

REVISTA DA PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SAO PAULO. S. Paulo, v. 50, fasc. 98, jul./dez. 1979.

REVISTA SPAM. S. Paulo, ano 1, n. 3, out. 1980.

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARA. Belém, ano 9, n. 15, jul./dez. 1979.

SACCHARUM. Revista trimestral da Sociedade dos Técnicos Açucareiros do Brasil. Rio de Janeiro, ano 3, n. 10, set. 1980.

UNIVERSIDADE DE SAO PAULO. Divisão de Biblioteca e Documentação Biblioteca Central. Catálogo de dissertações e teses da Universidade de

São Paulo recebidas pela Biblioteca Central; 1978-1979. S. Paulo, 1980. 120 p.

VERITAS. Revista da PUC do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano 25, n. 100, dez. 1980.

* ------- PEQUEÑO DOCUMENTARIO ESTADISTICO 1963/1979. Algunas realizaciones de los gobiernos revolucionarios. Brasília, SECOM, 37 1980.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E SERIADAS ESTRANGEIRAS

ALEMANHA

HMUBOLDT. München, ano 20, n. 41, 1980.

ARGENTINA

BOLETIN DEL INSTITUTO DE HISTORIA ARGENTINA Y AMERICANA. Buenos Aires, año 16. t. 16, n 26, 1980.

INVESTIGACIONES Y ENSAIOS. Buenos Aires, Academia Nacional de la Historia, jul. dic. 1978.

RES GESTA. Rosário, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Instituto de Historia, Universidad Catolica Argentina, n. 7, 2. época, 1980.

COLÔMBIA

ANUARIO COLOMBIANO DE HISTORIA SOCIAL Y DE LA CULTURA. Bogota, Deptº de Historia, Fac. de Ciencias Humanas, Univ. Nac. de Colombia, n. 9, 1979.

REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL. Bogota, n. 77, segunda serie n. 2, 1978.

ESTADOS UNIDOS

THE HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW. Durham, Duke University Press. v. 60, n. 3, Aug. 1980.

HISTORICAL ABSTRACTS. Annual Index. Part A. Modern History Abstracts 1450-1914, v. 25, n. 4, 1979; part. B. Twentieth Century Abstracts (1914-1979) v. 25, n. 4, 1979.

PROBLEMS OF COMMUNISM. Washington, Superintendent of Documents, US Government Printing Office, july/aug. 1980.

REVISTA INTERAMERICANA DE BIBLIOGRAFIA. Washington, v. 30, n. 3, 1980.

HUNGRIA

ACTA HISTORICA. Budapest, Academiae Scientiarum Hungaricae, t. 25, n. 3-4, 1979.

INDIA

BOLETIM DO INSTITUTO MENEZES BRAGANÇA. Bastora-Goa, n. 123-4, 1979.

MEXICO

INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTORIA. Mexico, n. 28, 1979.

MEXICO INDIGENA. Mexico, Instituto Nacional Indigenista, n. 37, 1980.

POLÔNIA

LA POLOGNE CONTEMPORAINE. Warszawa, Agence Polonaise Interpress, n. 12, 14-5, 1980.

PORTUGAL

BOLETIM DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra, v. 34, 2. parte, v. 34, 3. parte, 1978/1979.

HORIZONTES USA. Lisboa, Embaixada dos EUA, 25, jul./set. 1980.

VENEZUELA

BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Caracas, t. 69, n. 236-7, 1979.

IX — ESTATÍSTICA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Foi o seguinte o movimento das diversas seções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no 4º trimestre de 1980 (outubro a dezembro).

Biblioteca

— Obras recebidas	120
— Publicações periódicas e seriadas nacionais	100
— Publicações periódicas e seriadas estrangeiras	19

Arquivo

— Documentos consultados	1.089
— Documentos recebidos	44

Mapoteca

— Mapas consultados	120
— Mapas recebidos	—

Museu

— Visitantes	580
— Doações	19

Sala de Leitura

— Obras consultadas	2.130
— Revistas consultadas, inclusive do IHGB	1.050
— Jornais consultados	380

Secretaria

— Ofícios, cartas, convites e telegramas recebidos	390
— Ofícios, cartas, convites e telegramas expedidos	1.300

O expediente começa às 12 horas e termina às 17 horas, exceto aos sábados

QUADRO DOS SÓCIOS FALECIDOS

NOME	Data da Eleição	Classe	Falecimento
Mons. Manuel de Aquino Barbosa	15/12/1976	Correspondente	02/04/1980
Augusto Ebremar de Bastos Meira	15/12/1976	Correspondente	09/07/1980
Moysés de Moraes Vellinho	15/12/1975	Correspondente	27/08/1980
Orlando Sattamini Duarte	03/10/1969	Efetivo	16/09/1980
Carlos Delgado de Carvalho	06/08/1921	Benemérito	04/10/1980
Marcelo José das Neves Alves Caetano	26/07/1972	Vice-Presidente Honorário	26/10/1980
Tarquínio José Barbosa de Oliveira	13/12/1978	Correspondente	26/12/1980
Manuel Lopes de Almeida	04/09/1968	Correspondente português	12/1980

ASSEMBLÉIA GERAL EM 10 DE DEZEMBRO DE 1980

Assembléia Geral em 10-12-1980 — *Transferências — Eleição de Sócios*

TRANSFERÊNCIAS		VAGAS
Da Classe de Efetivo para Benemérito:		
Cristóvão Leite de Castro	†	Carlos Delgado de Carvalho
Da Classe de Honorário para Efetivo:		
Affonso Celso Villela de Carvalho ...		Cristóvão Leite de Castro (Transferência)
Mircea Buescu	†	Orlando Sattamini Duarte
Arno Wehling	†	Fábio de Macedo Soares Guimarães (Vaga não preenchida)

Sócios Admitidos:

Correspondentes:

Guilhermino César da Silva	†	Moysés de Moraes Vellinho
Silvio Augusto de Bastos Meira	†	Augusto Ebremar de Bastos Meira
Thales de Azevedo	†	Mons. Manuel de Aquino Barbosa

Honorários:

Evaristo de Moraes Filho	Arno Wehling (Transferência)
Paulo Werneck da Cruz	Affonso Celso Villela de Carvalho (Transferência)
Rubens d'Almada Horta Porto	Mircea Buescu (Transferência)

X — CADASTRO SOCIAL

EM DEZEMBRO DE 1980

PRESIDENTES HONORARIOS

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
1. General de Exército Emilio Garastazu Médici ...	29-04-1970	Rua Júlio de Castilhos, 68 — ap. 301 — Copacabana — CEP 22.081 — Rio de Janeiro, RJ.
2. Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz	17-12-1971	Rua Antônio Saldanha, 9 — Lisboa 3, Portugal.
3. General de Exército Ernesto Geisel	17-07-1974	Parque Imbuí — CEP 25.950 — Teresópolis, RJ.
4. General João Batista de Oliveira Figueiredo	12-09-1979	Palácio do Planalto — CEP 70.150 — Brasília, DF.

SÓCIOS GRANDES BENEMÉRITOS

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	22-08-1931	Rua Santa Clara, 415 — Copacabana — Tel.: 237-4004 — CEP 22.041, Rio de Janeiro — RJ.

2.	Arthur Cézar Ferreira Reis	4-12-1936	Rua Cesário Alvim, 55 — ap. 903 — Ed. Van Dick, bloco C — Botafogo — Telefone: 246-6293 — CEP 22.261 — Rio de Janeiro, RJ.
3.	Américo Jacobina Lacombe	28-09-1945	Rua Dezenove de Fevereiro, 105 — Botafogo — Tel.: 246-3176 — CEP 22.280 — Rio de Janeiro, RJ.
4.	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	15-08-1949	Rua Alvaro Ramos, 341 — casa 4 — Botafogo — Telefone: 226-3176 — CEP 22.280 — Rio de Janeiro, RJ.
5.	Marcos Carneiro de Mendonça	13-07-1954	Rua Cosme Velho, 857 — Aguas Férreas — Telefone: 225-3273 — CEP 22.241 — Rio de Janeiro, RJ.

SÓCIOS BENEMÉRITOS (15)

	NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
1.	Eugênio Vilhena de Moraes	06-08-1921	Rua João Borges, 14 — Gávea — Tel.: 274-6206 — CEP 22.451 — Rio de Janeiro, RJ.
2.	Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22-12-1931	Rua Assunção, 217 — Botafogo — Tel.: 226-4861 — CEP 22.251. Rio de Janeiro, RJ
3.	Cristóvão Leite de Castro	26-06-1940	Rua Indiana, 97 — Cosme Velho — Tel.: 225-5383 — CEP 22.241 — Rio de Janeiro, RJ.
4.	Ministro Ruben Machado da Rosa	16-07-1941	Praia de Botafogo, 48 — ap. 25 — Tel.: 225-5800 — CEP 22.250 — Rio de Janeiro, RJ.
5.	Principe Dom Pedro Gastão de Orléans e Bragança	29-09-1942	Palácio Grão Pará — Av. Epitácio Pessoa, 130 — Telefone: 0242-42-1029 — CEP 25.600 — Petrópolis, RJ.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
6. Luis Viana Filho	27-12-1944	Av. Waldemar Falcão, 291 — Telefone: 5-7782 — Salvador, Bahia. Av. Atlântica, 3604 — ap. 501 — Tel.: 257-8874 ou 257-2444 — CEP 22.070 — Rio de Janeiro, RJ.
7. Haroldo Teixeira Valladão	13-05-1947	Praia do Flamengo, 386 — ap. 901 — Tels.: 225-0813 e 205-0005 — CEP 22.210 — Rio de Janeiro, RJ.
8. José Antônio Soares de Souza	20-06-1951	Rua Lopes Trovão, 33 — ap. 401 — Tel.: 711-2286 — CEP 24.220 — Niterói, RJ.
9. Embaixador Alvaro Teixeira Soares	18-12-1951	Av. Rui Barbosa, 880 — ap. 1201 — Botafogo — Telefone: 245-1396 — CEP 22.250 — Rio de Janeiro, RJ.
10. Almirante Washington Perry de Almeida	09-09-1958	Rua Esteves Júnior, 62 — ap. 403 — Laranjeiras — Telefone: 245-8160, ramal 201 — CEP 22.231 — Rio de Janeiro, RJ.
11. Gen. Edmundo de Macedo Soares e Silva	19-08-1960	Rua Souza Lima, 311 — 6º — Tel.: 287-6903 — CEP 22.081 — Rio de Janeiro, RJ.
12. Paulo Ferreira Santos ..	19-08-1960	Praia da Bica, 1151 — Jardim Guanabara, Ilha do Governador — Tel.: 393-6603 — CEP 21.931 — Rio de Janeiro, RJ.
13. Gilberto João Carlos Ferrez	17-09-1961	Rua Sarapuí, 48 — Botafogo — Tels.: 226-4778 e 252-5168 — CEP 22.260 — Rio de Janeiro, RJ.
14. Emb. Antonio Camillo de Oliveira	29-06-1962	Av. Atlântica, 4098 — ap. 901 — Copacabana — Telefone: 247-3691 — CEP 22.070 — Rio de Janeiro, RJ.
15. Gen. Jonas de Morais Correia Filho	26-06-1963	Almirante Gonçalves, 23 — ap. 402 — Copacabana — Telefone: 521-2600 — CEP 22.060 — Rio de Janeiro, RJ.

SÓCIOS EFETIVOS (50)

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
1. José Honório Rodrigues	31-08-1948	Rua Paul Redfern, 23 — c/01 — Ipanema — Tel.: 239-8233 — CEP 22.410 — Rio de Janeiro, RJ.
2. Afonso Arinos de Melo Franco	15-08-1949	Rua Dona Mariana, 63 — Botafogo — Tels.: 246-4964 e 246-5153 — CEP 22.280 — Rio de Janeiro, RJ.
3. Francisco Mozart do Rego Monteiro	15-08-1949	Rua Voluntários da Pátria, 249 — ap. 102 — Botafogo — CEP 22.270 — Rio de Janeiro, RJ.
4. Ivolino de Vasconcelos ..	24-07-1953	Rua Antônio Vieira, 28 — Leme — Tels.: 275-3026 e 242-4586 — CEP 20.010 — Rio de Janeiro, RJ.
5. D. Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B. ..	13-07-1954	Praça da Matriz, 18 — Sacra Família do Tinguá — CEP 26.650 — Eng. Paulo de Frontin, Rio de Janeiro, RJ.
6. Manuel Diegues Júnior ..	31-07-1956	Rua da Matriz, 92 — Botafogo — Tel.: 266-6656 — CEP 22.260 — Rio de Janeiro, RJ.
7. Min. Aluízio Napoleão de Freitas Rego	05-05-1957	Av. Rui Barbosa, 520 — ap. 301 — Botafogo — Telefone: 245-8257 — CEP 22.250 — Rio de Janeiro, RJ.
		San Li Tun Wai Chiao Ren Yuon Pan Kun Lao nº 1 — Tan Yuan nº 62 — Pekim, República Popular da China.
8. Raimundo Magalhães Júnior	19-08-1960	Rua Marechal Mascarenhas de Morais, 100 — ap. 701 — Copacabana — Tel.: 257-4618 — CEP 22.030 — Rio de Janeiro, RJ.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
9. Roberto Piragibe da Fonseca	19-08-1960	Rua Marquês de Abrantes, 210 — ap. 601 — Flamengo — Tel.: 551-8497 — CEP 22.230 — Rio de Janeiro, RJ.
10. Mário Barata	27-09-1961	Rua Uruguai, 541 — Tijuca — Tel.: 238-5951 — CEP 20.510 — Rio de Janeiro, RJ.
11. Francisco de Assis Barbosa	29-06-1962	Praia de Botafogo, 132 — ap. 1102 — Tel.: 551-9807 — CEP 22.250 — Rio de Janeiro, RJ.
12. Josué Montello	26-06-1963	Av. Atlântica, 3018 — ap. 902 — Copacabana — Telefone: 257-2600 — CEP 22.070 — Rio de Janeiro, RJ.
13. Luiz de Castro Sousa ...	26-06-1963	Rua Sebastião de Lacerda, 31 — ap. 507 — Laranjeiras — — Tel.: 245-3425 — CEP 22.240 — Rio de Janeiro, RJ.
14. Marcello Moreira Ipanema	29-09-1965	Rua Muapira, 271 — Guarabu — Ilha do Governador — Tel.: 393-7351 — CEP 21.291 — Rio de Janeiro, RJ.
15. Herculano Gomes Mathias	20-07-1966	Rua Prudente de Morais, 462 — ap. 201 — Ipanema — Tel.: 247-6327 — CEP 22.420 — Rio de Janeiro, RJ.
16. Lourenço Luis Lacombe	20-07-1966	Rua Santos Dumont, 361 ou Museu Imperial — Av. 7 de Setembro, 220 — Telefone: 0242 — 42-7012 — CEP 25.600 — Petrópolis, RJ. — Rio de Janeiro: Tel: 265-1690.
17. Roberval Francisco Bezerra de Meneses	20-07-1966	Rua Tonelero, 146 — ap. 302 — Copacabana — Telefone: 255-4569 — CEP 22.030 — Rio de Janeiro, RJ.
18. Gen. de Exército Aurélio Lira Tavares	30-11-1966	Rua Inhangá, 26 — ap. 501 — Copacabana — Tel.: 256-2434 — CEP 22.020 — Rio de Janeiro, RJ.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
19. Eduardo Canabrava Barreiros	30-11-1966	Rua Marechal Mascarenhas de Morais, 125 — ap. 701 — Tel.: 257-1446 — CEP 22.030 — Rio de Janeiro, RJ.
20. Mauricio Amoroso Teixeira de Castro	30-11-1966	Rua Leopoldo Miguez, 44 — ap. 201 — Copacabana — Tel.: 257-0538 — CEP 22.060 — Rio de Janeiro, RJ.
21. Nelson Omegna	16-08-1967	Rua Roberto Dias Lopes, 14 — ap. 702 — Leme — CEP 22.010 — Rio de Janeiro, RJ.
22. Gen. Umberto Peregrino Seabra Fagundes	16-08-1967	Av. Atlântica, 2740 — ap. 1101 — Tel.: 257-9209 — CEP 22.070 — Rio de Janeiro, RJ.
23. Comte. Max Justo Guedes	15-12-1967	Rua Sambaiba, 166 — ap. 104 — Leblon — Tels.: 274-0374 e 221-7626 — CEP 22.450 — Rio de Janeiro, RJ.
24. Car'os Grandmasson Rheingantz	04-09-1968	Rua Alberto Torres, 78 — Telefone: 242-424350 — CEP CEP 25.600 — Petrópolis, lefone: 0242 — 42-4350 —
25. Fernando Monteiro	04-09-1968	Rua Henrique Morize, 276 — Grajaú — Tels.: 238-7167 e 259-4105 — CEP 20.561 — Rio de Janeiro, RJ.
26. Isa Adonias	04-09-1968	Rua Tonelero, 125 — ap. 801 — Copacabana — Telefones: 257-3304 e 223-8280, ramal 36 — CEP 22.030 — Rio de Ja- Rio de Janeiro.
27. Djacir Lima Menezes ..	21-05-1969	Rua Bulhões de Carvalho, 271 — ap. 1001 — Copacabana — CEP 22.081 — Rio de Janeiro, RJ.
28. Paulo Braga de Menezes	21-05-1969	Rua da Relação, 39 — ap. 601 — CEP 20.031 — Rio de Janeiro, RJ.
29. Plínio Doyle Silva	21-05-1969	Rua Barão de Jaguaripe, 62 — Ipanema — Tels.: 227-4051 e 227-3960 — CEP 22.421 — Rio de Janeiro, RJ.

	NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
30.	Gen. Francisco de Paula e Azevedo Pondé	03-10-1969	Rua Bolívar, 86 — ap. 602 — — Copacabana — Telefones: 236-649 e 233-0080 — CEP 22.061 — Rio de Janeiro, RJ.
31.	Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão	29-04-1970	Rua Canavieiras, 537 — Grajaú — Tels.: 238-2530 ou Avenida Pasteur, 250 — Telefone: 226-5240 — CEP 20.561 — Rio de Janeiro, RJ.
32.	Augusto Carlos da Silva Telles	19-05-1971	Rua Voluntários da Pátria, 181 — Tel.: 226-6818 — CEP 22.270 — Botafogo — Rio de Janeiro, RJ.
33.	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	19-05-1971	Rua Caruaru, 139 — Grajaú — Tel.: 238-3760 — CEP 20.560 — Rio de Janeiro, RJ.
34.	Raul do Rêgo Lima	19-05-1971	Rua Nascimento Silva, 350 — ap. 301 — Ipanema — Tel.: 227-7600 — CEP 22.421 — Rio de Janeiro, RJ.
35.	Renato de Azevedo Duarte Soeiro	19-05-1971	Rua Marquês de Abrantes, 99 — Flamengo — Telefone: 225-7058 — CEP 22.230 — Rio de Janeiro, RJ.
36.	General Waldemiro Pimentel	17-12-1971	Rua José Higino, 281 — ap. 203 — Tijuca — Telefone: 258-2792 — CEP 20.520 — Rio de aJneiro, RJ.
37.	Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley	26-07-1972	Praia do Flamengo, 334 — ap. 901 — Tel.: 245-2675 — CEP 22.210 — Rio de Janeiro, RJ.
38.	Abeillard Barreto	17-12-1973	Rua Miguel Lemos, 7 — ap. 302 — Copacabana — Telefone: 227-9494 — CEP 22.071 — Rio de Janeiro, RJ.
39.	Vice-Almirante João do Prado Maia	17-12-1973	Rua Ibituruna, 54 — casa XXV — Maracanã — Telefone: 248-4739 — CEP 20.271 — Rio de Janeiro, RJ.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
40. Lucas Mayerhofer	17-12-1973	Rua Rita Ludolf, 39 — Leblon — Tel.: 274-9737 — CEP 22.440 — Rio de Janeiro, RJ.
41. Afonso Celso Villela de Carvalho	11-12-1974	Rua Prof. Sabóia Ribeiro, 47 — ap. 603 — Gávea — Tel.: 247-0126 — CEP 22.430 — Rio de Janeiro, RJ.
42. Dalmo Freire Barreto ...	11-12-1974	Rua Dr. Pereira Nunes, 90 — ap. 901 — Tel : 722-8338 — Ingá — CEP 24.210 — Niterói, RJ.
43. Pedro Jacinto de Mallet Joubin	11-12-1974	Rua Senador Eusébio, 30 — ap. 204 — Flamengo — Telefone: 225-8686 — CEP 22.250 — Rio de Janeiro, RJ.
44. Arno Wehling	15-12-1975	Rua Soares Cabral, 59 — ap. 603 — Laranjeiras — Telefone: 205-5677 — CEP 22.240 — Rio de Janeiro, RJ.
45. Donato Mello Júnior ...	15-12-1975	Rua Presidente Carlos de Campos, 258 — ap. 202 — Laranjeiras — Tel.: 245-2157 — CEP 22.231 — Rio de Janeiro, RJ.
46. Francisco Ruas Santos ...	15-12-1975	Rua Tonelero, 106 — ap. 801 — Copacabana — Telefone: 237-0146 — CEP 22.030 — Rio de Janeiro, RJ.
47. Mons. Guilherme Schubert	15-12-1975	Rua Barão de São Francisco, 385 — Vila Isabel — Tel.: 238-0484 — CEP 20.560 — Rio de Janeiro, RJ.
48. Horácio de Almeida	15-12-1975	Rua Belfort Roxo, 146 — 12º — Copacabana — Tel.: 541-2869 — CEP 22.020 — Rio de Janeiro, RJ.
49. José Gomes Bezerra Câmara	15-12-1975	Rua General Glicério, 326 — ap. 703 — Laranjeiras — Telefone: 205-8500 — CEP 22.251 — Rio de Janeiro, RJ.
50. Mircea Buescu	15-12-1975	Rua Cesário Alvim, 55-B — ap. 1001 — Botafogo — Telefone: 246-3021 — CEP 22.261 — Rio de Janeiro, RJ.

SÓCIOS CORRESPONDENTES (50)

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
I — *Brasileiros*		
1. Luiz da Câmara Cascudo	30-07-1934	Rua Junqueira Aires, 377 — CEP 59.000 — Natal, Rio Grande do Norte.
2. Ernesto Leme	21-08-1939	Rua Tupi, 425 — S. Paulo, SP.
3. João Fernando de Almeida Prado	27-12-1944	Rua Guaianases, 1041 — CEP 04755 — São Paulo, SP.
4. José Carlos de Ataliba Nogueira	21-10-1946	Rua Brasilio Machado, 65 — ap. 12 — Higienópolis — CEP 01230 — São Paulo, SP.
5. José Pedro Leite Cordeiro	21-10-1946	Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 747 — ap. 51 — Tel.: 287-4236 — CEP 01403 — São Paulo, SP.
6. Renato da Costa e Almeida	13-05-1947	Rua Voluntários da Pátria, 127 — Botafogo — Tel.: 226-2391 — CEP 22.270 — Rio de Janeiro, RJ.
7. Embaixador Renato Firmino Maia de Mendonça	12-12-1947	Av. Lineu de Paula Machado, 125 — ap. 301 — Jardim Botânico — Tel.: 226-9254 — CEP 22.470 — Rio de Janeiro, RJ.
8. Min. Adroaldo Mesquita da Costa	31-08-1948	Rua Mostadero, 174 — Telefone: 22-5460 — CEP 90.000 — Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
9. Edgard Baptista Pereira	20-06-1951	Av. Higienópolis, 1074 — 7º and. — Higienópolis — Tel.: 251-5046 — CEP 01238 — São Paulo, SP.
10. Emb. Sérgio Afonso Corrêa da Costa	20-05-1951	Brazilian Mission to the United Nations (ONU) 998, Fifth Avenue, Suite 11-W — New York, 10.028, N.Y. — U.S.A. ou 747 Third Avenue 9th. floor, N.Y. 10.017.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
11. Dante de Laytano	13-07-1954	Rua Duque de Caxias, 910 — ap. 31 — CEP 90.000 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.
12. Gilberto de Mello Freire	13-07-1954	Rua Dois Irmãos, 320 — Apipucos — CEP 50.000 — Recife, Pernambuco.
13. Sérgio Buarque de Holanda	23-06-1959	Rua Buri, 35 — Pacaembu — Tel.: 51-8776 — CEP 01246 — São Paulo, SP.
14. Amaro Quintas	27-09-1961	Rua Neto Mendonça, 242 — CEP 50.000 — Recife, PE.
15. Licurgo de Castro Santos Filho	23-06-1965	Av. Júlio de Mesquita, 766 — Caixa Postal 938 — CEP 13.100 — Campinas, SP.
16. Edgard de Cerqueira Falcão	15-12-1965	Rua General Rondon, 17 — Caixa Postal 796 — Telefone: 4-3145 — CEP 11.100 — Santos, SP.
17. José Antônio Gonsalves de Mello	16-08-1967	Caixa Postal, 110 — CEP 50.000 — Recife, PE.
18. Padre Hélio Abranches Viotti, S.J.	04-09-1968	Pátio do Colégio, 1 (Sé) — CEP 01001 — São Paulo, SP.
19. Gen. Carlos Studart Filho	21-04-1969	Rua Barão do Rio Branco, 2594 — CEP 60.000 — Fortaleza, Ceará.
20. Enélio Lima Petrovich ..	21-05-1969	Rua Açu, 703 (Tirol) — CEP 59.000 — Natal, Rio Grande do Norte.
21. Newton I. da Silva Carneiro	29-04-1970	Av. Visconde de Guarapuava, 5045 — CEP 80.000 — Curitiba — Paraná.
22. Emb. Afonso Arinos de Melo Franco, filho	19-05-1971	Praia de Botafogo, 130 — ap. 801 — Botafogo — Telefone: 246-4864 — CEP 22.250 — Rio de Janeiro, RJ.
23. Dom Alberto Gaudêncio Ramos	19-05-1971	Arcebispado de Belém do Pará ou Caixa Postal 281 — CEP 66.000 — Belém, Pará.

	NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
24.	Emb. João Hermes Pereira de Araújo	19-05-1971	SHI-Sul — QI 9 — Conj. 8 — casa 11 — CEP 71.600 — Brasília, DF.
25.	José Calazans Brandão da Silva	19-05-1971	Av. Sete de Setembro, 3484 — ap. 402 — Tel.: 247-5691 — CEP 40.000 — Salvador, Bahia.
26.	Alvaro do Amaral	17-12-1973	Rua Mário Martins de Almeida, 210 — Interlagos — CEP 04764 — São Paulo, SP.
27.	Flávio da Motta Guerra	17-12-1973	Rua Henrique Guimarães, 9 — ap. 2 (Bairro Novo) — CEP 53.000 — Olinda, PE.
28.	Mário Martins Meirelles	17-17-1973	Rua dos Abacateiros, Quadra 2, casa 6 (São Francisco) — CEP 65.000 — São Luís, Maranhão.
29.	Abelardo Duarte	15-12-1975	Av. Fernandes Lima, 435 (Farol) — CEP 57.600 — Maceió, Alagoas.
30.	Alice Piffer Canabrava ..	15-12-1975	Rua Macapá, 29 — Caixa Postal 11.498 — CEP 01251 — São Paulo, SP.
31.	Collemar Natal e Silva ..	15-12-1975	Av. 85 — Ed. Itatiaia — bl. D — ap. 502 — Setor Marista ou Rua 82 nº 455 (Centro) — CEP 74.000 — Goiânia, GO.
32.	Eduardo d'Oliveira França	15-12-1975	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP — Caixa Postal 8105 — CEP 01000 — São Paulo, SP.
33.	Francisco Iglésias	15-12-1975	Rua Pouso Alegre, 1848 — CEP 30.000 — Belo Horizonte, Minas Gerais.
34.	Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega	15-12-1975	Av. Cabo Branco, 2838 — CEP 58.000 — João Pessoa, Paraíba.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
35. Jayme de Sá Menezes ..	15-12-1975	Av. 7 de Setembro, 1894 — ap. 202 — CEP 40.000 — Salvador, Bahia.
36. Leduar de Assis Rocha ..	15-12-1975	Rua Carlos Gomes, 597 — CEP 50.000 — Recife, PE.
37. Luis Henrique Dias Tavares	15-12-1975	Rua Esperanto, 70 — ap. 104 — CEP 40.000 — Salvador, Bahia.
38. Odilon Nunes	15-12-1975	Av. Campos Sales, 2165 — CEP 64.000 — Teresina, Piauí.
39. Renato Berbert de Castro	15-12-1975	Av. 7 de Setembro, 1914 — 4º — Tel.: 0712-2475930 — CEP 40.000 — Salvador, Bahia — Caixa Postal 290.
40. Stanislaw Herstal	15-12-1975	Rua Bela Cintra, 1222/14 — CEP 01415 — São Paulo, SP.
41. Odilon Nogueira de Matos	15-12-1976	Caixa Postal 1539 — CEP 13.100 — Campinas, SP.
42. Waldemar de Almeida Barbosa	15-12-1976	Rua Aristóteles Caldeira, 20 — ap. 202 — Tel.: 32-1446 — CEP 30.000 — Belo Horizonte, MG.
43. Jorge Calmon Moniz de Bittencourt	14-12-1977	Av. 7 de Setembro, 2.172 — CEP 40.000 — Salvador, BA.
44. Dom Oscar de Oliveira ..	13-12-1978	Cúria Metropolitana — Rua Direita, 102 — Caixa Postal 13 — CEP 35.420 — Mariana, Minas Gerais.
45. Walter Fernando Piazza	13-12-1978	Universidade Federal de Santa Catarina ou Frei Evaristo, 52 — CEP 88.000 — Florianópolis, SC.
46. Fernando da Cruz Gouvêa	17-12-1979	Rua Padre Carapuceiro, 399 — ap. 701 — Boa Viagem — CEP 50.000 — Recife, PE.
47. João Batista de Sá	17-12-1979	Rua Maria Monteiro, 596 — CEP 13.100 — Campinas, São Paulo.

	NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
48.	Guilhermino César da Silva	10-12-1980	Rua Independência, 779 — ap. 1101 — CEP 90.000 — Porto Alegre, RS.
49.	Silvio Augusto de Bastos Meira	10-12-1980	Rua Duvivier, 21 — ap. 304 — Copacabana — Tel.: 237-0389 ou 232-9550 — CEP 22.020 — Rio de Janeiro, RJ.
50.	Thales de Azevedo	10-12-1980	Av. 7 de Setembro, 94-A — CEP 40.000 — Salvador, BA.
	II — *Portugueses* (15)		
1.	Martinho Nobre de Melo	19-10-1936	Rua D. Estefânia, 98 — 4º — Lisboa I, Portugal.
2.	Dom Henrique Leite Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo)	13-04-1938	Vila Nova de Gaia — Portugal.
3.	Alberto Iria	24-06-1953	Rua Joaquim Moreira Rato, 28-B — Paço d'Arcos, 2780 — Lisboa, Portugal.
4.	Manuel Rodrigues Lapa	21-07-1956	Anadia, Portugal.
5.	Luís Ferrand de Almeida	26-06-1963	Avenida Dias da Silva, 158 — 2º — Coimbra, Portugal.
6.	Joaquim Veríssimo Serrão	16-08-1967	Avenida João Crisóstomo, 21 — 1º — Lisboa, Portugal.
7.	Cap. Fragata Avelino Teixeira da Mota	21-05-1969	Av. de Restelo, 46 — Lisboa 3, Portugal.
8.	Luiz Mendonça de Albuquerque	29-04-1970	Rua dos Combatentes, 125 — 2º D — Coimbra, Portugal.
9.	José de Azeredo Perdigão	03-03-1971	Fundação Calouste Gulbenkian — Lisboa, Portugal.
10.	Jorge Borges de Macedo	17-12-1973	Rua de Coelho da Rocha, 36 — 2º Dto. — Lisboa 3, Portugal.
11.	Raul d'Eça	15-12-1975	RR-I Box 90 — Broad Run, Va. 22.014 — USA.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
12. Virgílio Arruda	15-12-1975	Correio do Ribatejo — Rua Direita 98 — Santarém, Portugal.
13. Antenio Alberto Banha de Andrade	15-12-1976	Rua de Tristão da Cunha, 34 — Lisboa 3, Portugal.
14. Fernando José de Oliveira Branco Chaves	11-12-1978	Palácio da Rosa, 5 — Lisboa 2, Portugal ou Rua David de Sceuza, 14-2°-E — 1.000 Lisboa, Portugal.
III — *Estrangeiros* (15)		
1. Enrique de Gandia	04-12-1936	Elflein, 3567 — La Lucila 1636 — Gran Buenos Aires, Argentina.
2. Rev. Joseph Francis Thorning, S.J.	29-09-1942	The Metropolitan Club of the City of Washington 1700 H. Street N.W. — Washington D.C. 20.006 — USA.
3. Silvio Zavala	15-04-1958	Av. del Observatório, 192 — Tacubaya, México 18 — D.F
4. Manuel Ballesteros Gaibrois	09-09-1958	Faculdade de Antropologia y Etnologia da América — Faculdade de Geografia e História — Ciudad Universitária — Madrid, Espanha.
5. R. Antonio Ramos	09-09-1958	Iturbe, 786 — Assunção, Paraguai.
6. Charles R. Boxer	26-04-1960	Ringshall End., Little Gaddesden, Berkhamsted Herts HP4 1NF — Inglaterra.
7. E. Bradford Burns	04-09-1968	Department of History — University of California — Los Angeles — California 90024 — U.S.A.
8. Robin A. Humphreys. OBE	21-05-1968	13 St. Paul's Place (Cononbury) London NI 2 QE — Inglaterra.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
9. Ernesto Reguera Sierra ..	29-04-1970	Sinclair 3129 — 3º B — Buenos Aires, Argentina.
10. Rolando A. Laguarda Trias	19-05-1971	Agraciado 2010 — ap. 3 — Montevidéu, Uruguai.
11. Wilcomb E. Washburn	17-12-1973	Department of American Studies Smithsonian Institution — Washington, D.C. 20560 — USA.
12. Julio Cesar Chaves	15-12-1975	Academia Paraguaya de la Historia — Casilla del Correio nº 1183 — Assunção, Paraguai.
13. Pierre Monbeig	15-12-1975	Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Université Paris III 28, rue St. Guillaume 75007, Paris, França.
14. Willem Julius van Balen	15-12-1975	Den Haag — Holland — Mauvestraat 53.
15. Frédéric Mauro	13-12-1978	6 — rue de la Republique — Tel.: (1) 374-7602 — 94.160 — Saint Mandé, França.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ARGENTINOS

(Convênio com a Academia Nacional de la História, assinado em 25-5-1968 no IHGB e aprovado em Assembléia Geral de 4-9-1968)

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Milciades A. Vignati	28-05-1968	Alvarez 1141 (1638) V. López — Tel.: 791-5689 — Buenos Aires, Argentina.
2. S.E. Cardenal Dr. Antonio Caggiano	28-05-1968	Azcuénaga 1852 (1636) Olivos — Buenos Aires, Argentina.
3. Dr. Leoncio Gianello	28-05-1968	Junín 2683 (3000) Santa Fé — Tel.: 042-35270 — Argentina.
		Colegio Mayor «Nuestra Señora de Lujan» — Ciudad Universitaria — Madrid 3, Espanha.
4. Dr. Enrique M. Barba ..	28-05-1968	Calle 63 nº 1028 (1900) — Telefone: 021-53536 — La Plata — Argentina.
5. Cnel. Augusto G. Rodriguez	28-05-1968	S. de Bustamante 1910 (1425) — Tel.: 83-4210 — Buenos Aires, Argentina.
6. Dr. Ricardo Zorraquin Becu	28-05-1968	J.E. Uriburu 1578 (1114) — Tel.º 84-0662 — Buenos Aires, Argentina.
7. Dr. Armando Braun Menendez	28-05-1968	Ayacucho 1050 (1111) — Telefone: 83-9258 — Buenos Aires, Argentina.
8. Dr. Atilio Cornejo	28-05-1968	Córdoba 28)4400) — Telefone: 13132 — Salta, Argentina.
9. Dr. Carlos R. Melo	28-05-1968	Bolívar 21)5000) — Telefone: 051-4384 — Córdoba, Argentina.
10. Dr. Edmundo Correas ..	28-05-1968	9 de Julio 945 (5500) — Telefone: 051-4834 — Mendonza, Argentina.
11. Dr. Bonifacio del Carril	28-05-1968	Libertad 1550 (1016) — Tels.: 44-1413 e 48-6043 — Buenos Aires, Argentina.

	NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
12.	Dr. Roberto Etchepareborda	28-05-1968	D. Hist. Univ. — Chapel Hill North Carolina 27514 — U.S.A.
13.	Dr. José M. Mariluz Urquijo	28-05-1968	Santa Fé 2982 (1425) — Tel.: 821-1371 — Buenos Aires. Argentina.
14.	Dr. Ernesto J. Fitte	28-05-1968	Maipú 1266 (1006) — Tels.: 3138-365908 e 32-7179 — Buenos Aires, Argentina.
15.	Prof. Guillermo Gallardo	28-05-1968	Callao 1870 (1024) — Tel.: 42-3812 — Buenos Aires, Argentina.
16.	Dr. Enrique Williams Aizaga	28-05-1968	Callao 2053 (1024) — Tels.: 31-2501 e 792.1354 — Buenos Aires. Argentina.
17.	Prof. Andres R. Allende	28-05-1968	Calle 1 nº 1491 (1900) — Tel.: 021-36776 — La Plata, Argentina.
18.	Dr. Horacio Videla	28-05-1968	Av. Lib. San Martin 415 — Oeste (5400) — Tel.: 22417 — San Juan. Argentina.
19.	Prof. Carlos S. A. Segreti	28-05-1968	Tucumán 1164 (5000) — Tel.: 051-719931 — Córdoba, Argentnia.
20.	Dr. Leon Rebollo Paz ...	-1968	Rodriguez Peña 545 (1020) — Tels.: 40-3110 e 83-8321 — Buenos Aires, Argentina.
21.	Dr. Raul de Labougle ..	-1970	Av. Alvear 1520 (1014) — Tel.: 42-5570 — Buenso Aires, Argentina.
22.	Dr. Julio Irazusta	-1970	Chile 642 (1098) — Buenos Aires. Argentina.
23.	Dr. Victor Tau Anzoategui	-1970	Juncal 770 (1062) — Telefone: 31-8494 — Buenos Aires. Argentina.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
24. Contra-Almirante Laurio H. Destefani	-1971	Anchorena 1476 (1425) — Telefones: 84-4951 — 31-3526 — Buenos Aires, Argentina.
25. Dr. Edberto Oscar Acevedo	-1973	Gral Paz 255 (5501) Godoy Cruz — Tel.: 22-3533 — Buenos Aires, Argentina.
26. Dr. Pedro Santos Martinez C.	-1973	Martinez de Rosas, 578 (5500) — Tel.: 24-5958 — Mendoza, Argentina.
27. Dr. Joaquin Perez	-1973	Calle 8 nº 1061 (1900) — La Plata, Argentina.
28. Cap. de Navio Cont. Humberto F. Burzio	—	O'Higgins 1981 (1428) — Tel.: 73-7158 — Buenos Aires, Argentina.
29. R. P. Cayetano Bruno ..	—	Don Bosco 4053 (1206) — Tel.: 811-1388-6767 — Universita Pontificia Salesiana Piazza del'Ateneo Salesiano 1-00139 — Roma, Itália.
30. Dr. Horacio Juan Cuccorese	—	Av. 44 nº 871 (1900) — Tel : 021-30335 — La Plata, Argentina.
31. Luis Santiago Sanz	16-05-1978	Academia Nacional de la Historia — Balcarce 139, Buenos Aires, Argentina.
32. Marcial I. Quiroga	11-07-1978	Coérnico 2326 (1425) — Buenos Aires, Argentina.
33. Gal. Div. Gustavo Martinez Zuviria	26-09-1978	Av. Libertador 152640 (1640) — Acasuso — Buenos Aires, Argentina.
34. Prof. Hector H. Scherrone	10-10-1978	Avenida Quintana 494 (1425)

SÓCIOS HONORARIOS

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
		— Buenos Aires, Argentina.
1. Miguel Costa Filho	13-07-1954	Rua Viúva Lacerda, 53 — Botafogo — Tel.: 226-0895 — CEP 22.261 — Rio de Janeiro, RJ.
2. Brig. Henrique Fleiuss ..	31-07-1957	Rua Barão da Torre, 527 — ap. 1101 — Ipanema — Telefone: 227-1122 — CEP 22.411 — Rio de Janeiro, RJ.
3. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão	16-05-1958 16-05-1958	Rua Jangadeiros, 6 — ap. 202 — Ipanema — Tel.: 227-9150 — CEP 22.420 — Rio de Janeiro, RJ.
4. José Bonifácio Lafayete de Andrada	15-12-1959	Av. do Contorno, 5531 — ap. 204 — 30.000 — Belo Horizonte, MG — Tel.: 221-0797.
5. Almirante Antônio Mendes Braz da Silva	03-10-1969	Rua Nascimento Silva, 339 — Ipanema —42Tel .:7 Ipanema — Tel.: 247-4023 — CEP 22.421 — Rio de Janeiro, RJ.
6. Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	03-10-1969	Rua Mário Pederneiras, 54 — Botafogo — Tel.: 226-7668 — CEP 22.261 — Rio de Janeiro, RJ.
		Embajada del Brazil — Apartado 3863 — Bogotá — D.E. 2, Colômbia.
7. Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho	29-04-1970	SQS-309 — Bl. G — ap. 503 — CEP 70.362 — Brasilia, DF.
8. Cardeal Dom Eugênio de Araújo Salles	19-05-1971	Palácio São Joaquim — Rua da Glória, 446, Glória — Tel.: 222-9485 — CEP 20.141 — Rio de Janeiro, RJ.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
9. Herman de Castro Lima	19-05-1971	Rua Pery, 146 — Gávea — Telefone: 226-9793 — CEP 22.460 — Rio de Janeiro, RJ.
10. Miguel da Silva Paranhos do Rio Branco	19-05-1971	Ambasada Brasila — Hilendarska, 9 — 1 1000 — Belgrad — Yugoslávia.
11. Sebastião José França dos Anjos	17-12-1971	Rua Alice nº 1334 — Laranjeiras — Tel.: 245-8803 — CEP 22.241 — Rio de Janeiro, RJ.
12. Gen. do Exército Antônio Jorge Corrêa	26-07-1972	Rua Siqueira Campos, 7 — 9º andar — Copacabana — Tel.: 256-8659 — CEP 22.031 — Rio de Janeiro, RJ.
13. Alberto Sá Souza de Brito Pereira	17-12-1973	Rua Barata Ribeiro, 544 — Copacabana — CEP 22.040 — Rio de Janeiro, RJ.
14. Rui Vieira da Cunha ...	11-12-1974	Rua Voluntários da Pátria, 329 — ap. 806 — Botafogo — Tel.: 226-5559 — CEP 22.270 — Rio de Janeiro, RJ.
15. Achilles Ribeiro de Araújo	15-12-1975	Rua Antônio Basilio, 40 — Tijuca — Tels.: 268-3135 (res.) e 268-6255 (cons.) — CEP 20.511 — Rio de Janeiro, RJ.
16. Clodomir Viana Moog ..	15-12-1975	Rua Marquês de Pinedo, 23 — Laranjeiras — CEP 22.231 — Rio de Janeiro, RJ.
17. Jorge Pacheco e Chaves Filho	15-12-1975	Rua Joaquim Murtinho, 711 — Santa Teresa — Telefone: 224-8648 — CEP 20.241 — Rio de Janeiro, RJ.
18. Lourival Ribeiro da Silva	15-12-1975	Rua Marechal Bittencourt, 137 — Riachuelo — Telefone: 261-4279 — CEP 20.951 — Rio de Janeiro, RJ.
19. Manuel Pinto de Aguiar	15-12-1975	Rua Visconde de Pirajá, 591-Co. — Ipanema — Tels.: 227-2181 e 227-4869 — CEP 22.410 — Rio de Janeiro, RJ.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
20. Ney Amintas de Barros Braga	15-12-1975	Rua Desembargador Westphalen, 321 — CEP 80.000 — Curitiba, Paraná.
21. Oliver Onody	15-12-1975	Rua Pompeu Loureiro, 106 — ap. 602 — Copacabana — Tel.: 235-2647 — CEP 22.061 — Rio de Janeiro, RJ.
22. Paulino Ignacio Jacques	15-12-1975	Rua Senador Vergueiro, 193 — ap. 803 — Botafogo — Tel.: 205-4639 — CEP 22.230 — Rio de Janeiro, RJ.
23. Cândido Guinle de Paula Machado	15-12-1976	Rua Peri, 399 — Gávea — Tel.: 226-2984 — CEP 22.460 — Rio de Janeiro, RJ.
24. Cybelle de Ipanema	15-12-1976	Rua Muapira, 271 — Guarabu — Ilha do Governador — Tel.: 393-7351 — CEP 21.921 — Rio de Janeiro, RJ.
25. José Thomaz Nabuco ...	15-12-1976	Rua Icatu, 91 — Botafogo — Tel.: 226-1286 — CEP 22.260 — Rio de Janeiro, RJ.
26. Thalita de Oliveira Casadei	15-12-1976	Rua Lemos Cunha, 414 — ap. 402 — Tel.: 711-8385 — CEP 24.230 — Niterói, RJ.
27. Waldir da Cunha	15-12-1976	Rua Belfort Roxo, 158 — ap. 302 — Telefones: 255-9288 e 240-8479 — CEP 22.020 e Av. Rio Branco, 219 — ap. 239 (Seção de Manuscritos) — Tel.: 242-3495 — CEP 20.040 — Rio de Janeiro, RJ.
28. Alberto Ribeiro Lamego	14-12-1977	Rua Muniz Barreto, 13 — ap. 202 — Botafogo — Telefone: 226-1211 — CEP 22.251 — Rio de Janeiro, RJ.
29. Hamilton Bittencourt Leal	14-12-1977	Rua Senador Vergueiro, 154 — ap. 901 — Botafogo — Tel.: 245-7529 — CEP 22.230 — Rio de Janeiro, RJ.

NOME	Data de entrada no Instituto	Residência
30. Alfredo Galvão	13-12-1978	Rua Jacumã, 47 — ap. 302 — Tijuca — Tel.: 228-3166 — CEP 20.260 — Rio de Janeiro, RJ.
31. Antonio Pimentel Winz ..	13-12-1978	Rua das Palmeiras, 93 — ap. 504 — Botafogo — Teletone: 226-3640 — CEP 22.270 — Rio de Janeiro, RJ.
32. Cláudio Mcreira Bento ..	13-12-1978	4º Batalhão de Engenharia — CEP 37.500 — Itajubá, MG.
33. José Pedro Pinto Esposel	13-12-1978	Rua Miguelote Viana, 141 — Jardim Icaraí — Telefone: 711-8663 — CEP 24.220 — Niterói, RJ.
34. Alípio Mendes	17-12-1979	Caixa Postal 73003 — CEP 23.900 — Angra dos Reis, Rio de aJneiro, RJ.
35. Clarival do Prado Valladares	17-12-1979	Rua Gago Coutinho, 66 — ap. 302 — Laranjeiras — Tel.: 245-3175 — CEP 22.221 — Rio de Janeiro, RJ.
36. Lêda Boechat Rodrigues	17-12-1979	Rua Paul Redfern, 23 — c/01 — Tel.: 239-8233 — Ipanema — CEP 22.410 — Rio de Janeiro, RJ.
37. Evaristo de Moraes Filho	10-12-1980	Rua Domingos Ferreira, 102 — ap. 4 — Copacabana — Tel.: 237-5629 ou 240-8314 — CEP 22.050 — Rio de Janeiro, RJ.
38. Paulo Werneck da Cruz	10-12-1980	Rua Caning, 10 — ap. 602 — Copacabana — Tel.: 287-6966 — CEP 22.081 — Rio de Janeiro, RJ.
39. Rubens d'Almada Horta Porto	10-12-1980	Rua Filadelfo de Azevedo, 69-A — Barra da Tijuca — Tel.: 399-0149 ou 399.3310 — CEP 22.600 — Rio de Janeiro, RJ.

ORDEM ALFABÉTICA

ACEVEDO, Edberto Oscar — Correspondente (Argentina)
ADONIAS, Isa — Efetivo
AGUIAR, Manuel Pinto de — Honorário
ALBUQUERQUE, Luís Mendonça de — Correspondente (Portugal)
ALLENDE, Andrés — Correspondente (Argentina)
ALMEIDA, Horácio de — Efetivo
ALMEIDA, Luís Ferrand de — Correspondente (Portugal)
ALMEIDA, Renato da Costa e — Correspondente
ALMEIDA, Washington Perry de — Benemérito
ALZAGA, Enrique Williams — Correspondente (Argentina)
AMARAL, Álvaro do — Correspondente
ANDRADA, José Bonifácio Lafayette de — Honorário
ANDRADE, Antônio Alberto Banha de — Correspondente (Portugal)
ANJOS, Sebastião José França dos — Honorário
ANZOATEGUI, Victor Tau — Correspondente (Argentina)
ARAGÃO, Edmundo Ferrão Moniz de — Honorário
ARAGÃO, Raymundo Augusto de Castro Moniz de — Efetivo
ARAÚJO, Achiles Ribeiro de — Honorário
ARAÚJO, João Hermes Pereira de — Correspondente
ARRUDA, Virgílio — Correspondente (Portugal)
AZEVEDO, Thales de — Correspondente

BALEN, Wilem Julius von — Correspondente estrangeiro
BARATA, Mário — Efetivo
BARBA, Enrique M. — Correspondente (Argentina)
BARBOSA, Francisco de Assis — Efetivo
BARBOSA, Waldemar de Almeida — Correspondente
BARREIROS, Eduardo Canabrava — Efetivo
BARRETO, Abeillard — Efetivo
BARRETO, Dalmo Freire — Efetivo
BECU, Ricardo Zorraquin — Correspondente (Argentina)

BENTO, Cláudio Moreira — Honorário
BITTENCOURT, Jorge Calmon Moniz de — Correspondente
BITTENCOURT, Pedro Calmon Moniz de — Grande Benemérito — Presidente
BOXER, Charles R. — Correspondente estrangeiro
BRAGA, Ney Amintas de Barros — Honorário
BRAGANÇA, Dom Pedro de Orléans e — Benemérito
BRUNO, R. P. Cayetano — Correspondente (Argentina)
BUESCU, Mircea — Efetivo
BURNS, E. Bradford — Correspondente estrangeiro
BURZIO, Humberto F. — Correspondente (Argentina)

CAGGIANO, Cardeal Antonio — Correspondente (Argentina)
CAMARA, José Gomes Bezerra — Efetivo
CANABRAVA, Alice Piffer — Correspondente
CARNEIRO, Newton I. da Silva — Correspondente
CARRIL, Bonifacio del — Correspondente (Argentina)
CARVALHO, Affonso Celso Villela de — Efetivo
CASADEI, Thalita de Oliveira — Honorário
CASCUDO, Luis da Câmara — Correspondente
CASTELO-BRANCO, Fernando — Correspondente (Portugal)
CASTRO, Cristóvão Leite de — Benemérito
CASTRO, Mauricio Amoroso Teixeira de — Efetivo
CASTRO, Renato Berbert de — Correspondente
CERNACHE, Dom Henrique Leite Pereira de — Conde de Campo Belo — Correspondente (Portugal)
CHAVES, Julio Cesar — Correspondente estrangeiro
CHAVES Filho, Jorge Pacheco e — Honorário
CORDEIRO, José Pedro Leite — Correspondente
CORNEJO, Atilio — Correspondente (Argentina)
CORRÊA, Antônio Jorge — Honorário
CORREAS, Edmundo — Correspondente (Argentina)
CORREIA Filho, Jonas de Moraes — Benemérito
COSTA, Adroaldo Mesquita da — Correspondente
COSTA, Sérgio Afonso Corrêa da — Correspondente
COSTA Filho, Miguel — Honorário
CRUZ, Paulo Werneck da — Honorário
CUCCORESE, Horacion Juan — Correspondente (Argentina)
CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da — Efetivo
CUNHA, Rui Vieira da — Honorário
CUNHA, Waldir — Honorário

DESTEFANI, Laurio H. — Correspondente (Argentina)
DIEGUES Júnior, Manuel — Efetivo
DUARTE, Abelardo — Correspondente

EÇA, Raul d' — Correspondente (Portugal)
ESPOSEL, José Pedro Pinto — Honcrário
ETCHEPAREBORDA, Roberto — Correspondente (Argentina)

FAGUNDES, Umberto Peregrino Seabra — Efetivo
FALCAO, Edgard de Cerqueira — Correspondente
FERREZ, Gilberto João Carlos — Benemérito
FIGUEIREDO, João Baptista de Oliveira — Presidente de Honra
FITTE, Ernesto J. — Correspondente (Argentina)
FLEIUSS, Henrique — Honorário
FONSECA, Roberto Piragibe da — Efetivo
FRANÇA, Eduardo d'Oliveira — Correspondente
FRANCO, Afonso Arinos de Melo — Efetivo
FRANCO, Filho Afonso Arinos de Melo — Correspondente
FREYRE, Gilberto de Mello — Correspondente
GAIBROIS, Manuel Ballesteros — Correspondente Estrangeiro
GALLARDO, Guillermo — Correspondente (Argentina)
GALVÃO, Alfredo — Honorário
GANDIA, Henrique de — Correspondente estrangeiro
GEISEL, Ernesto — Presidente de Honra
GIANELLO, Leoncio — Correspondente (Argentina)
GOUVEA, Fernando da Cruz — Correspondente
GUEDES, Max Justo — Efetivo
GUERRA, Flávio da Mota — Correspondente

HERSTAL, Stanislaw — Correspondente estrangeiro
HOLANDA, Sergio Buarque de — Correspondente
HUMPHREYES, Robin A. — Correspondente estrangeiro

IGLESIAS, Francisco — Correspondente
IPANEMA, Cybelle — Honcrário
IPANEMA, Marcelo Moreira de — Efetivo
IRAZUSTA, Júlio — Correspondente (Argentina)
IRIA, Alberto — Correspondente (Portugal)
JACQUES, Paulino Ignácio — Honorário
JOUBIN, Pedro Jacinto de Mallet — Efetivo

LABOUGLE, Raúl de — Correspondente (Argentina)
LACOMBE, Américo Jacobina — Grande Benemérito — 1º Vice-Presidente
LACOMBE, Lourenço Luís — Efetivo
LAMEGO, Alberto Ribeiro — Honorário
LAPA, Manuel Rodrigues — Correspondente (Portugal)
LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire — Efetivo
LAYTANO, Dante de — Correspondente
LEAL, Hamilton Bittencourt — Honorário
LEME, Ernesto — Correspondente
LIMA, Herman de Castro — Honorário
LIMA, Raul do Rego — Efetivo
LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa — Benemérito
MACEDO, Jorge Borges de — Correspondente (Portugal)
MACHADO, Cândido Guinle de Paula — Honorário
MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo — Efetivo
MAIA, João do Prado — Efetivo
MARTINEZ, Pedro Santos — Correspondente (Argentina)
MATHIAS, Herculano Gomes — Efetivo
MATOS, Odilon Nogueira de — Correspondente
MAURO, Frédéric — Correspondente estrangeiro
MAYERHOFER, Lucas — Efetivo
MÉDICI, Emílio Garrastazú — Presidente Honorário
MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos — Correspondente
MEIRELLES, Mário Martins — Correspondente
MELLO, José Antonio Gonsalves de — Correspondente
MELO, Carlos R. — Correspondente (Argentina)
MELO, Martinho Nobre de — Correspondente (Portugal)
MELO Júnior, Donato — Efetivo
MENDES, Alípio — Honorário
MENDONÇA, Marcos Carneiro de — Grande Benemérito
MENDONÇA, Renato Firmino Maia — Correspondente
MENÉNDEZ, Armando Braun — Correspondente (Argentina)
MENEZES, Djacir Lima — Efetivo
MENEZES, Jayme de Sá — Correspondente
MENEZES, Paulo Braga de — Efetivo
MENEZES, Roberval Francisco Bezerra de — Efetivo
MONBEIG, Pierre — Correspondente estrangeiro

MONIZ, Edmundo Ferrão — oHnorário
MONTEIRO, Fernando — Efetivo — 2°-Secretário
MONTEIRO, Francisco Mozart do Rego — Efetivo
MONTELLO, Josué — Efetivo
MOOG, Clodomir Viana — Honorário
MORAES, Eugênio Vilhena de — Benemérito
MORAES Filho, Evaristc de — Honorário
MOTA, Avelino Teixeira de — Correspondente (Portugal)
NABUCO, José Thomaz — Honorário
NÓBREGA, Humberto Carneiro da Cunha — Correspondente
NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba — Correspondente
NUNES, Odilon — Correspondente
OLIVEIRA, Antônio Camilo de — Benemérito — 3°-Vice-Presidente
OLIVEIRA, Dom Oscar de — Correspondente
OMEGNA, Nelson — Efetivo
ONODY, Oliver — Honorário
PASSARINHO, Jarbas Gonçalves — Honorário
PAZ, Léon Rebello — Correspondente (Argentina)
PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcellos — Grande Benemérito e 1°-Secretário
PERDIGÃO, José de Azeredo — Correspondente (Portugal)
PEREIRA, Alberto Sá Sousa de Brito — Honorário
PEREIRA, Edgard Baptista — Correspondente
PEREZ, Joaquim N. — Correspondente (Argentina)
PETROVICH, Enélio Lima — Correspondente
PIAZZA, Walter Fernando — Correspondente
PIMENTEL, Waldemiro — Efetivo
PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo — Efetivo
PORTO, Rubens d'Almada Horta — Honorário
PRADO, João Fernando de Almeida — Correspondente
QUINTAS, Amaro — Correspondente
QUIROGA, Marcial I. — Correspondente (Argentina)
RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio — Correspondente
RAMOS, R. Antônio — Correspondente estrangeiro
REGO, Aluizio Napoleão de Freitas — Efetivo
REIS, Arthur Cezar Ferreira — Benemérito — 2°-Vice-Presidente
RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson — Efetivo

RIO BRANCO, Miguel da Silva Paranhos do — Honorário
ROCHA, Leduar de Assis — Correspondente
RODRIGUES, Leda Boechat — Honorário
RODRIGUES, José Honório — Efetivo
RODRIGUEZ, Augusto G. — Correspondente (Argentina)
ROSA, Ruben Machado da — Benemérito
SÁ, João Batista de — Correspondente
SALLES, Dom Eugênio de Araújo — Honorário
SANTOS, Francisco Ruas — Efetivo
SANTOS, Paulo Ferreira — Benemérito
SANTOS Filho, Lycurgo de Castro — Correspondente
SANZ, Luis Santiago — Correspondente (Argentina)
SCHERRONE, Hector H. — Correspondente (Argentina)
SCHUBERT, Guilherme — Efetivo
SEGRETI, Carlos S. A. — Correspondente (Argentina)
SERRÃO, Joaquim Veríssimo — Correspondente (Portugal)
SIERRA, Ernesto Reguera — Correspondente estrangeiro
SILVA, Antônio Mendes Braz da — Honorário
SILVA, Colemar Natal e — Correspondente
SILVA, Edmundo de Macedo Soares e — Benemérito
SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento — Honorário
SILVA, Guilhermino César da — Correspondente
SILVA, José Calazans Brandão da — Correspondente
SILVA, Lourival Ribeiro da — Honorário
SILVA, Plínio Doyle — Efetivo
SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da — Efetivo
SOARES, Alvaro Teixeira — Benemérito
SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte — Efetivo
SOUZA, José Antonio Soares de — Benemérito — Tesoureiro
SOUZA, Luiz de Castro — Efetivo
STUDART Filho, Carlos — Correspondente
TAVARES, Aurélio de Lira — Efetivo
TAVARES, Luis Henrique Dias — Correspondente
TELLES, Augusto Carlos da Silva — Efetivo
THOMAZ, Américo Deus Rodrigues — Presidente Honorário
THORNING, Rev. Joseph F. — Correspondente estrangeiro
TRIAS — Rolando A. Laguarda — Correspondente estrangeiro

URQUIJO, José M. Martiuz — Correspondente (Argentina)
VALLADAO, Haroldo Teixeira — Benemérito — Orador
VALLADARES, Clarival do Prado — Honorário
VASCONCELLOS, Ivolino de — Efetivo
VIANA FILHO, Luis — Benemérito
VIDELA, Horácio — Correspondente (Argentina)
VIGNATI, Milciades A. — Correspondente (Argentina)
VIOTTI, S.J., Pe. Hélio Abranches — Correspondente
WASHBURN, Wilcomb E. — Correspondente estrangeiro
WEHLING, Arno — Efetivo
WINZ, Antônio Pimentel — Honorário
ZAVALA, Silvio — Correspondente estrangeiro
ZUVIRIA, Gustavo Martinez — Correspondente (Argentina)

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1808